Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Thiago Rodrigues Oliveira

thiago.rodrigues.oliveira@usp.br

Mecanismos sociais de decisões judiciais:
UM DESENHO MISTO EXPLICATIVO SOBRE A APLICAÇÃO DA
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Versão corrigida

São Paulo

2016

Thiago Rodrigues Oliveira

Mecanismos sociais de decisões judiciais:
UM DESENHO MISTO EXPLICATIVO SOBRE A APLICAÇÃO DA
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos César Alvarez

Versão corrigida

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O48m	<p>Oliveira, Thiago Rodrigues</p> <p>Mecanismos sociais de decisões judiciais: um desenho misto explicativo sobre a aplicação da medida socioeducativa de internação / Thiago Rodrigues Oliveira ; orientador Marcos César Alvarez. - São Paulo, 2016.</p> <p>243 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.</p> <p>1. Sistema de justiça juvenil. 2. Desenho multimetodológico. 3. Decisões Judiciais. 4. Explicação por mecanismos. 5. Práticas Judiciais. I. Alvarez, Marcos César, orient. II. Título.</p>
------	---

OLIVEIRA, Thiago Rodrigues. **Mecanismos sociais de decisões judiciais:** um desenho misto explicativo sobre a aplicação da medida socioeducativa de internação. 2016. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa concedida por dois anos.

Ao Prof. Dr. Marcos César Alvarez, pela orientação e pela confiança.

À Prof.^a Dr.^a Ludmila Ribeiro e ao Prof. Dr. Glauco Peres da Silva, pela participação na banca de qualificação, momento fundamental no desenvolvimento desta dissertação. Em especial, agradeço à Prof.^a Dr.^a Ludmila Ribeiro pela leitura atenciosa e pela rica interlocução iniciada na qualificação e desenvolvida na ANPOCS. Agradeço também ao Prof. Dr. Glauco Peres da Silva pelas inúmeras conversas e sessões de ajuda que me possibilitaram trabalhar com maior confiança na análise de dados.

A uma série de professores e professoras com quem estabeleci contato ao longo do mestrado, sem cujas sugestões esta dissertação teria sido diferente. Ao Prof. Dr. Fernando Pinheiro, pela leitura do projeto de pesquisa; ao Prof. Dr. Brasília Sallum, à Prof.^a Dr.^a Cecília MacDowell, à Prof.^a Dr.^a Lorena Barberia e à Prof.^a Dr.^a Elizabeth Balbatchevsky, pelas disciplinas cursadas ao longo de 2014; à Prof.^a Dr.^a Vera Telles, pelo apoio e pelas intervenções, enquanto coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, que me possibilitaram participar de cursos metodológicos e realizar o estágio de pesquisa no International Institute for the Sociology of Law (IISL); ao Prof. Dr. Sérgio Adorno, pelas conversas no Núcleo de Estudos da Violência da USP; à Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Pastore, pelo diálogo estabelecido no âmbito do Núcleo de Antropologia do Direito da USP; à Prof.^a Dr.^a Alessandra Teixeira, pela interlocução e por ter viabilizado tão solícitamente o acesso ao campo; ao Prof. Dr. Laurindo Minhoto e à Prof.^a Dr.^a Márcia Lima, pela possibilidade de ter sido monitor em disciplinas da graduação. Um agradecimento especial para a Márcia Lima, por todo o apoio e por ser fonte de inspiração. Agradeço também ao Gustavo Mascarenhas, secretário do PPGS-USP, por sempre responder prontamente e com simpatia às mais complicadas demandas discentes.

Aos diversos pesquisadores com quem pude estabelecer contato em congressos acadêmicos e discutir construções e os resultados preliminares desta pesquisa ao longo dos últimos dois anos. À Prof.^a Dr.^a Camila Nunes, ao Prof. Dr. Luiz Lourenço e ao Prof. Dr. Fernando Salla, pelo 38º Encontro Anual da ANPOCS; ao Prof. Dr. Emerson Urizzi, pelo VI Seminário Nacional de Sociologia e Política; à Prof.^a Dr.^a Rosemary Auchmuty, pelo 2015 RCSL Congress; à Prof.^a Dr.^a Ludmila Ribeiro e à Prof.^a Dr.^a Vivian Paes, pelo 39º Encontro Anual da ANPOCS; ao Prof. Dr. Glauco Peres da Silva, pelo I Seminário Discente do PPGS-USP; ao Prof.

Dr. José Álvaro Moisés e ao Dr. André Zanetic, pelo VI Seminário Discente do PPGCP-USP. Agradeço pela leitura dos *papers* e pelos comentários que fortaleceram o desenvolvimento da minha pesquisa.

Aos e às colegas representantes discentes do PPGS-USP, Sara Tufano, Jayme Gomes, Monise Picanço, Rogério Barbosa, Bruna Nicodemos, Max Gimenes, Karina Fasson, Francesco Tomei e Lilian Krohn, pela parceria nas frustrações e nas amizades construídas. Agradeço também aos colegas de mestrado e de PPGS-USP que tornaram esse caminho menos amedrontador. Um obrigado particular à Monise Picanço, à Ana Carolina Andrada, ao Leonardo Barone, ao Lucas Amaral e à Priscila Vieira pela busca ao hambúrguer perfeito no momento ideal.

Aos membros do grupo “Adolescentes em conflito com a lei: punição e controle social”, coordenado pelo Prof. Dr. Marcos César Alvarez e pelo Prof. Dr. Luiz Lourenço: Bruna Gisi; Juliana Vinuto; Eduardo Gutierrez; Ricardo Campello; Flora Sartorelli; Gustavo Higa; Antônio Pinheiro. Agradeço em particular ao Eduardo Gutierrez pela parceria, pelas inúmeras leituras minuciosas e pelas conversas sobre sociologia – a convergência de interesses vai além da justiça juvenil e das planilhas, consistindo numa grande amizade. Aproveito para fazer dois agradecimentos muito especiais às duas pessoas que, desde as primeiras ideias do projeto de mestrado, foram verdadeiras orientadoras de toda a pesquisa. À Juliana Vinuto, pelas leituras, pelos comentários, pela visão de mundo e por constantemente me lembrar o significado de tudo isso, um eterno agradecimento. E à Bruna Gisi, por ter sido orientadora, colega, interlocutora, roommate e amiga, por ter oferecido leituras e ombros quando mais precisei e por ser uma enorme fonte de inspiração para enfrentar a vida acadêmica; obrigado.

Agradeço aos colegas e ex-colegas do Núcleo de Estudos da Violência da USP: Aline Moraes; Altay Souza; André Oliveira; André Pinheiro; André Zanetic; Ariadne Natal; Bruno Paes Manso; Caren Ruotti; Cecília Penteado; Clara Costa; Cris; Damião Medeiros; Daniela Osvald; Débora Piccirilo; Dellon; Emerson Fragoso; Frederico Castelo Branco; Gabriela Amorim; Herbert Rodrigues; Hilda Cristina; Isabela Sobral; Isadora Aragão; José Benigno; Luísa Santos; Mara Lima; Marcelo Nery; Maria Gorete Marques; Maria Tranjan; Mariana Possas; Nancy Cardia; Rafael Coelho; Renan Theodoro; Renato Alves; Sérgia Santos; Sérgio Adorno; Vitor Blotta; Viviane Cubas. É mais fácil encarar o dia-a-dia de trabalho em um ambiente tranquilo e leve, regado a risadas e doces. Um agradecimento especial ao André Oliveira, pela amizade e pelo companheirismo; à Ariadne Natal, pela parceria e pela sintonia no trabalho em equipe; à Débora Piccirilo, pelas risadas; e ao Marcelo Nery, pelos constantes votos de confiança.

Aos membros e estudantes do IISL, pelo produtivo e amistoso ambiente de Oñati. A

dissertação não teria sido a mesma se não fossem as excelentes conversas com colegas de todas as partes do mundo e a intensa pesquisa bibliográfica realizada na biblioteca do Instituto. Agradeço especialmente: à Malen Mendizabal, pela prestatividade e pela oportunidade; à Susana Arrese, pela calorosa receptividade no País Basco; à Elvira Muñoz, por todo apoio na biblioteca; e aos colegas mestrandos e visitantes (Ihar, Monica, Fabio, John, Phoebe, Murat, Meredith, Hobeth, Marisela), pelas ricas conversas sobre sociologia do Direito e por fazerem com que Oñati fosse minha casa por cinco semanas.

À toda a equipe de tênis da FFLCH e do CEPE-USP, especialmente Caio Leitão pela parceria dentro e fora de quadra. Às amigas e aos amigos que fiz durante a graduação em Ciências Sociais (Juliana Kohler, principal responsável pela minha continuidade no curso de Ciências Sociais, Bárbara Soares, sempre me lembrando de como a vida é maior do que a academia, Marcela Pereira, com sua alegria contagiante, e Max Gimenes, companheiro de conversas). A todos e todas que fizeram parte da Primeiros Estudos – Revista de Graduação em Ciências Sociais. Agradeço também às pessoas com quem dividi apartamento e que foram minha família em São Paulo durante o mestrado: Bruna Gisi, Rogério Barbosa, Hellen Guichene, Juliana Candian e Louise Giansante. Ao Rogério, agradeço pelas conversas entusiasmadas sobre sociologia e por ter me mostrado outras formas de fazer ciências sociais; pelas aulas e pelo treinamento; pelos abraços e sorrisos; agradeço em particular pelo incentivo constante e por sempre ter acreditado em meu trabalho.

Às outras amigas e aos outros amigos, principais responsáveis pela atenuação das pressões acadêmicas. À Bruna Maldonado, a melhor Amiga que alguém pode ter, agradeço por ser sempre a pessoa de quem mais preciso e de quem menos preciso; agradeço pela presença constante nos ótimos e nos maus momentos; agradeço pelas risadas e piadas, pelo ombro e pelo apoio; agradeço pela amizade sincera. Ao Vitor Chiodi (Yama), pela amizade mais antiga e pelo companheirismo. Ao Daniel Ruiz, pela parceria de longa data. À Marcela Oliveira e ao Vinicius Knorre, pelas risadas. Ao Jorge Ribeiro, pela doçura. Ao Alexandre Godoy, pelos momentos de descontração. À Sônia Giansante e ao Gilberto Gonzaga, pela compreensão familiar.

Não teria ingressado no mestrado se não fosse pelos Mestres que tive na vida. Duas pessoas merecem menção especial, por terem tido importância ímpar na minha vida e por tanto influenciarem minhas decisões até hoje, mesmo depois de uma década. Agradeço ao Professor José Eduardo Botelho de Sena e à Professora Roberta Gerson Mouta, meus eternos Professores, pelas reflexões e pelo pensamento crítico. A vocês, um eterno obrigado.

Agradeço muito especialmente à Louise Giansante, minha companheira, que me acom-

panhou desde as primeiras ideias de Iniciação Científica até a conclusão desta dissertação. Agradeço pelo companheirismo, pela paciência e por sempre acreditar tanto em mim. Entre momentos fáceis e difíceis, nossa história vai muito além da realização deste trabalho, mas sua influência sobre ele é inegável. Seu incentivo cotidiano e sua presença constante em cada etapa da pesquisa me deram confiança para seguir as ideias que tive. Foi mais fácil escrever esta dissertação com você ao lado, pois a vida fica mais fácil na companhia da minha melhor amiga.

Por fim, agradeço à minha família, razão pela qual acabei aqui e principal influência de todas as minhas decisões. Todo o desenvolvimento que tive até a conclusão do mestrado dependem diretamente da base que tive, à qual serei eternamente grato. Foi seu apoio incondicional, desde sempre, que me deu segurança para continuar seguindo. Agradeço à minha irmã, Bianca, pelo carinho, pelo amor e por ser a pessoa mais afetuosa que já existiu. Agradeço ao meu pai, Luiz Alberto, por ser desde sempre a minha principal fonte de inspiração e por sempre me instigar a fazer uma pergunta a mais. E, enfim, agradeço à minha mãe, Simone, meu porto seguro e a mulher mais forte que conheci na vida, pelo amor incondicional, pelo apoio e pelo companheirismo.

Resumo

OLIVEIRA, Thiago Rodrigues. **Mecanismos sociais de decisões judiciais**: um desenho misto explicativo sobre a aplicação da medida socioeducativa de internação. 2016. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Resumo: O objetivo desta pesquisa é explicar os mecanismos sociais das decisões judiciais. Em particular, a investigação centra-se no processo de tomadas de decisões de operadores do Direito no sistema de justiça juvenil em São Paulo. Busca-se, assim, verificar quais são os fatores determinantes da aplicação da medida socioeducativa de internação para adolescentes acusados de cometimento de ato infracional e o modo pelo qual se dá esse processo decisório. Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, o sistema de justiça juvenil brasileiro passou a operar em um novo registro: as medidas socioeducativas passaram a se restringir a autores de infrações penais; e a medida de internação, em particular, a crimes cometidos com violência e/ou grave ameaça à pessoa. Mas a gravidade do ato infracional é de fato o principal preditor das decisões judiciais na justiça juvenil? Ou haveria outros fatores explicativos, como aqueles relacionados às características sociais dos adolescente, às relações de poder inscritas nas interações sociais ou mesmo à estrutura organizacional dos tribunais? Na busca pela explicação dos mecanismos sociais dessas decisões judiciais, esta pesquisa propôs um desenho multimetodológico, integrando técnicas quantitativas e qualitativas para investigar os mecanismos das decisões e verificar os determinantes da aplicação da medida socioeducativa de internação em São Paulo. Assim, em um primeiro momento, as hipóteses citadas foram testadas por meio de modelos logísticos binomiais tendo a decisão sobre a internação como variável dependente em um cenário multivariado. Os resultados encontrados indicam um alto grau de proporcionalidade entre crime e pena, tendo os atos infracionais considerados mais graves os mais significativos efeitos sobre a probabilidade de internação; mas indicam, também, a reprodução de relações de poder – adolescentes usuários de drogas e que não trabalham nem estudam, mantidas as outras dimensões constantes, também têm maior chance de receber a medida socioeducativa de internação. Em seguida, a fim de explicar os mecanismos dos efeitos do tratamento estimados anteriormente, foram acompanhadas semanalmente as audiências de apresentação e de continuação e as oitivas informais no Fórum Brás, em São Paulo. Ao mesmo tempo em que se concluiu que as oitivas informais, centrais no processo decisório, ocorrem cerimonialmente e que as decisões são tomadas via documentos, o que explica o mecanismo de proporcionalidade encontrado anteriormente, pôde-se concluir que eventualmente os Promotores de Justiça “voltam atrás” de suas decisões quando há um rompimento na definição da situação, o que explica o mecanismo dos efeitos das características individuais dos adolescentes.

Palavras-chave: Sistema de justiça juvenil; Desenho multimetodológico; Decisões Judiciais; Explicação por mecanismos; Práticas Judiciais.

Abstract

OLIVEIRA, Thiago Rodrigues. **Social mechanisms of judicial decisions:** an explanatory mixed-methods research design on juvenile sentencing. 2016. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Abstract: This research aims at investigating the social mechanisms of judicial decisions. It particularly focuses on the decision-making process of legal actors in the juvenile justice system in São Paulo. Thus, the research aims at verifying the determinants of the confinement disposition for juveniles who have been accused of a crime and the way which this decision is made by. Since the Child and Adolescent Statute was promulgated in 1990, the Brazilian juvenile justice system started working under new guidelines: dispositions are now restricted to offenders; and the confinement disposition is restricted to offenses committed with violence and/or with a threat to a person. But is the seriousness of the crime indeed the best predictor of judicial decisions? Or are there other explanatory factors, such as the ones related to the individual characteristics of the teenagers, to the power relations within social interactions, or even to the court organizational structure? Aiming at a mechanism-based explanation of these judicial decisions, this research has proposed a mixed-methods research design, integrating both quantitative and qualitative techniques to investigate mechanisms of the decision-making process and to verify the determinants of the confinement disposition in São Paulo. Thus, at first, the aforementioned hypotheses were tested with binary logistic models, presenting the decision concerning the confinement disposition as the dependent variable on a multivariable scenario. Results indicate a high degree of proportionality between crime and punishment, with the seriousness of the offenses having significant effects on the probability of confinement; but the results also indicate some reproduction of power relations – drug user youth and those who neither work nor study increase their odds of being more severely punished. After that, aiming at explaining the mechanisms of the treatment effects estimated beforehand, both judicial and informal hearings (at the State's Attorney office) were weekly observed at the juvenile court in São Paulo. While it was possible to conclude that the informal hearings are central to the decision-making process and occur ceremonially, with decisions being made by documents-consulting (which explains the proportionality mechanism), the research also found that the Attorneys often regret their decisions when there is a rupture of the definition of the situation. This explains the mechanism of the individual characteristics effects on juvenile sentencing.

Key-words: Juvenile justice system; Mixed-methods research design; Sentencing; Mechanism-based explanation; Judicial practices.

Lista de Figuras

1	Gráfico causal: gravidade do ato infracional	132
2	Gráfico causal: características individuais	133
3	Gráfico causal: características individuais e viés	134
4	Gráfico causal: modelo de decisão judicial	136
5	Fluxo da justiça juvenil e momentos de abertura de pastas e prontuários	140
6	Exemplo de curva logística	147
7	Distribuição de medidas aplicadas em primeiras entradas	152
8	Distribuição de medidas aplicadas em segundas e terceiras entradas .	154
9	Atos infracionais agregados	155
10	Proporção da aplicação da medida de internação entre 1990 e 2006 . .	156
11	Local de julgamento e medidas socioeducativas aplicadas	157
12	Características individuais dos adolescentes	158
13	Coeficientes e razões de chance do modelo de regressão bivariado . . .	162
14	Modelos de regressão logística: inclusão de covariáveis	164
15	Probabilidades preditas de aplicação da medida de internação	166
16	Probabilidades preditas de aplicação da medida de internação por local	170
17	Modelos de regressão para município e restante do estado	173
18	Modelos de regressão para o município de São Paulo	176

Lista de Tabelas

1	Modelos de regressão logística: inclusão de covariáveis	163
2	Teste da hipótese substantivo-política	168
3	Tabela de frequência: medida socioeducativa	236
4	Tabela de frequência: ato infracional	236
5	Tabela de frequência: local de ocorrência	236
6	Tabela de frequência: uso de drogas	236
7	Tabela de frequência: cor atribuída	236
8	Tabela de frequência: sexo	237
9	Tabela de frequência: referências à família	237
10	Tabela de frequência: ocupação do adolescente	237
11	Modelo 1: todo o estado	237
12	Modelo 2: todo o estado	237
13	Modelo 3: todo o estado	238
14	Modelo 4: todo o estado	238
15	Modelo 5: todo o estado	238
16	Modelo 6: todo o estado	239

17	Segundas entradas: todo o estado	239
18	Terceiras entradas: todo o estado	240
19	Modelo 1: apenas município de São Paulo	240
20	Modelo 2: apenas município de São Paulo	240
21	Modelo 3: apenas município de São Paulo	240
22	Modelo 4: apenas município de São Paulo	241
23	Modelo 5: apenas município de São Paulo	241
24	Modelo 6: apenas município de São Paulo	241
25	Modelo 1: interior, litoral e região metropolitana de SP	241
26	Modelo 2: interior, litoral e região metropolitana de SP	242
27	Modelo 3: interior, litoral e região metropolitana de SP	242
28	Modelo 4: interior, litoral e região metropolitana de SP	242
29	Modelo 5: interior, litoral e região metropolitana de SP	242
30	Modelo 6: interior, litoral e região metropolitana de SP	243

Conteúdo

1	Introdução	14
1.1	O problema	20
2	Justiça Juvenil	27
2.1	O ECA e a justiça juvenil brasileira	27
2.2	Direito Penal Juvenil	36
3	Enquadramento teórico: práticas judiciais e mecanismos	41
3.1	Perspectivas sociológicas sobre crime e punição	41
3.2	A Sociologia das Práticas Judiciais	47
3.3	Abordagem analítica: explicação por mecanismos	54
4	Balanco bibliográfico	63
4.1	O debate internacional	64
4.2	O debate no Brasil	72
4.3	Sentencing: estado da arte e críticas	87
5	Considerações teórico-metodológicas	121
5.1	Métodos mistos: Possibilidades e limitações da integração de métodos quantitativos e qualitativos	122
5.2	Problema de pesquisa e hipóteses	130
5.3	Desenho misto sequencial explicativo: materiais e métodos	137
5.3.1	Testando as hipóteses da literatura: do modelo	137
5.3.2	... ao campo: o 'como' do processo decisório	148
6	O 'o quê': determinantes das decisões judiciais	151
6.1	Análise descritiva e exploratória	152
6.2	Análise multivariada: estado de SP	159
6.2.1	Proporcionalidade entre infração e medida	160
6.2.2	Características individuais	167
6.2.3	Eficiência e hipótese organizacional	169
6.3	Análise multivariada: município de SP	171
6.3.1	Proporcionalidade entre infração e medida	172
6.3.2	Características individuais	174
7	O 'como': mecanismos das decisões judiciais	178
7.1	O Fórum Brás	179
7.1.1	O fluxo no Fórum	181
7.1.2	Audiências de apresentação	184

7.1.3	Audiências de continuação	186
7.1.4	Oitivas informais	190
7.1.5	Acordos e post-its	195
7.2	O processo decisório	197
7.2.1	Centralidade do Ministério Público no processo decisório . . .	198
7.2.2	Oitivas cerimoniais: justiça juvenil como um sistema frouxa- mente ajustado	200
7.2.3	Mecanismos sociais de decisões judiciais	203
8	Considerações finais	208
9	Referências	218
10	Anexos e apêndices	232
10.1	Anexo 1: questionário	232
10.2	Apêndice 1: estatísticas descritivas	236
10.3	Apêndice 2: modelos de regressão	237

Introdução

COMO SE DÁ o processo decisório de sentenças judiciais? Como operadores do Direito – magistrados e parte acusatória, em particular – tomam decisões concernentes à privação de liberdade de determinado indivíduo acusado de cometimento de algum crime? É possível argumentar que eles decidem a partir da gravidade da infração, de modo que quanto mais violento o crime, maior a chance do réu ser institucionalizado. É possível argumentar, ainda, que relações de poder inscritas na sociedade, de maneira geral, são reproduzidas nos momentos em que as decisões são tomadas, de modo que indivíduos do lado mais fraco dessa balança desigual recebem um tratamento diferenciado, estando mais propensos a receber medidas mais punitivas do que eventuais réus do outro lado dessas relações. Ou ainda, alguém poderia sustentar que os operadores fazem uma espécie de cálculo que leva em consideração a quantidade de indivíduos já confinados e quantos ainda devem ser julgados, buscando algum tipo de eficiência racionalizada.

Seja qual for o caso, não ficam claros os mecanismos do processo de tomadas de decisões que resultam na decisão sobre confinar um indivíduo. E é na busca por esses mecanismos sociais das decisões judiciais que se centra a presente investigação: problematiza-se a caixa-preta das ações sociais de magistrados e acusadores, buscando explicar as engrenagens que fazem com que os resultados sejam obtidos no âmbito das práticas judiciais.

Nesse sentido, o sistema de justiça juvenil brasileiro consiste em um objeto empírico privilegiado. Seguindo a *Doutrina da Proteção Integral* tal qual aplicada em diversos países no final do século XX, desde a promulgação do **Estatuto da Criança e do Adolescente**, em 1990, as decisões judiciais referentes a adolescentes em conflito com a lei baseiam-se em recomendações legais distintas daquelas vigentes até então. A partir desse momento, apenas adolescentes cuja autoria de infração penal foi judicialmente comprovada podem receber alguma medida socioeducativa; e apenas aqueles cujo crime foi cometido com violência e/ou grave ameaça à pessoa podem ser institucionalizados nas unidades de internação. A despeito disso, frisa-se que essas medidas não consistem em penas retributivas, dado seu caráter pedagógico, de modo que nem mesmo existe algum tipo de prescrição para as decisões judiciais – como, por exemplo, um Código Penal que preveja penas específicas para infrações

específicas. Isso porque o contexto social do adolescente acusado de ato infracional deve ser problematizado nas Varas da Infância e da Juventude, de sorte que a medida socioeducativa aplicada seja aquela que melhor condiga com as necessidades particulares de cada jovem.

Como decidem, pois, os juízes e promotores de justiça quando lidam com adolescentes em conflito com a lei? Priorizam a gravidade do ato infracional, numa espécie de matemática penal; avaliam o contexto social de cada jovem, eventualmente revelando relações estruturais de poder inscritas naquela interação; privilegiam os réus que confessaram a autoria da infração, de modo a compensar pela maior agilidade conferida ao fluxo do sistema de justiça? Quais os mecanismos sociais que explicam o processo de tomada de decisões no sistema de justiça juvenil que culmina na aplicação da medida socioeducativa de internação em São Paulo?

A natureza desse problema de pesquisa demandaria um desenho investigativo que, embora ideal, não é factível ou viável. Para a verificação dos *determinantes* da aplicação da medida socioeducativa de internação, as hipóteses seriam testadas por meio de desenhos experimentais. Como, no entanto, não existe a possibilidade de manipulação dos dados, por parte do pesquisador, concernentes ao sistema de justiça juvenil, a análise experimental é apenas um ideal a ser buscado por meio de métodos observacionais. Nesse sentido, a análise quantitativa, com os devidos controles e ressalvas da análise multivariada e aplicando o método hipotético-dedutivo por meio de modelos de regressão, configura o desenho *factível* ideal para essa problemática. Além disso, a busca por mecanismos sociais demandaria, em um cenário ideal, a aplicação de métodos computacionais por meio de simulações de agentes (cf. Hedström e Ylikoski, 2010), o que também não foi logisticamente possível durante o desenvolvimento deste trabalho. Assim, o desenho *factível* ideal para a explicação dos mecanismos sociais das decisões judiciais é a observação direta das ações dos operadores do Direito desde que já se conheçam os determinantes do processo decisório.

Assim, a partir da definição do problema de pesquisa, esta dissertação se utilizou da abordagem multimetodológica, propondo um desenho misto sequencial explicativo que integre técnicas quantitativas e qualitativas de investigação na busca pela explicação dos mecanismos sociais das decisões judiciais referentes à aplicação da medida socioeducativa de internação em São Paulo.

A partir dessa problemática geral, a presente dissertação está dividida em oito capítulos. Ainda nesta Introdução, a próxima seção (1.1) apresenta de maneira mais

detalhada, ainda que menos conceitualmente preciso, o problema de pesquisa que orienta toda a investigação: a busca pelos mecanismos sociais das decisões judiciais concernentes à aplicação da medida socioeducativa de internação em São Paulo.

O capítulo 2, “Justiça Juvenil”, introduz com mais detalhes o objeto empírico em que se circunscreve a investigação realizada: o sistema de justiça juvenil brasileiro. Em uma primeira seção (2.1), é discutido todo o histórico das legislações brasileiras concernentes aos adolescentes em conflito com a lei, desde o *Código Criminal do Império*, de 1830, passando pelos *Códigos de Menores* de 1927 e de 1979 e pela *Doutrina da Situação Irregular*, até a promulgação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), em 1990. Evidentemente, maior foco é dado ao tratamento legislativo oferecido pelo código de leis atual. A seção seguinte (2.2) resume a polêmica em torno do Direito Penal Juvenil e as distintas interpretações jurídicas em torno da legislação vigente (cf. Digiácomo, 2006; Frasseto, 2006; Gomes Neto, 2001; Machado, 2006; Maior Neto, 2006; Mendez, 2006; Minatel, 2013; Paula, 2006; Rosa, 2006; Shecaira, 2007; Sposato, 2006; Varonese, 2008). Essa seção demonstra como essas compreensões do ECA indicam dois modelos abstratos de justiça, o Clássico e o Positivo, bem como a frequente disputa entre eles.

O capítulo 3, “Enquadramento teórico: práticas judiciais e mecanismos”, em seguida, traz o enquadramento teórico do qual parte a investigação. Trata-se do detalhamento dos aspectos conceituais que orientam a pesquisa, bem como a delimitação do campo sociológico em que se insere esta dissertação. Nesse sentido, a primeira seção (3.1) discute com as principais perspectivas sociológicas sobre a temática geral de “crimes e punição” e indica até que ponto a investigação aqui conduzida dialoga bastante proximamente com uma Sociologia da Punição, mas não se insere propriamente nesse campo. Já a seção seguinte (3.2) resume justamente a agenda de pesquisas em que este trabalho se insere: a Sociologia das Práticas Judiciais (cf. Black, 1989; Coelho, 1978, 1986; Garapon, 1999; Hagan, 1988, 1989; Hagan et al., 1979; Paixão, 1982), uma vez que a problemática que orienta a investigação diz respeito justamente ao processo decisório e à ação de juízes e promotores. Em seguida, a seção 3.3 detalha o arcabouço conceitual de que se vale esta dissertação: a abordagem da explicação por mecanismos (cf. Elster, 1983, 1998, 2007; Hedström e Bearman, 2013; Hedström e Swedberg, 1998; Hedström e Udehn, 2013; Hedström e Ylikoski, 2010; Ratton Jr. e Morais, 2003).

O capítulo 4, “Balanço bibliográfico”, traz a revisão da literatura especializada

e discute os principais trabalhos publicados que se inserem em temáticas convergentes às trabalhadas aqui. Trata-se de um capítulo importante no sentido tanto de estabelecer diálogos temáticos quanto de verificar as hipóteses e os métodos mais comumente empregados pela literatura. Assim, a seção 4.1 resume o debate internacional a respeito dos principais diagnósticos contemporâneos referentes aos sistemas de justiça criminal no mundo (cf. Garland, 1999, 2001; Wacquant, 1999, 2004, 2010), bem como os reflexos e as tendências internacionais dos sistemas de justiça juvenil (cf. Bailleau, 2002; Bailleau e Cartuyvels, 2007; Feld, 1997; Muncie, 2005, 2008; Pires, 2006; Piñero, 2006, 2013; Von Hirsch, 2001). A segunda seção desse capítulo (4.2) resume os principais debates estabelecidos no Brasil relativos aos temas aqui abordados – primeiramente, são abordados os trabalhos *nativos* sobre adolescentes em conflito com a lei, especialmente aqueles provindos da Psicologia e da Pedagogia; em seguida, resume-se o debate a respeito de adolescentes acusados de cometimento de ato infracional tal qual estabelecido pelas Ciências Sociais; por fim, são apresentados os principais trabalhos que abordam as práticas judiciais no Brasil, tanto referentes ao sistema de justiça criminal de adultos (cf. Adorno, 1995; Coelho, 1978, 1986; Costa Ribeiro, 1999; Paixão, 1982; Ribeiro, 2010a,b; Vargas, 2007; Vargas e Rodrigues, 2011) quanto ao sistema de justiça juvenil (cf. Ágüido et al., 2013; Almeida, 2016; Silva, 2014).

A terceira seção desse capítulo (4.3), enfim, mapeia os principais aspectos do debate em torno de “sentencing”. Assim, esse mapeamento é feito particularmente a partir de artigos publicados em revistas de sociologia americanas nas décadas de 1970 e 1980 – especial ênfase é dada à querela de CHIRICOS e WALDO (cf. Chiricos e Waldo, 1975; Greenberg, 1977; Hopkins, 1977; Reasons, 1977). Aqui é particularmente enfatizado o debate a respeito de “fatores legais versus fatores extraleais” (cf. Hagan, 1974; Raupp, 2015; Zeisel, 1969), bem como a hipótese organizacional como forma de superação dessa disputa (cf. Dixon, 1995; Feeley, 1979; Hagan, 1989; Hagan et al., 1979). Os trabalhos que problematizam a determinação das sentenças na justiça juvenil são discutidos no tópico seguinte (cf. Arnold, 1971; Carter e Clelland, 1979; Dannefer e Schutt, 1982; Hasenfeld e Cheung, 1985; Leiber et al., 2007; MacDonald e Chesney-Lind, 2001; Shook e Sarri, 2007; Stapleton et al., 1982; Thornberry, 1973; Weiner e Willie, 1971) – e, por fim, esse capítulo ainda traz algumas críticas teórico-metodológicas a esses estudos (cf. Costa Ribeiro, 1999; Freitas, 1990; Pires e Landreville, 1985; Raupp, 2015), ressaltando como nenhum desses trabalhos

buscou explicar os mecanismos por meio dos quais as sentenças são determinadas e as decisões são tomadas.

O capítulo 5, “Considerações teórico-metodológicas”, apresenta algumas discussões a respeito de métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais. Conforme mencionado, o problema de pesquisa aqui desenvolvido demanda uma abordagem multimetodológica. Isto posto, a primeira seção desse capítulo (5.1) apresenta uma revisão da literatura sobre essa abordagem (cf. Creswell, 2015; Goertz e Mahoney, 2012; Harding e Seefeldt, 2013; Mahoney, 2010; Mahoney e Goertz, 2006; Seawright, 2016; Seawright e Gerring, 2008; Silva, 2015; Small, 2011) – os métodos mistos, que buscam integrar técnicas quantitativas e qualitativas. São discutidas, em particular, as possibilidades e as limitações da integração metodológica a partir da problemática a ser investigada, bem como são descritas algumas estratégias analíticas concernentes a como essa abordagem pode contribuir para a inferência causal com dados observacionais, com particular ênfase para o desenho misto sequencial explicativo.

A seção seguinte, enumerada 5.2, volta à explicitação do problema de pesquisa, agora conceitual e metodologicamente fundamentado. Em particular, essa seção deriva, das discussões teóricas, as implicações observáveis das construções abstratas, formulando claramente as hipóteses a serem empiricamente testadas. Em seguida, na seção 5.3, o desenho misto sequencial explicativo é apresentado em maiores detalhes, com a primeira etapa da investigação, quantitativa, tendo o objetivo de estimar a probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação a partir de determinados preditores; e a segunda etapa, qualitativa, tendo objetivo de, ao descrever situações observadas diretamente, explicar os mecanismos sociais do processo de tomadas decisões no âmbito do sistema de justiça juvenil. O material utilizado na primeira etapa foi o banco de dados representativo do universo de pastas e prontuários arquivados no ‘Complexo do Tatuapé’, ao passo que as observações diretas ocorreram no Fórum Brás – onde se situam os órgãos responsáveis pelo julgamento de quaisquer adolescentes acusados de cometimento de ato infracional no município de São Paulo.

Enfim, os capítulos 6 – “O ‘o quê’: determinantes das decisões judiciais” – e 7 – “O ‘como’: mecanismos das decisões judiciais” – trazem os resultados da investigação conduzida, o primeiro consistindo na análise quantitativa das pastas e dos prontuários arquivados no ‘Complexo do Tatuapé’ e o segundo referente à análise qualitativa das observações diretas no Fórum Brás.

Uma vez realizada a análise descritiva e exploratória dos dados, na seção 6.2

são discutidos os testes das três principais hipóteses explicativas das decisões sobre aplicação da medida socioeducativa de internação em todo o estado de São Paulo. Por meio de regressões logísticas binomiais em cenários multivariados, as hipóteses jurídico-oficial, substantivo-política e da manutenção organizacional são testadas e seus resultados, discutidos. Em seguida, na seção 6.3, esses mesmos testes são realizados especificamente para os casos julgados no município de São Paulo, de modo a garantir a integração metodológica.

Já na seção 7.1 foram descritas as principais observações realizadas no Fórum Brás, com relatos sobre o fluxo do Fórum, sobre as audiências de apresentação e de continuação, sobre as oitivas informais no Ministério Público e sobre os acordos informais realizados. Em seguida, a seção 7.2 traz algumas conclusões da pesquisa de campo a respeito dos mecanismos sociais do processo decisório. Em particular, são feitas menções específicas à centralidade do Ministério Público nas tomadas de decisões e à função cerimonial das oitivas informais em um sistema de justiça juvenil frouxamente ajustado, cuja coordenação e articulação se dá pela produção de documentos oficiais. Os mecanismos sociais das decisões judiciais, além disso, contam com momentos em que há uma ruptura nas definições de situação e os Promotores de Justiça ‘voltam atrás’ de suas decisões tomadas automaticamente, sugerindo medidas mais brandas aos adolescentes que fogem do perfil tacitamente esperado.

Por fim, nas Considerações Finais (8), ressalta-se como a abordagem multi-metodológica, particularmente o desenho misto sequencial explicativo, conjecturada a partir de um arcabouço conceitual em torno da explicação por mecanismos das práticas judiciais, pode exercer uma função de preenchimento da lacuna na literatura especializada. Ainda que os artigos não tenham chegado a qualquer consenso a respeito dos determinantes das decisões judiciais, a investigação aqui conduzida demonstra como os mecanismos sociais que produzem os resultados das ações nos sistemas de justiça consistem numa espécie de interação entre as hipóteses testadas. Tal conclusão e a própria sugestão de mecanismos sociais de decisões judiciais só foram possíveis por conta da integração metodológica dada pela natureza do problema de pesquisa.

O PROBLEMA

COMO JUÍZES DECIDEM? O processo de tomadas de decisões por parte de indivíduos é um tema clássico nas Ciências Sociais, com desenvolvimentos disciplinares específicos na Economia, na Psicologia, na Ciência Política e na Sociologia. Mas o processo de tomada de decisões no âmbito das práticas judiciais consiste em uma problemática mais específica – isso porque as decisões judiciais são compreendidas como um *processo*, isto é, não interessam aqui os aspectos cognitivos que fazem com que indivíduos ajam de uma ou outra maneira; ao contrário, interessa aqui a construção social da tomada de decisões judiciais, estas apenas possíveis após uma série de discursos capazes de convencer o seu interlocutor de que elas se fazem mesmo necessárias.

Ainda mais particular do que o processo de tomada de decisões no âmbito das práticas judiciais está a construção social das decisões judiciais na esfera criminal. Quando as decisões em questão consistem na determinação da privação de liberdade de determinado indivíduo, faz-se necessário que esse veredito seja contextualizado em um processo decisório. Há uma série de discursos e representações inscritas na sociedade que legitimam o confinamento de cidadãos cujo comportamento criminoso tenha sido comprovado, sustentando que indivíduos que se engajam em atividades ilícitas de determinada natureza não podem conviver socialmente, seja porque devem responder por seus atos, seja porque essa medida deve ser exemplar em sua função dissuasória para o restante da sociedade, entre outras justificativas.

Nesse sentido, o estudo a respeito da determinação de sentenças criminais se torna potencialmente sociológico. Quais são, afinal, esses discursos e representações inscritos na sociedade que legitimam que determinados indivíduos sejam institucionalizados, enquanto outros não sejam? Em particular, quais fatores são mobilizados pelos magistrados e outros operadores do Direito ao longo do processo decisório que definem a pena dos réus ali atendidos?

Essas questões foram particularmente popularizadas, na sociologia estadunidense, na segunda metade do século XX. Um intenso debate em torno da problemática da “sentencing” teve palco nas revistas de Sociologia e de Criminologia. Em um primeiro momento, alguns autores levantaram a hipótese de que as relações de poder inscritas na sociedade de maneira geral seriam reproduzidas nos processos de julgamento (cf. Chiricos e Waldo, 1975). Assim, réus pobres seriam mais conde-

nados do que réus ricos, réus negros seriam mais condenados do que réus brancos, réus jovens seriam mais condenados do que réus mais velhos. Em seguida, outros autores responderam com afirmações de que, na verdade, seriam os próprios fatores legais os determinantes das sentenças – e as diferenças sociais encontradas estariam condicionadas à gravidade do crime e ao histórico criminal do réu (cf. Hopkins, 1977).

Teve início, assim, um intenso debate a respeito dos determinantes dos processos de julgamento criminal nos Estados Unidos: “fatores legais” *versus* “fatores extra-legais” (cf. Hagan, 1974; Pires e Landreville, 1985). Como sugestão de superação dessa disputa, outros autores trouxeram uma terceira hipótese explicativa das determinações das sentenças: a organizacional (cf. Dixon, 1995; Hagan et al., 1979). Seja o contexto organizacional em que os tribunais estão inseridos, seja privilegiando réus que se declararam culpados e agilizaram os processos criminais, a própria estrutura burocrática das cortes é que seria o principal preditor das penas aplicadas.

Embora as três hipóteses mencionadas e extensamente testadas pela literatura tenham sentido lógico e sejam dedutivamente derivadas de construções teóricas, é possível argumentar que essas explicações não dão conta de um aspecto fundamental das decisões judiciais: seus mecanismos. Seja um ou outro o principal fator determinante, ou mesmo alguma interação entre os fatores propostos, essa abordagem hipotético-dedutiva não explica como o processo de tomadas de decisões é efetivamente realizado, culminando na condenação, ou não, do réu ali presente. Nesse sentido, a busca pelo detalhamento das engrenagens sociais que culminam em padrões específicos de quais réus são confinados e de quais não são pode ser central no debate sobre o processo de tomadas de decisões no âmbito das práticas judiciais, particularmente na esfera criminal.

Isto posto, ainda mais particular do que a esfera criminal, o sistema de justiça juvenil se faz um objeto privilegiado na busca pelos mecanismos sociais das decisões judiciais. Isso porque consiste em uma situação em que o réu, tecnicamente, é inimputável criminalmente e em que a própria decisão concernente à institucionalização de um jovem autor de comportamento criminoso é dada, formalmente, por motivações pedagógicas. Esse aspecto é particularmente enfático no sistema de justiça juvenil brasileiro.

Desde a promulgação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), em 1990, o sistema de justiça juvenil brasileiro incorporou alguns aspectos jurídicos do Direito Penal. Isso será detalhado mais adiante, mas resumidamente significa que, diferen-

temente do que acontecia até então, adolescentes passaram a poder ser formalmente acusados de cometimento de *ato infracional* – classificação equivalente a crimes inscritos no Código Penal e contravenções –, podendo, de acordo com as circunstâncias dessa acusação, receber uma medida socioeducativa – medidas análogas às penas. E dentre todas as possibilidades de medidas que um jovem réu pode receber, aquela com maior carga negativa é a de internação – o confinamento do adolescente em alguma unidade socioeducativa.

O caráter negativo da medida socioeducativa de internação (Brasil, 2006) é evidenciado pelas limitações que o próprio ECA impõe: só podem ser internados adolescentes que cometeram ato infracional com violência e/ou grave ameaça à pessoa. Em outras palavras, as unidades de internação são restritas aos jovens acusados de cometimento de crimes graves – quanto mais grave o crime, maior deve ser a propensão à internação do adolescente. Alternativamente, se uma infração foi cometida por um jovem, mas não envolveu violência ou grave ameaça à pessoa, alguma outra medida socioeducativa deve ser aplicada – ou seja, quanto mais “leve” a infração, menor deve ser a propensão à internação¹. Nesse sentido, pode-se dizer que o ECA introduziu elementos do Direito Penal no sistema de justiça juvenil: o trabalho nas Varas Especiais da Infância e da Juventude envolvem, desde 1990, a averiguação da veracidade da acusação (afinal, todos são inocentes até que se prove o contrário) e o julgamento do quão grave (ou melhor, do quão violenta e do quão ameaçadora) foi a infração. E daí surge a noção, a ser desenvolvida, de *proporcionalidade*: trata-se de um princípio básico do Direito Penal clássico, atualmente vigente na justiça criminal para adultos, e aparentemente agora também do Direito da Criança e do Adolescente, a existência de uma proporção direta entre o crime e a pena, ou, no caso presente, entre o ato infracional e a medida socioeducativa.

Entretanto, apesar da existência dessa aparente proporcionalidade no sistema de justiça juvenil, não é possível afirmar que o Direito da Criança e do Adolescente passou a atuar como um braço do Direito Penal². Em primeiro lugar, oficialmente não se pode falar em *crimes* e *penas* para adolescentes, uma vez que eles são criminalmente inimputáveis e o Código Penal não lhes diz respeito diretamente. Além disso, o ECA não define os critérios do que seriam “atos infracionais cometidos com

¹Formalmente, o ECA prevê que o fato de um ato ser cometido com violência ou grave ameaça é uma condição necessária para que haja internação, mas não é suficiente.

²Conforme será discutido na seção 2.2, essa é uma questão em disputa, não consensual.

violência ou mediante grave ameaça à pessoa”, cabendo ao Promotor de Justiça e ao Defensor argumentarem e ao Juiz de Direito decidir se cada caso se integra ou não nessa categoria. Isso confere certa discricionariedade ao juiz que contradiz essencialmente a noção de proporcionalidade entre ato infracional e medida aplicada – tida como uma espécie de prescrição das decisões judiciais. Afinal, juízes poderiam interpretar desigualmente as infrações e justificar que estão seguindo o ECA.

Devido à possibilidade de um comportamento discricionário dos juízes, surgem ao menos duas sugestões de explicação concernentes às fundamentações da decisão judicial. É possível supor que a aplicação da medida socioeducativa de internação consista na manifestação de relações de poder inscritas na sociedade de maneira mais ampla – assim, dada uma estrutura de dominação racial, adolescentes pretos e pardos tenderiam a ser mais internados nas unidades; dada uma estrutura de dominação de classes, adolescentes dos estratos mais baixos da sociedade tenderiam a ter uma probabilidade maior de receber a medida socioeducativa de internação; dada uma estrutura patriarcal e de dominação masculina, meninos e meninas em conflito com a lei seriam diferentemente julgados.

Mas para além dessas hipóteses de reprodução de estruturas sociais, o comportamento discricionário dos juízes pode sugerir uma outra explicação para as decisões judiciais. Considerando todo o histórico assistencialista da justiça juvenil³ e as próprias determinações do ECA, juízes poderiam analisar a situação social de cada adolescente que passa pelas Varas Especiais da Infância e da Juventude e mandar jovens moradores de rua, sem família, que não vivessem com condições humanas mínimas, por exemplo, para as unidades de internação. A medida socioeducativa seria vista como possibilidade de assistência a jovens desprovidos de condições básicas.

Não só essas características individuais ou relativas ao ato infracional podem ter efeitos específicos sobre a decisão judicial concernente à aplicação da medida socioeducativa de internação. O próprio funcionamento do sistema de justiça juvenil pode exercer influência na decisão final. Em alguns municípios do interior do estado de São Paulo, por exemplo, os julgamentos ocorrem em varas criminais comuns, ao passo que em outros, como na própria capital, existem as Varas Especiais da Infância e da Juventude – a hipótese de que essas distintas organizações das casas judiciais responsáveis pelos julgamentos alteram os padrões decisórios de aplicação da medida

³O histórico do sistema de justiça juvenil no Brasil é explicado na próxima seção 2.1.

de internação é lógica e empiricamente testável.

Seja qual(is) for(em) o(s) fator(es) determinante(s) da aplicação da medida socioeducativa de internação em São Paulo, nenhuma dessas hipóteses citadas⁴ efetivamente explica, no limite, *como os juízes decidem*. Isto é, nenhuma dessas construções, por mais que possam ser efetivamente verificadas com dados empíricos, fornece uma explicação dos mecanismos do processo de tomada de decisões que culminam na aplicação da medida de internação – as engrenagens sociais que geram o resultado final de um adolescente internado, ou não, não são detalhadas.

Tem-se o exemplo da questão racial: a hipótese de que juízes e promotores tendem a internar mais jovens pretos e pardos do que jovens brancos, dada uma estrutura de dominação racial inscrita na sociedade brasileira, é plausível – deve, pois, ser testada no nível de suas instâncias observáveis. Mas não faz sentido supor que o juiz, ao receber um adolescente na audiência, apenas olhe para o jovem, atribua uma cor à sua pele e tome sua decisão a partir disso. Ainda que exista um viés racial nas decisões judiciais, o mecanismo pelo qual ele ocorre também deve ser problematizado – dada uma provável sutileza, as instâncias observáveis dessa hipótese, por exemplo, são mais complexas. Esse é o caso mais extremo, mas o mesmo poderia ser dito em relação às outras hipóteses.

Nesse sentido, o processo de funcionamento do sistema de justiça juvenil pode auxiliar na busca por esses mecanismos.

De acordo com o ECA, ao ser apreendido por suposto cometimento de ato infracional pelos policiais militares, o adolescente é imediatamente levado à Delegacia de Polícia mais próxima. O delegado responsável pelo estabelecimento, então, interroga-o a fim de investigar o que aconteceu; nesse momento, são também ouvidas a(s) testemunha(s) e a(s) vítima(s), se possível. Findos os questionamentos e a investigação, se averiguada grave ameaça na infração cometida, a autoridade policial elabora o auto de apreensão e o boletim de ocorrência e encaminha o adolescente ao Ministério Público (arts. 171-174 Brasil, 1990). O Promotor de Justiça responsável deve, então, proceder imediata e informalmente à sua oitiva, momento em que, mais uma vez, o jovem é interrogado a respeito do cometimento, ou não, de ato infracional. As oitivas informais consistem em uma situação particularmente interessante para o estudo do sistema de justiça juvenil, posto que configuram o primeiro con-

⁴As três hipóteses mencionadas – jurídico-oficial, substantivo-política e da manutenção organizacional – são retomadas ao longo do texto, particularmente nos capítulos 4, 5 e 6.

tato do adolescente com as práticas judiciais. O representante do Ministério Público poderá, após essa oitiva, promover o arquivamento dos autos (o que significaria que não há evidências para sustentar a acusação); conceder a remissão (que seria uma espécie de perdão judicial, a suspensão condicional do processo); ou representar à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa (arts. 179-180 Brasil, 1990) – a representação do Ministério Público consiste essencialmente na acusação formal para o juízo⁵. Ao juiz cabe, enfim, analisar a representação do Promotor de Justiça e, após a audiência de apresentação (que acontece no mesmo dia da oitiva informal), decidir ou não pela internação provisória (por, no máximo, 45 dias). Em seguida, ele agenda a audiência de continuação, momento em que as testemunhas e, eventualmente, as vítimas serão interrogadas e a decisão final relativa à aplicação de medida socioeducativa será tomada.

Particularmente as oitivas informais consistem em um momento interessante do processo judicial. Por se tratar de uma espécie de conversa entre o jovem – e, eventualmente, sua família – e o Promotor de Justiça, conversa esta que, conforme o ECA enfatiza, deve ser informal, tem-se uma situação em que o adolescente pode contar sua versão do fato, confessar participação no ato infracional ou mesmo não declarar nada; ao mesmo tempo, o Promotor de Justiça, que poderia tomar sua decisão baseado exclusivamente na documentação enviada pelo delegado da Polícia Civil, pode ouvir o jovem e tirar suas próprias conclusões em relação à culpabilidade do adolescente. E como o caso só chega ao juiz caso o Promotor escreva a representação, esse momento pode ser crucial para a produção decisória a respeito da aplicação da medida socioeducativa de internação.

O problema de pesquisa analisado aqui consiste, pois, na explicação dos mecanismos sociais do processo de tomada de decisões que configuram a aplicação da medida socioeducativa de internação em São Paulo. Isso significa que a verificação dos determinantes das sentenças consiste em parte essencial da investigação, mas não dá conta de responder totalmente ao problema proposto. Na busca pela explicação dos mecanismos sociais das decisões judiciais, o emprego da abordagem multimetodológica se faz necessário. O desenho que deriva desse problema de pesquisa é

⁵Juridicamente, não se pode falar em *acusação* no âmbito da justiça juvenil; no entanto, há um esforço neste trabalho em não usar a terminologia oficial. Sabe-se que a própria escolha dos conceitos já representa um posicionamento; assim, tratar a representação do Ministério Público como a acusação formal contra o adolescente é uma forma de, na verdade, desnaturalizar ou, ao menos, não normalizar o tratamento jurídico-oficial.

um desenho misto sequencial explicativo, integrando métodos quantitativos – com o objetivo de verificar os determinantes das decisões judiciais – e qualitativos – com o objetivo de explicar os mecanismos dos efeitos estimados anteriormente. A primeira etapa foi realizada com dados representativos do universo de pastas e prontuários arquivados no ‘Complexo do Tatuapé’, buscando estimar a probabilidade de internação a partir das hipóteses mencionadas. A segunda etapa, tendo os determinantes estimados anteriormente como premissa, foi realizada no Fórum Brás, por meio de observações diretas das audiências de apresentação e de continuação e das oitivas informais no Ministério Público.

Justiça Juvenil

ESTE CAPÍTULO BUSCA introduzir o objeto em que se circunscreve a presente investigação, qual seja, o sistema de justiça juvenil. Embora a problemática da pesquisa esteja relacionada às práticas judiciais e à explicação do mecanismo pelos quais se dá o processo de tomada de decisões, é importante detalhar alguns aspectos mais técnicos do objeto com que se está lidando. Nesse sentido, o capítulo está dividido em duas seções: em um primeiro momento, tem-se a contextualização histórica do tratamento legislativo e institucional oferecido aos adolescentes em conflito com a lei, desde o Código Criminal do Império, de 1830, até as alterações promovidas pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990; e, em seguida, tem-se a descrição mais detalhada da recente polêmica, delimitada no debate jurídico, a respeito da existência de um Direito Penal Juvenil. Como essa discussão diz respeito justamente a chaves interpretativas do ECA e ao modo como as decisões concernentes à aplicação da medida socioeducativa, por exemplo, devem ser tomadas, o interesse para a presente dissertação é considerável.

O ECA E A JUSTIÇA JUVENIL BRASILEIRA

DOS TEMPOS DO Império aos dias de hoje, a legislação brasileira concernente à criança se alterou continuamente. Sob a perspectiva do Direito Penal, entretanto, um tema se manteve paradigmático: a inimputabilidade penal desses jovens ainda não adultos. As crianças autoras de crimes devem ou não ser punidas? Por um lado, argumenta-se que é natural a imposição de limites legais para o convívio social, e por conseguinte toda ação *antissocial* deve ser responsabilizada e reprimida; por outro, argumenta-se que as crianças ainda são indivíduos em formação, de modo que qualquer tipo punição seria intrinsecamente injusta. Esse debate – essencialmente jurídico – é antigo e, por esse motivo, uma parcela significativa de juristas argumenta que existe no Direito Público, e particularmente no direito da criança e do adolescente, um sistema penal paralelo (cf. Sposato, 2006). Isso não é nem um pouco consensual entre os especialistas, mas é justamente esse dissenso que evidencia o interesse social, e sociológico, por trás dessa questão.

Durante algum tempo, não havia no Brasil um código de leis específico para

crianças. Havia as leis gerais, dentre as quais as leis criminais, que valiam para todos os indivíduos. O Código Criminal do Império, de 1830, por exemplo, não regulamentava a intervenção estatal nos casos de infrações cometidas por crianças. Ainda assim, ele já indicava um princípio de imputabilidade associada à idade:

Art. 10. Também não se julgarão criminosos:

§ 1º. Os menores de quatorze annos. (...)

Art. 13. Se se provar que os menores de quatorze annos, que tiverem cometido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos ás casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda á idade de dezasete annos. (Brasil, 1830, grifo nosso)

A noção de *discernimento* presente no artigo 13 é fundamental para esse primeiro período. Apesar do § 1º do artigo 10 nominalmente definir inimputáveis penalmente os indivíduos com menos de 14 anos, SPOSATO argumenta que, na realidade, apenas menores de sete anos eram considerados completamente incapazes; jovens entre 7 e 18 anos eram igualmente punidos e julgados com base na noção de discernimento. Isto é, uma vez entendido que determinados jovens eram capacitados a discernir o certo do errado, a ação lícita da ilícita, a punição lhes caberia normalmente. Assim sendo, a única diferença jurídica entre adolescentes e adultos no âmbito da punição era uma singela diminuição da pena àqueles – e mesmo a execução dessas penas se daria no mesmo ambiente (Sposato, 2006).

Com a passagem para o regime republicano, todo um aparato médico-assistencial começou a se acoplar à esfera jurídica no que se refere ao tratamento de crianças e adolescentes delinquentes e abandonados. Ainda assim, não havia um código de leis especializado nesses indivíduos; a ideia de *discernimento* ainda era determinante no processo de julgamento de jovens durante a vigência do Código Penal Republicano de 1890.

A Doutrina da Situação Irregular

O século XX se iniciou, no entanto, com intensas discussões a respeito da *questão do menor*: crianças delinquentes e abandonadas, “menores vadios”, passaram a ser fonte de grandes preocupações (Adorno, 1993). É nesse momento que surge o próprio

conceito de “*menoridade*”, referente a crianças e adolescentes abandonados, perversos ou em perigo de o ser (Mendez, 2006). E é nesse momento que se iniciam as críticas ao modo como as legislações vinham tratando esse problema: conforme ALVAREZ sustenta, é com a crise do dispositivo do discernimento que começam a se organizar as leis de assistência e proteção à infância (1989).

O autor argumenta, na verdade, por uma série de transformações discursivas no início do século que culminaram na emergência do primeiro código de leis especialmente voltado para crianças e adolescentes, o *Código de Menores de 1927* – no reconhecimento oficial, por parte do Estado brasileiro, da questão do menor. Ele indica que a lógica da transformação da legislação vem “de um contexto histórico mais amplo” (Alvarez, 1989, p. 40), contando com uma série de transformações institucionais.

Nesse sentido, o início do século XX contou com um autêntico movimento – livros, artigos de jornais, projetos de lei – em favor da infância abandonada e delinquente, sempre com intensas críticas à noção de discernimento: “para aqueles que defenderão uma nova justiça para menores, não punitiva mas recuperadora, educativa e disciplinar, o discernimento aparecerá como um dos alvos privilegiados de ataque” (Alvarez, 1989, p. 69). E essas críticas, somadas a um modelo de uma nova justiça para menores – recuperadora, não punitiva – e de criação de tribunais especializados, culminaram na emergência do *Código de Menores de 1927*.

O Código Mello Mattos – como ficou conhecido o Código de Menores de 1927, devido ao nome do primeiro Juiz de Menores do país (cf. Alvarez, 1989) – é nomeado *tutelar* por alguns juristas (cf. Shecaira, 2007; Sposato, 2006). Isso porque essa legislação configura uma relação de tutela do Estado em relação a “todo menor, de um ou de outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos” (art. 1º).

No que concerne à responsabilização penal, o código fixou a inimputabilidade penal de jovens com menos de 14 anos. A despeito disso:

Art. 68. O menor de 14 annos, indigitado autor ou cumplice de facto qualificado crime ou contravenção, não será submettido a processo penal de, especie alguma; a autoridade competente tomará sómente as informações precisas, registrando-as, sobre facto punivel e seus agentes, o estado physico, mental e moral do menor, e a situação social, moral e economica dos paes ou tutor em cujo guarda viva.

(...)

§ 2º. Si o menor fôr abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser, a autoridade competente proverá sua collocação em asylo casa de educação, escola de preservação ou confiará a pessoa idonea por todo o tempo necessario á sua educação contando que não ultrapasse a idade de 21 annos. (Brasil, 1927)

Isso indica que cabia exclusivamente ao juiz a determinação de assistir um menor. Conforme coloca SPOSATO, o biótipo, a vestimenta, a cor davam margem a interações sumárias e arbitrárias, fundamentadas na situação de perigo, na situação irregular (Sposato, 2006). Evidencia-se a penalidade repressiva no Código pela indicação de que os menores são julgados a partir de sua periculosidade – a partir de atributos individuais. O caráter protetivo do código estaria, na verdade, ocultando sua face punitiva – como se houvesse então uma vergonha de explicitamente declarar a pena ou a punição dos jovens (cf. Alvarez, 1989).

Essa justiça *menorista* do século XX – a nova justiça paternalista provinda da união do direito com a assistência social – atinge novos contornos com a revogação do Código Mello Mattos e a instituição do Código de Menores de 1979. Tal legislação manteve a mesma lógica daquela que a precedeu, mas denominou a doutrina que as caracteriza:

Art. 1º. Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores:

I – até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular (...). (Brasil, 1979, grifo nosso)

A noção de “situação irregular”, descrita no artigo seguinte, enfatiza o desprovido de condições básicas e assistência legal, o perigo moral (“encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes”), e a autoria de infração penal. Isso inaugurou a chamada *Doutrina da Situação Irregular* (cf. Shecaira, 2007). O grande objeto visado pelo Código de Menores de 1979 não é o universo de crianças e adolescentes; tampouco são aqueles jovens que se encontram em conflito com a lei; trata-se, na verdade dos menores em situação irregular. Jovens abandonados e delinquentes são colocados num mesmo patamar: a resposta do Estado a essas duas situações é bastante parecida.

É importante esclarecer o que estou aqui chamando de *menorismo*: o processo de julgamento de crianças e adolescentes a partir de suas características individuais, tal qual sugerem os **Códigos de Menores**. Características relacionadas a aspectos socioeconômicos como ter ou não moradia, família ou condições básicas de sobrevivência na sociedade. Trata-se da inserção de jovens em unidades de confinamento como uma medida assistencialista, como se a institucionalização fosse positiva: dado que o *menor* vive na rua, melhor que ele seja internado, por exemplo. Essa aliança entre punição e assistência social é a essência da justiça menorista.

A Doutrina da Proteção Integral

A Organização das Nações Unidas (ONU) considerou o ano de 1979 como o “ano internacional da criança”, o que teve como consequência uma proposta, feita pela delegação da Polônia à Comissão de Direito Internacional da Organização, de redação de uma convenção geral da criança. Tal documento foi escrito e apresentado dez anos depois, em 1989: trata-se da **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**. A República Federativa do Brasil ratificou-a em 1990 e integra a quase totalidade de Estados que o fizeram: apenas Estados Unidos e Somália não ratificaram a Convenção. O discurso que perpassa o documento em questão é bastante similar àquele do ECA: trata-se do início daquilo que, em terreno nacional, ou ao menos latinoamericano, ficou conhecido como Doutrina da Proteção Integral (cf. Shecaira, 2007).

O tom da **Convenção** é justamente o da proteção da criança – considerada aqui como “todo ser humano com menos de dezoito anos de idade” (art. 1º). Trata-se do primeiro documento internacional que explicitamente reconhece as crianças como sujeitos de direito e lhes garante sua proteção integral como a primeira prioridade.

A emergência do **Estatuto da Criança e do Adolescente**, um ano depois da apresentação da **Convenção**, seguiu a mesma lógica, o que contradisse essencialmente os princípios que regiam a Doutrina da Situação Irregular. Em primeiro lugar, o ECA diz respeito à totalidade de indivíduos com até 18 anos incompletos, não apenas àqueles em situação irregular. Nesse sentido, trata-se de uma legislação que ampara as crianças e os adolescentes e os reconhece enquanto cidadãos e sujeitos de direito – promovendo o direito à infância.

A condição de *criança* (até 12 anos incompletos) ou *adolescente* (entre 12 e 18 anos incompletos) também difere bastante da condição do *menor*, esta agora

extinta em termos legais. Crianças e adolescentes são consideradas “pessoas em desenvolvimento” (art. 6º) – e a responsabilidade por essa formação é dada por um tripé: família; sociedade; e Estado. Os três são igualmente responsáveis por tudo que se relacionar aos jovens:

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
(Brasil, 1990)

A noção de pessoa em desenvolvimento ressalta a ideia de incompletude na adolescência (cf. Almeida, 2010), como se houvesse uma incapacidade por parte dos jovens de responsabilização por todos os atos justamente porque ainda estão sendo formados.

Para além das alterações gerais promovidas pelo ECA, entretanto, é importante avaliar o que mudou no que se refere à penalização dos adolescentes. Nesse sentido, a nova legislação traz mudanças significativas que buscam justamente desvencilhar a justiça juvenil da lógica menorista vigente até 1990. Diferentemente da lógica dos *Códigos de Menores*, por exemplo, a conduta criminosa e o abandono são tidos como fenômenos completamente divergentes. Evidencia-se essa postura no artigo a respeito da medida socioeducativa de internação:

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.
(Brasil, 1990, grifo nosso)

Essa distinção se dá porque as unidades de internação se restringem aos adolescentes autores de ato infracional – estes compreendidos como *crimes ou contravenção penal* segundo o Art. 103 –, ao passo que os abrigos dizem respeito aos jovens abandonados. A distinção entre uma conduta essencialmente criminosa e a situação de abandono enfatiza a preocupação da nova legislação em se dissociar da *Doutrina da Situação Irregular*, que tratava ambas as situações de modo indiferenciado. Nesse sentido, evidencia o papel das medidas socioeducativas como respostas oficiais ao cometimento de crimes por parte de adolescentes.

Vê-se assim que o ECA se distancia de um tipo de legislação que promove a criminalização da miséria e da pobreza, ao menos no que diz respeito ao modelo legal dos Códigos de Menores. Ao mesmo tempo, ele se aproxima de uma justiça essencialmente punitiva⁶, em que medidas socioeducativas surgem como respostas diretas ao cometimento de atos infracionais. Ao restringir a unidade de internação ao jovem autor de crimes ou contravenção penal, coloca-se essa unidade como um local essencialmente punitivo – como o local de *castigo* oferecido pelo Estado ao adolescente que descumpriu as regras. Essa faceta das unidades de internação é uma consequência da *Doutrina da Proteção Integral* – isso era relativizado sob a vigência dos Códigos de Menores porque estavam ali internados jovens tanto acusados de cometimento de crimes quanto abandonados e morando nas ruas.

A ideia de medidas socioeducativas como respostas diretas do Estado à criminalidade juvenil fica explícita no artigo 112 do ECA:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
 - II - obrigação de reparar o dano;
 - III - prestação de serviços à comunidade;
 - IV - liberdade assistida;
 - V - inserção em regime de semi-liberdade;
 - VI - internação em estabelecimento educacional
- (Brasil, 1990)

As medidas socioeducativas, assim, são aplicadas única e exclusivamente caso a prática de ato infracional seja verificada. A similaridade com uma justiça essencialmente punitiva fica ainda mais evidente quando analisados os critérios de aplicação de medida socioeducativa no mesmo artigo 112 do ECA:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

(...)

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

(...)

⁶Em nenhum momento a legislação cita o termo “punição” para os adolescentes. O que se chama aqui de *justiça punitiva*, entretanto, não diz respeito à definição legal ou à aplicação do Código Penal, mas à discussão sociológica da punição. Isso fica evidente no capítulo 3.

Art. 114. A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.
(Brasil, 1990)

Vê-se que a gravidade da infração é um fator a ser levado em consideração quando da aplicação da medida socioeducativa, o que evidencia a ideia de uma justiça baseada em algum ideal de equilíbrio entre crime e pena – quanto mais grave a infração, maior a probabilidade de o adolescente receber uma medida socioeducativa. Ainda que não se trate de uma proporcionalidade estrita (já que não há, por exemplo, uma relação exata de *quanto* de punição deve ser aplicada para cada infração), a noção de medidas socioeducativas mais severas como resposta a crimes mais graves está ali. Além disso, o artigo 114 aponta para a necessidade de provas para a decisão judicial: ou seja, não basta que um adolescente seja *acusado* de cometimento de ato infracional para que ele receba uma medida socioeducativa; ao contrário, ele deve ser *condenado* por essa atitude, sua autoria deve ser comprovada. Tem-se, pois, mais uma evidência de que o ideal legislativo proposto pelo ECA se aproxima significativamente dos ideias de uma justiça penal tradicional.

Em particular, a medida socioeducativa de internação configura a resposta *mais punitiva* do Estado ao cometimento de atos infracionais por adolescentes. Tida como o último recurso, a própria legislação reconhece o caráter negativo da privação de liberdade – e não positivo, como os **Códigos de Menores** configuravam as unidades de confinamento. O adolescente só deve ser internado em casos excepcionais e pelo menor tempo possível:

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

(..)

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

(Brasil, 1990)

A medida socioeducativa de internação, assim, deve ser excepcional e breve – deve haver uma reavaliação semestral, no mínimo, e não é possível ultrapassar o limite de três anos em cumprimento de medida. Tem-se, pois, uma clara concepção

da privação da liberdade como uma medida punitiva que, ainda que seja idealmente ressocializadora, pode ter consequências negativas para os adolescentes. O caráter punitivo dessa medida também pode ser avaliado a partir dos critérios específicos que orientam a decisão judicial. O artigo 122 do ECA é explícito:

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:
I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.
(Brasil, 1990)

Por um lado, o trecho em questão deixa ainda mais explícito o caráter punitivo da medida socioeducativa de internação: só podem ser internados adolescentes acusados de cometimento de ato infracional com grave ameaça ou violência à pessoa. Ou seja, tem-se aqui a aplicação do princípio de proporcionalidade típico de sistemas de justiça criminal mais tradicionais: quanto mais grave o crime, maior a pena. No caso: quanto *mais grave* ou *mais violento* o ato infracional, maior a propensão de recebimento da medida de internação⁷.

Por outro lado, no entanto, esse trecho expressa aquilo que permite distanciar o ECA de uma justiça penal mais tradicional, qual seja, a falta de critérios para a decisão judicial. A ideia de que a medida socioeducativa de internação se restringe a atos infracionais cometidos mediante grave ameaça ou violência à pessoa é vaga e indefinida: o que são, afinal, *ameaça grave* e *violência* à pessoa? Tais termos, determinantes para a decisão, não são definidos na legislação; cabe, pois, aos juízes julgarem se cada caso integra ou não essa categoria indefinida. Isso significa que a própria legislação confere certa discricionariedade aos juízes, que podem decidir pela internação de um determinado adolescente de acordo com seus próprios critérios. Essa vagueza legislativa contradiz essencialmente os princípios do Direito Penal, que prezam justamente pela motivação das decisões judiciais. Nesse sentido, a justiça juvenil sob vigência do ECA se distancia dos princípios de uma justiça penal mais tradicional.

A polêmica em torno desse ponto, em particular, gerou uma intensa discussão concernente à legislação e ao sistema de justiça juvenil brasileiro. Essa discussão é abordada no próximo tópico.

⁷Evidentemente, trata-se, até aqui, de uma interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse ideal de proporcionalidade entre medida e infração será tomado como hipótese a ser testada, não como pressuposto – e o que foi feito até aqui foi apenas argumentar como os fundamentos dessa hipótese podem ser encontrados no próprio código de leis.

DIREITO PENAL JUVENIL

UMA DISCUSSÃO BASTANTE recorrente no âmbito do desenvolvimento do pensamento criminológico diz respeito a duas tradições acadêmicas que se opõem – ou, ao menos, se opuseram no século XVIII: a Escola Clássica e a Escola Positiva. De um lado, seguindo as ideias de Cesare Beccaria, a noção de que o crime consiste na quebra daquilo que está na lei – se não há leis, não há crimes; nesse sentido, o aparato punitivo deve concernir à ação criminosa, punindo mais de acordo com a gravidade da ação (cf. Alvarez, 2014). Sua obra *Dos Delitos e das Penas*⁸ é uma das primeiras a discorrer a respeito do ideal de proporcionalidade entre crime e pena. A justiça penal segundo a Escola Clássica – que foi normativamente aplicada no mundo ocidental contemporâneo – busca julgar e punir o crime.

Por outro lado, a Escola Positiva, seguindo as ideias de Cesare Lombroso e o aparato positivista e evolucionista característico do século XIX, trazia a noção de que o criminoso era um indivíduo anormal, não evoluído. A Escola Positiva não dizia respeito à ação criminosa, mas ao indivíduo criminoso. Seu objetivo, assim, era buscar as explicações naturais e biológicas para esse tipo de comportamento – por esse motivo, sempre esteve bastante associada às áreas de Biologia e Medicina, por exemplo, sendo esta a formação do próprio Lombroso (cf. Alvarez, 2014). Uma justiça penal de influência Positiva, assim, buscar punir o indivíduo autor do crime, não a ação criminosa – não haveria, assim, qualquer noção de proporcionalidade aqui.

Evidentemente, o sistema de justiça juvenil brasileiro não se baseia completamente nos ideais Clássico ou Positivo. Entretanto, é possível supor dois modelos distintos de justiça juvenil que resguardam semelhanças com essas duas escolas de pensamento. Uma justiça juvenil essencialmente Clássica, por exemplo, definiria e tipificaria claramente cada ato infracional, bem como qual tipo de punição cada um dessas infrações mereceria; já uma justiça juvenil baseada no ideal Positivo, por outro lado, buscaria informações específicas a respeito daquele adolescente em particular, dos motivos que o levaram ao cometimento desse ato, bem como definiria um tipo de punição baseado nas características individuais daquele réu. Ora, o *Estatuto da Criança e do Adolescente*: i) define os atos infracionais como crimes e contravenções penais, remetendo ao Código Penal, além de indicar que as unidades de

⁸PEREIRA, Marcos. *Cesare Beccaria: precursor do direito penal moderno*. São Paulo: Editora Escala, 2011.

internação devem se restringir a jovens condenados por atos cometidos com violência e/ou grave ameaça à pessoa, conforme preveria uma proposta Clássica; e ii) sugere que a aplicação das medidas socioeducativas deve se adaptar aos distintos contextos e realidades que emergem no processo decisório, tal qual o ideal Positivo.

De um lado, uma justiça juvenil voltada para o ato nos exatos mesmos moldes da justiça penal. Nesse modelo, há definições explícitas do que consiste em atitude criminosa e qual a pena para cada uma dessas atitudes, com critérios claros e previamente estabelecidos que fundamentam a decisão judicial. Conforme os sistemas de justiça criminal contemporâneos, trata-se da aplicação do princípio de proporcionalidade entre crime e pena. O ECA configura a primeira legislação que trouxe elementos desse modelo para a justiça juvenil, uma vez que as medidas socioeducativas se restringem aos adolescentes acusados de cometimento de ato infracional – e a medida de internação, às infrações cometidas mediante grave ameaça ou violência à pessoa.

Por outro lado, uma justiça juvenil voltada para o adolescente. Não no sentido *lombrosiano* de naturalização do crime, mas uma justiça que analise cada indivíduo acusado e tome decisões a partir dos contextos em que o jovem está inserido. De certa maneira, os **Códigos de Menores** aplicavam um pouco essa lógica, uma vez que julgavam o contexto social dos indivíduos para enquadrarem-nos na categoria ‘*menor*’. Mas o próprio ECA, ao afirmar que a aplicação de medida socioeducativa deve levar em consideração a capacidade do adolescente de cumpri-la, contextualiza o jovem acusado e aproxima a justiça de um ideal individualizador.

Vê-se assim que a justiça juvenil sob vigência do **Estatuto da Criança e do Adolescente** vive em uma espécie de tensão entre esses dois modelos. Por um lado, trata-se de um sistema que visa à proteção da criança e do adolescente, que tem como objetivo a ressocialização de cada jovem que entrou em conflito com a lei e que tem no Estado e na sociedade, além dos pais, a responsabilidade pelos adolescentes. As medidas socioeducativas devem, assim, se adequar ao contexto de cada indivíduo. Por outro lado, trata-se de um sistema que restringe a aplicação das medidas à ocorrência de ato infracional e elege a gravidade desse ato como fator determinante na decisão a ser tomada. As medidas socioeducativas, assim, concernem à atitude do adolescente.

A tensão do sistema de justiça juvenil brasileiro entre dois modelos de justiça gerou uma intensa polêmica – no universo jurídico – a respeito tanto da interpretação dada à legislação quanto do juízo de valor exercido referente a esse código de leis. Trata-se da polêmica em torno do *Direito Penal Juvenil*. Essa polêmica envolve

juristas, operadores do Direito, acadêmicos e políticos, essencialmente, sendo que os dois lados da controvérsia são radicalmente favoráveis ao ECA e à *Doutrina da Proteção Integral* na mesma medida em que são contrários aos *Códigos de Menores* e à *Doutrina da Situação Irregular*.

De um lado, autores como SHECAIRA (2007), SPOSATO (2006), MENDEZ (2006), MACHADO (2006), FRASSETO (2006) e MINATEL (2013) defendem que, ainda que tenha trazido mudanças fundamentais, o ECA não rompeu completamente com a lógica dos *Códigos de Menores*. Claro, houve uma ruptura com a *Doutrina da Situação Irregular*, mas não uma ruptura radical. A ideia desses autores é que, historicamente, o direito da criança e do adolescente “paulatinamente constituiu um *sistema penal paralelo*” (Sposato, 2006, p. 26) e que a carta estatutária de 1990, em particular, inaugurou no Brasil um *Direito Penal Juvenil* – uma vez que a presença de princípios do direito penal em suas bases de funcionamento seria inegável. No entanto, embora tais princípios estejam inseridos na legislação, não se trata de uma aplicação completa do Direito Penal para adolescentes de 12 a 18 anos incompletos. Com isso, nessa espécie de lacuna jurídica, eles argumentam que princípios dos *Códigos de Menores* permaneceram legais. Os autores defendem, assim, que se admita e que se aplique integralmente o Direito Penal Juvenil:

Trata-se de *desmascarar* o direito penal juvenil subterfugioso das legislações de menores e o funcionamento do Sistema de Justiça da Infância e da Juventude, e de revelar, a partir da influência da Constituição Federal de 1988 e da ratificação de tratados internacionais de proteção aos direitos humanos, especialmente a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, quais características, fundamentos e princípios que informam o direito penal juvenil presente no texto estatutário.

(Sposato, 2006, p. 17, grifo nosso)

O que está em questão é que o ECA, diferentemente das legislações anteriores, introduz a noção de um sistema de justiça voltado para o *ato*, uma vez que as medidas socioeducativas se restringem aos casos em que se comprova a participação do adolescente em ato infracional. Entretanto, mantém elementos de uma justiça voltada para o *indivíduo* e um certo poder discricionário do juiz, que pode julgar quaisquer atitudes como “violentas” ou “ameaçadoras”. Defensores do Direito Penal Juvenil argumentam por uma justiça completamente voltada para a ação criminosa, definindo critérios claros de aplicação das medidas socioeducativas – e trazem esses

argumentos especialmente à luz do garantismo penal que um sistema clássico tradicionalmente envolve, uma vez que haveria menos espaço para decisões discricionárias por parte dos juízes. O argumento é que o desmascaramento do Direito Penal Juvenil é a ruptura completa com a *Doutrina da Situação Irregular* (Shecaira, 2007).

No outro lado da disputa, há aqueles autores que, também defendendo a ruptura trazida pelo ECA em relação aos *Códigos de Menores* e à *Doutrina da Situação Irregular*, se posicionam contrariamente às demandas do primeiro grupo. Autores como ROSA (2006), GOMES NETO (2001), VARONESE (2008), PAULA (2006), MAIOR NETO (2006) e DIGIÁCOMO (2006) argumentam que, por serem penalmente inimputáveis, crianças e adolescentes estão sob outro registro legal; assim, o direito da criança e do adolescente não consistira em um sistema penal paralelo, mas em um ramo do direito público. Nesse sentido, atos infracionais são substantivamente diferentes de crimes – dado que a comunidade e o poder público são tão responsabilizados quanto os próprios autores – e medidas socioeducativas são substantivamente diferentes de penas – elas têm uma natureza retributiva e coercitiva, mas um propósito pedagógico (cf. Digiácomo, 2006; Gomes Neto, 2001).

O que está em questão para esse grupo é o argumento de que o sistema de justiça juvenil, por ser especializado na condição de “pessoas em desenvolvimento” que caracteriza crianças e adolescentes, deve se adequar aos *indivíduos* acusados de cometimento de ato infracional. Não da maneira sugerida pela *Doutrina da Situação Irregular*, mas no modo como o próprio ECA coloca, visando à proteção integral da criança e do adolescente. Trata-se da defesa de um modelo de justiça *welfarista-penal*⁹.

O dissenso em torno do *Direito Penal Juvenil* é mais uma evidência da relevância do problema de pesquisa aqui proposto. Se a investigação sobre os determinantes de sentenças em sistemas de justiça criminal para adultos já é justificado, em si, como uma questão a ser investigada – uma vez que os mecanismos lançados por magistrados e outros operadores do Direito no processo de tomada de decisões consistem, no limite, nos sentidos conferidos à sua ação, os quais podem envolver, para além da ‘matemática penal’ prevista em código, fatores estruturais e organizacionais –, tem-se um quadro ainda mais interessante a ser analisado no que se refere ao sistema

⁹ *Welfarismo penal* é o termo usado por GARLAND para se referir ao tipo de penalidade aplicada durante o Estado do Bem-Estar Social nos Estados Unidos e no Reino Unido. Essa discussão é retomada no próximo capítulo.

de justiça juvenil brasileiro. Às questões apontadas, soma-se o fato de ser um sistema que, em si, extrapola o ‘pêndulo’ entre um ideal Clássico e um ideal Positivo, com ambos os modelos sendo legalmente previstos e com os próprios operadores divergindo, normativamente, a respeito de qual deveria ser o modelo aplicado. Nesse sentido, a busca pelos mecanismos por meio dos quais os juízes e Promotores que atuam nas Varas Especiais da Infância e da Juventude tomam suas decisões referentes à aplicação da medida socioeducativa de internação, a medida mais dissuasória e retributiva prevista no ECA, é justificada.

Enquadramento teórico: práticas judiciais e mecanismos

ESTE CAPÍTULO TRAZ o enquadramento teórico do qual parte a investigação conduzida. Inserindo-se no campo da Sociologia das Práticas Judiciais e adotando o arcabouço teórico-analítico da explicação por mecanismos, aqui são descritos os principais conceitos utilizados na pesquisa, bem como são explicados os campos relacionados com o tema, mas em que esta dissertação não se insere diretamente.

Nesse sentido, a primeira seção busca discutir as principais perspectivas sociológicas sobre a temática geral de “crimes e punição”, dialogando com as contribuições clássicas até os autores mais contemporâneos. Essa seção evidencia, por exemplo, como esta pesquisa se aproxima de campos como o da Sociologia da Punição, ainda que não seja este o principal debate aqui desenvolvido. Já na segunda seção, que busca descrever o campo da Sociologia das Práticas Judiciais, evidencia-se como o diálogo promovido por esse campo investigativo é aquele em que de fato se insere esta dissertação e que orienta o problema de pesquisa geral, isto é, o processo decisório no âmbito do sistema de justiça juvenil em São Paulo. Por fim, a terceira seção resume o arcabouço conceitual da explicação por mecanismos, tal qual desenvolvido por autores como ELSTER, HEDSTRÖM e YILIKOSKI (cf. Elster, 1998, 2007; Hedström e Bearman, 2013; Hedström e Ylikoski, 2010), o qual orienta o problema de pesquisa precisamente formulado em torno da busca pelos mecanismos do processo de tomada de decisões no sistema de justiça juvenil.

PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS SOBRE CRIME E PUNIÇÃO

A TEMÁTICA RELATIVA a crimes e punições é clássica nas Ciências Sociais – não só na Sociologia, mas também na Antropologia e na Psicologia, além do evidente desenvolvimento da Criminologia. Desde o início, quando ainda se debatia a própria possibilidade de uma disciplina cientificamente orientada para o estudo da sociedade, a prática de crimes tinha lugar privilegiado como objeto de pesquisas sociológicas. O assunto foi contemplado pela perspectiva positivista no final do século XVIII (por autores como LOMBROSO), pelos principais teóricos sociais entre os séculos XIX e XX (MARX, DURKHEIM e WEBER, ainda que indiretamente, trataram dessa

temática) e foi revisitado por distintas abordagens teórico-metodológicas ao longo dos séculos XX e XXI. Essa seção visa resumir essas principais perspectivas sociológicas e criminológicas – ainda que o atual estudo não se filie necessariamente a essas tradições, tal contextualização se faz importante para acessar o amadurecimento das pesquisas na área.

Conforme mencionado no capítulo anterior, o século XVIII viu a ascensão da Escola Positivista na teorização sobre criminalidade. O médico Césare LOMBROSO é, talvez, o principal nome dessa perspectiva (cf. Alvarez, 2014). Com o objetivo de explicar as causas do comportamento criminal em si, a perspectiva positivista buscou explorar a hipótese de uma condição *natural* – fatores como o tamanho do cérebro teriam um efeito direto sobre participação em atividades criminais. Nesse sentido, é importante notar que os adeptos dessa Escola naturalizavam a própria concepção de crime, buscando na biologia e na genética – nunca na vida social – o vetor causador do comportamento desviante.

Os estudos desses primeiros pesquisadores, e em especial a pesquisa conduzida por LOMBROSO, consistiam em comparações de aspectos biológicos (como o tamanho do cérebro) entre indivíduos criminosos e não-criminosos. Para tanto, a estratégia adotada era ir ao lugar que melhor concentrava tais indivíduos: as prisões. Lá, os investigadores comparariam, por exemplo, os cérebros de ex-detentos com os cérebros de pessoas não-detentas, todos falecidos. Há diversas críticas possíveis à perspectiva Positivista, mas uma, em particular, interessa ao estudo aqui realizado: a metodológica. Ainda que houvesse sentido nas premissas do ideal positivista, comparar indivíduos presos com indivíduos não-presos como uma operacionalização da comparação entre indivíduos criminosos e não-criminosos consiste em uma falha de desenho de pesquisa, qual seja, desconsiderar as pessoas soltas que eventualmente cometeram crimes e as pessoas presas que eventualmente não cometeram crimes – os “falsos positivos” e os “falsos negativos”. Ou seja, desconsidera toda a seletividade das instituições punitivas. Rigorosamente, o universo a que se refere o conjunto de pessoas presas é diferente do universo de pessoas criminosas. Nesse sentido, quaisquer diferenças potencialmente encontradas na dita comparação não configuraria de fato a comparação desejada.

Após a Escola Positivista, outras diversas perspectivas propuseram interpretações relativas às relações entre crimes e castigos. Em particular, interessam aqui as perspectivas que justamente fundamentam a teoria social clássica, qual seja, as visões

durkheimiana, weberiana e marxista.

Émile DURKHEIM apresenta extensas discussões a respeito da concepção social de ‘crime’. Em *As Regras do Método Sociológico* (1972), ele propõe que o crime seja um fenômeno normal a todas as sociedades, consistindo “num ato que ofende certos sentimentos coletivos dotados de energia e nitidez particulares” (Durkheim, 1972, p. 58). Em *A Divisão do Trabalho Social* (1977), na mesma lógica, o autor afirma que:

(...) não se deve dizer que um ato ofende a consciência comum porque é criminoso, mas que é criminoso porque ofende a consciência comum. Não o reprovamos porque é um crime, mas é um crime porque o reprovamos.
(Durkheim, 1977, p. 100)

Um aspecto bastante interessante da perspectiva durkheimiana é a desnaturalização do crime como um mal imanente da sociedade. Se é a ofensa à consciência comum que determina o ato criminoso, ele pode variar conforme as diversas sociedades. Entretanto, apesar de suas proposições teóricas a respeito do crime, DURKHEIM pouco disserta sobre a punição em si – e, ao citá-la, embora enfaticamente recuse pensá-la como a definição do crime, naturaliza-a: “é claro que a punição não cria o crime, mas é pela punição que o crime se revela exteriormente a nós, e, por conseguinte, é dela que se deve partir se quisermos chegar a compreendê-lo” (1972, p. 36). O problema de partir do pressuposto de que é através da pena que o ato criminoso se revela à sociedade é que, novamente, se ignora a seletividade do sistema de justiça; não considerar que há criminosos sem passagem pelas vias oficiais de reconhecimento de uma infração consiste em viés de seleção.

Ainda na teoria sociológica clássica, configura-se, a princípio, uma tarefa difícil atribuir lugar ao pensamento de Max WEBER na Sociologia da Punição. A importância da sociologia compreensiva e de toda a obra weberiana, no entanto, exerce influência considerável nos tratados teóricos e empíricos da disciplina sociológica. Conforme comenta GARLAND:

Na sociologia da punição como ela atualmente existe não há explicitamente nenhuma teoria weberiana que caracterize a penalidade de uma determinada maneira, ou que ofereça uma perspectiva interpretativa ‘do ponto de vista de WEBER’. Mas se se estuda a literatura mais profundamente, fica claro que argumentos e análises weberianos aparecem continuamente.

(Garland, 1993, p. 178, tradução nossa)¹⁰

A aproximação da obra de Weber a uma sociologia da penalidade, conforme argumenta GARLAND, se dá a partir do processo de racionalização. Profissionalização, burocratização ou mesmo racionalização são fenômenos extensamente discutidos na obra weberiana e que podem se aplicar ao universo da punição. GARLAND argumenta mesmo que toda a leitura de FOUCAULT sobre o nascimento da prisão está baseada nos processos descritos por WEBER – especialmente em “The Meaning of Discipline”, em *Economia e Sociedade* (1999). A passagem da penalidade que visa à alma, e não ao corpo, é acompanhada por um fenômeno de profissionalização das penitências estatais, de burocratização do sistema de justiça e de aumento da racionalidade na economia do poder punitivo – *punir menos, mas punir melhor* (Foucault, 2009b).

Dentre os autores mais clássicos da Sociologia, talvez MARX seja aquele que menos dissertou especificamente sobre as estratégias de punição da sociedade moderna. Suas proposições teóricas – sejam no âmbito do método da dialética materialista, sejam no âmbito analítico relativo aos confrontos entre classes sociais –, entretanto, geraram estudos bastante inovadores no campo da penalidade. Uma das principais obras que de fato fundamentam uma Sociologia da Punição é dos alemães RUSCHE E KIRCHHEIMER, *Punição e Estrutura Social* (1939), e é considerada justamente o suprassumo da teoria marxista da penalidade. Oriundos do Instituto de Pesquisas Sociais, RUSCHE E KIRCHHEIMER, a partir da perspectiva da teoria crítica, aplicam o método histórico da dialética materialista para associar as diferentes estratégias punitivas ao longo da História ao funcionamento da infraestrutura socioeconômica. Sua hipótese, acompanhada por algumas demonstrações empíricas simples, é a de que cada modo de produção demanda determinado tipo de punição; assim, o século XX tem sua penalidade sob forte efeito da dinâmica do mercado de trabalho.

É possível notar que, após os escritos de LOMBROSO e da Escola Positivista que buscavam explicar as causas do comportamento criminoso, essas três vertentes da teoria social reformularam questões e propuseram ligações menos óbvias na relação entre crime e punição. Ainda que distintas entre si, as perspectivas durkheimiana,

¹⁰No original: “In the sociology of punishment as it currently exists there is no explicitly interpretative perspective from ‘Weber’s point of view’. But if one studies the literature closely, it becomes clear that Weberian arguments and analyses feature again and again.” (Garland, 1993, p. 178)

weberiana e marxista compartilham a busca não pela explicação desses comportamentos desviantes, mas pelos aspectos sociais envolvidos nas próprias definições de desvio. Ao desnaturalizar a própria noção de *crime*, voltam-se – ou indicam que se volte – às instituições de justiça e controle social.

Ainda no âmbito da teoria social, talvez o autor que mais tenha radicalizado essa desnaturalização e voltado às instituições de controle social seja o francês Michel FOUCAULT. Em sua investigação sobre as relações de poder no percurso histórico ocidental, o filósofo localiza o nascimento da prisão em uma perspectiva externa ao Direito (Foucault, 2009a,b). A despeito de toda uma reformulação teórico-jurídica ocorrida no advento da sociedade burguesa ao Estado Moderno em fins do século XVIII, caracterizada em especial pelas propostas de BECCARIA e BRISSOT e que é focada na sociedade enquanto um coletivo, a pena privativa de liberdade emerge em um contexto fora da esfera jurídica. Se antes havia uma economia de poder baseada no Poder Soberano, em que a punição era interpretada como uma ofensa à pessoa do rei e devia, portanto, ser exemplarmente punida – trata-se do teatro do suplício, em que a pena era publicizada, o condenado era humilhado e o castigo corporal era o grande objetivo –, emerge em fins do século XVIII a sociedade disciplinar, baseada na economia do Poder Disciplinar e em que a punição se dá pela reclusão e pela normalização dos comportamentos – trata-se, aqui, da prisão, da pena pelo adestramento com o objetivo de atingir a alma do condenado. A obra de FOUCAULT, em especial o estudo *Vigiar e Punir* (2009b), é um dos maiores referenciais no campo da Sociologia da Punição.

Na Sociologia contemporânea, um dos autores que têm assumido grande centralidade no debate sobre as ligações entre crime e punição é o escocês David GARLAND (cf. Salla et al., 2006). Na obra *Punishment and Modern Society* (1993), GARLAND faz um exercício de mapeamento do campo da Sociologia da Punição, definindo-o pelo objeto de estudos da penalidade: “rede de processos, discursos e instituições que estão envolvidas nessa esfera [da punição legal]” (Garland, 1993, p. 10, tradução nossa)¹¹. Apesar de excluir os processos de punição que não sejam estatais e legais,

¹¹No original: “Unfortunately we currently lack any widely used generic term which usefully describes the whole process of criminalizing and penalizing with which I intend to deal. In previous works, I have adopted the term ‘penalty’ to refer to the complex of laws, processes, discourses and institutions which are involved in this sphere, and I will use it throughout the present study as a synonym for legal punishment in this broad sense. In some contemporary literature, the term ‘social control’ has come to be used in a similar way, (...). I have, however, avoided this usage

sua proposta é interessante por não restringir esse debate à pena propriamente dita, mas expandi-lo a todo o contexto social que envolve as leis, os processos, os discursos e as instituições penais. Nesse sentido, ele discute as diferentes concepções de punição na teoria social – discute especificamente as obras de DURKHEIM, WEBER, RUSCHE E KIRCHHEIMER e os marxistas, ELIAS e FOUCAULT – e lhes apresenta críticas específicas para, no final da obra, desenvolver sua própria proposta para a Sociologia da Punição.

Nesse diálogo com a teoria social, portanto, GARLAND propõe pensar a punição como uma instituição social. Isso significa relacionar a penalidade – e todas as práticas e os discursos que estão envolvidos – com a cultura, inaugurando assim o que ele chama de abordagem culturalista da punição (Garland, 2006). O autor refuta uma relação de sobreposição, em que um desses aspectos determina o outro; ao contrário, a punição é pensada em termos mais amplos, para além do discurso normativo, e colocada como algo que comunica sentidos e reforça as relações sociais dos indivíduos. Trata-se de discutir a penalidade como uma construção social – e não como a resposta do Direito Penal às infrações cometidas. Assim, a instituição social punição se coloca como um rico objeto sociológico a ser investigado em uma ampla agenda de pesquisas.

Evidentemente, há diversas outras vertentes da teoria social que propuseram perspectivas próprias para o estudo das relações entre crimes e punição. E mesmo as vertentes aqui citadas configuram um grau de complexidade bem mais amplo do que o resumido aqui; de fato, a sociologia – e, em particular, a sociologia brasileira – viu, nas últimas décadas, o amadurecimento de todo um campo de pesquisas em torno das temáticas da punição e das prisões (cf. Alvarez e Bodê, 2013). É interessante notar, por exemplo, como os estudos, na contramão das proposições positivistas de LOMBROSO, desnaturalizaram a ideia de criminalidade e se concentraram justamente na problematização das próprias instituições punitivas – e, em particular, das prisões.

Entretanto, a abordagem da Sociologia da Punição – partindo das discussões clássicas, centrada em FOUCAULT e detalhada por GARLAND – acabou se especializando muito em torno dos estudos prisionais e dos efeitos da punição (e do encarceramento) na vida social. A despeito da amplitude da agenda de pesquisas que se abre a partir desse referencial teórico e temático, essa vertente não consiste na

because ‘social control’ usually refers to a much wider range of practices (...)” (Garland, 1993, p. 10)

única possibilidade de abordagem de uma investigação sociológica na fronteira com os temas criminológicos. Em particular, uma perspectiva que interessa à investigação realizada aqui é a da Sociologia das Práticas Judiciais.

A SOCIOLOGIA DAS PRÁTICAS JUDICIAIS

UMA POSSIBILIDADE ANALÍTICA consiste na Sociologia das Práticas Judiciais. Um dos principais proponentes dessa perspectiva é o americano Donald BLACK, cujo livro *Sociological Justice* (1989) traz a proposta de uma análise sociológica do direito que foque nos casos, nos fóruns e nos tribunais. Outros autores centrais para a sociologia das práticas judiciais são o canadense John HAGAN, especialmente a partir de seu livro *Structural Criminology* (1988), e o francês Antoine GARAPON, por *Bem julgar: ensaio sobre o ritual judiciário* (1999) – no Brasil, COELHO (1986) e PAIXÃO (1982) são os dois principais autores que deram início a essa tradição de pesquisas.

BLACK traz a proposta de uma sociologia jurídica que seja puramente científica, independentemente dos aspectos normativos comuns ao Direito – à qual interesse o que é, não o que *deveria ser*. Ele argumenta que, tradicionalmente, o campo da sociologia legal esteve preocupado com a efetividade do Direito, com a comparação entre a realidade legal e aspectos mais abstratos da lei (como as doutrinas); ao trazer o método científico, ao contrário, o objetivo seria não fazer quaisquer juízos de valor, e assim atribuir menor, ou nenhuma, importância à efetividade legislativa (Black, 1989).

A proposta de BLACK foca numa espécie de microsociologia do direito: os casos. Em oposição aos estudos tradicionais que focaram em aspectos macrosociológicos, como o império da lei, sua proposta é centrada na resolução e no lidar dos processos judiciais, pensando especialmente as possibilidades de interação entre as partes envolvidas e os atores dos casos. Particularmente, sua proposta de agenda de pesquisa parte do problema, identificado por inúmeros estudos, de que casos tecnicamente idênticos comumente têm decisões diferentes, o que indicaria que “a lei é variável e situacional” (Black, 1989, p. 6):

Além das características técnicas – como as doutrinas jurídicas se aplicam aos fatos – todos os casos têm características sociais: quem tem uma queixa contra quem? Quem lida com essa queixa? Quem mais está envolvido? Cada caso tem pelo menos duas partes (uma vítima e um réu) e pode incluir apoiadores

de um ou dos dois lados (como advogados e vítimas amigáveis), além de uma terceira parte (como um juiz ou um júri). As características sociais dessas pessoas constituem a *estrutura social do caso*.

(Black, 1989, p. 8, grifo original, tradução nossa)¹²

O autor propõe, assim, que se compreenda o Direito como uma variável quantitativa: a estrutura social de um caso, nesse sentido, seria altamente relevante para todas as etapas e para todos os tipos de comportamento legal, uma vez que ela faz com que a *quantidade de Direito varie*. Com isso, a relação entre as partes seria um bom preditor da decisão judicial: um indivíduo de baixo status social acusando um indivíduo de alto status social teria pouca chance de vencer a disputa; um indivíduo de baixo status social acusando outro de mesma classificação teria uma chance um pouco maior; alguém de alto status social acusando um igual aumentaria modestamente suas chances; e, por fim, um indivíduo de alto status social acusando um indivíduo de baixo status social aumentaria consideravelmente sua chance de vitória. A mesma relação poderia feita no que se refere aos advogados envolvidos, aos juízes e jurados e mesmo à fluência das falas das pessoas (Black, 1989, p. 18). Ao propor um modelo sociológico do Direito, em contraposição ao modelo jurisprudencial, o autor sustenta que os casos de ‘discriminação’ não seriam tratados como uma exceção, mas como regra: supor-se-ia o pressuposto de que os casos sempre refletem as características sociais daqueles envolvidos.

O objetivo geral do autor nesse livro é propor um novo modelo de justiça, argumentando mesmo que as escolas de Direito não ensinam adequadamente seus alunos. Isto porque as universidades estariam seguindo o modelo jurisprudencial, em que aspectos doutrinários e endógenos ao universo legal seriam preditores das decisões judiciais, quando, na verdade, os melhores preditores consistiriam em fatores da vida social, externos ao Direito. Caso o ensino jurídico se focasse nas dimensões sociológicas dos casos, algumas técnicas poderiam ser empregadas no sentido de reduzir a discriminação. Essas técnicas caminham no sentido da *dessocialização* do Direito, isto é, um esforço de tirar os aspectos sociais que interferem nas decisões judiciais: adversários não se enfrentariam diretamente, juízes e terceiras partes não

¹²No original: “In addition to technical characteristics – how the doctrines of law apply to the facts – every case has social characteristics: who has a complaint against whom? Who handles it? Who else is involved? Each case has at least two adversaries (a complainant or victim and a defendant) and it may also include supporters on one or both sides (such as lawyers and friendly witnesses) and a third party (such as a judge or jury). The social characteristics of these people constitute *the social structure of the case*.” (Black, 1989, p. 8)

interagiriam com as partes e todo o enfrentamento se daria por meio da escrita (Black, 1989, p. 68).

Evidentemente, parte das considerações de BLACK atingem um plano abstrato descolado da realidade empírica. Dada a complexidade da vida social, atribuir uma espécie de ‘monocausalidade’ a um fenômeno como as decisões judiciais – seja das doutrinas, como prevê o modelo jurisprudencial, seja da estrutura social, como prevê o modelo sociológico do autor – pode ser considerado simplista. De qualquer maneira, BLACK tem o mérito de trazer a discussão – em plano conceitual – a respeito dos efeitos da estrutura social nas decisões dos tribunais, de problematizar a própria lei como preditora de sua aplicação, trazendo todo o universo social para dentro dos tribunais. Trata-se de uma elaboração teórica falseável e com instâncias observáveis explicitamente definidas.

A obra do francês GARAPON, especialmente sua análise em *Bem Julgar: ensaio sobre o ritual judiciário* (1999) também é clássica no sentido de problematização das práticas judiciais. O autor busca analisar os processos e os rituais de julgamento em perspectiva comparada – nos Estados Unidos, por um lado, e na França, por outro –, aplicando para isso métodos de pesquisa das Ciências Sociais. Seu objetivo é analisar o Direito de uma perspectiva externa ao mundo jurídico, como uma espécie de antropólogo etnografando práticas sociais de uma comunidade. Ele argumenta, com isso, que essa perspectiva pode fazer emergir categorias que são naturalizadas no universo judicial, mas que respondem a muitas perguntas concernentes ao modo como se faz justiça na sociedade contemporânea (Garapon, 1999, p. 26). Seu objetivo, de maneira geral, é compreender e identificar elementos latentes do que ele denomina ‘cultura jurídica interna’¹³, que se desvela nas práticas dos operadores e que se faz fundamental para a compreensão do processo decisório.

Ao discutir o que determina a decisão em uma cultura jurídica regida pela *common law* em comparação com o sistema jurídico da *civil law*, GARAPON conclui que os magistrados têm funções e significados distintos. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde vige a *common law*, o juiz não parece ser a personagem central do processo, atuando mais como uma espécie de supervisor; na França, onde vige a *civil law*, ao contrário, é o juiz o protagonista de todos os procedimentos, atuando como

¹³ *Cultura jurídica* é compreendida pelo autor como “um conjunto de pressupostos partilhados que orientam o raciocínio, os valores e as percepções de um grupo social” (Garapon, 1999, pp. 155-156).

uma espécie de ministro da verdade (Garapon, 1999, pp. 159-161).

O lugar do juiz americano só pode ser compreendido se considerado em relação ao júri. É este último o depositário da função mais sagrada, pois é ao júri que incumbe dizer a verdade dos fatos. Esse lugar eminentemente detido pelo júri nos sistemas da *Common Law* é comprovado por um pormenor de todo impensável na França: quando o júri entra ou sai da sala de audiências, todos se levantam, *inclusive o juiz*. De igual modo, no fim do processo, o juiz levantar-se-á de novo para agradecer aos seus membros. Na França, o juiz profere todas as suas sentenças sentado.
(Garapon, 1999, pp. 162-163, grifo no original)

A obra de GARAPON é fundamental para a Sociologia das Práticas Judiciais porque problematiza, *sociologicamente*, diversos aspectos do evento de julgar na sociedade contemporânea. O espaço e a arquitetura das salas em que os processos ocorrem informam o que se prioriza em um julgamento, o modo como se lida e se domina o tempo no processo judiciário também consiste em fenômeno a ser analisado, os próprios rituais e vestimenta que fazem parte dos procedimentos – como a toga – comunicam sentido às distintas formas de busca pela verdade a partir do Direito. Todos esses aspectos, constantemente naturalizados (inclusive pelos pesquisadores), configuram problemas de pesquisa que devem ser levados em consideração em um estudo sobre os mecanismos do processo de tomadas de decisões *judiciais*.

Outro autor que avança nas definições conceituais dessa agenda de pesquisas é John HAGAN. Segundo o próprio sociólogo, seu livro *Structural Criminology* é uma obra a respeito do uso da metodologia estrutural para desenvolver perspectivas teóricas sobre crime e delinquência. Dado que “o núcleo da metodologia está na relação entre dados e teoria, no modo como sociólogos usam observações empíricas para formular, testar e refinar afirmações sobre o mundo social” (Hagan, 1988, p. 1)¹⁴, HAGAN sustenta que sociólogos que estudam criminalidade e delinquência frequentemente falham em sua metodologia, uma vez que ignoram a premissa sociológica que perpassa o pensamento criminológico, qual seja, a de que o significado e a explicação do crime são encontrados em sua estrutura social.

Daí a própria concepção, cunhada pelo autor, de ‘Criminologia Estrutural’. A estrutura social seria formada a partir das relações de poder entre os atores (sejam

¹⁴No original: “The core of methodology lies in the relation between data and theory, the way which sociologists use empirical observations to formulate, test, and refine statements about the social world” (Hagan, 1988, p. 1).

eles indivíduos ou corporações), as quais podem ser organizadas tanto horizontal quanto verticalmente. À Criminologia, interessam as relações verticais – uma vez que o próprio cometimento de um crime é, afinal, a imposição de poder de um sobre outro, tal como ser punido é se sujeitar ao poder de outros. Os paradigmas dominantes do pensamento criminológico normalmente implicam e negam, ao mesmo tempo, aquilo que a criminologia estrutural requer: eles implicam que o crime é um produto das relações de poder, mas seus desenhos de pesquisa convencionalmente ignoram essa premissa.

HAGAN cita três exemplos. No caso da teoria da rotulação¹⁵, ele indica que as pesquisas raramente mensuram, em termos de relações de poder, a interação dos atores. O poder é comumente inferido a partir dos atributos de status nessa perspectiva, mas não é frequente a mensuração das relações envolvidas. Algo semelhante é afirmado em relação à teoria do conflito¹⁶, a qual foca nos papéis dos membros de classes e status elevados em liderar os agentes do controle do crime em relação ao comportamento de indivíduos de outros estratos; no entanto, pesquisas nessa área raramente mensuram o pertencimento de classe ou grupo de status como relações de poder. Por fim, HAGAN cita também a teoria do controle¹⁷, cujo foco se dá nas relações entre atores individuais e instituições como a família. Essas investigações, todavia, usualmente mensuram as consequências comportamentais e de atitude dessas relações – em detrimento de análises das relações de poder que elas refletem (Hagan, 1988).

É importante ressaltar que as críticas de HAGAN não se direcionam às tradições criminológicas em si, mas a um problema metodológico comum: as implicações estruturais dessas tradições teóricas são ignoradas nos desenhos de pesquisa. Isso fica explícito quando analisada a literatura sobre processos de sentenciamento na justiça criminal.

Se, conforme o autor argumenta, as relações de poder influenciam o comportamento criminoso, é provável que elas influenciem também as reações a esses comportamentos, tópico a respeito do qual versa a vasta literatura sobre processos de sentenciamento. HAGAN argumenta que, embora haja um grande volume de tra-

¹⁵Trata-se da chamada ‘Labelling Theory’. O autor cita os casos de BECKER e LEMERT para exemplificar.

¹⁶Trata-se da chamada ‘Conflict Theory’. O autor cita os casos de TURK, QUINNEY, CHAMBLISS, TAYLOR, WALTON e YOUNG para exemplificar.

¹⁷Trata-se da ‘Control Theory’. O autor cita o caso de HIRSCHI para exemplificar.

balhos problematizando a questão racial, as classes podem ser um fator ainda mais saliente. “Medidas estruturais, isto é, relacionais, de classe explicitam ainda mais do que as medidas de status os caminhos por meio dos quais as classes devem influenciar o processo de julgamento”¹⁸, o que quer dizer o que o fator mais importante a ser mensurado, nesses casos, é uma posição de ‘falta de poder’ (*powerlessness*). É nesse sentido que HAGAN indica, por exemplo, que poucos estudos problematizaram a questão do emprego e do desemprego no processo de sentenciamento.

Assim, HAGAN faz uma série de críticas pontuais à literatura no intuito de evidenciar a não problematização das relações de poder. Quando se coloca a questão racial, por exemplo, raramente se considera a cor da vítima, restringindo-se à cor do réu. No entanto, como o significado da raça deriva de tipos específicos de relação de poder, isso gera um viés: homicídios, por exemplo, costumam ser intrarraciais, argumenta ele, ao passo que estupros normalmente são inter-raciais. Outro ponto diz respeito aos atores que acionam o sistema de justiça criminal, indivíduos ou empresas. O investigador sugere que, quando o agente que inicia o processo é uma empresa, aumenta a probabilidade de atribuição de culpa – e quanto maior a empresa, ainda maior é essa probabilidade (Hagan, 1988, p. 14).

A principal contribuição de HAGAN é a problematização de relações de poder específicas no âmbito organizacional do sistema de justiça criminal. Tal qual BLACK, ele sugere que a mera discussão doutrinária não é um bom preditor das decisões judiciais, as quais invariavelmente incluem algum grau de estrutura social. Nesse sentido, sua criminologia estrutural está em acordo com a justiça sociológica. A diferença está no passo seguinte: HAGAN indica não apenas que os fatores sociais devem ser considerados, mas *como*. O autor propõe que relações específicas estabelecidas entre os atores em cada contexto devem ser problematizadas – o que contribui para a compreensão da falta de consenso nos resultados de pesquisa encontrados até o momento¹⁹. Além disso, ele traz uma maior clareza conceitual concernentes aos significados de cada hipótese preditora das práticas judiciais.

As teorias atualmente dominantes sobre crime e punição pressupõem uma

¹⁸No original: “Structural, that is relational, measures of class make more explicit than status measures the ways in which class might influence sentencing” (Hagan, 1988, p. 7).

¹⁹Os tais resultados de pesquisa ainda serão discutidos no presente texto. Em resumo, havia ao menos duas teorias preditivas das decisões judiciais e os estudos invariavelmente encontravam embasamento empírico para ambas.

aproximação entre a estrutura e o funcionamento das cortes criminais. Por exemplo, o modelo marxista de conflito de classes assume o capitalismo moderno como uma infraestrutura econômica que demanda um sistema de justiça criminal coercitivo para preservar a dominação de classes (...). O pressuposto dessa perspectiva consiste nas cortes serem estruturas, de modo que as características extraleais, de classe, exerceriam uma forte influência na tomada de decisões. Alternativamente, o modelo durkheimiano de consenso (...) assume uma correspondência próxima entre os valores amplamente compartilhados de uma sociedade e o sistema de justiça criminal e que ambos expressam e preservam esse sistema de valores por meio da imparcial aplicação das leis. O pressuposto dessa perspectiva consiste na noção de que as características de crimes legalmente definidas exercem uma influência forte na tomada de decisões. Em outras palavras, os modelos marxista e durkheimiano discordam nos fatores que presumem influenciar a tomada de decisões, mas concordam que essa tomada de decisões está estruturada de uma maneira que um ou outro conjunto de fatores exerce uma influência profunda. (Hagan, 1988, p. 101, tradução nossa)²⁰

Para a presente pesquisa, a contribuição desses três autores segue no sentido de problematizar as práticas judiciais em si. Assim, problematiza-se não como se pune – no sentido de execução da pena –, mas por que se pune de uma maneira em detrimento de outra. Se o objetivo é investigar os determinantes e os mecanismos da aplicação da medida socioeducativa de internação no estado de São Paulo entre 1990 e 2006, as hipóteses formuladas devem considerar as possíveis relações de poder entre adolescentes e operadores do Direito, vítimas, policiais e opinião pública. É esperado que, neste contexto, casos tecnicamente idênticos tenham decisões distintas? Quais são as relações de poder mais influentes no processo de julgamento de adolescentes em conflito com a lei?

²⁰No original: “The currently dominant theories of crime and punishment assume a tight fit between structure and function in the criminal courts. For example, the Marxian class conflict model posits modern capitalism as an economic infrastructure that requires a coercive system of criminal justice to preserve the domination of one class by another (...). The assumption of this perspective is that the courts are structured such that class-linked, extra-legal offender characteristics exercise a strong influence on decision-making. Alternatively, the Durkheimian consensus model (...) posits a close correspondence between the widely shared values of a society and the criminal justice system that both expresses and preserves this system of values through the evenhanded enforcement of laws. The assumption of this perspective is that legally defined offense characteristics exercise a strong influence on decision-making. In other words, the Marxian and Durkheimian models disagree on the factors assumed to influence legal decision-making, but they agree that this decision-making is structured in a way that one or the other set of factors exercises a profound influence.” (Hagan, 1988, p. 101)

ABORDAGEM ANALÍTICA: EXPLICAÇÃO POR MECANISMOS

UMA SOCIOLOGIA CENTRADA na busca pela explicação por mecanismos foi tema de uma vasta gama de autores clássicos e contemporâneos: ELSTER (cf. Elster, 1998, 2007; Ratton Jr. e Moraes, 2003), MERTON (cf. 1968), COLEMAN (cf. 1998) e HEDSTRÖM (cf. Hedström e Bearman, 2013; Hedström e Ylikoski, 2010) são alguns dos principais expoentes dessa abordagem teórico-metodológica. Embora cada um desses sociólogos tenha fornecido suas próprias contribuições ao tema, eventualmente com delimitações conceituais divergentes, todos eles partem de uma premissa metateórica comum: o individualismo metodológico.

Isso não significa pressupor a aplicação da teoria da escolha racional; embora ela parta de uma abordagem individualista metodológica, há diversas outras abordagens possíveis que compartilham essa mesma premissa. Os comentários de COLEMAN a esse respeito acabam sendo úteis para o presente contexto:

Não é feita premissa alguma de que a explicação do comportamento sistemático consiste em nada além de ações e orientações individuais, tomadas em agregado. A interação entre indivíduos é vista como geradora de um fenômeno emergente no nível do sistema, ou seja, um fenômeno que não foi intencionado e tampouco previsto por indivíduos. Além disso, não há implicações de que, para um certo propósito, uma explicação deva ser completamente levada para o nível individual para que ela seja satisfatória. Em vez disso, o critério é pragmático: a explicação é satisfatória se for útil para tipos particulares de intervenção intencionada. Esse critério vai continuamente demandar uma explicação que vá abaixo do nível do sistema como um todo, mas não necessariamente a um nível fundamentado em ações e orientações individuais.

(Coleman, 1998, p. 5, tradução nossa)²¹

Não consiste em pressuposto deste trabalho a recusa completa de abordagens que partam de um holismo metodológico; ao mesmo tempo, não consiste em pres-

²¹No original: “No assumption is made that the explanation of systemic behavior consists of nothing more than individual actions and orientations, taken in aggregate. The interaction among individuals is seen to result in emergent phenomena at the system level, that is, phenomena that were neither intended nor predicted by the individuals. Furthermore, there is no implication that for a given purpose an explanation must be taken all the way to the individual level to be satisfactory. The criterion is instead pragmatic: The explanation is satisfactory if it is useful for the particular kinds of intervention for which it is intended. This criterion will ordinarily require an explanation that goes below the level of the system as a whole, but not necessarily one grounded in individual actions and orientations”

suposto deste trabalho a noção de que indivíduos agem racionalmente sem qualquer efeito de uma estrutura social. A filiação a uma perspectiva do individualismo metodológico está unicamente associada à natureza do problema de pesquisa em questão: determinantes e mecanismos da ação de tomada de decisões. Dada a pergunta que se busca responder por meio da investigação empírica, esses aspectos metateóricos devem também ser explicitados.

WEBER foi um dos primeiros autores, e talvez o mais importante, a definir a Sociologia como a disciplina científica que pretende entender e interpretar a ação social, esta compreendida como a ação cujo sentido diz respeito à ação de outros (Weber, 1999) – o foco dado ao indivíduo na sua definição da disciplina contrapõe concepções mais holísticas, como a de (Durkheim, 1972). Metodologicamente, seus escritos são dos mais influentes da história da Sociologia: aplicando o método científico na condução de investigações sociológicas, mas refutando a possibilidade de uma objetividade completa, uma vez que investigador e investigado estariam submersos em um mesmo mundo e subjetivamente interligados, WEBER propõe que a atividade de pesquisa consista na construção de ‘tipos ideais’ (Weber, 2001). Trata-se de construções mentais, com elementos retirados no mundo empírico, mas essencialmente abstratas, que busquem explicar, ainda que parcialmente, um fenômeno social particular, devendo o tipo ideal, posteriormente, ser confrontado empiricamente – assim, ainda que não em sua totalidade, alguma ‘objetividade’ pode ser alcançada pelas Ciências Sociais (Weber, 2001).

Em um de seus estudos mais famosos, o autor propõe quatro categorias típico-ideais de ações sociais. Sua tipologia consiste em: “ação social racional com relação a fins”, em que se tem uma ação essencialmente caracterizada pela razão tal qual a teoria da escolha racional sugere; “ação social racional com relação a valores”, em que se tem uma ação também racional, mas orientada por valores do indivíduo em questão; “ação social afetiva”, já mais próxima de uma irracionalidade, em que a conduta é movida por sentimentos e emoções; e “ação social tradicional”, também irracional em alguma medida, mas orientada por costumes e hábitos arraigados (Weber, 1999). Esse tipologia típico-ideal de ações sociais é utilizada, na presente dissertação, na formulação mais conceitualmente precisa das hipóteses testadas, isto é, as hipóteses jurídico-oficial, substantivo-política e da manutenção organizacional (cf. seção 5.2) são compreendidas como ações dos juízes e dos promotores de justiça cujo sentido é orientado a outros indivíduos.

Ainda que WEBER forneça um bom marco inicial teórico-metodológico para a presente pesquisa, ele tem pouco a oferecer no que se refere à abordagem da explicação por mecanismos. Talvez o primeiro autor que tenha efetivamente contribuído para essa abordagem seja o norueguês Jon ELSTER (cf. Elster, 1998, 2007; Ratton Jr. e Moraes, 2003).

Embora muito se associe a obra de ELSTER à aplicação da teoria da escolha racional na Sociologia, boa parte de seu trabalho se debruça justamente sobre as falhas da racionalidade e sobre a irracionalidade, como a influência das emoções nas ações sociais (no vocabulário weberiano, “ações sociais afetivas”). Ainda assim, evidentemente, a escolha racional é o ponto de partida eleito pelo autor. Em um trabalho concernente ao escopo teórico-metodológico elsteriano, RATTON JR. e MORAIS sugerem a respeito da perspectiva de ELSTER:

Uma das maneiras de ler um mapa das motivações humanas seria classificando-as da seguinte forma: às vezes, as pessoas perseguem seus objetivos agindo racionalmente; outras, impulsionadas por suas emoções; outras tantas, seguindo as normas sociais. A ação racional tem prioridade porque com maior frequência procuramos agir racionalmente.
(Ratton Jr. e Moraes, 2003, p. 387)

Nesse sentido, o tipo de explicação priorizado pelas Ciências Sociais seria a intencional-causal. Ainda que a *verificação* seja dada pelo método hipotético-dedutivo em quaisquer ciências empíricas (cf. seção 5.1), o tipo de explicação adéqua-se a cada domínio disciplinar – assim, a Física configuraria a explicação causal, a Biologia configuraria a explicação funcional e as Ciências Sociais configurariam a explicação intencional, admitindo vertentes ‘subintencionais’ e ‘supraintencionais’ (Elster, 1983). Basicamente, essa abordagem configura tanto o aspecto causal – essência do método científico – como o elemento intencional, dada a natureza da ação dos seres humanos.

Antes de resumir a abordagem da explicação por mecanismos proposta por ELSTER, é importante enfatizar dois outros pressupostos metodológicos de sua proposta de explicação intencional-causal: individualismo metodológico e reducionismo. O primeiro, como mencionado, parte das definições weberianas, sugerindo que os fenômenos sociais resultariam da ação e da interação entre os indivíduos²². Por conseguinte, daí já introduzindo o segundo pressuposto, a explicação sociológica deve

²²Uma vertente contemporânea liderada por HEDSTRÖM sugere a expressão “individualismo estrutural” para se referir às ligações micro-macro e à emergência das estruturas sociais a partir das ações individuais (cf. Hedström e Bearman, 2013, pp. 8-16).

reduzir fenômenos complexos a essas ações individuais, elementos que os constituem (Elster, 1983). Trata-se de um reducionismo explicativo.

O autor nos diz que para ir de instituições sociais e padrões agregados de comportamento para indivíduos utiliza-se o mesmo tipo de operação de quando se vai de células para moléculas. E explicar é fornecer um mecanismo, abrir uma caixa-preta e mostrar as peças e engrenagens, os desejos e crenças dos indivíduos que geram o resultado “social” agregado.
(Ratton Jr. e Moraes, 2003, p. 389)

Uma vez compreendido como, para o autor, a busca pela explicação intencional-causal, característica das Ciências Sociais, passa pela premissa do individualismo metodológico e do reducionismo explicativo, passa-se ao ponto de maior interesse aqui: sua proposta por uma explicação por mecanismos. E, nesse sentido, ELSTER explicita, primeiramente, o que *não* é “explicação” a partir de sua perspectiva (Elster, 2007, pp. 21-28):

- “Primeiramente, explicações causais devem ser distinguidas de afirmações causais verdadeiras” (Elster, 2007, p. 21, tradução nossa)²³. Em outras palavras, o autor argumenta que não basta citar a causa, uma vez que o mecanismo causal deve ser explicitado, isto é, é preciso mostrar *como* um determinado fenômeno ocorre.
- “Explicações causais devem ser distinguidas de afirmações sobre correlações” (Elster, 2007, p. 21, tradução nossa)²⁴. O autor quer dizer, aqui, que afirmar que um evento de certo tipo é “invariavelmente” ou “usualmente” seguido de outro evento de outro tipo não consiste em uma explicação causal – uma vez que os dois eventos podem estar sendo causados por um terceiro.
- “Explicações causais devem ser distinguidas de afirmações sobre necessitação” (Elster, 2007, p. 23, tradução nossa)²⁵. Explicar um evento, de acordo com ELSTER, é apontar por que ele ocorreu como ocorreu, o que não significa afirmar que ele poderia ter ocorrido de outra maneira.

²³No original, em Língua Inglesa: “First, causal explanations must be distinguished from *true causal statements*” (Elster, 2007, p. 21, grifo no original).

²⁴No original, em Língua Inglesa: “Second, causal explanations must be distinguished from statements about *correlations*” (Elster, 2007, p. 21, grifo no original).

²⁵No original, em Língua Inglesa: “Third, causal explanations must be distinguished from statements about *necessitation*” (Elster, 2007, p. 23, grifo no original).

- “Explicações causais devem ser distinguidas de histórias contadas” (Elster, 2007, p. 24, tradução nossa)²⁶. O autor enfatiza que pesquisa científica deve restringir-se aos relatos do que aconteceu efetivamente, independentemente de proposições menos rigorosas a respeito do que poderia ter ocorrido.
- “Explicação causais deve ser distinguidas de explicações estatísticas” (Elster, 2007, p. 27, tradução nossa)²⁷. Ainda que a estatística tenha sua função enquanto ferramenta analítica, seus resultados não podem configurar explicações causais devido à sua natureza generalista. Afirmar que um dado fenômeno tende a ter um efeito positivo sobre outro não explica como uma ação individual causa outro fenômeno.
- “Explicações devem ser distinguidas de perguntas do tipo ‘por quê?’” (Elster, 2007, p. 28, tradução nossa)²⁸. Ao contrário, a busca pela explicação por mecanismos deve focar em perguntas do tipo ‘como’.
- “Explicações causais devem ser distinguidas de predições” (Elster, 2007, p. 28, tradução nossa)²⁹. Uma vez que é possível prever sem explicar, bem como explicar sem prever, trata-se de dois fatores distintos. Ainda que a teoria eventualmente permita fazer as duas coisas, isso é excepcional para as Ciências Sociais.

Ao contrário desses sete pontos que relacionam aquilo que não configura a explicação – intencional-causal, individualista metodológica e reducionista – para ELSTER, a essência de sua proposta teórico-metodológico pode ser resumida em uma palavra: mecanismos. Trata-se da principal característica da abordagem proposta pelo autor e que, se relacionando com os três fatores listados acima, seria o objetivo principal das investigações nas Ciências Sociais: menos abrangente do que uma lei geral e mais rigorosa do que as descrições, a explicação por mecanismos.

²⁶No original, em Língua Inglesa: “Fourth, causal explanation must be distinguished from *story-telling*” (Elster, 2007, p. 24, grifo no original).

²⁷No original, em Língua Inglesa: “Fifth, causal explanations must be distinguished from *statistical explanations*” (Elster, 2007, p. 27, grifo no original).

²⁸No original, em Língua Inglesa: “Sixth, explanations must be distinguished from *answers to ‘why questions’*” (Elster, 2007, p. 28, grifo no original).

²⁹No original, em Língua Inglesa: “Finally, causal explanations must be distinguished from *predictions*” (Elster, 2007, p. 28, grifo no original).

Para Elster, explicar é fornecer um mecanismo, abrir a caixa-preta e mostrar as peças e engrenagens, porcas e parafusos da maquinaria interna da vida social. O termo *mecanismo* relaciona-se a cadeias intencionais de um objetivo para uma ação, como também cadeias causais de um evento para o seu efeito. O papel dos mecanismos é duplo: eles nos tornam capazes de ir do maior para o menor, das sociedades para os indivíduos; eles reduzem o intervalo de tempo entre *explanans* e *explanandum*. Um mecanismo fornece uma cadeia contínua e contígua de *links* intencionais e causais: ele abre uma caixa-preta, que é uma falha, algo obscuro, na cadeia explicativa. (Ratton Jr. e Moraes, 2003, p. 398, grifo no original)

A explicação por mecanismos busca abrir a caixa-preta da relação causal-intencional entre dois fenômenos; busca explicar os detalhes da cadeia e a ligação entre unidades explicativas que faz com que um evento A gere um evento B. Explicar um evento, para ELSTER, é demonstrar por que dado fenômeno ocorreu – não apenas citando um evento anterior como causa, mas fornecendo todo o mecanismo causal. Os mecanismos consistem em uma explicação distinta daquela fornecida por leis científicas, mais comuns nas Ciências Naturais, mas raras nas Ciências Sociais – trata-se de uma alternativa interessante porque os mecanismos permitem explicar mesmo quando as generalizações falham. Faz sentido argumentar, nesse sentido, que o “o objetivo factível, alcançável das ciências sociais – de um ponto de vista *explanatório* – não está em buscar melhores teorias, mas em identificar cada vez mais mecanismos” (Ratton Jr. e Moraes, 2003, p. 400).

Ainda que ELSTER seja o principal expoente e um dos inauguradores da proposta de explicações baseadas em mecanismos nas Ciências Sociais, e na Sociologia em particular, ele não é, evidentemente, o único proponente dessa abordagem. Na verdade, as últimas décadas presenciaram uma crescente literatura a respeito da perspectiva analítica e da abordagem mecanística. A ponto de MAHONEY, por exemplo, observar justamente que não há qualquer tipo de consenso na própria definição conceitual de ‘mecanismo’ – haveria, na verdade, uma superabundância de definições, o que resulta na falta de precisão conceitual (cf. Mahoney, 2001).

A proposta em torno desse arcabouço teórico-metodológico cresceu tanto nas últimas décadas que foi possível mesmo uma publicação na revista *Annual Review of Sociology*, dedicada justamente a trabalhos que forneçam uma revisão bibliográfica da literatura recente de um campo sociológico que tenha apresentado desenvolvimentos significativos. O artigo “Causal Mechanisms in the Social Sciences” (Hedström e Ylikoski, 2010) é um marco nesse sentido, uma vez que analisa criticamente as prin-

cipais contribuições filosóficas e das Ciências Sociais para a abordagem mecanísmica.

Nesse artigo, HEDSTRÖM e YLIKOSKI trazem uma tabela (cf. Tabela 1, Hedström e Ylikoski, 2010, p. 51) com nove definições distintas do conceito de ‘mecanismo’. “Estrutura performando uma função a partir de suas partes componentes”, “processo em um sistema concreto que é capaz de trazer mudança ao sistema”, “sistema complexo que produz comportamentos a partir da interação de várias partes”, “entidades e atividades organizadas de modo que produzam mudanças regulares do início ao fim” e “padrões causais recorrentes com frequência e facilmente reconhecíveis” são algumas das definições apontadas pelos autores (Hedström e Ylikoski, 2010, p. 51). Apesar de diferenças significativas entre elas, parece haver algo em comum por trás de todas as construções: uma ênfase em tornar inteligíveis as regularidades observadas ao especificar os detalhes sobre como elas são ocasionadas. Nesse sentido, a metáfora de ELSTER, descrita acima, a respeito da maquinaria pode fazer algum sentido e se fazer consensual nesse debate: a ideia de explicação por mecanismos identifica partes componentes que conjuntamente produzem resultados coletivos a serem explicados (Hedström e Bearman, 2013). Nesse sentido, a definição proposta pelo mesmo HEDSTRÖM, agora em coautoria com BEARMAN, alguns anos mais tarde pode ser de grande valia:

(...) a abordagem baseada em mecanismos não se opõe às abordagens tradicionais experimentais e não-experimentais. Esses métodos são essenciais para a disputa entre mecanismos rivais e para distinguir as atividades e relações de um mecanismo relevantes das irrelevantes. A diferença, ao contrário, diz respeito à condução da pesquisa: se um pesquisador deveria finalizar a investigação ao estabelecer associações estatísticas ou se ele deveria seguir a estratégia analítica e buscar modelos que mostrem como o mecanismo proposto gera o resultado a ser explicado.
(Hedström e Bearman, 2013, p. 6, tradução nossa)³⁰

Isso significa que, para a explicação por mecanismos, seja qual for a precisão conceitual utilizada, não basta, por exemplo, deduzir hipóteses, indicar quais são as instâncias e as implicações observáveis para aquela construção teórica, coletar

³⁰No original, em Língua Inglesa: “(...) the mechanism-based approach is not in opposition to traditional experimental and nonexperimental approaches. Such methods are essential for adjudicating between rival mechanisms and for distinguishing the relevant activities and relations of a mechanism from the irrelevant ones. The difference instead centers on whether one should rest with establishing statistical associations or whether one should follow the analytical strategy and aim for models which show how a proposed mechanism generates the outcome to be explained” (Hedström e Bearman, 2013, p. 6).

os dados e testar as hipóteses. A aplicação do método hipotético-dedutivo, em si, permite apenas apontar para regularidades empíricas de acordo com previsões abstratas – mas não dá conta da explicação do encadeamento de ações que fato fazem com que dimensões de X tenham algum efeito sobre y , não fornece os detalhes, as engrenagens da maquinaria interna. Nesse sentido, ainda que o método hipotético-dedutivo, por exemplo, não seja exatamente excludente à abordagem mecanísmica, ele por certo não é suficiente. Esse ponto é particularmente importante para a presente dissertação: como será demonstrado no capítulo seguinte, os estudos sobre determinação de sentenças geraram intensos debates no final do século XX, mas não chegaram a qualquer consenso sobre o processo de tomadas de decisões dos operadores do Direito – argumenta-se aqui esse dissenso se deu justamente pelas limitações dos testes de hipóteses realizados, não tendo havido qualquer esforço no sentido de compreender os mecanismos sociais dessas decisões judiciais.

Em uma tentativa de condensar e fornecer uma maior precisão conceitual, HEDSTRÖM e YLIKOSKI sugerem quatro ideias gerais que definem “mecanismos”: um mecanismo é identificado por um tipo de efeito ou de fenômeno que ele produz; é irreduzivelmente uma noção causal, dado que concerne a entidades de um processo causal que produz efeitos de interesse; um mecanismo tem uma estrutura, a qual pode ser inferida quando da abertura da caixa-preta, tal qual ESLTER sugerira; e mecanismos formam uma hierarquia, no sentido de que se espera que há outros mecanismos de nível mais baixo que os explicam da mesma maneira que eles explicam determinado fenômeno (Hedström e Ylikoski, 2010, pp. 50-52).

Uma vez tendo definido as explicações baseadas em mecanismos, pode-se nomear “mecanismos *sociais*” a aplicação dessa abordagem analítica nas Ciências Sociais (cf. Hedström e Ylikoski, 2010, p. 55). Alguns anos antes, no primeiro *handbook* a respeito da abordagem analítica na Sociologia e organizado por HEDSTRÖM e SWEDBERG (1998), os autores, partindo da obra de COLEMAN (1998), sugeriram uma tipologia dos mecanismos sociais, a qual foi mantida em suas obras seguintes (cf. Hedström e Bearman, 2013; Hedström e Swedberg, 1998; Hedström e Udehn, 2013; Hedström e Ylikoski, 2010):

- **Mecanismos situacionais**

Seriam aqueles que fazem a ligação entre aspectos estruturais da vida social e os desejos, crenças e oportunidades de cada indivíduo. Isto é, trata-se dos

mecanismos *top down*.

- **Mecanismos transformacionais**

Seriam aqueles por meio dos quais as ações individuais geram resultados coletivos que vão além da soma dessas ações, numa espécie de formação de estruturas sociais a partir das interações entre indivíduos. Isto é, trata-se dos mecanismos *bottom-up*.

- **Mecanismos formadores de ação**

Seriam aqueles referentes a quaisquer combinações entre desejos, crenças e oportunidades de indivíduos. “São mecanismos de natureza psicológica e sociopsicológica, tal como *dissonância cognitiva*” (Ratton Jr. e Moraes, 2003, p. 396).

A presente dissertação tem como problema de pesquisa a explicação dos mecanismos sociais de decisões judiciais. Em particular, busca-se explicar os mecanismos do processo de tomada de decisões no sistema de justiça juvenil em São Paulo, precisamente em relação às decisões referentes à aplicação da medida socioeducativa de internação. Nesse sentido, conforme detalhado no capítulo 5, trata-se de uma problemática que não demanda simplesmente o teste das hipóteses da literatura e a estimação dos efeitos de determinadas variáveis sobre a probabilidade de um adolescente internado; ao contrário, deve-se ir além disso e buscar o ‘como’ se dá esse processo. O objetivo é detalhar as engrenagens da maquinaria interna do sistema de justiça juvenil que fazem com que determinadas decisões sejam tomadas dados eventos específicos.

Balanco bibliográfico

UMA VEZ COMPREENDIDOS o objeto empírico de que se trata a presente pesquisa – o sistema de justiça juvenil brasileiro – e o enquadramento teórico que orienta toda a investigação – a explicação por mecanismos no âmbito da Sociologia das Práticas Judiciais –, faz-se necessário um balanço bibliográfico que explicita com quem dialogam os resultados aqui reportados. Este capítulo traz uma revisão dos principais trabalhos e dos principais debates em que esta dissertação se insere.

Nesse sentido, em um primeiro momento, é resumida aqui toda a discussão – internacional – concernente aos diferentes diagnósticos contemporâneos sobre a justiça criminal: enquanto alguns argumentam que as instituições de controle social têm se tornado cada vez mais rígidas, mais controladoras e mais dissuasórias, outros argumentam que, findo o estado do bem-estar social, os Estados têm mostrado mais enfaticamente seu lado penal. Em especial, o debate que interessa, apresentado no subtópico seguinte, diz respeito aos possíveis reflexos desses diagnósticos nos sistemas de justiça juvenil: estariam as cortes especializadas se tornando mais próximas das tradicionais cortes criminais? Ao banir os tribunais juvenis, a consequência seria mais punição contra os adolescentes ou mais garantias processuais para os réus?

Em um segundo tópico, resume-se o debate tal qual realizado no Brasil. Dada a multiplicidade de possibilidades analíticas para o estudo de adolescentes em conflito com a lei, um primeiro mapeamento – disciplinar – se fez necessário, ressaltando as distintas abordagens em torno de um mesmo objeto. Evidentemente, maior foco foi dado aos trabalhos mais sociológicos, uma vez que trazem um diálogo mais direto com a presente dissertação. Além disso, aqui também foram resumidos os estudos a respeito das práticas judiciais, criminais ou juvenis, no Brasil, uma vez que é o principal escopo teórico desta pesquisa. Assim, os estudos sobre administração da justiça e fluxo no sistema penal, por exemplo, são essenciais interlocutores dos resultados a que se chegou aqui.

Por fim, o terceiro e último tópico traz um balanço bibliográfico mais detalhado a respeito dos estudos sobre ‘sentencing’, os processos de julgamento. Foi realizado o mapeamento da discussão ocorrida nas revistas estadunidenses no final do século XX, a qual contrapunha os fatores legais aos fatores extraleais como determinantes das sentenças. Em seguida, ainda em contexto estadunidense, foram discutidos

alguns trabalhos sobre ‘sentencing’ especificamente em contextos de justiça juvenil, tal qual a presente dissertação. Enfim, algumas críticas teórico-metodológicas aos próprios desenhos de pesquisa sobre processos de julgamento são mencionadas, além de esboçadas algumas críticas próprias.

O DEBATE INTERNACIONAL

Diagnósticos contemporâneos sobre a justiça criminal

Uma série de sociólogos e criminólogos contemporâneos vem argumentando que alguns países, particularmente os Estados Unidos e o Reino Unido, promoveram mudanças substantivas no modo de funcionamento do sistema de justiça criminal num passado recente. Autores como David GARLAND e Loïc WACQUANT, dentre outros, argumentam que particularmente desde meados da década de 1970 esses países têm sido palco de uma espécie de *guinada punitiva*, aumentando o policiamento ostensivo, o encarceramento e promovendo políticas de segurança pública calcadas num ideal mais repressor. Essa guinada consistiria em uma antítese ao tipo de penalidade empregada até então, mais influenciada por um ideal de ressocialização.

GARLAND argumenta por uma conexão direta entre aspectos da penalidade e aspectos mais amplos da vida social. Assim, determinadas características de organização social configurariam sistemas punitivos particulares, e vice-versa. Em análises que seguem essa premissa, o autor sugere, por exemplo, que a penalidade assumiu contornos específicos durante a vigência do Estado do Bem Estar Social³¹ em locais como o Reino Unido e os Estados Unidos da América. Trata-se daquilo ele denominou *welfarismo penal*³² (Garland, 2001).

Com suas raízes na década de 1890 e seu principal desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960, o welfarismo penal foi, em 1970, o cerne estabelecido das políticas públicas de segurança tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha. Seu axioma básico – de que as medidas penais devem, se

³¹No original, *welfare state*.

³²A tradução brasileira desse livro de GARLAND propôs a expressão *previdenciário penal*. Utiliza-se aqui o termo *welfarismo penal*, ainda que ele tenha menos sentido na Língua Portuguesa, por pressupor que a noção abstrata de um Estado do Bem Estar Social não pode ser resumida apenas por questões previdenciárias. A tradução proposta, assim, não contemplaria as mesmas dimensões do conceito original utilizado por GARLAND.

possível, ser intervenções reabilitativas em vez de punições negativas, retributivas – gerou toda uma rede integrada de práticas e princípios. Essa rede incluía a produção de legislações que permitiam sentenças indeterminadas ligadas à soltura prévia e à liberdade condicional; a justiça juvenil com sua filosofia de proteção à criança; o uso de pesquisas sociais e de relatórios psiquiátricos; a individualização do tratamento baseada em consultorias especializadas; a pesquisa criminológica focada em questões etiológicas e na eficiência de tratamentos; o trabalho social com criminosos e seus familiares; e regimes protetivos que enfatizassem os propósitos reeducativos do encarceramento e a importância do apoio para reintegração depois da soltura. Os princípios do welfarismo penal tendiam a contradizer o uso do encarceramento, uma vez que a prisão era amplamente vista como contraprodutiva do ponto de vista da reforma e da correção individual. Regimes protetivos especiais – como reformatórios juvenis, prisões de treinamento, casas correcionais etc. – eram preferidas em relação às prisões tradicionais; e a diminuição do encarceramento em favor de medidas comunitárias era um objetivo constante dos reformistas correcionalistas. De 1890 a 1970, cada vez menos categorias de condenados eram vistos como adequados para o encarceramento tradicional. (Garland, 2001, pp. 34-45, tradução nossa)³³

A penalidade caracterizada pelo Estado do Bem Estar Social, assim, era essencialmente correcionalista. O objetivo deixa de ser puramente retributivo – situação em que a pena consiste unicamente em uma resposta direta ao crime cometido – e passa a buscar uma certa eficiência na ressocialização daqueles que foram condenados. Novas medidas foram implementadas, alternativas à prisão tradicional foram sugeridas e todo um ideal individualizador passou a entrar em vigor na condução do sistema de justiça criminal. O welfarismo penal, assim, deslocava a privação de liberdades do centro da dinâmica punitiva e discutia a própria autoria de ações in-

³³No original: “With its roots in the 1890s and its most vigorous development in 1950s and 1960s, penal-welfarism was, by 1970, the established policy framework in both Britain and America. Its basic axiom – that penal measures ought, where possible, to be rehabilitative interventions rather than negative, retributive punishments – gave rise to a whole new network of interlocking principles and practices. These included sentencing laws that allowed indeterminate sentences linked to early release and parole supervision; the juvenile court with its child welfare philosophy; the use of social inquiry and psychiatric reports; the individualization of treatment based upon expert assessment and classification; criminological research focusing upon etiological issues and treatment effectiveness; social work with offenders and their families; and custodial regimes that stressed the re-educative purposes of imprisonment and the importance of re-integrative support upon release. Penal-welfare principles tended to work against the use of imprisonment, since the prison was widely regarded as counter-productive from the point of view of reform and individual correction. Specialist custodial regimes – youth reformatories, training prisons, correctional facilities, etc. – were preferred to the traditional prison, and the abatement of imprisonment in favour of community measures was a constant aim of correctionalist reformers. From 1890s to the 1970s, fewer and fewer categories of offenders were deemed suitable for standard imprisonment” (Garland, 2001, pp. 34-45).

fracionais inserindo-as em um determinado contexto social. A justiça passou a ter características mais *positivas*, em detrimento do modelo *clássico* (cf. Alvarez, 2014).

Essa penalidade progressista passou a encontrar resistências, entretanto. A partir de meados da década de 1970, ainda nos Estados Unidos e no Reino Unido e segundo GARLAND (2001), o apoio ao welfarismo penal começou a entrar em colapso: em poucos anos, houve uma rápida e extraordinária mudança na dinâmica punitiva desses países e que teria dado início a um novo período penal – este bastante turbulento e ainda presente nos dias de hoje. Desde esse momento, o ideal punitivo deixa de ser correcionalista, ressocializador ou mesmo individualista: entra em vigor a lógica retributiva, da pena como a resposta *merecida* ao crime, além de surgirem intensas críticas a medidas como a liberdade condicional, à centralidade das penas alternativas ao encarceramento, às sentenças indeterminadas e a todo o discurso acadêmico e político sobre crimes (Garland, 2001, p. 53).

O autor argumenta que entra em vigência uma *nova cultura do controle*. O campo do controle do crime teria incluído enfaticamente uma nova atividade em seu rol de obrigações: além do policiamento e da punição, a *prevenção*. Menos do que uma transformação das instituições da justiça criminal, GARLAND argumenta que a ruptura com o welfarismo penal se deu pelo desenvolvimento de uma nova maneira de regular o crime e os criminosos – trata-se do novo aparato de prevenção e segurança. O raciocínio penal deixa de ser social e passa a ser econômico (Garland, 2001, p. 170).

Nesse sentido, GARLAND ainda argumenta que as políticas penais atuais são marcadas por duas tendências contraditórias: uma espécie de “criminologia do eu” e algo como uma “criminologia do outro” (1999). A primeira consiste na imagem do criminoso como um agente racional, alguém que calcula as dimensões de seus atos e, ainda assim, decide conscientemente cometer uma infração – os indivíduos criminosos seriam assim vistos ‘à nossa imagem e semelhança’. Já a segunda configura o criminoso como um pária ameaçador, um estrangeiro inquietante, um sujeito anormal. “A primeira é invocada para banalizar o crime, moderar os medos despropositados e promover a ação preventiva, ao passo que a segunda tende a satanizar o criminoso, a provocar os medos e as hostilidades populares e a sustentar que o Estado deve punir ainda mais” (Garland, 1999, p. 75). E, conforme argumenta o autor, é com base nesse dualismo aparentemente contraditório que se baseia essa *guinada punitiva* que teve início nos Estados Unidos e no Reino Unido em meados da década de 1970.

Outro autor que se dedicou à análise das transformações ocorridas no campo criminal no último quarto do século XX foi o francês Loïc WACQUANT. Em *As Prisões da Miséria* (1999), o autor busca examinar as orientações da repressão ao crime nos Estados Unidos, as quais teriam gerado a criação, ao final do século, de um ‘Estado Penal’. WACQUANT identifica a própria construção das políticas penais como um projeto cujos fins envolvem a implementação de uma política socioeconômica de marginalização de uma parcela da população. Ao analisar os discursos de operadores que implementaram a ‘política de tolerância zero’ em Nova Iorque, por exemplo, o autor indica suas contradições internas e evidencia o caráter marginalizador dessa política pública.

A principal contribuição de WACQUANT diz respeito ao surgimento do Estado-centauro norte-americano – um Estado “guiado por uma cabeça liberal montado sobre um corpo autoritarista” (1999, p. 21). Essa transformação é essencial para o argumento da criminalização da pobreza que o autor desenvolve tanto em *Punir os pobres* (1999) quanto em *Decivilizing and Demonising* (2004). Por um lado, fornece claras relações entre as políticas neoliberais e as políticas governamentais em relação à pobreza e, por outro, demonstra como outros níveis de análise se integram às mudanças no sistema penal – um exemplo disso é o deslocamento urbano e as relações entre diversas instituições e classes sociais.

Mesmo sua análise a respeito do sistema de *welfare* nos Estados Unidos difere do europeu. O Estado norte-americano pós-guerra é considerado por ele como caritativo, e não provedor, por conta de suas políticas sociais voltadas apenas para a redução das condições mais drásticas de miséria, ao contrário do modelo europeu, que estaria interessado na redução das desigualdades. Ou seja, o próprio Estado de Bem Estar nos EUA não assegurava nada além da supressão da miséria extrema. Nesse sentido, houve uma transformação gradual a partir de meados da década de 1970: um Estado Penal vai ganhando forma ao “transformar os serviços sociais em instrumentos de vigilância e de controle das novas ‘classes perigosas’ ” (Wacquant, 1999, p. 28).

As obras de GARLAND e WACQUANT, dentre outras que poderiam ser citadas, são fundamentais no debate contemporâneo sobre crime, punição e práticas judiciais, uma vez que realizam complexas análises e apontam diagnósticos sobre sistemas de justiça criminal no mundo. Entretanto, é importante ressaltar que o material empírico analisado por esses autores diz respeito exclusivamente aos contextos britânico e estadunidense. Apesar de toda a importância teórica levantada

pelo debate, não é possível simplesmente acoplar esses diagnósticos a contextos diversos, como o caso brasileiro. Seria necessário, para isso, um estudo específico da penalidade no país.

Foi o que fez TEIXEIRA em sua dissertação de mestrado (2006): investigou o percurso punitivo do Estado brasileiro. Em particular, investigou o percurso das políticas penitenciárias no Estado brasileiro, com o objetivo particular de compreender a permanência da prisão no centro da dinâmica punitiva a despeito das diversas crises e transformações desse ideal disciplinar que o encarceramento representa. Considerando, assim, uma sociedade que não viveu qualquer tipo de estado de bem-estar, a autora traz evidências de que foi apenas durante o período de redemocratização, após o regime militar, “que as percepções do preso como sujeito de direitos e a ideia de direitos humanos no cárcere puderam tardiamente encontrar previsão no âmbito de uma nova legislação criminal que se instaurava” (Teixeira, 2006, p. 167) – foi nesse momento, também, experienciada uma tentativa de descentralização da prisão como pena por excelência. Mas imediatamente depois da promulgação da Constituição Federal, já no início da década de 1990, tem-se o declínio do ideal ressocializador e a “ascensão de medidas legais supressoras de direitos dos acusados e presos” (Teixeira, 2006, p. 168).

É possível concluir, assim, que ainda que GARLAND e WACQUANT estejam analisando casos empíricos diferentes e ainda que o caso brasileiro apresente especificidades políticas e temporais, um mesmo fenômeno se mantém constante: o percurso que vai da garantia de direitos e de um ideal ressocializador (que GARLAND denominou ‘welfarismo penal’) a um momento, ainda presente, mais punitivista e retributivo, em que vige um ideal de tolerância zero – uma espécie de ‘nova cultura do controle’ ou de um ‘Estado penal’.

Reflexos e tendências na justiça juvenil

Ainda que os diagnósticos contemporâneos apresentados acima digam respeito essencialmente aos sistemas de justiça criminal para adultos, é possível indicar reflexos e tendências semelhantes, ainda que com particularidades, na justiça juvenil – ainda em âmbito mais genérico. O próprio GARLAND, ao descrever a crise do welfarismo penal, menciona algumas mudanças no tratamento legal oferecido a adolescentes em conflito com a lei:

(...) Cortes juvenis nos EUA comumente elevam os jovens criminosos às cortes adultas para que sejam aplicadas medidas mais severas, enquanto elas e suas correspondentes na Inglaterra cada vez mais enfatizam as noções de culpa e responsabilidade individual, dando maior destaque à segurança pública. Instituições correccionais para crianças e adolescentes têm focado mais em segurança do que em educação ou reabilitação, tornando-se indistinguíveis das prisões de adultos. Agências de liberdade condicional subestimam suas funções tradicionais de reintegração social, e acabam priorizando o monitoramento próximo de criminosos recém-soltos – assim se aproximando da força policial e frequentemente *mandando de volta* os adolescentes às unidades. (Garland, 2001, p. 175, tradução nossa)³⁴

Diversos autores – oriundos da Sociologia, mas também do Direito e da Criminologia – compartilham o argumento de que, depois de meados da década de 1970, os sistemas de justiça juvenil na maior parte dos países ocidentais enfrentaram uma série de transformações (Muncie, 2008). Essas alterações teriam ocorrido tanto no sentido de conferir maior responsabilidade individual aos adolescentes em conflito com a lei, assim podendo lhes aplicar penas mais severas; como no sentido de garantir aos adolescentes o devido processo legal e os direitos procedimentais todos, de modo a dizimar o poder discricionários dos juízes (cf. Bailleau, 2002; Bailleau e Cartuyvels, 2007; Feld, 1997; Muncie, 2005, 2008; Pires, 2006; Piñero, 2006, 2013; Von Hirsch, 2001). Trata-se de uma oposição bastante similar àquela já descrita na seção 2.2 (DIREITO PENAL JUVENIL) – e o que está no fundo de todos esses pontos é crítica a um modelo welfarista de penalidade, considerado agora autoritário e paternalista.

Um autor que trata dessas grandes transformações ocorridas recentemente no âmbito dos sistemas de justiça juvenil é o criminólogo Álvaro PIRES (2006). O autor argumenta que uma noção de ‘responsabilidade’ começa a emergir nos anos 1960 nas legislações voltadas a crianças e adolescentes, adquirindo caráter central na década de 1980, momento em que a concepção de uma justiça especializada passa a sofrer grandes transformações – em que o sistema de justiça criminal passa a implantar esse valor no próprio programa de justiça dos menores (Pires, 2006, p. 623). Conforme

³⁴No original: “(...) Juvenile courts in the USA routinely waive young offenders up to the adult courts for harsher sentencing, while they and their equivalents in England increasingly stress guilt and individual responsibility, and give greater weight to public safety. Custodial institutions for children and young people stress security rather than education or rehabilitation, and become indistinguishable from adult prisons. Parole agencies downplay their traditional re-integrative functions, prioritize the close monitoring of released offenders, link up more closely with the police, and more frequently return offenders to custody” (Garland, 2001, p. 175).

defende o criminólogo, “a justiça criminal juvenil está sendo invadida ou colonizada pelo sistema de pensamento da justiça criminal dos adultos tal como ele se constituiu durante os séculos XVIII e XIX” (Pires, 2006, p. 623), hipótese essa que também foi considerada por outros autores (cf. Trépanier, 1999).

Apoiando-se no texto ‘*The psychology of punitive justice*’ (cf. Mead, 1918), PIRES argumenta que a justiça juvenil, no começo do século XX, evoluiu mais do que a justiça de adultos – tanto no sentido de ‘compreender e corrigir as desgraças sociais’ (Mead, 1918, p. 594), quanto no que diz respeito “a criar um quadro que faz com que o transgressor das normas não seja visto (...) como um inimigo da sociedade, mas sim como um membro do grupo. Para Mead, a justiça juvenil deveria então servir de modelo para a justiça dos adultos e não o inverso” (Pires, 2006, p. 629). Apesar dessa constatação ainda em 1918, no final do século XX a justiça juvenil estaria adotando o modelo do Direito Penal clássico e transformando-se em uma justiça criminal não especializada; a ideia da reforma iniciada em diversos países na década de 1980 consistiria em aplicar a linguagem, teorias e princípios de intervenção do direito criminal adulto do século XVIII no sistema de justiça voltado para crianças e adolescentes (Pires, 2006, p. 637).

A criminóloga Verónica PIÑERO também analisa as transformações legislativas concernentes a adolescentes em conflito com a lei (2006; 2013). Tratando especificamente do caso canadense, ela demonstra como as intervenções criminais no âmbito da juventude se alteraram da ‘proteção da criança’ para a ‘proteção da sociedade’. A implicação teórica dessa mudança diz respeito à teoria da pena: ao passo que a primeira noção implica em conceitos como ‘reintegração’ e ‘inclusão’, a outra implica em ‘dissuasão’ e ‘exclusão’ – trata-se de um modelo baseado na ideia de que se deve ‘punir e expor’ os adolescentes em conflito com a lei para o bem-estar da sociedade (Piñero, 2006, p. 262).

É, de certo modo, consensual o diagnóstico de alterações profundas em diversos sistemas de justiça juvenil a partir das décadas de 1970 e 1980, assim como as críticas a respeito das aproximações dessa sistema supostamente individualista de justiça ao modelo penal clássico. No entanto, ao criticarem essas transformações, a maior parte dos autores não defende o modelo antigo de justiça para menores. Tal qual na discussão realizada a respeito do Direito Penal Juvenil, há uma crítica comum à lógica ‘menorista’, que se baseia no tratamento individualizado a cada criança considerando seu próprio contexto social e psicológico. Essa concepção coloca o

crime como um efeito direto de condições estruturais e a ‘punição’ como uma medida positiva às crianças, o que consistira em um modelo autoritário (cf. Muncie, 2005). Nesse sentido, no caso de adolescentes em conflito com a lei, a posição crítica às alterações recentes não converge com a defesa do modelo welfarista.

Isso fica particularmente explícito na análise de FELD (1997). Para esse autor, as transformações recentes que aproximam o sistema de justiça juvenil do modelo clássico do Direito Penal são evidências da necessidade de extinção completa dos tribunais especializados em crianças e adolescentes. O modo como as cortes estão atualmente configuradas seria, segundo o autor, duplamente inútil: não promove a individualização necessária, conforme uma lógica welfarista demandaria; e não traz garantias e direitos processuais, conforme o sistema de justiça criminal clássico demandaria. Se, ao contrário, fossem abolidos os tribunais juvenis, adolescentes poderiam ser julgados em cortes criminais com maiores proteções jurídicas:

(...) combinar direitos e garantias processuais com um ‘desconto por juventude’ em uma corte criminal integrada pode fornecer aos adolescentes em conflito com a lei maiores proteções e justiça do que eles atualmente recebem no sistema juvenil, além de medidas mais humanas e proporcionais do que as que os juízes constantemente lhes infligem no sistema de justiça criminal. A integração pode promover uma resposta mais consistente de controle da criminalidade do que os atuais sistemas distintos [para adultos e para adolescentes] permitem em relação aos jovens infratores crônicos e violentos em diversas etapas do desenvolvimento da carreira criminal. (Feld, 1997, p. 133, tradução nossa)³⁵

Ainda a respeito das intensas transformações ocorridas no âmbito dos sistemas de justiça juvenil de diversos países a partir das décadas de 1970 e 1980, alguns pesquisadores trazem o esforço de associar essas mudanças ao projeto neoliberal de condução econômica vigente em diversos países desde o final do século XX. Mesmo GARLAND e WACQUANT, ao analisar essas mudanças nos sistemas penais, mencionam o advento do neoliberalismo – o primeiro na discussão a respeito da modernidade tardia (Garland, 2001), o segundo com o próprio ‘Estado Penal’ sendo um ‘Estado

³⁵No original: “(...) combining enhanced procedural safeguards with a ‘youth discount’ in an integrated criminal court can provide young offenders with greater protections and justice than they currently receive in the juvenile system, and more proportional and humane consequences than judges presently inflict on them in the criminal justice system. Integration may foster a more consistent crime control response than the present dual systems permit to violent and chronic young offenders at various stages of the developmental and criminal career continuum” (Feld, 1997, p. 133).

Neoliberal’ (Wacquant, 2010). O criminólogo John MUNCIE (2005) vai nessa direção: ao demonstrar como é possível falar de uma ‘justiça juvenil global’ por conta do processo de globalização do controle da criminalidade e do protagonismo da Organização das Nações Unidas, ele argumenta que isso só se deu por conta de uma agenda neoliberal (Muncie, 2005). Essa hipótese é particularmente trabalhada por BAILLEAU e CARTUYVELS (2007), que analisam o histórico da justiça de menores na Europa argumentando como essas cortes especializadas estão passando de um modelo welfarista para uma inflexão neoliberal (Bailleau e Cartuyvels, 2007).

O DEBATE NO BRASIL

O TEMA RELACIONADO, de maneira geral, aos adolescentes em conflito com a lei é bastante comum no Brasil. Especialmente desde a promulgação do **Estatuto da Criança e do Adolescente**, em 1990, o tema se popularizou nas mais diversas disciplinas científicas direta ou indiretamente relacionadas às Ciências Sociais: a Psicologia e a Pedagogia passaram a pesquisar aspectos relacionados à condição de “pessoas em desenvolvimento”, tal qual descrita pela legislação; o Direito, conforme descrito acima, iniciou um intenso debate a respeito dos aspectos penais inscritos no Direito da Criança e do Adolescente; a Antropologia e a Ciência Política, além da Sociologia, iniciariam uma série de investigações a respeito do sistema de justiça juvenil.

A presente seção busca resumir essa literatura, uma vez que consiste em diálogo direto com o problema de pesquisa aqui tratado. Nesse sentido, primeiramente são descritos os estudos mais pedagógicos e psicológicos concernentes aos próprios adolescentes em conflito com a lei; em seguida, alguns dos principais trabalhos das Ciências Sociais também são discutidos. O último tópico desta seção, intitulado “Práticas Judiciais no Brasil”, não diz respeito exclusivamente à justiça juvenil – ele traz, na verdade, um balanço bibliográfico do campo da Sociologia das Práticas Judiciais tal qual desenvolvido nacionalmente. Ainda que sejam, na maioria, pesquisas cujos objetos são o sistema de justiça criminal para adultos, o enquadramento teórico-metodológico desses trabalhos é bastante similar ao da presente dissertação, consistindo assim em importantes interlocutores desta investigação.

Pessoas em desenvolvimento: estudos de Psicologia e Pedagogia sobre o adolescente em conflito com a lei

Os estudos das áreas de Psicologia e Pedagogia relacionados ao tema do adolescente em conflito com a lei, de maneira geral, ressaltam a importância de enfatizar a condição de pessoa em desenvolvimento da criança e do adolescente – combatem especialmente os discursos autoritários que colocam o jovem infrator como um jovem adulto (Lemos, 2009). De acordo com a bibliografia consultada, não considerar os cidadãos de até 18 anos incompletos como pessoas em formação tem implicações psicológicas graves; dessa maneira, o **Estatuto da Criança e do Adolescente** é tido como o modelo ideal de legislação às crianças e aos adolescentes (Gonçalves e Garcia, 2007).

Há quatro grandes temáticas abordadas pelos artigos consultados produzidos por psicólogos e estudiosos da Educação: a análise dogmática do ECA e a dificuldade de sua implementação (Gonçalves e Garcia, 2007; Lemos, 2009; Mello, 1999); a Doutrina da Proteção Integral e a condição particular do adolescente (Britto, 2007; Mello, 1999); as medidas socioeducativas (Passamani e Rosa, 2009; Scisleski e Maraschin, 2008); e as análises pedagógicas, as quais, nesse caso, se situam na fronteira entre a Educação e a Psicologia (Cella e Camargo, 2009; Monte e Sampaio, 2012; Silveira, 2012).

A bibliografia relacionada a essa primeira grande temática citada situa o ECA como o modelo jurídico ideal para crianças e adolescentes (Mello, 1999). A concessão da cidadania a essas pessoas – por considerá-las sujeitos de direito – com todo o sistema de direitos (Gonçalves e Garcia, 2007) faz com que a única questão a ser discutida, a partir dessa perspectiva, seja a real implementação da legislação. Porque, apesar desse intenso elogio ao ECA enquanto código de leis, é consensual entre os autores que ele ainda não foi colocado efetivamente em prática (Gonçalves e Garcia, 2007; Lemos, 2009; Mello, 1999).

O debate sobre a instauração da Doutrina da Proteção Integral, em detrimento da Doutrina da Situação Irregular, foi constante na bibliografia psicológica consultada. A ênfase dada à condição particular dos jovens enquanto pessoas em desenvolvimento, como dito acima, é particularmente enfatizada por BRITTO (2007), autora de uma pesquisa que analisa como essa ideia de proteção integral se verifica na prática na execução da medida de liberdade assistida.

As medidas socioeducativas também são um assunto bastante discutido pelos

psicólogos que constam na bibliografia consultada. BRITTO (2007), citada acima, discute a liberdade assistida no âmbito da Doutrina da Proteção Integral, mas PASSAMANI E ROSA (2009) analisam essa medida a partir da percepção de seus operadores. SCISLESKI E MARASCHIN (2008), por outro lado, estudaram a ordem judiciária de internação psiquiátrica para os casos de adolescentes viciados em drogas ilícitas, com o objetivo específico de averiguar se essa sentença leva em consideração as trajetórias sociais desses jovens. Os autores concluem que a internação compulsória, apesar de ferir a liberdade dos jovens, lhes dá acesso a todo um sistema de saúde – vê-se, aqui, novamente a tensão característica da penalidade juvenil: trata-se de uma medida interpretada tanto quanto uma punição quanto como um auxílio a tais adolescentes.

Por fim, há os trabalhos que tratam do aspecto pedagógico das medidas socio-educativas. Nessas pesquisas, o ideal reabilitativo, recuperador das penas impostas aos jovens é bastante enfatizado. CELLA E CAMARGO (2009) argumentam por um trabalho pedagógico de recuperação do adolescente em conflito com a lei por meio da inclusão social, e não da exclusão; MONTE E SAMPAIO (2012) analisam como as práticas educacionais dentro das unidades de internação estão completamente relacionadas a um ideal de moralidade; SILVEIRA (2012), por sua vez, não estuda a educação enquanto estratégia de recuperação dos adolescentes por meio de sua medida socioeducativa, mas como o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) atua em relação aos direitos à educação previstos no ECA.

Adolescentes em conflito com a lei e as ciências sociais

Talvez o principal estudo de orientação antropológica concernente às relações entre o jovem e a Justiça no Brasil seja de MIRAGLIA (2005). Nessa pesquisa, a autora executa uma etnografia nas Varas Especiais da Infância e da Juventude, assistindo a diversas audiências de apresentação e continuação com adolescentes em conflito com a lei. Trata-se de um interessante trabalho para averiguar as dificuldades de implementação prática do Estatuto da Criança e do Adolescente e para discutir as especificidades de uma etnografia quando o Direito é o objeto. Especificamente sobre essa relação entre o método antropológico e as práticas judiciais, a pesquisa conduzida por SCHRITZMEYER (2007) é sofisticada ao propor que os tribunais, além de sustentar hierarquias tradicionais, constroem novas subjetividades.

MIRAGLIA, em sua etnografia, averiguou um sistema de justiça completamente baseado na informalidade.

O que estamos chamando de informalidade inclui atender ao celular no meio da audiência, falar alto com a mãe do adolescente, tecer comentários com o escrivão, a breve duração (normalmente, as audiências duram cerca de 20 minutos), mas também a pouca preocupação com as garantias processuais. (Miraglia, 2005, p. 94)

Essa pouca preocupação com as garantias processuais era acompanhada por uma espécie de paternalismo por parte dos juízes. A autora identifica que a única medida socioeducativa interpretada – tanto pelos adolescentes quanto pelos profissionais do Direito envolvidos – como uma punição de fato era a internação; dessa maneira, a sentença relativa a outras medidas era comumente seguida de uma espécie de lição de moral do juiz, o qual fazia comentários sobre a conduta do jovem, mas não sobre o ato infracional em si. Ressalta-se um caso específico em que a jurisprudência não cabia nem mesmo àquela Comarca, devendo o adolescente ser encaminhado a outro juízo, e ainda o assim o juiz permaneceu vinte minutos criticando as condutas do jovem e lhe recomendando um novo estilo de vida (Miraglia, 2005).

Há também trabalhos sobre o sistema de justiça juvenil provenientes da área de Ciência Política. CAMPOS (2009), por exemplo, analisou 21 Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que, apenas entre 1993 e 2004, propõem a redução da idade de inimputabilidade penal para 16 ou mesmo 14 anos de idade. O principal argumento utilizado pelos deputados quando dessas propostas é a noção de discernimento: jovens com menos de 18 anos já conseguem julgar as suas ações como certas ou erradas. Conforme discutido acima, toda uma justiça para menores foi baseada na noção do discernimento entre os séculos XVIII e o XIX, o que foi refutado pelos *Códigos de Menores* de 1927 e de 1979 e pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente*. O argumento utilizado por essas Propostas de Emenda à Constituição, assim, integra todo um discurso punitivo que demanda penas mais duras para adolescentes que cometem atos infracionais.

No campo da Sociologia propriamente dito, há diversas vertentes que eventualmente tratam do adolescente em conflito com a lei: estudos de Sociologia urbana que analisam a exclusão social dos jovens e a delinquência como estratégia de sobrevivência (cf. Spagnol, 2005); o campo emergente denominado justamente Sociologia

da Juventude, que, a partir da teoria sociológica, discute o papel dos jovens na contemporaneidade e no mundo moderno (cf. Augusto, 2005); e a área da Sociologia da Violência em sua fronteira com a Criminologia, à qual se insere o presente trabalho..

Um dos estudos propriamente sociológicos que tiveram como objeto o adolescente em conflito com a lei foi de ALVAREZ (1989), a respeito da emergência do Código de Menores de 1927. Na fronteira entre uma sociologia histórica e uma sociologia da punição, o trabalho analisa as transformações discursivas – de juristas, médicos, jornalistas etc. – entre fins do século XVIII e início do século XIX relativas aos indivíduos com menos de 18 anos abandonados e delinquentes; ressalta-se que, então, não se fazia distinção alguma entre o jovem abandonado e o jovem que cometeu qualquer crime, configurando uma espécie de criminalização da miséria. O autor insere a emergência do Código de Menores de 1927 em um contexto de discursos que, justamente, tiveram como consequência a sujeição do menor. Nesse sentido, propõe que a justiça para menores instaurada naquele momento seja interpretada como um dispositivo de poder.

O estudo de ALMEIDA (2010; 2013) realizado em uma unidade da Fundação CASA, em São Paulo, também se insere nessa temática. Com o objetivo de analisar os meios pelos quais a medida socioeducativa de internação produz efeitos nos adolescentes internados, a unidade da Fundação foi interpretada pela autora com base no conceito de ‘instituição total’ (cf. Goffman, 1991). Enquanto instituição que define a situação, a unidade de internação produz efeitos no modo como os próprios jovens internados interagem.

Ao contribuir para a definição da situação, as características prisionais do espaço institucional orientam a disposição, as impressões e as ações dos indivíduos em interação na unidade. Como busquei demonstrar, a desconfiança e a tensão em relação aos adolescentes são compartilhadas por todos, que por sua vez reagem com diferentes formas de controle. No caso dos adolescentes, a afirmação difusa de uma identidade perigosa não teria somente efeitos para a concepção que eles têm de si, mas igualmente para as interações com os demais adolescentes internados. Podemos pensar que as normas elaboradas e aplicadas por eles estão associadas à necessidade de prever o comportamento e as reações uns dos outros, já que isso não está dado de antemão. Aquela situação anterior, da “bagunça” e da “patifaria”, pode voltar a qualquer instante caso essas normas não sejam eficazes. A fim de evitar o perigo de um caos violento e sem regulação, vê-se multiplicar as normas de conduta. Nesse sentido, a vida íntima das unidades é composta também por essa forma de regulação que, ao contrário dos ajustamentos secundários, parece reforçar a identidade prescrita pela reafirmação do que está nela suposto. (Almeida,

2013, p. 164)

Talvez o principal tema, no âmbito da Sociologia, a respeito do sistema de justiça juvenil seja a constante tensão entre as concepções repressiva e educadora na punição de adolescentes (cf. Almeida, 2010). Se por um lado o ECA refuta as próprias terminologias de ‘crime’ e ‘pena’, enfatiza o caráter reabilitativo das medidas socioeducativas e elege a Liberdade Assistida, e não a internação, como a medida ideal para a recuperação do jovem (cf. Paula, 2011), por outro, conforme apontado acima, entre 1993 e 2004 houve mais de vinte Propostas de Emenda à Constituição argumentando pela redução da idade de inimputabilidade penal (Campos, 2009) e, em 2013, um estudo do Datafolha mostra que 93% dos moradores da cidade de São Paulo apoiam essa redução³⁶. A tensão entre essas duas concepções de punição fica evidente no estudo de FÁVERO (2012), que analisa, em seu artigo “Entre proteção e punição: o controle sociopenal dos adolescentes”, o sistema de justiça juvenil sob essa óptica.

Outros estudos sociológicos que envolvem o jovem infrator focam nos processos judiciais da Justiça da Infância e da Juventude. SARTÓRIO e ROSA (2010), por exemplo, analisaram processos de duas cidades para verificar que, a despeito de um discurso baseado na proteção, a intenção punitiva por parte dos operadores do Direito é clara. No mesmo sentido, SIMÕES chega ao diagnóstico de que juízes e promotores, em especial, se encontram despreparados para lidar com a questão da assistência religiosa a jovens internados (2012).

Por fim, a dissertação de VINUTO busca compreender como o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação é socialmente construído pelos funcionários que atuam na ponta do processo de implementação desse dispositivo. Psicólogos, assistentes sociais, professores e agentes de apoio socioeducativo, responsáveis pelo contato cotidiano com os jovens internados, são quem efetivamente vivenciam, a partir de suas próprias experiências, a medida aplicada pelo Poder Judiciário. Por meio da análise documental das pastas e dos prontuários do ‘Complexo do Tatuapé’, referente a jovens que tiveram alguma passagem pela FEBEM-SP entre 1990 e 2006³⁷, VINUTO conclui que os funcionários, ao atribuir sentido às atitu-

³⁶Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/maioridade_penal_17042013.pdf>.

³⁷Trata-se do mesmo material analisado na presente dissertação, embora o tratamento tenha sido quantitativo.

des dos internados com quem interagem, criam dois tipos ideais de adolescentes em conflito com a lei: aqueles já ‘estruturados’ no mundo crime, para quem a função *socioeducativa* da medida se faz inútil; e aqueles ‘recuperáveis’, ainda não inseridos na carreira criminosa e que podem ser ressocializados. Essas classificações produzidas e reproduzidas pelos funcionários acabam por determinar sua própria atuação em relação aos jovens, delimitando seus direitos e deveres (Vinuto, 2014).

Práticas Judiciais no Brasil

Em artigo intitulado “Some current developments in Brazilian Sociology of Crime: towards a Criminology?”, FREITAS e RIBEIRO (2014) discutem o desenvolvimento dos estudos sociológicos brasileiros que se inserem nas temáticas da criminalidade, das punições e dos sistemas de justiça criminal, de maneira geral. Em particular, buscam discutir por que não se desenvolveu formalmente, no Brasil, o campo de pesquisas circunscrito na Criminologia, até hoje inexistente.

Os autores argumentam que os primeiros estudos sociológicos sobre crime no Brasil, no início da década de 1970, ignoraram toda uma literatura já estabelecida internacionalmente, uma vez que o objetivo era estabelecer uma espécie de “teoria nativa do crime”. Assim, os trabalhos acabaram enfatizando temas como a raiz da violência em áreas rurais e o uso da violência como estratégia de sobrevivência (Freitas e Ribeiro, 2014).

O primeiro apontamento do contrário, trazendo diálogo com a literatura internacional, teria ocorrido com os trabalhos de COELHO (1978). De acordo com FREITAS e RIBEIRO, o autor criticou os estudos sobre criminalidade nos anos 1970 e 1980 que usavam estatísticas criminais sem qualquer senso crítico, enquanto uma vasta literatura produzida nos Estados Unidos nos anos 1960 e 1970 já alertava para o viés introduzido pelos dados oficiais. O universo de pessoas que cometeram crimes é absolutamente diferente do universo de pessoas acusadas de cometimento de crimes – tanto no sentido de que há criminosos não registrados, quanto no sentido de que há acusados sem que qualquer infração tenha sido cometida. Nesse sentido, COELHO traz a proposta de uma nova agenda de pesquisas, em sintonia com o desenvolvimento criminológico internacional: a busca pelos mecanismos por meio dos quais a produção de leis criminais é informada e formada (Freitas e Ribeiro, 2014, p. 177).

Já em 1986, COELHO buscou descrever a série histórica de ‘taxas de produção’

do sistema de justiça criminal do município do Rio de Janeiro entre 1942 e 1967, com dados processuais e de inquéritos policiais, com o objetivo de descobrir padrões ou tendências na produção de ‘taxas’ pela justiça (Coelho, 1986, p. 62). Além de confirmar a noção geral de que indivíduos de nível sócio-econômico mais baixo são os principais ‘usuários’ do sistema de justiça criminal, COELHO verificou também um chamado “efeito funil” (1986, p. 69) do inquérito até a condenação: “a condição expressa no dito de que ‘polícia prende e a justiça solta’ não só é verdadeira como também contém uma regra fundamental para o funcionamento da justiça criminal: a desjunção do aparelho policial da administração da justiça” (Coelho, 1986, p. 78). E dialogando diretamente com o estudo HAGAN e colegas concernente a uma ‘justiça cerimonial’ (Hagan et al., 1979) – discussão realizada no tópico 4.3 –, o autor concluiu:

A ideia de que a administração da justiça criminal seja constituída de subsistemas frouxamente integrados poderia ser examinada com mais profundidade. Entre outras coisas, a análise qualitativa da atividade prática cotidiana de promotores e juízes seria importante tanto para revelar os pontos de disjunção, de conflitos e ausência de integração quanto para esclarecer os processos pelos quais algum grau de integração prática é alcançado (negociações, receitas práticas profissionais, construção social de tipos etc.). (Coelho, 1986, p. 80)

Outro trabalho que, na contra-mão da maior parte dos estudos brasileiros à época, não buscou estabelecer uma teoria nativa que explicasse as causas do comportamento criminal no Brasil foi elaborado por PAIXÃO (1982). Em diálogo com a literatura internacional, especialmente com Cicourel (1968), o autor buscou argumentar que a polícia, enquanto primeira entrada do sistema de justiça criminal, acaba, na impossibilidade de estar em todos os lugares a todo momento, por selecionar alguns espaços e indivíduos para a sua ação. Nesse sentido, demonstra como a organização policial fornece os mecanismos por meio dos quais alguns comportamentos são considerados criminosos e outros, por mais parecidos que sejam, não:

Já se notou também que a ‘lógica em uso’ do policial implica normalmente inversão dos formalismos legais de processamento de criminosos. Mais do que categorias legais, ideologias e estereótipos formulados organizacionalmente orientam a ação dos membros de ‘linha’ em sua atividade rotineira (Cicourel, 1968, pp. 112-123) e estas ideologias e tipificações tornam mais econômica a ação policial, na medida em que esta é orientada para a vigilância e controle das ‘classes perigosas’. (Paixão, 1982, p. 64)

Assim, seguindo a interpretação de FREITAS e RIBEIRO (2014), é possível afirmar que, se a Criminologia não se desenvolveu enquanto uma disciplina no Brasil, o debate em torno de uma Sociologia das Práticas Judiciais teve início, aqui, justamente com os trabalhos de PAIXÃO (1982) e COELHO (1986). Trata-se, justamente, de um campo investigativo que “considera inútil buscar explicações causais do comportamento criminal” (Freitas e Ribeiro, 2014, p. 179) e que prioriza a ação dos operadores das instituições de controle social – dos policiais aos promotores, dos juízes aos agentes penitenciários – como produtores do que se considera criminal³⁸.

A partir da década de 1990 e, especialmente, de 2000, o estudo sociológico das práticas judiciais se consolidou no Brasil enquanto uma agenda de pesquisas. Um dos primeiros trabalhos nessa perspectiva foi realizado por SAPORI (1995), intitulado “A administração da justiça criminal numa área metropolitana”. Em uma análise mais descritiva, o autor relata os modos de funcionamento dos juízes e dos promotores de justiça que atuam nas cortes criminais, detalhando, por exemplo, como seu trabalho se divide em participação em audiências e despacho de processos. E especialmente nos momentos em que se dedicam a esse segundo aspecto, SAPORI argumenta – numa espécie de embasamento conceitual para um futuro teste dessa hipótese – que o sistema de justiça funciona numa espécie de linha de montagem (Sapori, 1995).

A partir de diálogos com a teoria organizacional e com trabalhos mais criminológicos que partem do arcabouço conceitual da Sociologia das Organizações (cf. Coelho, 1986; Hagan et al., 1979), o autor sustenta que a *eficiência* é um dos fatores mais centrais para os operadores do Direito no dia-a-dia das Varas criminais, a qual é dada tanto por acordos informais realizados pelos próprios atores legais (acelerando o processo) quanto mediante a adoção de receitas práticas que indicam como elaborar rapidamente os documentos oficiais (denúncias, defesas, sentenças etc.) (Sapori, 1995).

Ainda em 1995, outro estudo que inaugura e ajuda na consolidação da tradição da Sociologia das Práticas no Brasil foi o realizado por ADORNO (1995). O autor buscou testar a hipótese de que réus negros são mais vulneráveis à sanção punitiva no sistema de justiça criminal em São Paulo, comparando especificamente o fluxo dos

³⁸Coincidentemente, FREITAS e RIBEIRO argumentam que o *boom*, na década de 1960, de departamentos e centros de pesquisa em Criminologia na Europa, na América do Norte e em alguns países da América Latina priorizava estudos sociológicos justamente nessa perspectiva (2014, pp. 179-180).

réus do crime de roubo qualificado com concurso de outros agentes em 1990 de acordo com a classificação racial registrada no inquérito policial. A respeito das variações raciais no sistema de justiça criminal e da própria mensuração desse aspecto, ele comenta:

Um terceiro aspecto metodológico concerne à variável cor. Como se sabe, no curso do processo penal, indiciados e réus são submetidos a várias e distintas instâncias de interrogatório, oportunidade em que se preenchem formulários diversos. Em algumas delas, o funcionário burocrático, por sua conta e risco, examina o réu e atribui-lhe uma cor. Em outras oportunidades, o funcionário apenas transcreve dados extraídos de formulários anteriores, ou se fia no depoimento de testemunhas. Há ainda situações em que se pede ao réu que se autoclassifique. Evidentemente, procedimentos como estes turvam a fidedignidade das informações.
(Adorno, 1995, p. 52)

Ainda que a investigação tenha se limitado a tabelas de frequência e cruzamentos simples, sem o devido tratamento que pudesse efetivamente testar a hipótese de que réus negros são mais vulneráveis à sanção punitiva, ADORNO chegou a resultados interessantes que permitem, se não concluir, fortalecer essa hipótese, com evidências que sugerem viés racial nas decisões judiciais. Ainda que não se tenha constatado diferenças na motivação e no ‘potencial’ de cometimento de crimes violentos entre brancos e negros, réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial, revelam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e maiores dificuldades de usufruir do direito de ampla defesa, demonstrando que “a cor é poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça” (Adorno, 1995, p. 63).

O tema da discriminação racial no sistema de justiça criminal também foi trabalhado por COSTA RIBEIRO (1999). Em particular, o autor explicita o enquadramento teórico de sua investigação em torno da Sociologia das Práticas Judiciais: “A alternativa teórica adotada neste artigo é a da ‘sociologia das práticas judiciais’ que enfoca as práticas dos agentes da lei como foco de decisões judiciais” (Costa Ribeiro, 1999). Nesse trabalho, COSTA RIBEIRO buscou verificar o efeito da classificação racial dos réus sobre suas chances de condenação pelo Tribunal do Júri do Rio de Janeiro em 1993, além de testar as hipóteses alternativas associadas aos atributos processuais e ao histórico penal dos acusados. Utilizando a variável binária “houve condenação (1) ou não (0)”, como variável dependente, o modelo por ele proposto é estimado por variáveis processuais e legais, além das características raciais do réu e da vítima.

Operacionalmente, a estimação se dá pelo emprego de uma regressão logística binomial. Os resultados encontrados não permitem rejeitar qualquer uma das três hipóteses testadas, dado que variáveis dos três grupos apresentam significância estatísticas ($p < 0.05$) e estimativas positivas. Por esse motivo, Costa Ribeiro dá continuidade ao seu trabalho por meio de um desenho qualitativo, a fim de explicar os mecanismos dos resultados encontrados (Costa Ribeiro, 1999).

Exatamente nos mesmos número e volume da revista *Dados – Revista de Ciências Sociais*, há um trabalho de VARGAS (1999) também sobre a cor dos acusados de estupro no fluxo da justiça criminal em Campinas (SP). Há uma análise descritiva bastante completa dos dados obtidos, com informações relativas a todas as etapas do fluxo criminal. A despeito disso, não há uma análise inferencial que busque efetivamente testar as hipóteses trabalhadas pela autora no texto. Ainda assim, trata-se de uma investigação que também se insere no arcabouço da Sociologia das Práticas Judiciais.

Alguns anos mais tarde, a autora publicou um outro trabalho – dentro da mesma temática e na mesma revista – utilizando modelos de regressão logística. Com o objetivo de investigar os determinantes da instauração de inquérito de estupro em Campinas, VARGAS demonstra como os principais determinantes da decisão com respeito ao indiciamento do suspeito em inquérito para as queixas de estupro registradas em Campinas são a vítima querer processar e a não-identificação do suspeito – a chance de indiciamento diminuem mais de três vezes nos dois casos (Vargas, 2007).

Um dos trabalhos que se situam e buscam delimitar o campo da Sociologia das Práticas Judiciais no Brasil é o artigo bibliográfico realizado por RIBEIRO (2010a), publicado na *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*. RIBEIRO discute, aqui, a questão do ‘tempo’ na justiça criminal, compreendido para além de mensurações objetivas de meses a que os condenados são sentenciados, bem como seus potenciais determinantes. Ao comparar três culturas jurídicas – a brasileira, a portuguesa e a estadunidense –, a autora problematiza como as normas morais e as regras de decisão são distintas entre si, ainda que possam ser similares nos três países. De maneira geral, o artigo de RIBEIRO ressalta a importância de se analisar as características institucionais dos sistemas de justiça criminal, propondo operacionalizações específicas concernentes às práticas dos atores legais durante os processos de julgamento (Ribeiro, 2010a).

Por fim, outro estudo que se situa no campo da Sociologia das Práticas Judiciais

e bastante próximo da problemática levantada pela presente dissertação é o intitulado “A Produção Decisória do Sistema de Justiça Criminal para o Crime de Homicídio: Análise dos Dados do Estado de São Paulo entre 1991 e 1998”, da mesma autora (Ribeiro, 2010b). O objetivo desse trabalho foi analisar o processo de tomada de decisões policiais e judiciais especificamente no caso do crime de homicídio em SP, particularmente pensando as conexões entre as polícias (Militar e Civil), o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Judiciário e o Sistema Prisional. Nesse sentido, a problemática da ‘produção decisória’, aqui, diz respeito ao fluxo do sistema de justiça criminal.

Uma primeira análise exploratória da autora indica que a maior perda de casos ocorre na passagem da fase policial para a fase judicial. Por outro lado, se o caso tem a fase policial completada, é bem provável que ele consiga sobreviver até a fase de sentença (Ribeiro, 2010b, pp. 175-176). Já na busca pelos determinantes de esclarecimento, sentenciamento e condenação para os casos de homicídio, RIBEIRO propôs três desenhos logísticos, cada um tendo a variável binária de sucesso, ou não, como variável dependente e fatores associados às características previstas pelo Código Penal, por um lado, e sociais de cada réu, por outro, como variáveis independentes.

Discutindo os resultados encontrados em termos de razões de chance – isto é, o quanto aumenta a chance de esclarecimento, sentenciamento ou condenação (para cada modelo) dado o pertencimento à categoria da variável independente estudada –, a autora sugere que sua análise reforça a noção de que o sistema de justiça criminal brasileiro parece ser mais severo com homens jovens, de cor escura e com baixa escolaridade (Ribeiro, 2010b, p. 182). Embora se possa argumentar que o resultado mais substantivamente significativo no que se refere à predição de esclarecimento e sentenciamento diz respeito aos fatores processuais (como o flagrante), o aumento de 28% na chance de um réu negro ser condenado em relação ao réu branco, assim como a chance dobrada de mulheres serem condenadas em relação aos homens, evidenciam que aspectos estruturais exercem forte influência no processo de tomadas de decisões no âmbito dos operadores do sistema de justiça criminal.

A maior parte dos trabalhos que se inserem na Sociologia das Práticas Judiciais diz respeito ao funcionamento da justiça criminal para adultos, diferentemente da presente dissertação. Há alguns, no entanto, que problematizam questões relacionadas ao sistema de justiça juvenil. É o caso do artigo de ÁGUIDO e colegas (2013), intitulado “Representações sociais dos juízes da infância e juventude na aplicação da

privação de liberdade a adolescentes autores de ato infracional”.

Nesse trabalho, as autoras buscaram analisar se e em que medida as práticas jurídicas no campo do direito infantojuvenil ainda se respaldam nas concepções tutelares-repressivas da doutrina da “situação irregular”, supostamente suplantada após a promulgação do ECA. Ao analisar qualitativamente 32 sentenças judiciais que aplicaram a medida socioeducativa de internação em Minas Gerais, sendo 16 réus e 16 rés, ÁGUIDO e colegas concluíram que, apesar da legislação e da doutrina vigentes, os discursos da maioria dos magistrados trazem sinais, ideias, argumentos e representações embasadas na ‘Doutrina da Situação Irregular’. “Juízos de valor, discursos morais, utilização de termos vagos e imprecisos foram identificados nas decisões judiciais” (Águido et al., 2013, p. 325).

O estudo “A racionalidade prática do isolamento institucional: um estudo da execução da medida socioeducativa de internação em São Paulo” (Almeida, 2016) também analisa práticas judiciais no âmbito do sistema de justiça juvenil. Com o objetivo de estudar o que sustenta a racionalidade prática do isolamento institucional como medida para adolescentes autores de atos infracionais e o processo de execução da medida socioeducativa de internação, a autora, partindo do arcabouço teórico-metodológico da etnometodologia, realizou uma pesquisa empírica, de estilo qualitativo, no Fórum Brás e na Fundação CASA – foram realizadas entrevistas em profundidade com magistrados, operadores e funcionários e análises documentais dos registros institucionais. Como, de acordo com o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, não há determinação do tempo de internação quando da aplicação da medida – os adolescentes são institucionalizados por tempo indeterminado, sendo reavaliados pelos juízes de execução semestralmente –, a autora buscou investigar as ‘teorias nativas’ que orientam a construção racional e a tomada de decisões sobre manter ou não o adolescente na unidade de internação (Almeida, 2016).

Outro trabalho que busca investigar as práticas judiciais no sistema de justiça juvenil, com uma temática e uma abordagem similar à desenvolvida aqui, foi realizado por SILVA, intitulado “Justiça Juvenil instantânea: a experiência de um sistema integrado” (2014). No estudo realizado no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH), que integra os magistrados, os promotores, os defensores, os delegados e membros do poder público atuantes nas questões ligadas à infância e à juventude, o autor buscou responder às seguintes questões:

Quais são as consequências da adoção de uma forma integrada de atuação do Sistema de Justiça Juvenil? Quais são os principais determinantes das decisões tomadas pelos diversos atores jurídicos envolvidos no processamento do ato infracional? Quais são os critérios utilizados por eles na escolha da melhor medida socioeducativa a ser aplicada? Como se dá a articulação entre a aplicação e a execução das medidas socioeducativas? (Silva, 2014, p. 645)

Nesse sentido, o autor afirma que visa ao teste de três hipóteses: formas de tipificação e classificação dos adolescentes *a priori*; a teoria legal-formal; e a influência do status social nas decisões. Para isso, utiliza-se tanto de técnicas quantitativas – analisando a totalidade de entradas no sistema de justiça juvenil mineiro nos anos 2009, 2010 e 2011 (pouco mais de 9000 entradas em cada ano, configurando um banco de dados com 28000 casos) – quanto de técnicas qualitativas – tendo sido realizadas 14 entrevistas em profundidade com delegados de polícia, defensores públicos, promotores de justiça e juízes de direito, além de observações participantes na sala reservada à Polícia Militar, na delegacia da Polícia Civil e em 80 audiências, bem como três grupos focais com 15 técnicas judiciárias (Silva, 2014, p. 657).

Na análise quantitativa, SILVA prioriza a análise descritiva dos dados e alguns testes bivariados simples. O autor descreve, por exemplo, como a maior parte dos casos ocorre nas terças, quartas e quintas-feiras, como algo entre um quinto e um quarto dos adolescentes declaravam estar trabalhando e como mais da metade dos processos são resolvidos em audiência preliminar. Como não foi empregada nenhuma técnica que efetivamente permitisse ao autor testar suas hipóteses, não é possível inferir qualquer conclusão com os resultados apresentados.

Na análise qualitativa, SILVA traz alguns *insights* bastante interessantes:

Interessante observar como se constroem os “tipos sociais”: adolescente que estuda, trabalha e tem família que o acompanha não é do “tipo” de jovem “sem eira nem beira”, “propenso a entrar na criminalidade” (promotora de Justiça). Em diversas ocasiões pude observar os atores jurídicos reproduzindo a fala acima no intuito de reforçarem o comportamento esperado do adolescente, ou seja, de que permaneça na escola, não se envolva com drogas e obedeça aos pais. “Você não é menino para ficar sob a tutela do Estado. Isso aqui não é lugar para você!” (promotora de Justiça), quer dizer, o CIA-BH não é lugar para adolescente que estuda e/ou trabalha e tem família o acompanhando, e sim lugar para pobre, negro (preto ou pardo), fora da escola e de família “desorganizada”. As frases “toma cuidado com quem anda” e “se voltar aqui vai ser preso” são muito comuns nas falas dos juízes e promotores, o que demonstra o caráter de educação moral presente na Justiça Juvenil.

Vários operadores do direito demonstram acreditar que em casos de primeira passagem, uma lição bem dada (advertência) pode ser mais eficaz do que a aplicação de uma medida socioeducativa.
(Silva, 2014, p. 660)

Ao final, o autor conclui que os atores jurídicos tomam decisões *a priori* da decisão oficial, baseadas em processos de rotulação (Silva, 2014).

A despeito de diversas informações trazidas pelo trabalho de SILVA, algumas questões devem ser pontuadas. O autor propõe, por exemplo, a combinação de técnicas quantitativas e qualitativas; no entanto, não há qualquer discussão a respeito da própria possibilidade – epistemológica, ontológica e metodológica, conforme ressalta SILVA³⁹ (2015) – de integração multimetodológica nesse caso. As construções conceituais de pesquisas nesses dois estilos são, tradicionalmente, distintas e não buscam responder às mesmas perguntas, o que significa que um desenho misto não consiste na simples soma de técnicas quantitativas e qualitativas. Nesse sentido, há toda uma literatura que problematiza os desenhos investigativos mistos que foi totalmente ignorada pelo autor.

Além disso, SILVA propõe toda uma linguagem de teste de hipóteses, mas não realiza uma pesquisa cujos objetivos sejam inferenciais. O autor limita-se a análises exploratórias e estatísticas descritivas, sem qualquer formalização dos testes a serem feitos e sem procedimentos rigorosos que o permitam chegar a conclusões mais detalhadas. Os próprios resultados da análise qualitativa, tal qual realizada, são um exemplo disso: a despeito dos interessantes achados reportados no artigo (com os quais a presente dissertação dialoga diretamente), eles consistem, no vocabulário proposto pelo autor, no máximo em hipóteses a serem testadas futuramente, não em conclusões concernentes ao funcionamento do sistema de justiça juvenil.

Por fim, é importante pontuar, também, outras questões de ordem técnica. Ao trabalhar com um banco de dados cujas observações sejam as entradas dos adolescentes no sistema de justiça juvenil, o autor abre a possibilidade de um mesmo indivíduo estar sobre-representado – os casos reincidentes. Como, por definição, todo indivíduo é correlacionado consigo mesmo, isso introduz um viés em sua análise que não foi corrigido⁴⁰. Além disso, ao apontar que a correlação entre raça e decisão das oitivas

³⁹A despeito da coincidência do sobrenome, esta referência diz respeito ao artigo “Desafios ontológicos e epistemológicos para os métodos mistos na Ciência Política”, de Glauco Peres da SILVA (2015).

⁴⁰Conforme discutido no capítulo 6, o mesmo problema foi encontrado aqui. Por esse motivo,

informais é fraca e não significativa⁴¹, SILVA conclui que a dimensão racial não é considerada como critério para as decisões judiciais em Belo Horizonte (Silva, 2014) – o que também está equivocado, uma vez que uma análise de associação indica apenas co-correspondência entre duas variáveis, não o efeito de uma sobre a outra; nesse caso, por exemplo, poderia haver outras variáveis envolvidas, de modo que, para chegar à conclusão, uma regressão multivariada, com os devidos controles, seria necessária.

SENTENCING: ESTADO DA ARTE E CRÍTICAS

CONFORME JÁ MENCIONADO na seção 3.2, a segunda metade do século XX presenciou um considerável crescimento no número de investigações a respeito dos processos de julgamento e de determinação das penas na justiça criminal, especialmente na Criminologia e na Sociologia desenvolvidas nos Estados Unidos. Trata-se dos estudos sobre ‘sentencing’, campo hoje bastante amadurecido e consolidado, especialmente em pesquisas criminológicas, e que busca investigar e isolar os fatores determinantes tanto das condenações quanto da severidade da pena. Este tópico busca analisar criticamente a literatura que se insere nesse debate, sendo dividido em três subtópicos principais: o mapeamento das investigações da década de 1970 até a década de 1990, na sociologia americana, concernente ao sistema de justiça criminal para adultos; em seguida, discute-se como se deu, ainda internacionalmente, essa discussão quando as sentenças eram conferidas a adolescentes em um sistema de justiça juvenil; e, por fim, são apresentadas algumas críticas teórico-metodológicas aos desenhos de pesquisa que contrapõem os fatores “legais” aos fatores “extralegais” no processo de julgamento, sendo aqui esboçadas algumas críticas próprias também.

Mapeamento das pesquisas sobre ‘sentencing’

O debate a respeito dos processos de determinação das penas na justiça criminal foi tão intenso ao longo do século XX que há publicações que buscam justamente mapear criticamente as diversas posições teóricas e hipóteses testadas por esses estudos. E

tomou-se a decisão de analisar apenas adolescentes em primeira entrada, em seguida apenas adolescentes em segunda entrada e assim por diante.

⁴¹O que, na verdade, é pouco criterioso, uma vez que o cálculo da correlação de Pearson, utilizada pelo autor, se restringe a duas variáveis contínuas, o que não era o caso.

houve mesmo uma edição especial da revista *American Sociological Review*, publicada em 1977, em que a seção de Notas de Pesquisa (“Research Notes”) dedicava-se exclusivamente ao debate sobre ‘sentencing’ (cf. Greenberg, 1977; Hopkins, 1977; Reasons, 1977). Em particular, destacam-se dois artigos que buscaram resumir esse balanço bibliográfico: “As pesquisas sobre as sentenças e o culto à lei”⁴² (Pires e Landreville, 1985) e “As pesquisas sobre o ‘sentencing’: disparidade, punição e vocabulários de motivos” (Raupp, 2015), dos quais a presente discussão partiu.

Os criminólogos PIRES e LANDREVILLE sugerem, em seu balanço bibliográfico, que há três grandes períodos que evidenciam a evolução do problema de pesquisa aqui analisado: 1919-1959, período representado por pesquisas como as de SELLIN (1928; 1935) e de Johnson (1957) e que “colocaram em foco os preconceitos dos juízes, buscando compreender o problema da sobre-representação dos negros e, ainda que de forma marginal para essas pesquisas, dos pobres nas estatísticas criminais” (Raupp, 2015, p. 177), confirmando a existência de algum tipo de discriminação racial e de classe na determinação das penas; 1960-1974, período em que há uma multiplicação no número de pesquisas que buscavam isolar o efeito da variável ‘classe social’ sobre a determinação da pena; e, enfim, 1975-1985, período aqui analisado mais detalhadamente, mas que ficou caracterizado pela polarização entre “fatores legais” e “fatores extralegais”, além da crítica organizacional, a respeito de quais seriam os melhores preditivos das sentenças.

Cerca de meio século depois que SELLIN (1928; 1935) introduziu a questão da discriminação nas decisões judiciais, o sociólogo americano QUINNEY foi um dos responsáveis por trazer esse debate de volta à Sociologia, particularmente observando que “as decisões são tomadas de acordo com fatores extralegais, o que inclui a idade do infrator, sua raça e sua classe social. (...) Negros, em comparação com os brancos, são condenados com menos evidências e têm sentenças mais severas” (Quinney, 1970, p. 142, tradução nossa)⁴³.

Talvez os autores que tenham melhor detalhado essa perspectiva sejam CHAMBLISS e SEIDMAN (1971). Esses autores propuseram uma teoria que foca no caráter

⁴²Publicado originalmente em Língua Francesa: “Les recherches sur les sentences et le culte de la loi” (Pires e Landreville, 1985).

⁴³No original, em Língua Inglesa: “Decisions are made according to a host of extra-legal factors, including the age of the offender, his race, and social class. (...) Negroes, in comparison to whites, are convicted with lesser evidence and sentenced to more severe punishments” (Quinney, 1970, p. 142).

burocrático da justiça criminal e no uso de discricão nesse contexto. Disso seguem duas deduções testáveis: “(1) quando as leis são explícitas e reafirmadas a ponto de todas as classes terem igual probabilidade de violá-las, tem-se que quanto mais baixa é a posição social do infrator, maior será a probabilidade de que sanções ser-lhe-ão impostas; (2) quando as sanções são impostas, as sanções mais severas são conferidas às pessoas da classe social mais baixa” (Chambliss e Seidman, 1971, p. 475, tradução nossa)⁴⁴. Isto é, argumentam que as características ligadas ao réu, e não ao crime, fazem com que se decida pela condenação.

Provavelmente o artigo que melhor define o debate a respeito dos processos de julgamento na década de 1970 seja aquele publicado por CHIRICOS e WALDO. Intitulado “Socioeconomic Status and Criminal Sentencing: an Empirical Assesment of a Conflict Propostion” e publicado na *American Sociological Review* (Chiricos e Waldo, 1975), o trabalho desses autores busca discutir uma nova perspectiva conceitual às investigações criminológicas, a que denominam “criminologia do conflito” – “(...)essa perspectiva argumentou amplamente que quanto menos poderoso um determinado grupo for, mais provável será que seus comportamentos sejam designados como crimes e que seus membros sejam designados como criminosos” (Chiricos e Waldo, 1975, p. 754)⁴⁵. Ao testar empiricamente essa hipótese, porém, os autores concluem que não há associação significativa entre o status socioeconômico dos réus e a severidade das sanções impostas, diferentemente do esperado.

No entanto, faz-se necessário esboçar uma crítica à análise realizada por CHIRICOS e WALDO. A fim de testar a hipótese do efeito do status socioeconômico sobre a severidade das sanções impostas, os autores realizaram apenas testes de correlação de Pearson entre as variáveis envolvidas (Chiricos e Waldo, 1975, pp. 762-765). Por mais que consista em uma interessante análise exploratória, esses testes não testam *de fato* o efeito de uma dimensão sobre a outra, uma vez que não são consideradas quaisquer variáveis de controle – nesse sentido, no âmbito do teste de hipóteses, pode-se dizer que há um viés de variáveis omitidas. Esse problema já havia sido

⁴⁴No original, em Língua Inglesa: “(1) Where laws are so stated that people of all classes are equally likely to violate them, the lower the social position of the offender, the greater is the likelihood that sanctions will be imposed on him; (2) When sanctions are imposed, the most severe sanctions will be imposed on persons in the lowest social class” (Chambliss e Seidman, 1971, p. 475).

⁴⁵No original, em Língua Inglesa: “(...)this perspective has generally argued that the less powerful a group, the more likely will its behaviors be designated as crime and its members designated as criminal” (Chiricos e Waldo, 1975, p. 754).

levantado, especificamente para as pesquisas sobre as determinações das penas, por Zeisel, em sua nota metodológica para a *Law and Society Review* (Zeisel, 1969). E assim, a afirmação mais segura a partir dos dados apresentados por CHIRICOS e WALDO seria a constatação de que os resultados não são conclusivos e não permitem apontar associações significativas entre o status socioeconômico e a severidade das sentenças.

O texto de CHIRICOS e WALDO (1975) teve tamanha influência à época que é considerado o marco inicial de um intenso debate sociológico e criminológico. De um lado, alguns autores argumentavam que as sentenças poderiam ser preditas a partir dos chamados fatores ‘extralegais’, como cor, classe, idade e gênero, ao passo que outros autores argumentavam que, na verdade, eram os fatores ‘legais’ os melhores preditores das decisões judiciais, fatores como a gravidade do crime cometido e o histórico criminal do réu. Buscando justamente responder às colocações de CHIRICOS e WALDO, três autores publicaram notas de pesquisa no volume 42 da *American Sociological Review*, em 1977 – que dedicou uma seção precisamente a esse debate: HOPKINS (1977), REASONS (1977) e GREENBERG (1977).

O australiano Andrew HOPKINS, ao discutir os resultados indicados por CHIRICOS e WALDO (1975), aponta duas críticas principais. HOPKINS compartilha da proposta teórico-metodológica dos autores de testar as proposições da ‘criminologia do conflito’ tal qual formulada por Chambliss (cf. Chambliss e Seidman, 1971), isto é, testar as hipóteses concernentes à posição social do infrator descritas acima. No entanto, afirma que há equívocos na operacionalização da investigação de CHIRICOS e WALDO e sugere um método alternativo de análise mais apropriado (Hopkins, 1977, p. 176).

Em primeiro lugar, HOPKINS sugere que a variável ‘Status Socioeconômico’ não deve ser operacionalizada enquanto uma variável contínua, como CHIRICOS e WALDO fazem; ao contrário, deveria ser uma variável dicotômica: “pessoas de classe baixa” ou “pessoas de classe média ou alta”.

Ou os juízes percebem o réu como alguém que pode ser identificado, alguém com um passado parecido com os seus e que não é inerentemente um criminoso, cujo comportamento criminal é compreendido como uma infeliz consequência de circunstâncias particulares ou de pressões sociais; ou eles vêem o réu como um membro de uma classe social mais baixa e, assim, propenso ao comportamento criminal. Se os juízes de fato pensam dessa maneira, então um teste adequado da proposta de Chambliss deve tratar o status como uma

variável dicotômica.
(Hopkins, 1977, p. 176, grifo no original)⁴⁶

Ao considerar o status socioeconômico enquanto uma variável contínua, é de fato esperado, argumenta HOPKINS, que não seja encontrada associação significativa com a decisão judicial condenatória, pela própria natureza desse fenômeno. Nesse sentido, o estudo de CHIRICOS e WALDO (1975) não pode ser conclusivo ao afirmar que os fatores extraleais não se relacionam à severidade da pena.

A outra crítica levantada por HOPKINS a respeito do estudo de CHIRICOS e WALDO concerne ao próprio perfil dos réus nos sistemas de justiça criminal. Se a esmagadora maioria dos acusados é politicamente inferior nas relações de poder, sendo apenas uma pequena parcela dos réus pertencentes às classes média ou alta, a própria variável “status socioeconômico” apresenta forte homogeneidade – e, assim, os resultados encontrados são, na verdade, esperados: não deve haver, de fato, uma associação significativa dessa dimensão com a severidade da pena.

Uma alternativa, sugere HOPKINS, seria separar os indivíduos de classe alta e média dos indivíduos de classe baixa e comparar o tamanho médio das sentenças que lhes são conferidas. E ainda que não sejam encontradas evidências empíricas de diferença entre as classes, isso ainda não significaria a recusa das hipóteses de CHAMBLISS. Isso porque os cidadãos do lado mais forte das relações de poder raramente são acusados dos crimes mais tradicionais – suas ações ilícitas consistem nos crimes de colarinho branco, sonegação de impostos, violação das leis contra a poluição, propaganda enganosa, entre outros. E as penas para esses crimes tendem a ser consideravelmente mais brandas do que para crimes de roubo, por exemplo. Nesse sentido, o *viés de classe* no processo de determinação das penas é anterior ao julgamento em si, configurando-se na própria definição dos crimes a serem punidos (Hopkins, 1977).

Outra crítica ao estudo realizado por CHIRICOS e WALDO foi feita por REASONS (1977). O sociólogo canadense argumenta por uma incompatibilidade entre o desenvolvimento conceitual da investigação e a operacionalização das hipóteses tes-

⁴⁶No original, em Língua Inglesa: “*Either the judge perceives the defendant as someone with whom he can identify, someone with a similar background to his own who is not inherently criminal and whose criminal behaviour is felt to be an unfortunate consequence of particular circumstances or social pressures, or he sees the defendant as belonging to a lower social class and, as such, prone to criminal behaviour. If judges, in fact, think this way, then an adequate test of the Chambliss proposition must treat status as a dichotomous variable*” (Hopkins, 1977, p. 176, grifo no original).

tadas. Como buscaram testar as hipóteses de CHAMBLISS e SEIDMAN (Chambliss e Seidman, 1971), o objetivo da pesquisa era averiguar em que medida a classe social influencia a severidade das sanções conferidas aos réus condenados. De acordo com REASONS, o desenho investigativo dos autores não permite rejeitar ou aceitar conclusivamente essa hipótese (Reasons, 1977).

REASONS detalha que o estudo conduzido pelos dois autores teve como universo a população encarcerada de três estados norteamericanos. Os próprios CHIRICOS e Waldo explicitam a ressalva de que sua investigação tem essa limitação:

Deve-se reconhecer que uma avaliação mais completa do processo de sentenciamento deveria incluir as sentenças de meio aberto [*probationers*] tanto quanto as penas privativas de liberdade. No entanto, esses dados estão indisponíveis no momento, então a presente pesquisa deve ser tomada como um teste apenas parcial da proposta de Chambliss-Seidman. (Chiricos e Waldo, 1975, p. 758, tradução nossa)⁴⁷

Enquanto CHIRICOS e WALDO afirmam que se trata de apenas uma ressalva que configuraria um teste ‘parcial’ da hipótese em tela, REASONS sustenta que, na verdade, os dados analisados pelos autores não permitem o teste dessa hipótese. O sociólogo argumenta que a população por eles trabalhada é uma parcela da população que foi julgada pela justiça criminal – condicional, multas, reparo, arquivamento, remissão, entre outras, são decisões judiciais possíveis –, sendo a pena privativa de liberdade a mais severa de todas, isto é, trata-se de uma amostra com alto viés de seleção. Nesse sentido, a hipótese *de fato* testada por CHIRICOS e WALDO não seria aquela derivada de CHAMBLISS e SEIDMAN, mas outra – “entre as pessoas encarceradas, aqueles com menor status socioeconômico devem receber penas mais longas para os mesmos crimes do que aqueles de status socioeconômico mais alto” (Reasons, 1977, p. 178).

A hipótese lançada por CHAMBLISS e SEIDMAN faz considerações específicas do efeito da variável “classe social” sobre a severidade das sanções impostas aos réus. Ou seja, a mensuração de status socioeconômico, aqui, é tida como a variável explicativa do modelo. No entanto, os dados de CHIRICOS e WALDO possuem, em

⁴⁷No original, em Língua Inglesa: “It must be recognized that a more complete assessment of the sentencing process would include those sentences received by probationers as well as by those remanded to prison. However, these data are unavailable at this time and *the present research must be regarded as but a partial test of the Chambliss-Seidman proposition*” (Chiricos e Waldo, 1975, p. 758, grifo adicionado por (Reasons, 1977)).

sua esmagadora maioria, apenas pessoas das classes mais baixas, indicando baixa variabilidade na variável explicativa – o que significa que, na verdade, de acordo com REASONS, eles estão testando diferenças no tamanho das sentenças *dentre as pessoas de mesma classe social*. “Trata-se de um excelente exemplo de inaplicabilidade dos dados à teoria” (Reasons, 1977, p. 178, tradução nossa)⁴⁸.

Um outro artigo publicado na seção de Notas de Pesquisa do volume 42 (1977) da *American Sociological Review* concernente ao debate em torno do estudo de CHIRICOS e WALDO (1975) foi desenvolvido pelo sociólogo estadunidense David GREENBERG e intitulado “Socioeconomic Status and Criminal Sentences: Is There an Association?” (Greenberg, 1977). Ele critica três pontos específicos em relação ao artigo dos autores supracitados.

Em primeiro lugar, GREENBERG sustenta que um achado empírico de que a réus de diferentes status socioeconômicos são conferidas sentenças de mesmo tamanho só é inconsistente com a afirmação de que indivíduos de classe social mais baixa recebem penas mais severas *se* os crimes cometidos são de igual gravidade, o que não foi o caso do estudo comentado. O autor argumenta que há uma série de outras etapas no fluxo do sistema de justiça criminal que antecedem a decisão judicial final, etapas essas que podem ter indicado diferenças classistas também – e, assim, se indivíduos de baixo status socioeconômico tiverem sido menos culpáveis do que réus de classe média ou alta, então as sentenças iguais que lhe forem conferidas constituiriam, na verdade, um tratamento *desigual* (Greenberg, 1977, p. 174). Como o artigo de CHIRICOS e WALDO (1975) não dá conta desse aspecto do processo decisório, não seria possível afirmar que seus resultados são conclusivos.

Em seguida, GREENBERG argumenta que algumas variáveis extraleais não foram incluídas na análise de CHIRICOS e WALDO, mas que seriam particularmente importantes: aquelas associadas ao status socioeconômico da vítima.

De uma perspectiva do conflito, poder-se-ia antecipar que tomadores de opinião de classe média ou alta experienciariam pouca ou nenhuma ameaça de crimes em que um pobre vitimiza outro pobre. (...) poder-se-ia esperar que eles se sentissem mais ameaçados e respondessem com sentenças mais severas quando as vítimas são mais parecidas com eles próprio.
(Greenberg, 1977, p. 174, tradução nossa)⁴⁹

⁴⁸No original, em Língua Inglesa: “This is an excellent example of the data’s inapplicability to the theory” (Reasons, 1977, p. 178).

⁴⁹No original, em Língua Inglesa: “From a conflict perspective, one might anticipate that middle-

A despeito de essa publicação ter ocorrido mais de uma década antes, o argumento levantado por REASONS remete fortemente à ‘justiça sociológica’ a respeito da qual BLACK disserta (e sugere enquanto um campo de pesquisas) em 1989 (Black, 1989). Para que se considere as relações de poder em um julgamento, as características individuais – socioeconômicas e raciais – dos réus não bastam, uma vez que são posições relacionais; no caso, relacionadas justamente às posições daqueles que sofreram o crime em questão. Desconsiderar aspectos socioeconômicos da vítima pode levar a conclusões equivocadas de que classes sociais não importam às determinações de sentença (Greenberg, 1977, p. 175).

Por fim, a terceira crítica do sociólogo americano ao estudo de CHIRICOS e WALDO (1975) concerne ao contexto político da época. Os autores analisam decisões judiciais do período 1969-1973, período que sucede a década de maior crescimento do poder político da população negra nos Estados Unidos. A hipótese de que juízes brancos confeririam medidas mais severas a réus negros, ao mesmo tempo em que juízes negros seguiriam o padrão inverso, não só é factível ao momento, como sustentada por estudos anteriores. Nesse sentido, a desconsideração das características raciais de ambos, réu e juiz, gera um viés na análise, o que também torna os resultados reportados inconclusivos (Greenberg, 1977, p. 175).

Um outro artigo bastante central no debate a respeito dos fatores extralegais nos processos de julgamento da justiça criminal foi escrito pelo canadense John HAGAN e publicado na *Law and Society Review* (Hagan, 1974). Intitulado “Extra-Legal Attributes to Criminal Sentencing: an assessment of a sociological viewpoint”, ainda que tenha sido publicado em 1974, antes do artigo de CHIRICOS e WALDO (1975) e de todo o debate do volume 42 da *American Sociological Review*, trata-se de um trabalho com contribuições centrais para essa discussão.

HAGAN realiza uma detalhada revisão bibliográfica a respeito do tema da discriminação (social e racial) nas sentenças judiciais, replicando aqueles estudos cujos dados lhe foram disponibilizados – 20 trabalhos, mais precisamente, foram discutidos pelo autor. E dois pontos de vista gerais foram encontrados: um sociológico, que busca medir o efeito de fatores extralegais (como raça, idade, sexo e status socioeconômico) do acusado na aplicação de uma medida; e outro legalista, que busca

and upper-class decision makers would experience little alarm or threat from crimes in which the poor victimize the poor. (...) one might expect them to feel most threatened and to respond with more severe sentences when victims are most like themselves” (Greenberg, 1977, p. 174).

medir o efeito de fatores legais (como o histórico criminal do acusado, a natureza do crime cometido e o número de acusações contra ele) do caso na determinação de uma pena. Nos dois grupos, HAGAN argumenta que (i) faltam investigações que apliquem técnicas estatísticas mais avançadas, para que, no mínimo, as hipóteses de CHAMBLISS e SEIDMAN (1971) sejam efetivamente testadas; (ii) os poucos estudos que aplicaram técnicas estatísticas pecam na confusão entre significância estatística e significância substantiva – isto é, ainda que os resultados aceitem a rejeição da hipótese nula, não foram observadas associações muito fortes entre as variáveis mensuradas. Essa discussão é realizada especialmente ao replicar os 20 artigos citados anteriormente: HAGAN acrescenta alguns testes (como o de associação via *qui-quadrado*) e discute as significâncias estatística e substantiva dos resultados (Hagan, 1974).

Em relação às investigações que problematizam as relações raciais, o autor encontra o resultado de que crimes inter-raciais, em particular aqueles cuja vítima é uma pessoa branca, são aqueles que mais geram disparidade nas sentenças conferidas. Importante ressaltar essa discussão em 1974, antes do artigo de GREENBERG (1977) e do livro de BLACK (1989). Em relação aos estudos que problematizam viés de classe, HAGAN encontra diferenças significativas, mantendo a gravidade do crime e o histórico do réu constantes, apenas para casos capitais. E, por fim, em relação ao viés de idade e de sexo, o autor não encontra qualquer diferenciação nas sentenças quando os controles são inseridos (Hagan, 1974).

Enfim, o achado central dessa discussão deve ser enfatizado novamente. A replicação dos dados de vinte estudos sobre sentenças judiciais indica que, ao mesmo tempo em que pode haver evidência de sentenças diferenciadas, o conhecimento de características extraleais do acusado contribui relativamente pouco para a nossa habilidade de prever as decisões judiciais. Apenas em instâncias raras o conhecimento de atributos extraleais do acusado de fato aumentou a nossa precisão em prever as decisões judiciais em mais de cinco por cento.

(Hagan, 1974, p. 379, tradução nossa)⁵⁰

Os estudos apontados na presente revisão bibliográfica evidenciam o debate bastante diverso tido à época, com investigações que não chegam a quaisquer resultados.

⁵⁰No original, em Língua Inglesa: “Finally, the central finding of this discussion must be remphasized. Review of the data from twenty studies of judicial sentencing indicates that, while there may be evidence of differential sentencing, knowledge of extra-legal offender characteristics contributes relatively little to our ability to predict judicial dispositions. Only in rare instances did knowledge of extra-legal attributes of the offender increase our accuracy in predicting judicial disposition by more than five percent” (Hagan, 1974, p. 379).

Há artigos reportando resultados tanto para um lado quanto para o outro. “Nesse sentido, a querela entre Chiricos e Waldo e as respectivas críticas, ilustradas acima, são bastante elucidativas da disparidade dos resultados a que chegaram as pesquisas de ‘sentencing’, cujo debate é sobretudo de natureza metodológica” (Raupp, 2015, p. 188). Ainda que não se concorde com a caracterização do debate como essencialmente metodológico (uma vez que não se separa aspectos metodológicos do conteúdo substantivo), o diagnóstico de RAUPP é certo no sentido de apontar para as disparidades dos resultados das pesquisas, sem qualquer tipo de consenso referente aos preditores das decisões judiciais na justiça criminal. É nesse contexto que surge, no final da década de 1970, uma espécie de terceira perspectiva nesse debate, que busca justamente superar o problema dos “fatores legais *versus* fatores extraleais”: trata-se da perspectiva organizacional nos estudos sobre o sistema de justiça criminal.

ALÉM DOS FATORES LEGAIS E EXTRALEAIS: A HIPÓTESE ORGANIZACIONAL

Um dos primeiros trabalhos que, ao criticar a própria formulação dos problemas de pesquisa em torno da distinção entre “fatores legais e fatores extraleais”, acaba se utilizando do arcabouço teórico da Sociologia das Organizações foi realizado por Malcolm FEELEY (1979). Em seu livro *The process is the punishment: handling cases in a lower criminal court*, o sociólogo estadunidense analisa o funcionamento de uma corte criminal ‘menor’⁵¹ na cidade de New Haven, nos Estados Unidos – um tribunal reservado para crimes de menor gravidade e que não demandam todo o trabalho investigativo que um homicídio, por exemplo, demandaria. De acordo com o autor, entre 90% e 95% dos casos são julgados ali, dada a excepcionalidade de infrações como roubo, estupro e outros crimes contra a vida (Feeley, 1979).

Após algumas discussões a respeito da importância de se levar em consideração, nas análises, a própria organização interna dos tribunais e sua relação com o ambiente, FEELEY busca, no quinto capítulo livro, entrar no debate sobre ‘sentencing’. Seu objetivo era investigar os determinantes das decisões judiciais nessa corte criminal ‘menor’ de New Haven. Em um primeiro momento, o autor buscou integrar três conjuntos de variáveis em um mesmo modelo: as considerações legais; as características sociais dos juizes; e as características estruturais do sistema em si. No entanto, o sociólogo acabou alterando o desenho da pesquisa depois do início de sua

⁵¹Trata-se de um fórum análogo aos Juizados Especiais Criminais no Brasil.

investigação:

Mas durante esse esforço, a minha estratégia de pesquisa mudou, e o que eu pretendia que fosse o núcleo de um estudo completo acabou reduzido a apenas um capítulo, um capítulo que apresenta principalmente resultados negativos. Conforme eu imergi nas operações do tribunal, primeiramente para coletar os dados e em seguida como um observante-participante, pude apreciar os modos como organização e atitude afetam o lidar dos casos, fatores que não são facilmente capturados em análises quantitativas e que são mais visíveis *durante* do que antes do processo de pesquisa. Eu também comecei a questionar o valor da análise quantitativa em desenvolver análises explicativas de cortes criminais, particularmente de fóruns ‘menores’ [‘lower courts’] em que os registros oficiais são notoriamente inválidos e os resultados frequentemente diferenciados por diferenças sutis não capturadas em uma coleta de dados na forma de questionários fechados.

(Feeley, 1979, p. 123, tradução nossa)⁵²

Ao analisar os determinantes da atribuição de culpa (*‘adjudication’*) e da severidade da pena imposta, FEELEY buscou testar três hipóteses: a legal, para isso utilizando como variáveis a gravidade da acusação, o tipo de acusação, o posse de armas, o histórico criminal e a gravidade do histórico criminal; a social, para isso utilizando variáveis como sexo, raça, idade, tipo de vítima, tipo de advogado de defesa, tipo de advogado de acusação e filiação partidária do juiz; e a sistêmica, para isso utilizando variáveis como o número de aparições no tribunal, se a prisão foi feita com mandato e a confissão da culpa. Ao final, ele conclui que a análise quantitativa não é suficiente para lidar com esse problema de pesquisa, apontando sete motivos que o levaram a essa conclusão.

(i) Ao priorizar grandes amostras de dados oficiais, fica restrita a examinação dos fatores que não são mensuráveis objetivamente, como os aspectos sutis do funcionamento das cortes criminais; (ii) Um caso não segue uma linha direta do flagrante até a condenação, havendo outros fatores que complicam esse verdadeiro labirinto

⁵²No original, em Língua Inglesa: “But during this effort my research strategy changed, and what I once envisioned as the core of a full-length study has now been reduced to a single chapter, a chapter which reports mostly negative findings. As I immersed myself in the operations of the court, first to collect data and later as a participant-observer, I came to appreciate the ways in which organization and attitude affected the handling of cases, factors which are not easily captured in quantitative analyses and which are most visible during rather than before the research process. I also began to question the value of quantitative analysis in developing explanatory analyses of criminal courts, particularly lower criminal courts in which official records are notoriously unreliable and important outcomes are often distinguished by subtle differences not easily captured on a close-ended data collection form” (Feeley, 1979, p. 123).

que é o fluxo da justiça criminal; (iii) Embora cada etapa do processo seja vista como um resultado separado, os estágios do fluxo se sobrepõem e se misturam constantemente; (iv) Promotores de justiça e defensores públicos frequentemente se esquecem dos casos, se confundem e ignoram detalhes importantes, fatores que passam despercebidos aos documentos oficiais; (v) Há sempre uma série de negociações informais entre acusação e defesa; (vi) Em vez de considerar apenas os aspectos sociais e econômicos dos juízes, FEELEY argumenta que as decisões são tomadas mais em função de atitudes, valores e objetivos pessoais dos próprios magistrados; (vii) O grau de interesse e motivação de ambas as partes do processo podem ter efeitos sobre as decisões finais (Feeley, 1979, pp. 149-152).

Embora muitas das críticas realizadas pelo sociólogo estadunidense aos desenhos de pesquisa da época estejam equivocadas e possam ser respondidas, a análise do autor traz o mérito de problematizar o processo de tomada de decisões indo além da simples distinção entre fatores “legais” e “extralegais”. FEELEY argumenta que há uma série de nuances e informalidades nas cortes criminais que só podem ser verificadas via observação direta, isto é, o sociólogo argumenta que, para estudar os determinantes das decisões judiciais, não basta analisar os resultados das decisões em si – deve-se analisar todo o contexto organizacional em que se inserem as pessoas que vão tomar as decisões. Nesse sentido, a proposta de FEELEY (1979) converge com os interesses da Sociologia das Organizações.

Um dos mais importantes artigos que problematizam os contextos organizacionais dos tribunais em que são feitos os julgamentos foi escrito por THOMSON e ZINGRAFF (1981). Na busca pelo motivo das disparidades nos resultados das pesquisas, os autores identificam cinco variações contextuais nas investigações que seriam uma espécie de “armadilha”: mudanças no período de tempo em que as pesquisas foram realizadas; diferenças jurisdicionais entre as regiões; a função *de fato* do juiz no momento do julgamento; o tipo de decisão analisada, a depender da fase processual no fluxo da justiça; e a relação entre vítima e acusado – caso tenha sido um crime inter-racial, por exemplo (Thomson e Zingraff, 1981).

RAUPP sugere que: “No fundo, o que Thomson e Zingraff argumentam é que a pesquisa empírica sobre os determinantes do sentencing deve ser sempre contextualizada e nunca buscar um alto grau de generalização, pois os resultados alcançados sempre estarão relacionados a um contexto específico” (Raupp, 2015, p. 179). A despeito dos méritos do artigo da autora, uma interpretação alternativa à proble-

matização de THOMSON e ZINGRAFF pode ser sugerida aqui. Os autores estão problematizando e complexificando a hipótese testável, não negando-a. Isto é, estão sugerindo outras possíveis variáveis *Z's* que estão enviesando os efeitos testados sobre o processo de julgamento. Ao problematizar o contexto, não estão dizendo que as pesquisas nunca devem buscar um alto grau de generalização; ao contrário, devem, mas para isso deve ser levada em consideração toda a complexidade do modelo conceitual, para além das relações bivariadas.

A despeito disso, evidencia-se aqui o mérito de THOMSON e ZINGRAFF (1981) de problematizar o contexto das cortes criminais em que acontecem os processos de julgamento. Resultado parecido foi obtido por HAGAN e colegas: ao analisar a prisão em dez tribunais federais, concluíram uma relação inversa entre o volume de processos e a severidade da sentença – isto é, quanto mais comum é uma infração em dado tribunal, menos severa será a decisão judicial (Hagan et al., 1980).

Ao se problematizar aspectos organizacionais das decisões judiciais, no entanto, há um debate específico já clássico na literatura sobre ‘sentencing’. Trata-se da discussão que HAGAN e colegas (1979) fazem a respeito da obra de MEYER e ROWAN (1977): a interpretação da justiça criminal como um sistema frouxamente ajustado.

MEYER e ROWAN (1977) fizeram um estudo bastante conhecido a respeito de como organizações formais de fato funcionam. Eles argumentam que todas essas organizações têm regras institucionalizadas, que são o aspecto normativo de como as coisas devem ocorrer na organização de acordo com a expectativa geral. Essas regras institucionalizadas, no entanto, funcionam como mitos incorporados: as pessoas acreditam neles, conferem legitimidade e recursos, mas o real funcionamento do sistema é diferente do previsto. Os mitos de uma organização ocorrem cerimonialmente e mantêm o sistema funcionando, ainda que, para manter a eficiência organizacional, se trate apenas de uma cerimônia (Meyer e Rowan, 1977). Hagan e seus colegas trazem uma explicação detalhada:

Meyer e Rowan adicionam a essa concepção uma enumeração de características associadas a sistemas frouxamente ajustados de organizações formais – elementos estruturais são apenas frouxamente relacionados um ao outro e a atividades; regras são frequentemente violadas; decisões frequentemente não são implementadas ou, se implementadas, têm consequências incertas; técnicas têm frequentemente eficácia incerta; avaliações e inspeções são frequentemente subvertidas ou vagas a ponto de configurarem pouca coordenação.

(Hagan et al., 1979, p. 508, tradução nossa)⁵³

A partir dessa limitação conceitual, HAGAN e colegas argumentam que muitas dessas características de organizações formais podem ser manifestas no sistema de justiça criminal – e que as consequências desses sistema de justiça frouxamente ajustado podem ser reconhecidas no nível das determinações de sentenças a indivíduos.

Depois de testar as duas principais hipóteses correntes na literatura – a dos fatores “extralegais”, associada à perspectiva marxista, e a dos fatores “legais”, associada à perspectiva durkheimiana –, HAGAN e colegas, conforme esperado, não encontram evidências robustas para qualquer uma das hipóteses, argumentando que nesse espaço a perspectiva organizacional poderia contribuir com a interpretação de o processo de tomada de decisões na justiça criminal é o produto de um sistema frouxamente ajustado. Os agentes da condicional consistiriam no mito de uma justiça individualizada, uma regra institucionalizada consensualmente defendida, mas a eficiência organizacional do sistema se daria de fato pela confissão de culpa por parte dos réus:

A emergência da profissão de condicional e o envolvimento desses oficiais no processo de pré-sentenças são os produtos estruturais dessa mudança filosófica, trazendo uma nova fonte de legitimação às atividades da corte. No entanto, os objetivos de eficiência e de individualização da corte são contraditórios. Um meio de resolver essa contradição envolve a desarticulação do trabalho de condicional de grande parte do processo de tomada de decisões da corte, substituindo a influência do promotor pela do agente da condicional na etapa pré-sentença. O impacto distintivo do Promotor de Justiça na determinação das sentenças se reflete na necessidade de a corte premiar e punir os infratores por sua disposição em resolver os casos eficientemente. Enquanto isso, a manutenção do envolvimento formal dos agentes de condicional no processo pré-sentenças permite a perpetuação do mito de individualização, ainda que em forma cerimonial.

(Hagan et al., 1979, p. 524, tradução nossa)⁵⁴

⁵³No original, em Língua Inglesa: “Meyer and Rowan add to this conception an enumeration of characteristics associated with loosely coupled formal organizations – structural elements are only loosely linked to one another and to activities, rules are often violated, decisions often unimplemented, or if implemented have uncertain consequences, techniques are often of uncertain efficacy, and evaluation and inspection systems are often subverted or rendered so vague as to provide little coordination” (Hagan et al., 1979, p. 508).

⁵⁴No original, em Língua Inglesa: “(...) The emergence of the probation profession and the involvement of probation officers in the presentencing process are the structural products of this philosophical change, providing a new source of legitimation for the activities of the court. However, the goals of court efficiency and individualization are contradictory. One means of resolving this contradiction involves the decoupling of probation work from much of the court’s decision-making, substituting the influence of the prosecutor for that of the probation officer in the presentencing

A premissa de que o sistema de justiça criminal estadunidense funcionaria como um sistema frouxamente ajustado explica os baixos níveis de variância explicada⁵⁵, já que as diferentes fases de julgamento seriam explicadas por distintas variáveis (Hagan, 1989).

No Brasil, houve um esforço similar de usar a teoria organizacional para compreender o sistema de justiça criminal. Vargas e Rodrigues (2011) argumentam que há uma intensa desarticulação entre os subsistemas que compõem o sistema de justiça criminal: sem ajustes, seria um sistema sem qualquer cooperação interna. O que fica, pois, responsável por conferir essa cooperação por frouxamente ajustar esse sistema são os *papéis*, e particularmente o inquérito policial. A investigação policial, normalmente, ocorre de uma maneira bastante distinta daquela como deveria ocorrer; no registro oficial do processo investigativo, no entanto, tudo é documentado tais quais as expectativas (cerimoniais) em torno de um processo criminal. Por esse motivo, esses relatos oficiais e a intensa produção de documentos têm como produto a garantia da eficiência na justiça e, em alguma medida, a cooperação entre os subsistemas, configurando o sistema de justiça criminal enquanto frouxamente ajustado (Vargas e Rodrigues, 2011).

Por fim, outro estudo central no debate sobre ‘sentencing’ e que passou a ser considerado um divisor de águas na literatura é o intitulado “The Organizational Context of Criminal Sentencing”, publicado por Jo DIXON na *American Journal of Sociology* (1995). A autora traz uma detalhada revisão da literatura, discute conceitual e operacionalmente as hipóteses comumente testadas e propõe uma explicação – também empiricamente demonstrada – para as disparidades nos resultados das investigações anteriores.

Uma primeira contribuição de DIXON é uma explicação bastante clara das hipóteses da literatura. A autora argumenta existirem três principais hipóteses:

- **Hipótese jurídico-oficial:** “De acordo com a abordagem jurídico-oficial, a organização da tomada de decisões legais e burocráticas é tida como uma

process. Prosecutors’ distinctive impact on the sentencing process reflects the court system’s need to reward and punish offender compliance in efficiently resolving cases. Meanwhile, the maintenance of the formal involvement of probation officers in the presentencing process allows perpetuation of the myth of individualization, if only in a ceremonial form” (Hagan et al., 1979, p. 524).

⁵⁵HAGAN sustenta, em outro texto, que os valores de R^2 encontrados pelos modelos normalmente são bastante baixos (1989).

máquina tecnicamente racional. Ao aceitar as descrições weberianas de organizações modernas como tecnicamente racionais e ao aplicar o argumento de Weber concernente à organização das decisões judiciais, os seguidores da perspectiva jurídico-oficial sustentam que a forma legal determina as decisões via aplicação dessas regras para casos específicos. Assim, além de previsíveis, as sentenças são resultados primariamente de regras e critérios legais aplicados igualmente a todas as classes e raças” (Dixon, 1995, p. 1161, tradução nossa)⁵⁶.

- **Hipótese substantivo-política:** “...Essa perspectiva argumenta que a administração dos processos de julgamento são sistemas politicamente organizados em que os mais poderosos usam o poder policial do Estado para reafirmar sua posição privilegiada ao reduzir sua responsabilidade legal por comportamentos ilegais. Essa linha de raciocínio foca na influência que classes sociais ou status sociais tem no resultado das sentenças. (...) A teoria substantivo-política de ‘sentencing’ preveria que fatores extraleais, como classe e raça, assim como fatores legais, têm um papel no processo de julgamento (Dixon, 1995, pp. 1160-1161, tradução nossa)⁵⁷.
- **Hipótese da manutenção organizacional:** “Ao repudiar tanto a percepção weberiana da organização do julgamento como uma máquina tecnicamente racional quanto a percepção marxista de uma máquina política, a perspectiva da manutenção organizacional representa a organização das sentenças como um sistema natural que opera na base da “lei de Michel”. (...) Quando a “lei de Michel” é aplicada ao processo de julgamento, a organização das sentenças é tida como um processo de manutenção organizacional criado pelas elites dos

⁵⁶No original, em Língua Inglesa: “According to the formal legal approach, the organization of bureaucratic and legal decision making is perceived as a technically rational machine. Accepting Weberian descriptions of modern organization as technically rational and applying Weber’s argument to the organization of sentencing decisions, followers of the formal legal perspective submit that formal legal rules govern sentencing decisions via the application of these rules to specific cases. Hence, in addition to being predictable, sentencing outcomes are primarily the result of legal rules and criteria applied equally to all classes and races” (Dixon, 1995, p. 1161).

⁵⁷No original, em Língua Inglesa: “...this version argues that the administration of sentencing is a politically organized system wherein the powerful use the police power of the state to reinforce their privileged position by reducing their legal liability for illegal behavior. This line of reasoning focuses on the influence that social class or social status characteristics have on sentencing outcome. (...) The substantive political theory of sentencing would predict that extralegal factors such as class and race, as well as legal factors, play a role in sentencing” (Dixon, 1995, pp. 1160-1161).

tribunais. Porque quando uma rede complexa de relações informais entre os atores do Fórum é formada, um esforço cooperativo de lidar eficientemente com os casos evolui, com efeitos não previstos pelos modelos jurídico-oficial ou substantivo-política” (Dixon, 1995, p. 1162, tradução nossa)⁵⁸.

Por seu caráter didático e elucidativo, essas três hipóteses serão referidas a partir da nomenclatura proposta por DIXON na presente dissertação.

Para além dessas três principais hipóteses, a autora sustenta que haveria ainda um quarto fator negligenciado nas investigações: a perspectiva contextual de cada tribunal, uma vez que as diferentes cortes, em diferentes lugares, podem ser influenciadas por fatores políticos, sociais e mesmo organizacionais. Como exemplo, ela cita alguns poucos estudos que diferenciam os tribunais rurais e os urbanos, indicando bastante diferença nos padrões decisórios (Dixon, 1995, p. 1164).

Em sua própria pesquisa tendo ‘sentencing’ como variável dependente, DIXON se utiliza de duas medidas: a probabilidade de receber a pena privativa de liberdade, para isso se utilizando de um modelo logístico; e a quantidade de tempo a que foi sentenciado o condenado, para isso se utilizando de um modelo linear. Como independentes, ela inclui variáveis das três hipóteses acima citadas (incluindo fatores interativos para verificar coexistência dessas explicações). Ao final, a socióloga conclui que o contexto organizacional, dedutivamente, é a hipótese que prevê a prisão.

Os resultados encontrados da análise tanto do contexto judicial quanto da acusação revelam que a teoria jurídico-oficial é apoiada sob condições de baixa burocratização, enquanto a teoria da manutenção organizacional é apoiada sob condições de alta burocratização, seja judicial ou acusatória. Esse padrão se mantém tanto para a decisão sobre a pena privativa de liberdade quanto para o tamanho das sentenças, mas é mais forte nas decisões sobre o tamanho das sentenças.
(Dixon, 1995, p. 1183, tradução nossa)⁵⁹.

⁵⁸No original, em Língua Inglesa: “Repudiating the Weberian perception of the organization of sentencing as a technically rational machine, as well as the Marxian perception of it as a political machine, the organizational maintenance perspective depicts the organization of sentencing as a natural system that operates on the basis of “Michels’s law”. (dots) When Michels’s law is applied to the sentencing process, the organization of sentencing is perceived to be an organizational maintenance process created by courtroom elites. Because a complex network of ongoing informal relationships among court actors is formed, a cooperative effort to efficiently dispose of cases evolves, with effects not envisioned by the substantive political or formal legal models” (Dixon, 1995, p. 1162).

⁵⁹No original, em Língua Inglesa: “The findings from the analysis of both judicial and prose-

Os resultados demonstrados por DIXON são bastante importantes porque trazem para o debate a importância do contexto organizacional de cada tribunal. A autora argumenta que quando os casos são processados em uma corte com baixa burocratização judicial (baixa complexidade na divisão judicial do trabalho e pouca descentralização nas decisões judiciais), a organização da decisão pela prisão corrobora a teoria jurídico-oficial; quando os casos são processados em uma corte com alta burocratização judicial (alta complexidade na divisão judicial do trabalho e bastante descentralização nas decisões judiciais), a organização da decisão pela prisão corrobora a teoria da manutenção organizacional. DIXON argumenta, ainda, que a mesma regra segue para a burocratização da promotoria. Basicamente, quanto menos burocrático é o fórum, mais próximo da teoria jurídico-oficial; e quanto mais burocrático, mais próximo da teoria da manutenção organizacional. Isso vale tanto para a decisão judicial a respeito da prisão quanto para o tamanho em meses da sentença (Dixon, 1995).

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

Ainda que o debate a respeito dos processos de julgamento tenha se dado particularmente na segunda metade do século XX, em especial ao final da década de 1970, o tema se consolidou enquanto uma agenda de pesquisas tanto na Sociologia quanto na Criminologia. Esta seção busca trazer alguns estudos que problematizaram as decisões judiciais na justiça criminal ao longo do século XX, a fim de investigar o estado da arte desse campo de pesquisas.

Em 2015, RAUPP argumenta que, a partir dos anos 1970, houve também algumas pesquisas de inspiração fenomenológica, as quais passaram a se voltar para as atitudes dos juízes, entendendo a atividade judicante como eminentemente subjetiva. Para isso, estudos como os de HOGARTH (1971) e de LURIGIO e colegas (1994) se utilizaram de métodos qualitativos e da técnica de entrevistas em profundidade. RAUPP, sobre isso, argumenta que “não se trata mais de identificar os fatores determinantes da decisão. Busca-se compreender a decisão como um processo” (2015,

cutorial contexts reveal that the formal legal theory is supported under conditions of low bureaucratization and the organizational maintenance theory is supported under conditions of high bureaucratization, whether it be judicial or prosecutorial. This pattern persists for both the prison and the sentence length decisions, but is stronger for the sentence length decision” (Dixon, 1995, p. 1183).

p. 180). Entretanto, é equivocada a interpretação de que esses dois fenômenos são, necessariamente, excludentes. Ao contrário, como a presente dissertação busca demonstrar: o objetivo aqui é, entendendo a decisão como um processo, investigar os determinantes e os mecanismos do processo de tomada de decisões no sistema de justiça juvenil. Ainda que se trate de uma crítica perfeitamente factível para uma série de investigações que se utilizam de métodos quantitativos para testar hipóteses específicas, ao colocar a busca por determinantes como uma vertente oposta à compreensão por processos, a autora acaba por generalizar e engessar a abordagem hipotético-dedutiva – o que contradiz os estudos mais contemporâneos que partem dessa premissa, interessados justamente nos processos e nos mecanismos.

Um dos principais estudos contemporâneos dentro do debate sobre ‘sentencing’ foi desenvolvido por ENGEN e GAINNEY (2000). O autor aponta que, embora já seja consensual na literatura a necessidade de acrescentar, nos estudos sobre sentenças, controles pela gravidade do crime e pelo histórico do réu – já que, sem isso, não é possível estimar os efeitos das características de status (como raça, sexo e idade) ou de processamento (como confissão) nas decisões –, a introdução das chamadas “sentencing guidenlies” em algumas unidades federativas dos Estados Unidos alterou o modo de se operacionalizar esses desenhos. Trata-se de um manual bastante detalhado, desenvolvido para os magistrados, explicando qual deve ser a sentença em cada caso e qual o peso de cada fator (legal, evidentemente) na decisão final.

A literatura geralmente utiliza modelos lineares para estimar o tamanho da sentença e logísticos para estimar a probabilidade de condenação. Geralmente se encontra um valor de ajuste $R^2 = [0.5; 0.6]$. E usualmente encontram que raça, sexo e outras características de status sociais afetam o resultado da sentença, mas os efeitos são bastante pequenos em comparação os efeitos dos fatores legalmente relevantes (Engen e Gainney, 2000, p. 1209). No entanto, a introdução das “sentencing guidelines” em alguns estados evidenciou um equívoco nesses modelos:

A maior parte dos estudos não controlou completamente pelos efeitos da gravidade do crime e do histórico criminal nos resultados das sentenças. Em particular, a maior parte das análises preditivas do tamanho das sentenças a partir das ‘guidelines’ falham porque presumem, incorretamente, relações lineares e aditivas entre os principais fatores legalmente relevantes e o tamanho da sentença. Enquanto os modelos de regressão linear presumem mudança uniforme na variável dependente a partir de um aumento unitário de cada variável independente, as ‘sentencing guidelines’ tipicamente aumentam a severidade da sentença mais drasticamente para crimes mais graves e para réus

com extenso histórico criminal (Tonry, 1993; 1996). Além disso, a influência conjunta da gravidade do crime do histórico criminal na variação das sentenças não é aditiva. Ao contrário, o impacto que crimes prévios têm na pretensa sentença é condicional à gravidade do crime atual, e aumenta conforme a gravidade também aumenta. Assim, os efeitos legalmente prescritos da gravidade do crime e do histórico criminal são, por definição, não-lineares, havendo algum tipo de interação entre gravidade do crime histórico em todas ‘guidelines’. Modelos de regressão que pressupõem relações lineares e aditivas entre gravidade, histórico e tamanho da sentença estão necessariamente mal especificados.
(Engen e Gainey, 2000, p. 1209, tradução nossa)⁶⁰.

ENGEN e GAINNEY argumentam, assim, que a maior parte dos modelos propostos pela literatura configuram erros correlacionados com as covariáveis, o que torna o modelo endógeno e enviesado. Além disso, demonstram como há heterocedasticidade na maioria dos desenhos propostos, sem que tenha havido qualquer tipo de correção. Nesse sentido, argumentam que há problemas de superestimação e de subestimação em diversos casos. Para tanto, propõem três alternativas que poderiam superar esses equívocos: adicionar um termo quadrático nos modelos ($sentenca = crime^2 + historico^2$); adicionar um termo iterativo ($sentenca = crime * historico$); o uso da própria sentença esperada, tal qual definida pelas “sentencing guidelines”, como variável dependente (Engen e Gainey, 2000).

Com dados da “Washington State Sentencing Guidelines Commission”, os autores trazem, assim, quatro modelos – todos de regressão linear tendo o tamanho da sentença como variável dependente e controlando por fatores sociais (raça, sexo e idade) e processuais (confissão). Um primeiro, linear e aditivo, tal qual a maior parte da literatura, tendo chegado a um $R^2 = 0.51$; um segundo, com interação entre a

⁶⁰No original, em Língua Inglesa: “Despite their strengths, however, most studies have not controlled fully for the effects of offense seriousness and criminal history on sentencing outcomes. In particular, most analyses predicting sentence length under guidelines fail because they incorrectly assume linear, additive relationships between the principal legally relevant factors and the sentence length. Whereas linear regression models assume a uniform change in the dependent variable with each unit increase in the independent variable, sentencing guidelines typically increase the severity of sentencing more sharply for more serious offenses and for offenders with extensive criminal histories (Tonry, 1993, 1996). Furthermore, the joint influence of offense seriousness and criminal history on sentencing ranges is not additive. Rather, the impact that prior offenses have on the presumptive sentence is conditional on the seriousness of the current offense, and it increases as offense seriousness increases. Thus, the legally prescribed effects of offense seriousness and criminal history are, by definition, nonlinear, and there is an interaction between offense seriousness and prior history built into most sentencing guideline systems. Regression models that assume linear, additive relationships between seriousness, criminal history, and sentence length are necessarily misspecified” (Engen e Gainey, 2000, p. 1209).

gravidade do crime e o histórico do réu, tendo chegado a um $R^2 = 0.54$; um terceiro, com diversas variáveis binárias relacionando o crime e o histórico, tendo chegado a um $R^2 = 0.73$; e, por fim, um quarto modelo tendo a sentença esperada a partir das “sentencing guidelines” como variável explicativa, tendo, aqui, chegado a um $R^2 = 0.8$. ENGEN e GAINNEY concluem, assim, que os efeitos dos fatores extralegais (sejam sociais, sejam processuais) estimados pela literatura estariam superestimados, uma vez que o controle dos fatores legais não teria sido realizado corretamente – quando as próprias “sentencing guidelines” são colocadas como variável explicativa, o ajuste do modelo aumenta e essas outras variáveis perdem significância estatística e substantiva, o que indica que o processo decisório é fortemente influenciado por esses manuais (Engen e Gainney, 2000, p. 1219).

Seguindo na discussão a respeito das “sentencing guidelines”, o trabalho de PIQUERO e DAVIS (2004) busca investigar os efeitos das “Federal Sentencing Guidelines for Organizations” (FSGO). Os autores explicam que, por conta das disparidades encontradas nas sentenças – minorias étnicas, pobres e homens geralmente recebiam penas mais duras –, os manuais estaduais passaram a ser elaborados, conforme analisaram ENGEN e GAINNEY (2000). No entanto, esses manuais diziam respeito a julgamentos contra indivíduos, não contra organizações. Como essas sentenças também poderiam apresentar disparidades por fatores externos ao universo legal, o Senado Federal estadunidense aprovou as ‘guidelines’ específicas para os casos em que uma empresa é a ré (Piquero e Davis, 2004).

A partir de uma revisão da literatura, PIQUERO e DAVIS desenvolveram a hipótese de que as grandes empresas são menos punidas, ainda que cometam mais crimes. Para testar essa explicação, propuseram um modelo tendo a multa, em dólares, como a variável dependente; as independentes seriam algumas medidas legais (como a base para a multa, o histórico da empresa, violação de ordens judiciais, obstrução de justiça, entre outras) e outras extralegais (como o status econômico da empresa, a sua estrutura proprietária e seu tamanho). O modelo foi estimado via regressão Tobit, já que a variável dependente foi logaritimizada para normalizar sua distribuição.

Os resultados encontrados indicam efeitos significantes de quatro fatores legais: tolerância de má-conduta por má-gestão; aceitação de responsabilidade; possibilidade financeira de pagar a multa; e a confissão da empresa. Além disso, duas variáveis extralegais exibiram efeitos significativos na multa total aplicada: status

socioeconômico; e estrutura proprietária. “Como esperado, as organizações que são condenadas por serem economicamente solventes e operantes tiveram maior probabilidade de receber uma multa de maior valor” (Piquero e Davis, 2004, p. 651, tradução nossa)⁶¹.

Por fim, outro estudo contemporâneo que problematiza os determinantes do processo de julgamento nos Estados Unidos foi escrito por STEFFENSMEIER e DEMUTH, intitulado “Does Gender Modify the Effects of Race–ethnicity on Criminal Sanctioning? Sentences for Male and Female White, Black, and Hispanic Defendants” e publicado na *Journal of Quantitative Criminology* (2006). O principal foco desse artigo é investigar se efeitos de raça e etnicidade nos resultados das sentenças são similares ou diferentes entre os grupos de gênero (Steffensmeier e Demuth, 2006).

Considerando que as pesquisas no campo tem apenas problematizado as diferenças entre “brancos e pretos” e “homens e mulheres”, STEFFENSMEIER e DEMUTH argumentam que pouco se conhece sobre o efeito de réus de origem hispânica nos julgamentos, assim como pouco se sabe sobre a interação entre gênero e etnicidade. Resumidamente, “os efeitos étnico-raciais nos resultados das sentenças são parecidos ou diferentes para réus homens e mulheres?” (Steffensmeier e Demuth, 2006, p. 245, tradução nossa)⁶². Para lidar com esse problema de pesquisa, os autores se utilizam de dados da “State Court Processing Statistics”, trazendo informações sobre os processos judiciais de tribunais localizados em grandes centros urbanos nos Estados Unidos.

Em particular, os autores buscaram testar quatro hipóteses: (i) Réus devem receber mais sentenças favoráveis do que réus, isto é, réus devem ter menor probabilidade de ir para a prisão e, quando vão, devem ter uma sentença menor; (ii) Réus negros e, especialmente, hispânicos devem receber sentenças menos favoráveis do que réus brancos, mantidas todas as variáveis constantes; (iii) O efeito do gênero nas sentenças deve persistir mesmo nas comparações entre os grupos étnico-raciais; (iv) O efeito étnico-racial nas sentenças deve se manter entre réus e réas, mas o efeito deve

⁶¹No original, em Língua Inglesa: “Two extralegal variables exhibited significant effects on total fine amount, economic status (*coef* = 2.21; *T* = 7.22) and ownership structure (*coef* = 1.62; *T* = 2.25). As expected, those organizations which were deemed to be economically solvent and operating were more likely to have a higher fine imposed upon them” (Piquero e Davis, 2004, p. 651).

⁶²No original, em Língua Inglesa: “Are the effects of race–ethnicity on sentence outcomes similar or different for male and female defendants?” (Steffensmeier e Demuth, 2006, p. 245).

ser mais fraco entre as rés. Para tanto, as variáveis dependentes que operacionalizam “sentencing”, nesse estudo, são a determinação da pena privativa de liberdade (para a qual foi realizada uma regressão logística) e o tamanho da sentença (para a qual foi realizada uma regressão linear).

Embora tenha encontrado, tal qual todo o restante da literatura, fortes indícios de proporcionalidade entre a gravidade do crime cometido e a determinação das penas, os autores encontraram que a chance de encarceramento é levemente maior para réus hispânicos do que para réus negros, embora essa diferença não seja estatisticamente significativa. No entanto, o principal resultado de STEFFENSMEIER e DEMUTH concerne aos efeitos interativos de gênero e raça:

Assim, os dois principais achados vêm da nossa análise sobre os efeitos interativos, dependendo se estamos olhando para as diferenças de gênero ou para as diferenças étnico-raciais. Primeiramente, a diferença de gênero nas sentenças não é uniforme entre todos os grupos étnico-raciais – a diferença nos resultados tanto do encarceramento quanto do tamanho das sentenças é menor para réus brancos e maior para réus negros e hispânicos. Em segundo lugar, as diferenças étnico-raciais nas sentenças também não são as mesmas entre réus e rés – para as duas análises, não há diferenças étnico-raciais para rés, mas as diferenças étnico-raciais existem para réus.

Aqui está um caso clássico de efeito interativo, particularmente porque o efeito étnico-racial mascara os efeitos condicionantes de gênero: infratores negros e hispânicos são sentenciados mais severamente do que infratores brancos entre os homens, mas não entre as infratoras mulheres. Dito de outra forma, a influência de aspectos étnico-raciais nas sentenças depende do fato do réu ser homem ou mulher.

(Steffensmeier e Demuth, 2006, p. 255, tradução nossa)⁶³.

⁶³No original, em Língua Inglesa: “Thus, two main findings emerge from our analysis of interaction effects depending on whether we are looking at the gender difference or at the racial-ethnic difference. First, the gender difference in sentencing is not uniform accross racial-ethnic groups – the difference in both incarceration and sentence length outcomes is smaller for white defendants and larger for Hispanic and black defendants. Second, neither are racial-ethnic differences in sentencing the same between male and female offenders – for both the in/out and sentence length decisions, there are no racial-ethnic differences for female defendants, but racial-ethnic differences do exist for male defendants.

Here is a classic case of an interactive effect, particularly that the main effect for race-ethnicity masks the conditioning effects of gender: black and Hispanic offenders are sentenced more harshly than white offenders among male but not among female defendants. Put another way, the influence of race-ethnicity in sentencing depends on whether the offenders are male or female” (Steffensmeier e Demuth, 2006, p. 255).

‘Sentencing’ na justiça juvenil

O mapeamento das pesquisas sobre ‘sentencing’, realizado até aqui, priorizou estudos sobre o sistema de justiça criminal para adultos – mesmo porque, de fato, esse debate se deu em torno desses processos de julgamentos. Há, no entanto, uma série de outras pesquisas que, se integrando à discussão sobre determinantes das sentenças, se focam nos casos em que os réus são adolescentes, especialmente nos casos em que o próprio sistema de justiça é especializado na condição jovens inimputáveis. Evidentemente, essa é a literatura que mais interessa à presente dissertação. Nesta seção, alguns trabalhos centrais a respeito de ‘sentencing’ na justiça juvenil são discutidos.

Um dos primeiros estudos realizados sobre essa temática foi desenvolvido por WEINER e WILLIE, intitulado “Decisions by juvenile officers” (1971). Esse artigo busca examinar o processo de tomadas de decisões de policiais quando capturam adolescentes e os rotulam enquanto ‘em conflito com a lei’⁶⁴, avaliando especificamente o efeito que os status racial e socioeconômico de cada jovem podem ter nas decisões policiais de escritórios especializados em duas cidades: Washington e Syracuse.

Embora tenha tido um caráter inferencial, as técnicas empregadas por WEINER e WILLIE permitiriam, no máximo, uma análise exploratória. Isso porque os autores trazem apenas estatísticas descritivas e, no máximo, algumas análises bivariadas, com testes de associação e *anova*. Como não foram incluídas variáveis de controle, é possível considerar os resultados reportados enviesados – e precisamente pelo viés de variáveis omitidas⁶⁵. Ainda assim, trata-se de um estudo importante para uma primeira caracterização do problema de pesquisa.

Ao realizar esses testes bivariados, WEINER e WILLIE concluem que não há qualquer associação entre status racial ou socioeconômico e as decisões sobre medidas a serem aplicadas aos adolescentes por parte dos oficiais. Os autores sugerem que isso se dá porque, enquanto os policiais mais ‘tradicionais’ mantêm seu viés de classe e de raça no policiamento ostensivo, os oficiais selecionados para os escritórios especializados na juventude têm expectativas diferentes dos seus colegas – priorizando a justiça nos procedimentos em detrimento da forma de atuação mais padronizada

⁶⁴Importante ressaltar que, no início da década de 1970, os departamentos de polícia em diversos estados dos Estados Unidos passaram a desenvolver escritórios especializados em juventude (Weiner e Willie, 1971).

⁶⁵Importante ressaltar, também, que este artigo foi publicado antes do explícito debate metodológico sobre ‘sentencing’, que teve início ao final da década de 1970.

pelos policiais, de maneira geral (Weiner e Willie, 1971).

Outro estudo que lida com a questão de ‘sentencing’ justiça juvenil é o “Race, Socioeconomic Status and Sentencing in the Juvenile Justice System”, desenvolvido por THORNBERRY (1973). Com dados referentes a todos os jovens (do sexo masculino) que nasceram em 1945 e moraram na Philadelphia pelo menos dos dez até os 17 anos⁶⁶, o autor busca testar três hipóteses: jovens negros e com baixo status socioeconômico recebem medidas mais severas; jovens que cometerem infrações graves e têm muitas outras infrações prévias recebem medidas mais severas; quando as variáveis legais são mantidas constantes, variáveis não-legais não estão relacionadas às decisões sobre as medidas aplicadas (Thornberry, 1973).

Sua variável dependente, assim, é a decisão judicial referente à medida aplicada. Trata-se de uma variável categórica ordenada em termos de severidade: prisão pontual; caso arquivado; reparação; multa/restituição; ‘liberdade assistida’ (no original, ‘probation’); institucionalização. Em termos de distribuição, vê-se que apenas 6,8% dos casos resultaram na medida de confinamento. Suas variáveis independentes variam entre raça, status socioeconômico, gravidade da infração cometida e quantidade de infrações cometidas previamente.

THORNBERRY encontra que “infratores negros têm maior probabilidade do que infratores brancos de receber uma medida mais severa em cada um dos três estágios” (1973, p. 93). Em uma tabela de contingência tendo a gravidade do ato infracional controlada por raça como variável independente, a diferença de raças se mantém (ainda que não se trate de uma análise inferencial). Isto é, o autor conclui que adolescentes negros são tratados mais severamente do que brancos no sistema de justiça juvenil (Thornberry, 1973, p. 96). Conclusão semelhante é tomada quando analisado o status socioeconômico: as diferenças entre jovens de classes alta, média e baixa são mantidas mesmo quando o controle da gravidade da infração é inserido. Nesse sentido, THORNBERRY aceita as duas primeiras hipóteses e rejeita a terceira com os dados dos adolescentes da Philadelphia (1973).

Um dos trabalhos mais importantes a respeito dos processos de julgamento na justiça juvenil foi desenvolvido por CARTER e CLELLAND, intitulado “A neo-marxian critique, formulation and test of juvenile dispositions as a function of social class” (1979). Dialogando diretamente com os estudos sobre ‘sentencing’ e com a querela

⁶⁶A coorte tem 9945 garotos, dos quais 3475 foram pegos cometendo ao menos um ato delinquente – este é o grupo analisado em seu estudo.

de CHIRICOS e WALDO (1975) (cf. Greenberg, 1977; Hopkins, 1977; Reasons, 1977), os autores propõem uma teoria neo-marxista das decisões judiciais cujas hipóteses sejam explicitamente deduzidas e empiricamente testáveis.

CARTER e CLELLAND apontam algumas críticas à literatura, especialmente de natureza conceitual. Em particular, argumentam que os estudos anteriores se utilizaram de medidas questionáveis de ‘classe social’ – em especial porque todos se referem ao conceito de ‘classe’, mas cada um mensura de uma maneira distinta: renda familiar, prestígio ocupacional, nível de instrução, setor censitário de residência. Embora todas essas dimensões observacionais estejam, de algum modo, associadas ao status socioeconômico, não é possível afirmar que sejam representantes diretas do conceito sociológico de ‘classe’. Nesse sentido, argumentam que a bibliografia consultada falha no devido tratamento teórico conferido às pesquisas – mesmo aqueles autodeclarados marxistas falhariam na definição e na operacionalização das estruturas de classe (Carter e Clelland, 1979).

Os autores propõem, em primeiro lugar, que a própria operacionalização dos crimes e de sua gravidade deveria ser diferente. Dadas as características estruturais da sociedade capitalista, seria necessário separar as infrações voltadas contra indivíduos e os crimes contra a propriedade e contra a ordem moral que não deixam vítimas diretas. Operacionalizando seus dados – obtidos a partir dos registros de uma corte juvenil em uma área metropolitana no sudeste estadunidense –, CARTER e CLELLAND apresentam alguns testes bivariados e uma análise de regressão, concluindo que adolescentes identificados como pertencentes à “classe baixa” recebem medidas consideravelmente mais duras especialmente quando acusados de cometimento de algum crime contra a ordem moral, conforme a teoria neo-marxista proposta previra. “A criação das categorias de crimes morais e a maneira subsequente como esses transgressores são lidados não podem ser explicados separadamente de sua relação com o modo capitalista de produção e o consequente sistema de dominação de classes” (Carter e Clelland, 1979, p. 105, tradução nossa)⁶⁷.

Um estudo que trouxe especificamente o problema das relações raciais e sociais nas decisões medidas aplicadas nas cortes juvenis foi desenvolvido por ARNOLD (1971). Examinando dados dos registros de um tribunal especializado voltado apenas

⁶⁷No original, em Língua Inglesa: “The creation of moral crime categories and subsequent handling of transgressors cannot be explained apart from their relation to the capitalist mode of production and subsequent system of class domination” (Carter e Clelland, 1979, p. 105).

para adolescentes em uma cidade estadunidense de médio porte, o autor demonstra como a probabilidade de que agentes de condicional (‘probation officers’) representem mais contra grupos minoritários do que contra brancos ou membros de classe média ou alta é reduzida abaixo do nível de significância esperado; no entanto, a probabilidade de que o juiz envie mais jovens de grupos minoritários para as unidades de confinamento é, de fato, mais alta, mesmo mantidos os controles constantes. Os vieses aparecem mais no sentido de adolescentes brancos não-pobres “se safarem” do que no sentido de membros dos grupos minoritários adquirirem um tratamento muito diferenciado em termos de severidade (Arnold, 1971).

Um estudo bastante inovador à época e que foge do padrão geral de trabalhos apresentados até o momento foi escrito por STAPLETON e colegas (1982). A partir de um *survey* representativo de todas as cortes juvenis nos Estados Unidos, com questionário fechado e dados coletados com funcionários dos Fóruns, os autores criaram uma tipologia dos tribunais estadunidenses para adolescentes. As quase trinta variáveis coletadas no *survey*, em um primeiro momento, foram reduzidas em cinco fatores a partir de uma análise fatorial exploratória. Em seguida, a partir de uma análise de clusters, uma tipologia das cortes foi estimada: doze aglomerados de tribunais, a partir das variáveis “escopo de jurisdição”, “centralização da autoridade”, “formalização”, “especificação das tarefas” e “nível de discricção”, foram sugeridos. Os autores concluem que os dois grandes tipos de cortes sugeridos pela literatura – “tradicional” e “devido processo legal” – de fato existem, mas essa separação binária não captura a intensa variação existente entre esses dois tipos ideais. Em particular, eles argumentam que seus resultados sustentam a hipótese de HAGAN e colegas (1979) a respeito do funcionamento da justiça (juvenil, no caso) como um sistema frouxamente ajustado de subsistemas desarticulados (Stapleton et al., 1982, p. 560).

Os resultados contraditórios e inconclusivos a respeito do viés racial nos sistemas de justiça juvenil foram a principal motivação da pesquisa conduzida por DANNEFER e SCHUTT (1982). A disparidade dos achados, apesar de parcialmente se justificar por usos inadequados de técnicas quantitativas e equívocos operacionais, pode também ser atribuída a distintas possibilidades de viés. O trabalho de DANNEFER e SCHUTT busca testar hipóteses que especificam duas condições que afetam a probabilidade de viés: as características e a limitação procedimental das agências de processamento e as características de seus ambientes sociais. O estudo se utilizou de dados policiais e judiciais de uma cidade populosa no leste estadunidense. Para tentar corrigir o viés

introduzido nos modelos lineares, a análise foi realizada log-linearmente, permitindo controle simultâneo da influência do histórico criminal, do tipo de alegação, do tipo de família, do sexo e da classificação racial do adolescente. Os resultados, mais consistentes agora, confirmam a hipótese de viés racial – este mais explícito nas decisões policiais de que nas judiciais (Dannefer e Schutt, 1982).

HASENFELD e CHEUNG trazem a proposta de analisar as cortes juvenis a partir da perspectiva da economia política, a qual seria útil na explicação de padrões de processamento de pessoas (1985). Ao aplicar esse esquema teórico na problemática relacionada a ‘sentencing’ na justiça juvenil, os autores trazem as hipóteses concernentes aos determinantes organizacionais do sistema de justiça. Os resultados indicam que a economia política externa tem efeitos significativos sobre as decisões pré-judiciais, mas não explicam as decisões judiciais em si. Ainda assim, argumentam que a perspectiva teórico-metodológica da economia política pode auxiliar na compreensão, ainda que parcial, das dinâmicas dos sistemas de justiça juvenil (Hasenfeld e Cheung, 1985).

Já mais contemporâneo e, justamente pelo auxílio computacional possibilitado, o estudo de MACDONALD e CHESNEY-LIND problematiza o viés de gênero no sistema de justiça juvenil do estado do Havaí, nos Estados Unidos, com técnicas estatísticas mais sofisticadas (2001). Os autores buscaram testar a hipótese de que infratoras adolescentes, uma vez comprovada sua infração, são sancionadas mais severamente do que infratores do sexo masculino pela corte juvenil, mesmo mantendo os outros fatores constantes. Os resultados a que chegaram indicam diferenças significativas nas medidas aplicadas para os jovens e as jovens, especialmente quando a variável ‘sexo’ compõe um fator interativo com ‘raça’. MACDONALD e CHESNEY-LIND sustentam que as adolescentes rés no sistema de justiça juvenil têm maior probabilidade de que seus casos sejam lidados informalmente nos primeiros estágios do fluxo – mas são solucionados com maior severidade uma vez que se chega à última etapa e uma medida deve ser aplicada (MacDonald e Chesney-Lind, 2001).

Outro estudo contemporâneo que busca avaliar as diferentes influências de critérios legais – gravidade da infração e histórico criminal – e extralegais – raça, gênero e idade – no sistema de justiça juvenil de uma unidade federativa estadunidense foi realizado por LEIBER e colegas (2007). Em particular, os autores buscaram problematizar os grupos minoritários étnicos para além da divisão brancos e negros, direcionando uma parcela da análise às decisões diferenciadas contra réus de origem

hispânica e asiática. Com isso, seu objetivo foi testar a hipótese da ameaça simbólica: trata-se de uma tese da psicologia social segundo a qual oficiais da justiça (juvenil, no caso) se identificam ou não se identificam com as características dos jovens acusados, especialmente dos minoritários criando estereótipos (étnicos, por exemplo).

Analisando todos os casos de indiciamento por ato infracional e violação de ‘probation’ em duas jurisdições estaduais por um período de 12 meses ($n = 3777$), os autores propuseram um modelo logístico tendo a decisão judicial – operacionalizada binariamente: formalização da acusação ou não – como variável dependente e os critérios citados acima como variáveis independentes. Além de encontrar o substantivo efeito dos fatores legais sobre as decisões judiciais, como todos os outros estudos apresentados, o principal achado de LEIBER e colegas diz respeito aos americanos descendentes de asiáticos: esses jovens recebem medidas mais severas do que brancos em todos casos e, em diversos outros, do que todos os outros grupos étnicos. “Os achados apontam para a necessidade de diferenciar entre os grupos minoritários de jovens para que se possa capturar completamente a influência de cada grupo étnico do processo decisório e de controle social” (Leiber et al., 2007, p. 481, tradução nossa)⁶⁸.

Por fim, outra investigação contemporânea concernente ao processo de julgamento no sistema de justiça juvenil é intitulada “Structured decision making in juvenile justice: Judges’ and probation officers’ perceptions and use”, desenvolvida por SHOOK e SARRI (2007). Os autores buscam problematizar as chamadas “tomadas de decisões estruturais”, um guia de procedimentos padronizados bastante parecido com as “sentencing guidenlies”, mas específico para a justiça juvenil, que busca explicar os critérios que os operadores devem utilizar para tomar decisões mais justas e efetivas. Analisando dados de doze tribunais juvenis de quatro estados estadunidenses, SHOOK e SARRI demonstram como essas decisões estruturadas não foram implementadas sistematicamente – juízes, promotores e agentes frequentemente ignoram os critérios sugeridos, seja por motivação pessoal, seja por questões externas. É nesse sentido que os tradicionais vieses de raça, classe, gênero e idade, bastante discutidos na literatura, se mantêm no sistema de justiça juvenil mesmo com a explicitação desses critérios (Shook e Sarri, 2007).

⁶⁸No original, em Língua Inglesa: “The findings point to the need to differentiate among minority youth to fully capture the relative influence each racial/ethnic group may have on decision making and social control” (Leiber et al., 2007, p. 481).

Algumas críticas teórico-metodológicas

O mapeamento das pesquisas sobre ‘sentencing’ – debate bastante restrito ao contexto estadunidense, com poucas inserções no caso brasileiro (ainda que tenha havido alguns estudos, conforme apresentado na seção 4.2) – permitiu observar alguns padrões. De maneira geral, trata-se de pesquisas que deduzem dos conceitos discutidos as hipóteses a serem empiricamente testadas, o que é feito com técnicas quantitativas – foi possível observar, aliás, o aprofundamento das questões trabalhadas de acordo com a sofisticação das técnicas disponíveis, dada pelos avanços computacionais iniciados no final do século XX. E, conforme didaticamente explicou DIXON (1995), a esmagadora maioria das investigações se foca em testar diretamente ou variantes de três hipóteses: a jurídico-oficial, aquela que prevê que os chamados “fatores legais” (como a gravidade do crime e o histórico criminal do réu) são os principais determinantes das sentenças judiciais; a substantivo-política, que prevê que os chamados “fatores extralegais” (como status socioeconômico, raça, gênero e idade) têm efeitos, ainda que não exclusivos, sobre as decisões judiciais; e a da manutenção organizacional, que prevê que características processuais, como o réu ter se declarado culpado, são os principais determinantes das decisões judiciais. Usualmente, os estudos utilizam modelos de regressão linear para estimar o tamanho da sentença e de regressão logística para estimar a probabilidade da pena privativa de liberdade.

Para além da discussão dos resultados dessas pesquisas, no entanto, há uma série de críticas teórico-metodológicas ao próprio desenho proposto por essas investigações. Esta seção traz algumas dessas críticas aos desenhos que buscam contrapor os chamados fatores “legais” aos “extralegais”. Em particular, quatro críticas são mencionadas aqui: o modo como esses estudos naturalizam as leis (Pires e Landreville, 1985); a possibilidade analítica de uma estrutura dual (Costa Ribeiro, 1999); a crítica etnometodológica (Freitas, 1990); e a proposta de compreensão dos vocabulários de motivos das sentenças (Raupp, 2015). Ao final, algumas críticas próprias, especialmente relacionadas à falta de explicação dos mecanismos, são esboçadas;

PIRES e LANDREVILLE ressaltam que esses estudos falham por não questionarem a lei penal em si, permanecendo presos à ideologia jurídico-penal (1985, p. 104). Ao investigar os efeitos dos fatores legais sobre as decisões judiciais, acabam numa espécie de culto da lei penal; ao investigar os efeitos das características individuais e descrevê-las como “externas à lei”, esboçam justamente críticas à administração

da justiça e aceitam o mito da igualdade jurídico-penal, “na medida em que não questionariam a neutralidade declarada dos critérios legais de julgamento” (Raupp, 2015, p. 185). Nesse sentido, em vez de investigar questões relacionadas à lei, as investigações apenas criticam os operadores jurídicos – e sempre em comparação com o ideal tal qual esboçado pela ideologia jurídico-penal (Pires e Landreville, 1985, p. 105). Os autores sugerem, assim, que as investigações sociológicas e criminológicas busquem a crítica ao direito penal em si.

Já COSTA RIBEIRO, no estudo discutido no tópico 4.2, esboça sua própria crítica aos estudos que buscam contrapor fatores “legais” aos “extralegais” como determinantes das sentenças:

Complementando e criticando os estudos tradicionais sobre o processo de julgamento que procuram definir os fatores determinantes da sentença, este artigo propõe que é preciso pesquisar, observar e explicar a significação dos veredictos condenatórios ou absolutórios. Para tanto, em lugar de me preocupar em definir se são fatores externos ou internos que determinam as decisões jurídicas (objetivo dos estudos tradicionais da atividade judicativa), adoto uma metodologia formal para modelar estruturas de significado.
(Costa Ribeiro, 1999)

O autor argumenta que, como parte de uma Sociologia das Práticas Judiciais, seu foco se dá nas práticas dos agentes da lei, buscando compreender a atividade judicativa e o significado das decisões judiciais por meio das práticas sociais dos operadores. Em particular, COSTA RIBEIRO argumenta que as práticas punitivas representadas por definições legais, dadas a partir dos relatos elaborados pelos agentes, se combinam com as definições morais sobre as vítimas e os réus – às primeiras, nomeia “recursos”; às outras, “esquemas culturais”. E seria dessa “dualidade de estrutura” que se valeriam os membros do Poder Judiciário em suas atividades nas cortes, ao mesmo tempo em que ela é reproduzida por sua atuação nos tribunais (Costa Ribeiro, 1999). A compreensão dessa estrutura dual, que vai além da distinção entre fatores “legais” e “extralegais”, não seria possível simplesmente testando as hipóteses da literatura por meio de modelos de regressão.

Em uma crítica mais conceitual concernente aos aspectos metateóricos dos estudos sobre ‘sentencing’, FREITAS, a partir da perspectiva etnometodológica, esboça críticas às teorias de decisões judiciárias (1990). O autor sustenta que as investigações, ao realizarem cruzamentos entre variáveis de interesse e decisões, buscam subordinar achados empíricos à alguma lógica – uma lógica de rotulação explicaria a

discriminação racial na Justiça, uma lógica de acesso diferenciado à justiça explicaria baixos índices de condenação dos ricos, uma lógica de isenção explicaria a associação exclusiva entre a gravidade do crime e as sentenças.

Em todos esses casos, reivindica-se estar explicando decisões, ao mostrá-las regidas por alguma lógica. Mas se é possível haver tantas lógicas decisórias quantas são as generalizações empíricas obtidas, tais lógicas devem ser vistas, sobretudo, como uma expressão do engenho do pesquisador. Isto nos traz de volta ao ponto de partida: explicações em termos de lógicas transcendentais carecem de legitimidade teórica; elas se limitam a fornecer uma *rationale* para informações obtidas no curso de investigações empíricas.
(Freitas, 1990, grifo no original)

FREITAS argumenta que, se as decisões judiciais não são aleatórias, “é porque estão fundadas num método com propriedades estáveis, e não em razão de se acharem sujeitas (...) a alguma lógica transcendente” (Freitas, 1990).

Por fim, uma última crítica bastante interessante aos estudos sobre ‘sentencing’ foi realizada por RAUPP (2015). Incorporando as críticas sugeridas por PIRES e LANDREVILLE (1985), isto é, assumindo que os estudos sobre ‘sentencing’ naturalizam e se emprisam na ideologia jurídico-penal, sem qualquer crítica externa às próprias leis criminais, a autora sugere que outros aspectos, para além dos fatores determinantes das sentenças, podem ser de interesse para o campo de pesquisas, dado que o objetivo é a compreensão do processo de julgamento. Nesse sentido, sugere que sejam analisados os “vocabulários de motivos” mobilizados nas decisões judiciais (Raupp, 2015, p. 186).

A partir das discussões de WRIGHT MILLS (1940), a autora sugere que a questão não é saber as intenções internas do agente – a preocupação é saber por que certos motivos são verbalizados em detrimento de outros.

O vocabulário de motivos é assim uma justificação aceita que merece consideração sociológica exatamente porque permite observar a concorrência entre os vocabulários de motivos e questionar por que uns são mais estáveis e dominantes do que outros.
(Raupp, 2015, p. 186)

Nesse sentido, RAUPP sugere que, numa decisão judicial, não se encontra um vocabulário de motivos que justifique a tomada de decisão com base no racismo, dado que isso seria inaceitável; por outro lado, outras justificações podem ser consideradas inquestionáveis, como “é preciso punir para dissuadir a prática de outro

crime” (Raupp, 2015, p. 186) – e a investigação dos motivos pelos quais algumas justificativas se fazem inquestionáveis, enquanto outras são inaceitáveis, pode ser uma interessante agenda de pesquisas.

A sugestão de RAUPP é, de fato, bastante interessante e pode ser considerada um ponto divisor nos estudos sobre ‘sentencing’. Em especial a crítica de PIRES e LANDREVILLE, tal qual detalhada pela autora, é superada a partir da investigação dos vocabulários dos motivos. Entretanto, não se pode ignorar um outro aspecto – este, sim, positivo em relação às pesquisas sobre ‘sentencing’ – na literatura: a busca pelos determinantes das decisões judiciais, uma vez que essas críticas são integradas aos desenhos, pode ser fundamental para a compreensão dos processos de julgamento.

De fato, a maior parte das investigações mencionadas aqui tem algumas falhas – naturaliza-se a lei, busca-se uma dimensão unicausal, considera-se cruzamentos simples como testes finais das hipóteses, não se dá conta de inúmeros vieses introduzidos pelos modelos propostos. No entanto, o método hipotético-dedutivo, desde que adequadamente aplicado, tem diversas vantagens em relação às sugestões apontadas acima. Na ilustração citada por RAUPP (2015, p. 186), por exemplo, a autora argumenta inequivocadamente que uma sentença jamais seria justificada com base no racismo (2015, p. 186) – mas, seja qual qual forem os motivos selecionados para uma dada decisão, a verificação empírica de um efeito isolado da classificação racial sobre a probabilidade de uma decisão pode ser um problema sociológico de inquestionável importância.

Complementando os escritos da autora, a falta de aceitabilidade de uma decisão justificada no racismo se torna especialmente interessante, sob a ótica da Sociologia e da Criminologia, caso se saiba, de antemão, que de fato réus brancos e negros são julgados diferentemente. E essa verificação pode ser obtida por meio do adequado emprego do método hipotético-dedutivo e da investigação sobre os determinantes das sentenças. Nesse sentido, ao contrário do que RAUPP argumenta, não se trata de desenhos de pesquisa excludentes, mas complementares. É especialmente a partir dos resultados dos estudos sobre os determinantes dos processos de julgamento que a análise dos vocabulários de motivos, dentre outras investigações possíveis, deve se contextualizar.

Assim, há uma outra crítica que pode ser feita em relação às pesquisas mais tradicionais nesse campo. Conforme COSTA RIBEIRO (1999) chegou a introduzir em seu texto, as hipóteses testadas e os modelos de regressão não dão conta dos mecanismos

do processo decisório. A hipótese jurídico-oficial afirma que fatores como a gravidade do crime e o histórico penal prevejam as decisões judiciais; entretanto, não explica como isso se dá. Os juízes apenas verificam a infração cometida e, numa espécie de matemática penal, decidem a pena – sem que as audiências e os diálogos tenham qualquer influência? Conduzem pesquisa própria, pressupõem as investigações policiais como dadas, buscam a “verdade” nos depoimentos das audiências? Ainda que discutam a significância estatística (e substantiva) dessas variáveis, os estudos que testam essa hipótese não *explicam os mecanismos* (ver seção 3.3) das ações e decisões dos operadores do Direito.

O mesmo pode ser dito em relação à hipótese substantivo-política: afirmar discriminação racial, social, etária ou de gênero por parte dos magistrados não dá conta de explicar como essas decisões são tomadas. Juízes analisam o perfil estereotipado dos réus nos momentos das audiências, avaliam as informações referentes às características do status nos documentos oficiais, questionam os acusados a fim de verificar seu status, lhes perguntam sua auto-classificação racial? As decisões são tomadas unicamente por essas informações ou elas se inserem em um contexto, em um processo? A despeito da enorme utilidade de agregar os casos e quantitativamente verificar processos diferenciados para determinadas características, esses desenhos de pesquisa não dão conta de explicar as engrenagens mais minuciosas do processo decisório e de como esses aspectos mais estruturais influenciam as decisões dos magistrados e dos Promotores.

Nesse sentido, o presente estudo busca investigar os mecanismos sociais das decisões judiciais. Entende-se que os estudos sobre ‘sentencing’ tal qual desenvolvidos até aqui são de grande valia e altamente necessários para as pesquisas – ao contrário de algumas críticas mencionadas, não se pretende propor um desenho investigativo no lugar do método hipotético-dedutivo. Mas considera-se que os resultados obtidos pelos testes das hipóteses não são suficientes. Assim, deve-se dar um passo além: uma vez estimadas as probabilidades de condenação por meio de análises de regressão, deve-se *continuar* a pesquisa na busca pelos mecanismos por meio dos quais os coeficientes estimados atuam, isto é, a investigação deve dar conta de como, detalhadamente, se dá o processo decisório. O desenho misto explicativo, em uma abordagem multimetodológica, se faz, assim, essencial: sabendo-se os fatores determinantes das decisões de antemão, a observação das dinâmicas nos tribunais dá pistas dos mecanismos sociais do processo de tomada de decisões.

Considerações teórico-metodológicas

NESTE CAPÍTULO, ALGUMAS considerações teórico-metodológicas que orientaram a condução da investigação são discutidas. Dada a natureza do problema de pesquisa abordado aqui, o desenho proposto consiste na integração metodológica de técnicas quantitativas e qualitativas. No entanto, há todo um debate em torno própria possibilidade de se conduzir uma pesquisa multimetodológica – afinal, sendo culturas distintas de investigação (cf. Mahoney e Goertz, 2006), abordar um mesmo problema de pesquisa com essas duas abordagens pode configurar problemas de ordem metateórica, particularmente de natureza ontológica (cf. Silva, 2015). Nesse sentido, há toda uma literatura que busca discutir e sugerir estratégias e limitações para a formulação e a condução de desenhos mistos. A primeira seção deste capítulo, a partir de obras como as de HARDING e SEEFELDT e de SMALL (cf. Harding e Seefeldt, 2013; Small, 2011), resume esse debate e sugere possibilidades de integração metodológica.

A segunda seção, já partindo de todo o debate apresentado na primeira, volta-se à explicitação, agora conceitual e metodologicamente embasado, do problema de pesquisa. Isto é, tendo descrito o objeto do sistema de justiça juvenil no capítulo 2, tendo definido o enquadramento teórico em torno das práticas judiciais e da explicação por mecanismos no capítulo 3, tendo resumido o debate com que se estabelece diálogo e as principais hipóteses da literatura no capítulo 4 e tendo fornecido um embasamento conceitual e metodológico concernente à possibilidade e às estratégias de integração de métodos quantitativos e qualitativos na seção 5.1, o problema de pesquisa concernente à busca pelos mecanismos do processo de tomada de decisões no âmbito da aplicação da medida socioeducativa de internação é melhor formulado e detalhado. É nessa seção, também, que são derivadas as hipóteses a serem testadas, promovendo a discussão da literatura, mais abstrata, e deduzindo dela as hipóteses relativas precisamente ao objeto empírico com que se está lidando.

Na terceira seção deste capítulo, é apresentado o desenho da pesquisa. Aqui, são feitas as discussões sobre os materiais utilizados e as técnicas empregadas para o teste das hipóteses deduzidas anteriormente, bem como é definido explicitamente o plano de investigação – um desenho misto explicativo, o que significa que, em um primeiro momento, as hipóteses são testadas por meio de análises multivariadas

tradicionais; e, em seguida, tomando os resultados estimados como premissa, tem-se a etapa qualitativa com o objetivo de explicar os mecanismos de tais estimações.

MÉTODOS MISTOS: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DA INTEGRAÇÃO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

É⁶⁹ POSSÍVEL INTEGRAR métodos quantitativos e qualitativos nas pesquisas em Ciências Sociais? É na busca pela resposta a essa pergunta que se fundamenta esta seção. Todo o desenvolvimento das pesquisas empíricas em Ciências Sociais, e particularmente na Sociologia, sempre dividiu as estratégias de operacionalização das investigações entre aquelas que buscam responder perguntas mais gerais sobre os fenômenos sociais e aquelas que visam, ao contrário, compreender as particularidades de uma dada situação. Mas até que ponto essas duas estratégias metodológicas são necessariamente excludentes entre si?

A pesquisa aqui apresentada busca discutir as potencialidades e as limitações da integração de métodos quantitativos e qualitativos nas Ciências Sociais, particularmente na Sociologia. Desenhos de pesquisa empírica são divididos entre aqueles em que o pesquisador tem a possibilidade de manipular os dados – os desenhos experimentais – e aqueles em que o pesquisador não pode manipular os dados – os desenhos observacionais. Pela própria natureza das disciplinas, pesquisas empíricas em Ciências Sociais são majoritariamente observacionais. A proposta dos desenhos mistos de pesquisa, seguindo pressupostos metodológicos rigorosos, é justamente maximizar as possibilidades de inferência causal nas investigações observacionais.

Para além de técnicas – progressivamente mais avançadas –, o debate sobre metodologia em uma disciplina científica deve se iniciar com uma discussão teórica. Com frequência, aspectos epistemológicos importantes de alguns trabalhos são ignorados. Mas para além de toda a discussão sobre Epistemologia das Ciências Sociais, ainda metodologicamente é comum ver trabalhos que ignoram as discussões teóricas que necessariamente antecedem a investigação empírica.

⁶⁹Uma versão preliminar desta seção foi discutida no VI Seminário Nacional de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná e no I Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (cf. Oliveira, 2015b).

Com isso se afirma, conforme CRESWELL (2015) explica, que metodologia mista (“*mixed-methods research*”), ou pesquisa multimetodológica (“*multi-methods research*”), não é a simples soma de técnicas quantitativas e qualitativas em uma mesma investigação:

Metodologia mista não é simplesmente juntar dados quantitativos e qualitativos. Embora esse tipo de pesquisa seja útil, ele não diz respeito à integração de tipos de fontes de dados e ignora a força que essa combinação traz a um estudo.

(Creswell, 2015, p. 2, tradução nossa)⁷⁰

Ao contrário, o que se está aqui chamando de pesquisa multimetodológica pressupõe uma série de requisitos rigorosos que efetivamente configurem a integração entre métodos quantitativos e qualitativos, requisitos estes que se formam no plano teórico e que são trazidos dedutivamente ao plano empírico (cf. Small, 2011). E ainda que haja técnicas – e estilos – de fato bastante diversas entre si, métodos quantitativos e qualitativos seguem uma mesma lógica: a busca cientificamente orientada pela inferência causal.

KING e seus colegas foram, se não os primeiros, talvez os mais enfáticos defensores dessa ideia. No livro *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research* (King et al., 1994), eles argumentam que existe uma única lógica inferencial por trás de toda pesquisa científica, seja qual for seu estilo. E essa lógica é definida por quatro pontos: seja descritiva ou causal, o objetivo é a inferência, ou seja, ir além das observações particulares coletadas; os procedimentos são públicos, isto é, deve haver um processo de validação e julgamento posteriormente; as conclusões são incertas, ou seja, buscar conclusões perfeitamente precisas a partir de dados incertos é obviamente impossível; e o conteúdo é o método, isto é, as regras e os procedimentos que fizeram com que determinado resultado fosse alcançado (King et al., 1994)⁷¹. A pesquisa científica, segundo os autores, pode ser usada tanto como teste empírico de teorias quanto como geradora de novas teorias.

⁷⁰No original: “Mixed methods is not simply the gathering of both quantitative and qualitative data. Although this form of research is helpful, it does not speak to the integration of the two data sources and play upon the strength that this combination brings to a study” (Creswell, 2015, p. 2).

⁷¹Essa obra gerou um intenso debate no campo da metodologia política. De tão influente, é possível mesmo constatar um momento “pós KKV” (Mahoney, 2010). Ainda assim, as proposições dos autores não são consensuais, tendo recebido diversas críticas especialmente de investigadores mais ligados à tradição qualitativa na Ciência Política. Para tal debate, conferir BRANDY e COLLIER (2010).

Nesse sentido, os autores, partindo do arcabouço teórico *popperiano* do princípio da falseabilidade (cf. Popper, 2005), argumentam que a pesquisa científica deve partir de problemas de pesquisa e de teorias que podem estar erradas.

Devemos estar aptos a fornecer uma resposta direta à pergunta: que evidência nos convenceria de que estamos errados? Se não há resposta a essa pergunta, então não temos uma teoria.
(King et al., 1994, p. 19, tradução nossa)⁷²

A pesquisa científica consistiria em deduzir as implicações observáveis de uma teoria e usar essas observações para conectar a teoria com os dados. E, conforme argumentam os autores, isso vale para qualquer atividade científica – seja experimental, observacional quantitativa ou observacional qualitativa.

A postura de KING, KEOHANE e VERBA não é consensual entre os principais autores de metodologia em Ciências Sociais. MAHONEY e GOERTZ (2012; 2006), por exemplo, contra-argumentam essa noção afirmando que, na verdade, métodos quantitativos e qualitativos são duas *culturas* essencialmente diferentes na investigação científica: duas abordagens para a explicação; duas concepções de causalidade; dois tipos de explicação multivariada; duas perspectivas sobre equifinalidade; dois escopos diferentes, bem como distintas capacidades de generalização; diferentes práticas de seleção de casos; diferentes pesos para cada observação; diferentes importâncias para casos singulares; diferentes pesos para casos importantes; diferentes perspectivas sobre conceitos e medidas (Mahoney e Goertz, 2006).

Os pontos levantados por MAHONEY e GOERTZ são adequados. Uma breve busca de artigos que apresentam pesquisas quantitativas e qualitativas demonstra que existem diferenças essenciais nas estratégias adotadas. Nesse sentido, vê-se que existem, de fato, duas *culturas*, conforme os autores sustentam. Entretanto, argumenta-se aqui que, na verdade, essas diferenças apontadas por MAHONEY & GOERTZ (2012; 2006) consistem justamente nos distintos *estilos* a respeito dos quais KING e colegas (1994) escrevem. São estilos diversos que seguem uma mesma lógica inferencial, uma mesma lógica científica.

Nesse sentido, argumenta-se aqui que o único ponto, dentre todos levantados por MAHONEY & GOERTZ, em que não há uma diferença substantiva no que diz res-

⁷²No original: “First, choose a theory that could be wrong. (...) We need to be able to give a direct answer to the question: what evidence would convince us that we are wrong? If there is no answer to this questions, then we do not have a theory” (King et al., 1994, p. 19).

peito aos desenhos de pesquisa quantitativos e qualitativos concerne à ideia de “duas concepções de causalidade”. Evidentemente, existem (pelo menos) duas concepções de causalidade: uma de apelo probabilístico; outra mais determinística. Mas essas duas perspectivas sobre a ordenação do mundo social não se filiam *necessariamente* a uma ou outra estratégia ou estilo metodológico – trata-se, na verdade, das condições metateóricas e dos pressupostos conceituais de que partem cada investigação.

Embora se argumente que desenhos quantitativos estejam filiados a uma perspectiva probabilística e desenhos qualitativos, a uma determinística⁷³, é perfeitamente viável supor as combinações contrárias. Isso porque concepções teóricas sobre o funcionamento do mundo social são tomadas como premissas e podem demandar que os desenhos observacionais tenham quaisquer estilos. Nesse sentido, dependendo das condições epistemológicas e ontológicas da investigação em curso (cf. Silva, 2015), é possível supor desenhos de pesquisa cujos pressupostos permitam essas combinações.

O presente trabalho, considerando a abordagem analítica das explicações por mecanismos discutida na seção 3.3, parte de uma concepção probabilística de causalidade, bem como da noção de modelos contrafactuais (cf. Freese e Keven, 2013; Morgan e Winship, 2007). Afinal, “esse critério contrafactual de relevância implica que explicações baseadas em mecanismos envolvam raciocínio contrafactual sobre mudanças possíveis e suas consequências” (Hedström e Ylikoski, 2010, p. 53, tradução nossa)⁷⁴.

METODOLOGIA MISTA E INFERÊNCIA CAUSAL

Um dos capítulos do *Handbook of Causal Analysis for Social Research* (Morgan, 2013), escrito por David HARDING e por Kristin SEEFELDT e intitulado “Mixed Methods and Causal Analysis” (2013), introduz noções básicas da metodologia mista e, em particular, descreve algumas contribuições que a integração de métodos quan-

⁷³MAHONEY & GOERTZ argumentam que métodos qualitativos de pesquisa social se filiam à concepção de causalidade de “condições necessárias e suficientes”. Trata-se da abordagem INUS de causação: “an insufficient but nonredundant part of an unnecessary but sufficient [combination of conditions]” (Mackie, 1980, p. 2 *apud* Mahoney e Goertz, 2006, p. 232), que se filia a uma perspectiva determinística de causalidade.

⁷⁴No original, em Língua Inglesa: “This counterfactual criterion of relevance implies that mechanism-based explanations involve counterfactual reasoning about possible changes and their consequences” (Hedström e Ylikoski, 2010, p. 53).

titativos e qualitativos pode oferecer à análise causal e aos problemas clássicos de metodologia para estudos observacionais. Trata-se de uma estratégia interessante, uma vez que foca a *integração* metodológica aos propósitos científicos da disciplina sociológica, o que contrapõe o *boom* dos estudos que se valem de estratégias multi-método menos rigorosas (cf. Seawright, 2016).

Nesse sentido, os autores relacionam cinco papéis que a pesquisa qualitativa pode exercer em estudos mistos que busquem realizar inferência causal: elucidação do processo de atribuição de tratamento; explicação de mecanismos causais; exploração das fontes de efeitos de tratamento heterogêneos; compreensão da mensuração de variáveis construídas a partir de *surveys* e dados administrativos; e explicitação da definição de tratamento (Harding e Seefeldt, 2013).

Em quaisquer análises de regressão, tem-se um modelo quantitativo em que um conjunto de variáveis X e um erro u configuram algum efeito sobre um fenômeno y . Para que se estime uma equação a partir do Método dos Mínimos Quadrados Ordinários, por exemplo, deve-se pressupor que o conjunto de variáveis X e o erro u não estão correlacionados.

$$y = X\beta + u \quad (1)$$

$$E(u | X) = E(u) = 0 \quad (2)$$

Se tal pressuposição não for verificada, tem-se um modelo endógeno. Qualquer estimativa estaria, assim, enviesada. E como se trata de uma pressuposição forte, grande parte do trabalho de pesquisadores quantitativos diz respeito justamente a tentativas de eliminar o efeito que fatores não observáveis (como o erro u) podem ter sobre a variável dependente y : variáveis instrumentais, regressão descontinuada, matching, efeitos fixos, entre outros, são alguns exemplos desse esforço. Ainda assim, trata-se de uma das maiores dificuldades dos desenhos de pesquisa observacionais, uma vez que o pesquisador não pode manipular seus dados. A combinação de técnicas qualitativas, nesse sentido, pode, se não resolver o problema, contribuir bastante para a elucidação do processo de atribuição de tratamento. A investigação de pequeno n , ou mesmo de $n = 1$, em profundidade pode se focar em buscar variáveis não incluídas no modelo (cuja ausência poderia estar causando viés); em demonstrar como fatores não observáveis agem sobre a variável y ; em explorar se uma determinada variável não incluída no modelo gera ou não um modelo endógeno; entre outros. Ou seja, um

método pode atuar *nos pressupostos e limitações do outro*.

Considerando que as pesquisas quantitativas consistem majoritariamente em testes de hipóteses retiradas da própria literatura especializada, é possível, ainda, conceber a investigação qualitativa como uma inserção profunda no tema estudado a fim de coletar novas hipóteses. É comum que se teste hipóteses que, na verdade, são insuficientes para a explicação do fenômeno em questão – e só a inserção exploratória no campo pode elucidar esse problema, trazendo novas hipóteses a serem testadas quantitativamente. KIRSCHBAUM exemplificou bem esse ponto (cf. Kirschbaum, 2013).

Outro problema comum de pesquisas quantitativas tradicionais diz respeito à explicação dos mecanismos de uma dada relação causal – problema central para a presente dissertação. A partir de uma noção simples em que um conjunto de variáveis X causa um fenômeno y , desenvolvem-se sofisticados modelos estatísticos que estimam o efeito preciso de uma variável de tratamento x_1 sobre o fenômeno y . Entretanto, tal modelo não explica o ‘*como*’ nem o ‘*porquê*’ de tal efeito, explicação essa que usualmente vem da discussão teórica e da literatura. A combinação de técnicas qualitativas, nesse sentido, pode contribuir bastante para a explicação dos mecanismos causais da relação estudada (Harding e Seefeldt, 2013). Uma investigação em profundidade pode ajudar explicar o como do efeito estimado anteriormente, ou seja, um método pode atuar *no limite da explicação do outro*.

Esse aspecto da integração de métodos quantitativos e qualitativos é particularmente interessante por consistir na abordagem proposta nesta pesquisa, cujo objetivo é justamente investigar os *mecanismos* (cf. Elster, 1983, 1998, 2007; Hedström e Bearman, 2013; Hedström e Udehn, 2013; Hedström e Ylikoski, 2010) do processo decisório na justiça juvenil. Como se evidenciou na seção 3.3, a verificação empírica a partir do método hipotético-dedutivo, por mais essencial que possa ser, não é suficiente para a explicação dos mecanismos proposta; o investigador deve ir além da associação e do efeito entre variáveis e demonstrar as engrenagens que fazem com que agentes de característica y sejam consequência de X (Hedström e Bearman, 2013). A integração metodológica, com uma pesquisa qualitativa seguindo a etapa quantitativa, pode atuar exatamente nesse quesito.

INTEGRANDO MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

Com o aumento no número de pesquisas utilizando metodologia mista (cf. Small, 2011), aumentou também o número de manuais que fornecem uma série de tipologias das configurações dos desenhos mistos de pesquisa (ver Creswell, 2015, para um exemplo disso). Essas discussões normalmente dizem respeito às sequências possíveis dos métodos quantitativos e qualitativos ou à abordagem da coleta dos dados qualitativos, orientada pela pesquisa ou orientada pela subjetividade do pesquisador (Harding e Seefeldt, 2013) – argumenta-se aqui, no entanto, que esses dois aspectos dizem respeito a uma mesma decisão concernente ao tipo de pesquisa mista que se pretende fazer. Convergindo nesse sentido, SMALL (2011) argumenta que essas decisões relativas ao desenho de pesquisa a ser adotado devem ser tomadas baseadas no papel que o componente qualitativo deve ter no estudo em questão. Esse mesmo autor ainda problematiza o momento *misto* da pesquisa: técnicas quantitativas e qualitativas podem ser combinadas tanto no âmbito da coleta quanto na análise dos dados (Small, 2011). A presente problematização, no entanto, diz respeito ao momento da coleta de dados.

CRESSWELL (2015) argumenta por três tipos de desenhos que, no limite, resumiriam a totalidade de estudos mistos: o convergente; o sequencial explicativo; e o sequencial exploratório. Essa tipologia diz respeito justamente à sequência em que se realizam as etapas quantitativas e qualitativas da pesquisa em questão.

O desenho de pesquisa convergente seria aquele que coleta e analisa os dados quantitativos e qualitativos concomitantemente e compara os resultados ao longo de todo o processo. Um exemplo bem sucedido desse tipo de pesquisa pode ser encontrado em COSTA RIBEIRO (1999), que comparou os resultados de modelos logísticos com os de uma *lattice analysis* realizados com processos judiciais no Rio de Janeiro. Apesar do sucesso desse caso, esse desenho deve ser usado com muita cautela. Comparar dados de naturezas muito diversas pode gerar, além de falácia ecológica, sérios problemas lógicos e epistemológicos (Silva, 2015) – como generalizar poucos casos sem qualquer procedimento amostral ou argumentar por uma representatividade ampla de um único caso. Além disso, deve-se argumentar se faz sentido comparar concomitantemente os resultados de uma análise quantitativa com os resultados de uma análise qualitativa, uma vez que, por serem essencialmente distintos, eles não devem de fato convergir.

O desenho sequencial explicativo seria aquele que se inicia com uma análise quantitativa e termina com uma análise qualitativa. Argumenta-se aqui que esse tipo de investigação é aquela orientada à pesquisa a respeito da qual falam HARDING e SEEFELDT (2013). A ideia desse desenho é testar hipóteses por meio de uma análise inferencial e, uma vez estimado o efeito de um tratamento sobre um fenômeno, investigar o ‘*como*’ e o ‘*porquê*’ desse efeito. O componente qualitativo desse desenho, assim, se daria dedutivamente: uma vez que se tem os resultados da análise estatística, se investiga qualitativamente os mecanismos desses resultados. Um dos exemplos desse tipo de sequência é o *paper* escrito por SEAWIRGHT e GER-RING (2008) sugerindo diversas técnicas de seleção de casos para análise a partir de uma investigação quantitativa.

Por fim, o desenho sequencial exploratório seria aquele que se inicia com uma análise qualitativa e termina com uma análise quantitativa. Argumenta-se aqui que esse tipo de investigação é orientada ao pesquisador, uma vez que a ideia é que se inicie com uma pesquisa qualitativa a fim de explorar os dados e coletar hipóteses – essa ‘*exploração*’ dos dados se daria a partir de uma literatura especializada, evidentemente, mas também a partir das percepções subjetivas do pesquisador na ida a campo, por exemplo. As hipóteses coletadas seriam, depois, tratadas e testadas quantitativamente.

CRESWELL (2015) argumenta ainda pela existência dos desenhos mistos multifásicos, que seriam aqueles que combinam ao menos dois desses desenhos citados. Para além das possíveis sequências de pesquisas, é importante manter o foco daquilo que constitui a pesquisa multimetodológica: a *integração*. Discutir unicamente as possíveis sequências entre técnicas quantitativas e qualitativas nas coletas de dados fica na chave da *triangulação* metodológica, que é algo distinto (Seawright, 2016).

Dada a natureza do problema da presente pesquisa – a busca pelos mecanismos sociais do processo de tomada de decisões judiciais – e do objeto investigado – o sistema de justiça juvenil em São Paulo e a aplicação da medida socioeducativa de internação –, o desenho aqui empregado consiste no sequencial explicativo: após testar as hipóteses e estimar a probabilidade de internação para adolescentes de determinadas características, tem-se a pesquisa de campo buscando o ‘*como*’ desses efeitos estimados. Isso é detalhado nas próximas duas seções.

PROBLEMA DE PESQUISA E HIPÓTESES

O PROBLEMA DE pesquisa analisado aqui consiste, pois, na explicação dos mecanismos do processo de tomada de decisões que configuram a aplicação da medida socioeducativa de internação em São Paulo. O desenho que deriva desse problema é um desenho misto sequencial explicativo, integrando métodos quantitativos – com o objetivo de verificar os determinantes das decisões judiciais – e qualitativos – com o objetivo de explicar os mecanismos dos efeitos estimados anteriormente. A investigação é focada, assim, nos condicionantes e nos sentidos da *ação* dos juízes e dos promotores das Varas da Infância e da Juventude. Dessa maneira, trata-se de uma pesquisa a respeito de como indivíduos agem e decidem, isto é, tem-se um desenho de pesquisa que se insere em uma temática geral das teorias da ação, inserindo-se nos campos da Sociologia das Práticas Judiciais.

Se as considerações metodológicas consistem na explicitação da ligação entre dados empíricos e a teoria, as hipóteses cumprem o papel de fazer essa ponte: basta, a partir do desenvolvimento teórico, indicar quais são as instâncias observáveis empiricamente e, dedutivamente, explicitar com detalhes o que se espera dos dados dadas essas implicações. Ainda assim, há uma série de possibilidades ligações entre dados e teoria propostas na história da Sociologia.

MERTON (1968), por exemplo, sugere que as teorias podem ser inseridas em uma espécie de plano de coordenadas cartesianas. Em um eixo, o grau de generalização proposto pela teoria, que pode ser bem restrito e particular (como uma breve descrição) ou bem geral (como as grandes teorias parsoniana e luhmanniana). Em outro eixo, o grau de isolamento da explicação proposta, que pode ser inclusivo (como descrições densas de relatos etnográficos) ou exclusivo (como a abordagem econômica, que normalmente busca o efeito de apenas um número restrito de variáveis sobre o fenômeno estudado). Buscando se isolar de cada um dos quatro polos desse plano cartesiano⁷⁵, MERTON propôs que as teorias sociológicas buscassem exatamente o centro do plano. Nem “grandes teorias sociais”, nem “empiricismo cru”, as teorias de médio-alcance são:.

⁷⁵Os quatro polos seriam representados por: teorias particulares e inclusivas, como as descrições densas; teorias particulares e exclusivas, como as descrições simples; teorias gerais e inclusivas, como as grandes teorias sociais; e teorias gerais e exclusivas, como a abordagem econômica da escolha racional ou a psicologia comportamental.

teorias que se encontram entre as secundárias mas importantes hipóteses de trabalho que evoluem abundantemente durante o cotidiano da pesquisa e os esforços sistemáticos super-inclusivos de desenvolver uma teoria unificada que possa explicar todas as uniformidades observadas no comportamento social, na organização social e nas mudanças sociais.
(Merton, 1968, p. 39, tradução nossa)⁷⁶

Evidentemente, a presente pesquisa não busca propor uma grande teoria sociológica que explica todos os padrões observados no mundo social, ou mesmo se inserir em alguma tradição sociológica com essa pretensão (como a parsoniana ou a luhmanniana). No entanto, também não consiste na simples verificação de regularidades empíricas concernentes a como os juízes e Promotores das quatro Varas Especiais da Infâncias e da Juventude de São Paulo tomam suas decisões. Nesse sentido, a noção de teorias de médio alcance proposta por MERTON se encaixa nos propósitos da presente investigação – a análise dos dados empíricos coletados, nesse sentido, insere-se na busca pela explicação dos mecanismos sociais das decisões judiciais, particularmente aplicados no caso do sistema de justiça juvenil em São Paulo.

Uma última consideração a ser feita, derivada do arcabouço teórico de que parte esta pesquisa, diz respeito à explicação e ao que deve ser explicado. Conforme descrevem HEDSTRÖM e UDEHN:

Pode-se dizer que uma explicação consistem em dois tipos de componentes: (1) um *explanandum*, ou aquilo que deve ser explicado; e (2) um *explanans*, ou aquilo que deve explicar o explanandum. Ao discutir diferentes formas de explanans, Mäki (1992) propôs a noção de *isolação*. Isolação é um determinado tipo de abstração, que consiste em focar a atenção em certos fatores explicativos em detrimento de outros.
(Hedström e Udehn, 2013, p. 28, grifo no original, tradução nossa)⁷⁷

No presente problema de pesquisa, isso significa dizer que não se objetiva, aqui, apontar absolutamente todos os fatores explicativos das decisões judiciais – há, por

⁷⁶No original, em Língua Inglesa: “(...) theories that lie between the minor but necessary working hypotheses that evolve in abundance during day-to-day research and the all inclusive systematic efforts to develop a unified theory that will explain all the observed uniformities of social behavior, social organization and social change” (Merton, 1968, p. 39).

⁷⁷No original, em Língua Inglesa: “Any explanation can be said to consist of two types of components: (1) an *explanandum* or that which is to be explained, and (2) an *explanans* or that which is to explain the explanandum. When discussing different types of explanans, Mäki (1992) introduced the notion of *isolation*. Isolation is a certain kind of abstraction, which consists in focusing attention on certain explanatory factors at the expense of others” (Hedström e Udehn, 2013, p. 28, grifo no original).

certo, uma infinidade de questões que seriam, no limite, inalcançáveis ao pesquisador imerso no mesmo universo de seu objeto (cf. Weber, 2001). Ao contrário, busca-se isolar alguns fatores hipoteticamente explicativos do processo de tomada de decisões e explicar os mecanismos desses fatores. Em particular, a isolação consistirá em três vertentes, já apresentadas anteriormente: a jurídico-oficial; a substantivo-política; e a da manutenção organizacional.

Seguindo, assim, essa abstração para fins analíticos, a interpretação das decisões judiciais como tipo de ação social segue a noção de *tipo ideal*, já discutida aqui. Supõe-se, no plano abstrato, que juízes e promotores agem racionalmente com relação a fins ou valores ao tomarem suas decisões; em seguida, compara-se essa construção teórica com evidências empíricas a fim de verificar sua validade.

A concepção de que as decisões judiciais configuram ações racionais com relação a fins pode gerar a hipótese de que a gravidade do ato infracional cometido pelo adolescente prevê a aplicação da medida socioeducativa de internação, dado o caráter retributivo da pena e a função dissuasória que o Poder Judiciário deve, sob algumas perspectivas, ocupar no controle do crime:

Figura 1: Gráfico causal: gravidade do ato infracional

Conforme se discutiu na seção 4.3 deste trabalho, trata-se de uma hipótese bastante frequente na literatura especializada: os determinantes da decisão judicial consistem em um ideal de proporcionalidade entre crime e pena. Ou seja, no caso, essa hipótese configuraria a noção de que quanto mais grave o ato infracional, maior a probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação. Trata-se daquilo que DIXON nomeia **hipótese jurídico-oficial** (1995). Ela é aqui interpretada aqui como uma espécie de ação racional com relação a fins pelas suposições de que: *i)* a decisão judicial pressupõe algum tipo de racionalidade por parte dos operadores; e *ii)* a decisão de tomar a gravidade do ato infracional como determinante da aplicação da medida socioeducativa de internação gera a noção de uma justiça cujos fins são o controle do crime – se juízes e promotores de fato decidem racionalmente, é plausível

supor que a busca pelo controle do crime configura uma ação racional com relação a fins.

No entanto, é bastante plausível supor igualmente que juízes e promotores não agem unicamente de forma racional com relação a fins. Seja por agirem racionalmente com relação a valores ou mesmo pelos próprios limites da racionalidade de uma determinada decisão, não faria sentido supor uma relação *unicausal* entre a gravidade da infração e a aplicação da medida socioeducativa de internação. Afinal, as próprias decisões judiciais estão inseridas em relações de poder bastante específicas (cf. Black, 1989; Hagan, 1988). Nesse sentido, já relacionando com aquilo que DIXON nomeia **hipótese substantivo-política** (1995), é plausível supor que fatores associados ao status dos adolescentes em conflito com a lei também tenham algum efeito sobre a decisão judicial a ser tomada (ver Figura 2).

Figura 2: Gráfico causal: características individuais

Alguns dos fatores associados ao status do adolescente são as características raciais, etárias, ocupacionais, familiares ou mesmo relacionadas ao uso de drogas por parte dos jovens. Evidentemente, é possível que já haja um certo filtro seletivo em relação a quais adolescentes acabam chegando ao sistema de justiça juvenil – jovens moradores da periferia, por exemplo, devem ser mais abordados pela força policial do que jovens de classe média ou alta. A fundamentação dessa hipótese, no entanto, consiste no efeito dessas características individuais na decisão judicial em si, ou seja, juízes e promotores, de alguma maneira, levam em consideração esse status

do adolescente no momento de decidirem qual medida socioeducativa aplicar. Essa hipótese pode tanto estar relacionada a uma espécie de ação racional com relação a valores, supondo um mecanismo transformador de viés racial ou classista intencional por parte dos operadores, quanto a algum tipo de ação irracional, situação em que esse viés representaria os efeitos de um mecanismo situacional, isto é, de uma dada estrutura social sobre a tomada de decisões dos indivíduos.

A hipótese de que as características individuais do adolescente tem algum efeito sobre a tomada de decisões de juízes e promotores das Varas da Infância e da Juventude deve ser problematizada. Partindo do pressuposto de que a própria incidência sobre o cometimento de atos infracionais, no geral, e a probabilidade de apreensão por parte das forças policiais, em particular, estão altamente associadas às características individuais e ao status dos adolescentes, a exclusão dessas variáveis em um modelo estatístico geraria viés de seleção (ver Figura 3).

Figura 3: Gráfico causal: características individuais e viés

Vê-se pelos itens em vermelho na Figura 3 que a exclusão de cada uma dessas variáveis em um modelo multivariado gera viés, o que complexifica um pouco o modelo a ser trabalhado.

A terceira hipótese bastante frequente na literatura consultada que propõe explicações para a decisão judicial diz respeito ao próprio funcionamento burocrático dos tribunais onde acontecem os julgamentos. Denominada **hipótese da manutenção organizacional** por DIXON (1995), essa hipótese prevê que fatores como o local de julgamento, o estilo do fórum em questão e a confissão do réu antes do julgamento, bem como as atuações dos distintos operadores ali presentes – defensor público, advogado de defesa, recomendação oficial do Ministério Público – seriam determinantes dos processos de julgamento e decisão de sentença. No caso em questão, essa hipótese pode ser operacionalizada de distintas maneiras: a Vara em que acontece o julgamento (já que ela faz variar os juízes, promotores e defensores que ali atuam); o local de julgamento (já que alguns locais podem ter uma vara especial da infância e da juventude, enquanto outros podem julgar em uma vara criminal comum); e o ano de julgamento (já que as varas especiais da infância e da juventude foram continuamente implementadas desde 1990).

Como o local e o ano de julgamento podem estar associados à incidência de cometimento de ato infracional, o gráfico causal proposto ganha ainda mais complexidade. O gráfico final que resume o desenho da pesquisa aqui descrita ainda insere o componente estocástico da tomada de decisões (ver Figura 4).

Evidencia-se que, ainda que os dados relativos à Vara em que cada caso foi julgado não tenham sido coletados, essa informação não gera viés. Pode-se perceber, também, que a inclusão da variável “Local de julgamento” (capital ou interior do estado, por exemplo) pode ser usada como uma *proxy* dessa hipótese.

Três hipóteses, assim, serão testadas em um primeiro momento, todas explicativas da probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação: a **jurídico-oficial**, buscando verificar o efeito da gravidade do ato infracional; a **substantivo-política**, buscando verificar o efeito das relações estruturais de poder inscritas no julgamento; e a da **manutenção organizacional**, buscando verificar o efeito do local de julgamento.

Para além de testar as três hipóteses citadas concernentes aos determinantes da aplicação da medida socioeducativa de internação em SP, a pesquisa visa também explicar os *mecanismos* por meio dos quais a decisão é tomada, conforme explicado

Figura 4: Gráfico causal: modelo de decisão judicial

acima. E como HEDSTRÖM e colegas alertam (2013; 1998; 2013; 2010), o simples teste de hipóteses por meio de técnicas multivariadas é insuficiente com a abordagem mecanística: deve-se ir além das associações entre as variáveis e abrir a caixa preta do processo decisório. Assim, não se trata unicamente de indicar *o que* melhor explica a decisão judicial, mas de descrever seu *como*.

Considerando, ainda, toda a discussão a respeito das possibilidades de integração de métodos quantitativos e qualitativos, os mecanismos sociais são aqui buscados por meio de um desenho misto sequencial explicativo. Isto é, após testar as três hipóteses citadas acima por meio de análises multivariadas, os resultados dessa etapa da investigação devem ser tomados como premissa – e a etapa qualitativa deve justamente explicar como os coeficientes estimados anteriormente atuam no processo de tomada de decisões do sistema de justiça juvenil.

É por esse motivo que o desenho proposto consiste em um desenho multimetodológico – que não visa realizar uma espécie de triangulação, em que diferentes métodos buscam responder à mesma pergunta, mas visa uma integração, em que diferentes métodos buscam responder diferentes perguntas constituintes de um mesmo problema de pesquisa. Este refere-se à busca pela explicação dos mecanismos sociais das decisões judiciais, especificamente aplicado ao sistema de justiça juvenil e à decisão sobre aplicação da medida socioeducativa de internação.

DESENHO MISTO SEQUENCIAL EXPLICATIVO: MATERIAIS E MÉTODOS

CONFORME DESCRITO NO item anterior, o problema da presente pesquisa consiste em investigar os mecanismos do processo decisório concernente à aplicação da medida socioeducativa de internação. Para tanto, a investigação realizada consiste em um desenho multimetodológico, com integração de métodos e técnicas quantitativos e qualitativos. Configura, em particular, um desenho misto explicativo – que parte da discussão quantitativa e do teste das principais hipóteses relativas ao processo de julgamento dos adolescentes em conflito com a lei para chegar, por meio da inserção qualitativa, nos mecanismos desse processo decisório. Nesse sentido, a investigação teve início com uma etapa quantitativa em que foram testadas as principais hipóteses explicativas da decisão judicial; em seguida, a etapa qualitativa consistiu em uma pesquisa de campo mais dedutiva, buscando explicar os mecanismos dos resultados encontrados na primeira etapa.

Testando as hipóteses da literatura: do modelo ...

Tão logo a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM-SP) foi desativada e substituída pela Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA-SP), em 2006, diversas unidades de internação também deixaram de ser utilizadas. Mas um episódio, em particular, marcou essa substituição: a desativação do chamado “Complexo do Tatuapé”. Trata-se de um dos mais importantes e problemáticos centros de institucionalização dos adolescentes no século XX, onde funcionavam 17 unidades de internação em um local com cerca de 230 mil m², 1200 adolescentes internados e 1500 funcionários. O *Complexo* era um dos mais

importantes símbolos da FEBEM-SP, estando frequentemente na mídia por notícias relacionadas às violações de direitos humanos ocorridas ali, especialmente no que se refere ao número excessivo de internados – o Brasil chegou a responder, em 2005, por uma Medida Cautelar na Corte Interamericana de Direitos Humanos justamente contra o “Complexo do Tatuapé”, tendo sido condenado e obrigado a tomar medidas concretas para impedir novas violações (CIDH, 2005).

Quando da substituição da FEBEM-SP pela Fundação CASA, em 2006, o *Complexo* foi desativado e a maioria de seus prédios foi simbolicamente destruída, numa referência ao esforço de ruptura definitiva com os princípios da Doutrina da Situação Irregular – foi construído, em seu lugar, um parque público, o *Parque do Belém*, existente até hoje no bairro do Tatuapé, em São Paulo. A despeito da destruição desses prédios, algumas instalações permanecem ali – não como unidades de internação, mas como centros administrativos da Fundação CASA.

Permanece ali, por exemplo, a Escola para Formação e Capacitação Profissional (EFCP) da Fundação, que contém o Centro de Pesquisa e Documentação (CPDoc). Uma das atividades do CPDoc consiste no Núcleo de Documentação do Adolescente (NDA), um grande acervo que tem como objetivo centralizar, controlar e manter atualizadas todas as informações referentes aos adolescentes atendidos pela Fundação (Alvarez et al., 2009). Em particular, o NDA é responsável pela gerência das pastas e dos prontuários de cada jovem que já foi internado nas unidades paulistas. Trata-se de um rico acervo documental, com grandes potencialidades de pesquisa no âmbito das práticas institucionais na implementação da medida de internação.

Em 2007, logo após a desativação das unidades do *Complexo*, a Fundação CASA e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) estabeleceram um convênio. Por meio dessa parceria, pesquisadores do NEV-USP tiveram acesso ao universo de 115.639 pastas e prontuários de adolescentes que tiveram sua primeira entrada na FEBEM-SP entre 1990 e 2006, podendo desenvolver uma série de pesquisas relacionadas à temática da punição juvenil e da história institucional da FEBEM-SP; em contrapartida, esses pesquisadores deveriam sugerir aos funcionários da Fundação CASA métodos de organizar esse documentos, de modo a descartar o material repetido (devido ao grande volume no acervo)⁷⁸ (Alvarez et al., 2009).

O grupo de pesquisadores, então, trabalhou em duas frentes: uma quantitativa

⁷⁸ “Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do ‘Complexo do Tatuapé’ (São Paulo/SP – 1990-2006)”, submetida e aprovada pelo edital MCT/CNPq 03/2008.

e outra qualitativa. Em primeiro lugar, foi elaborado um questionário a ser preenchido quantitativamente a partir dos prontuários – após o cálculo de amostragem, foi sorteada uma amostra aleatória de 1581 documentos representativa do universo de pastas e prontuários⁷⁹. Em segundo lugar, foi elaborado um formulário analítico para análise em profundidade de casos específicos.

Esse extenso material, ainda disponível, diz respeito justamente aos adolescentes internados na FEBEM-SP no período em que ela esteve sob vigência do ECA, de 1990 a 2006. E é desse material que se utiliza a presente pesquisa – particularmente do banco de dados constituído, a ser detalhado.

O UNIVERSO DE PASTAS E PRONTUÁRIOS

O universo de adolescentes que cometeram atos infracionais é desconhecido. Mas uma parcela desse universo de jovens, somada à outra parcela de jovens que na realidade não cometeram infração alguma, é apreendida pelo sistema de justiça juvenil e rotulada como “em conflito com a lei”. Isso significa que o objeto de estudo aqui presente não é o “adolescente infrator”, tampouco o objetivo do trabalho é explicar “o fenômeno da delinquência precoce”; ao contrário, o objeto de estudo desta pesquisa é a justiça juvenil em si, tendo por objetivo investigar os mecanismos pelos quais se toma a decisão por internar ou não um adolescente.

A primeira entrada do adolescente no universo da justiça juvenil se dá através da Polícia Militar, normalmente por suposto flagrante. Os policiais militares, que estavam em ronda urbana, conduzem o jovem à Delegacia de Polícia, onde o delegado faz o boletim de ocorrência e decide se abre inquérito ou não. Caso o inquérito seja aberto, a depender da gravidade da suposta infração, o adolescente pode ser liberado (e voltar para sua residência, onde receberá uma notificação para comparecer ao Ministério Público) ou ficar ali detido e ser encaminhado a uma Unidade de Atendimento Inicial da Fundação CASA. Logo em seguida, os adolescentes são encaminhados ao Ministério Público, onde ocorre a oitiva informal – trata-se de uma conversa, sobre o ato infracional, com o Promotor de Justiça. Este decide, ou não, pela representação, que é uma espécie de acusação formal, judicial, ao jovem. Caso haja, então, essa representação, os agora réus são encaminhados ao Juízo, onde acontece a audiência

⁷⁹Além da presente dissertação, há outros trabalhos publicados que utilizaram esse mesmo material (cf. Almeida, 2016; Alvarez et al., 2009; Oliveira, 2015c; Oliveira e Alvares, 2014; Salla e Alvarez, 2011; Vinuto, 2014).

de apresentação – momento em que o juiz decide, ou não, pela internação provisória e agenda a audiência de continuação. Nesta, é enfim decidido o destino do adolescente: alguma medida socioeducativa, alguma medida protetiva, a remissão do processo ou mesmo que o juiz decida pela improcedência da representação.

Fluxo do sistema de justiça juvenil

Momentos de abertura de pastas e prontuários

Figura 5: Fluxo da justiça juvenil e momentos de abertura de pastas e prontuários

No momento em que o adolescente é pela primeira vez, de alguma forma, internado – seja na Unidade de Atendimento Inicial, seja via internação provisória, ou mesmo pela própria aplicação de medida socioeducativa de internação –, a Fundação abre uma pasta e um prontuário em seu nome. Cada um desses registros consiste em uma espécie de aglomerado de documentos que, basicamente, resumem a vida institucional do jovem: assim, constam ali o boletim de ocorrência, o inquérito policial, a ata da oitiva informal, a representação do Ministério Público, a ata da audiência de apresentação, a sentença, os registros de atendimento de psicólogos e assistentes sociais da Fundação CASA, os relatórios técnicos desses funcionários, além de diversos

ofícios de comunicação entre essas esferas institucionais.

As pastas e os prontuários consistem, essencialmente, no mesmo material; a diferença é que, enquanto as pastas acompanham os adolescentes em suas unidades, onde quer que eles estejam no estado de SP, os prontuários ficam arquivados em uma unidade administrativa central da FEBEM-SP – hoje, da Fundação CASA. A Unidade de Atendimento Inicial – UAI, situada no Brás, é responsável pela produção, em numeração sequencial, dos prontuários e pastas de adolescentes que dão entrada em qualquer uma das unidades da Fundação (Alvarez et al., 2009).

É importante enfatizar que é possível um adolescente ser capturado pelo sistema de justiça juvenil e mesmo ser julgado sem que sejam abertos uma pasta e um prontuário: para isso, basta que ele seja liberado da Delegacia de Polícia, responda o processo judicial em liberdade e receba uma medida como Liberdade Assistida, que é implementada em meio aberto. É possível também que o jovem não receba a medida socioeducativa de internação, mas tenha uma pasta e um prontuário na Fundação: basta, aqui, que ele não seja liberado na Delegacia de Polícia ou que ele seja internado provisoriamente, após a audiência de apresentação. Explicitar essas possibilidades é fundamental para um estudo com esse material, uma vez que aponta os limites do universo com o qual se está lidando. Para que uma pesquisa a respeito do processo de julgamento com esses dados tenha confiabilidade e viabilidade, deve-se pressupor dois contextos: a primeira situação acima descrita – um adolescente julgado pelo sistema de justiça sem que uma pasta e prontuário tenham sido abertos – deve ser suficientemente rara, uma vez que esses casos não são problematizados aqui ainda que juízes e promotores os julguem; e a segunda situação descrita – adolescentes com pasta e prontuário sem que tenham recebido a medida socioeducativa de internação – deve ser suficientemente comum, a ponto de se poder justamente comparar as decisões judiciais de aplicação de medida. Essas duas premissas são discutidas adiante, na seção 6.

O BANCO DE DADOS DE PASTAS E PRONTUÁRIOS

Dos 115.639 prontuários de jovens que entraram na FEBEM-SP, entre 1990 e 2006, foi sorteada uma amostra probabilística representativa desse universo. A amostra aleatória foi calculada a partir de sorteio simples. Após esse sorteio, pesquisadores

do NEV-USP aplicaram um questionário com 26 perguntas⁸⁰ aos 1581 documentos selecionados – quando o prontuário sorteado não estivesse disponível (por pertencer a um jovem que ainda estivesse internado no momento da coleta de dados, por exemplo), o critério era que fosse analisada a próxima pasta da sequência.

Ao término da coleta de dados, tinha-se em mãos um rico banco de dados com informações relativas à ocorrência do ato infracional (a infração cometida, o local, a data, presença de copartícipes, todas retiradas do boletim de ocorrência), ao perfil do adolescente (sexo, idade, cor da pele, naturalidade, filiação e profissão, também retiradas do boletim de ocorrência), à sentença aplicada (data da internação provisória, tipo de medida aplicada, data da sentença, conclusão da medida, todas retiradas dos documentos judiciais) e, por fim, dados complementares do adolescente (escolaridade, referências ao pai, à mãe e a irmãos, ocupações dos pais, uso de drogas, todos retirados dos relatórios técnicos da FEBEM-SP).

É em torno desse banco de dados que se constitui a primeira etapa da pesquisa.

MODELO PROPOSTO

O fenômeno investigado consiste no processo decisório da aplicação da medida socioeducativa de internação. Nesse sentido, é lógico utilizar a variável “aplicação de medida” como a variável dependente de um modelo multivariado. Como, no entanto, são diversas as medidas a serem aplicadas por um juiz – advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, além das possibilidades de arquivamento e remissão do processo –, é igualmente lógico dividir as possíveis decisões judiciais entre aquelas em que o juiz decide pela internação e todas as outras. Essa estratégia configura a criação de uma variável binária, que só possui dois valores possíveis: o 1-sucesso (a decisão pela internação) ou o 0-não-sucesso (outras medidas).

Considerando o gráfico causal apresentado anteriormente (Figura 4), é possível desenhar um modelo multivariado, a partir desse banco de dados, que estime a decisão judicial de aplicação da medida socioeducativa de internação eliminando os vieses previstos. Além da variável dependente já indicada, as covariáveis que comporiam o modelo seriam:

- Ato Infracional

⁸⁰O questionário em questão segue anexo, cf. Anexo 10.1.

Trata-se da principal variável explicativa do modelo, uma vez que testa a hipótese da existência de um ideal de proporcionalidade entre “crime e castigo”. Essa variável, quando coletada, indicava a infração cometida pelo adolescente tal qual descrita no boletim de ocorrência, o que nem sempre seguia critérios específicos – nesse sentido, havia 51 categorias de atos infracionais no banco de dados. Os dados foram, então, agregados de modo a se manter a coerência com o problema de pesquisa, tendo sido aglomerados nos seguintes grupos:

- Roubo
 - Homicídio e outros crimes contra a vida
 - Drogas (que envolve tanto uso quanto tráfico)
 - Furto e outros crimes contra a propriedade
 - *Menorismos* (categoria que agrega as ações classificadas como ato infracional no boletim de ocorrência mas que não configuram uma infração penal, como ‘abandono’, ‘vadiagem’, dentre outras)
 - Outros atos infracionais
- Local

Também coletada no boletim de ocorrência, o ‘local’ indica o município do estado de São Paulo em que o ato infracional foi cometido. Como, por definição, há uma relação direta entre o local de ocorrência e o local de julgamento⁸¹, essa variável diz respeito aonde o caso foi processado. Isso é particularmente interessante pela dimensão organizacional trazida pela variável, já que diferentes comarcas podem ter diferentes características: interessa aqui, em especial, o fato de o adolescente ter sido julgado em uma vara especializada ou em uma vara criminal comum, o que operacionalizaria a hipótese da manutenção organizacional.

A informação relativa ao momento de criação das varas especializadas em cada comarca, entretanto, não está divulgada, o que não permitiu a operacionalização de uma variável binária do tipo “vara especializada vs. vara comum”,

⁸¹O ECA, estabelece que os casos devem ser julgados na mesma comarca em que a infração foi cometida. Em cidades grandes como São Paulo, o próprio município é a comarca; em outros locais, um conjunto de municípios configuram uma comarca.

como seria ideal. A estratégia adotada, então, foi tratar o local de julgamento como uma *proxy* da estrutura organizacional, ainda que com incertezas incluídas. Isso porque, na maioria das cidades do interior paulista, as varas especiais da infância e da juventude foram criadas aos poucos, ainda havendo, até hoje, diversas comarcas sem um Fórum especializado – como o recorte temporal desses dados diz respeito a 1990-2006, ainda mais provável que os municípios que não a capital do estado julgassem os adolescentes em cortes criminais comuns. A variável foi agregada, assim, para diferenciar binariamente a capital do restante dos locais:

- Capital – categoria com os casos ocorridos e julgados no município de São Paulo, tida aqui como uma *proxy* de julgamento em uma vara especial da infância e da juventude;
- Região Metropolitana; Interior; Litoral – categoria com os casos ocorridos no restante do estado de São Paulo, tida aqui como uma *proxy* de julgamento em uma vara criminal comum.

- Ano

O ano de ocorrência do caso permite controlar por possíveis variações temporais ocorridas entre 1990 e 2006. Trata-se de uma variável discreta.

- Cor

Entrando nas características individuais dos adolescentes, a variável ‘cor’ foi mensurada a partir das informações registradas em cada boletim de ocorrência. Não se trata de uma autoclassificação racial ou mesmo de uma tentativa de operacionalizar quaisquer características fenotípicas do adolescente, mas sim de operacionalizar o julgamento feito pelo policial civil – ou por quem quer que tenha preenchido o boletim de ocorrência – a respeito da cor do adolescente. Por esse motivo, essa variável foi operacionalizada enquanto uma *dummy*: 1-brancos; 0-não-brancos.

- Sexo

Outra das características individuais usadas no modelo, por considerar que jovens do sexo masculino e do sexo feminino são diferentemente punidos.

- Ocupação

A ocupação do adolescente, tal qual registrada na pasta de cada adolescente, é central para testar a hipótese substantiva política. Essa variável foi agregada e contém as seguintes categorias:

- Trabalha
 - Só estuda
 - Não estuda nem trabalha
 - Não se aplica
- Referências à família
- Também de fundamental importância para a construção do modelo de decisão judicial, essa informação também foi mensurada a partir das informações dos boletins de ocorrência. As categorias agregadas são:
- Convive com os pais
 - Convive só com a mãe
 - Convive só com o pai
 - Não convive com os pais
- Uso de drogas
- Por fim, uma informação que pode ser fundamental para o modelo em questão. Constam nos prontuários acessados informações referentes ao julgamento de operadores a respeito do uso de substâncias entorpecentes por parte dos adolescentes. Essa variável é de particular interesse para a presente análise por configurar uma possibilidade de julgamento moral feito pelos operadores em relação aos adolescentes⁸². É importante notar que não se trata, aqui, de uma observação ‘real’ concernente ao uso de drogas por parte dos jovens, o que também não interessaria à presente investigação; trata-se, ao contrário, da constatação em registro oficial de um uso regular de substâncias entorpecentes. Se constatado um efeito positivo desse registro sobre a probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação, tem-se uma evidência de

⁸²Trata-se de situação similar à sugerida por CARTER e CLELLAND (1979), quando analisado o sistema de justiça juvenil estadunidense e proposta a operacionalização dos crimes contra a moral – inseridos em uma sociedade capitalista.

um julgamento moral, a nível individual, que independe dos aspectos criminais envolvidos no caso.

Foram constatadas diversas drogas registradas no banco de dados, desde as consideradas socialmente mais graves – como cocaína, maconha e crack – até as substâncias lícitas para adultos – como álcool, cigarro e desodorante. Como o que interessa aqui é estabelecer, de alguma forma, uma medida do julgamento moral realizado pelos operadores, a operacionalização também seguiu uma lógica binária. Interessa aqui o registro do adolescente como “Usuário de drogas” versus “Não usuário de drogas”.

Conforme KING argumenta em seu livro *Unifying Political Methodology* (1989), a escolha de um modelo deve sempre ser baseada na distribuição e no processo gerador dos dados da variável dependente. No caso, a variável dependente a ser utilizada aqui segue a distribuição binária. Por se tratar, assim, de uma variável dependente cujos valores vão de 0 a 1, é possível utilizar aqui o tradicional método dos Mínimos Quadrados Ordinários (OLS, em inglês), o qual pressupõe linearidade nos parâmetros equação:

$$y_i = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_n x_n + e_i \quad (3)$$

Trata-se de um modelo interessante. Como a variável dependente é binária, os valores a serem estimados configurariam a probabilidade de o adolescente receber a medida socioeducativa de internação. No entanto, esse modelo permitiria a estimação de probabilidades menores do que ‘0’ e maiores do que ‘1’, o que não faz sentido substantivo algum. Uma maneira eficaz de corrigir esse problema do estimador via mínimos quadrados é utilizar, em vez da variável binária y_i , o logaritmo natural de sua chance⁸³. O modelo, denominado *logit*, ficaria assim:

$$\ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_n x_n \quad (4)$$

O que corresponde a uma função de probabilidade dada por:

$$p = \frac{e^\theta}{1 + e^\theta} \quad (5)$$

⁸³ “Chance” é a divisão da probabilidade de sucesso de um determinado evento sobre sua probabilidade de não sucesso: $\frac{p}{1-p}$.

$$\theta = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_n x_n \quad (6)$$

O modelo logístico garante, por definição, que as probabilidades estimadas nunca ultrapassem os limites de ‘0’ e ‘1’ (ver Figura 5).

Figura 6: Exemplo de curva logística

Tem-se, assim, o seguinte modelo:

$$p = \frac{e^{\theta}}{1 + e^{\theta}} \quad (7)$$

Sendo:

$$\theta = \beta_0 + \beta_1 ato + \beta_2 local + \beta_3 ano + \beta_4 cor + \beta_5 sexo + \beta_6 ocupacao + \beta_7 familia + \beta_8 drogas \quad (8)$$

O modelo de regressão logística, bastante usado quando a variável dependente é categórica, pode ser interpretado de duas maneiras distintas: em termos de probabilidade predita; ou em termos de razão de chance. A primeira interpretação estima a probabilidade de sucesso da variável – no caso aqui presente, a probabilidade de o adolescente receber a medida socioeducativa de internação – a partir dos coeficientes estimados no modelo. A outra interpretação verifica o aumento ou a diminuição da chance de internação a partir de outra variável explicativa – por exemplo, quanto aumenta a chance de um jovem ser internado dado que ele foi acusado de cometimento

de roubo⁸⁴?

Se comparado com o gráfico causal da 4, o modelo logístico apresentado (equação 8) permite testar duas hipóteses frequentes na literatura sem qualquer tipo de viés de seleção – a hipótese da teoria legal e a hipótese da teoria substantiva política –, além de trazer evidências para o teste da hipótese da manutenção organizacional – esta não pode ser propriamente testada por falta de variáveis.

Para evitar qualquer tipo de viés por autocorrelação entre os próprios indivíduos, o banco foi organizado por adolescentes, não por entradas no sistema de justiça (essa organização poderia apresentar um mesmo indivíduo mais de uma vez, em casos de reincidência). E por um problema de falácia ecológica, não foi possível incluir a variável “número de entradas que o adolescente teve na FEBEM-SP/Fundação CASA” – uma vez que as diferentes entradas geram julgamentos em tempos diferentes. Uma possível solução para esse problema seria a organização do banco de dados por painel, considerando cada entrada do jovem no sistema como um novo tempo; aplicando técnicas como a dos ‘efeitos fixos’ ou a da ‘primeira diferenciação’, o problema estaria resolvido. No entanto, essas técnicas eliminam a possibilidade de trabalhar características constantes ao indivíduo, o que é fundamental nas hipóteses sendo testadas. Buscando contornar essa situação, portanto, o modelo apresentado foi testado apenas considerando as primeiras entradas dos adolescentes, em seguida considerando apenas as segundas entradas e, por fim, considerando apenas as terceiras entradas.

Essa etapa traria, assim, uma discussão sobre os determinantes da decisão judicial de aplicação da medida socioeducativa de internação.

... ao campo: o ‘como’ do processo decisório

Uma vez estimados os determinantes da aplicação da medida socioeducativa de internação em São Paulo, a segunda etapa da investigação busca compreender os mecanismos por meio dos quais as decisões são tomadas. O objetivo dessa etapa é investigar o ‘como’ dos efeitos estimados. Trata-se, assim, de uma inserção nos casos de maneira “dedutiva”, buscando observações derivadas dos achados anteriores. Por exemplo, se a hipótese de que a decisão judicial ocorre seguindo uma noção de

⁸⁴A pergunta, em termos mais rigorosos, seria: quanto aumenta a chance de um jovem ser internado (em relação a não ser internado), dado que ele foi acusado de cometimento de roubo (e não de qualquer outra infração)?

proporcionalidade entre ato infracional e medida aplicada, deduz-se que a decisão é tomada a partir da documentação a ser analisada pelos operadores – qual seria, nesse caso, o papel das interações entre promotor e adolescente e entre juiz e adolescente? Alternativamente, caso a hipótese de que as características individuais preveem a aplicação da medida socioeducativa seja confirmada, como se dá essa avaliação, por parte dos operadores, dos atributos observáveis dos jovens julgados?

Com esse objetivo, a maneira ideal de investigar tais mecanismos é a observação direta nos ambientes judiciais. Acompanhar diretamente oitivas informais no Ministério Público, audiências de apresentação e audiências de continuação permitiria coletar dados interessantes para investigar como se dá o processo de tomada de decisões a respeito da aplicação da medida socioeducativa de internação.

A fim de cobrir todas as possibilidades levantadas pelo modelo multivariado apresentado e garantir a integração metodológica tal qual apresentada na seção 5.1, o ideal seria que tais observações fossem realizadas em diversos municípios do estado de São Paulo e entre 1990 e 2006. Isso garantiria a integração com os resultados quantitativos que dizem respeito a esse mesmo universo. No entanto, nenhuma dessas duas ressalvas pôde, de fato, ser implementada. Em primeiro lugar, por motivos de ordem logística as observações só foram feitas na cidade de São Paulo – evidentemente, a análise multivariada foi estratificada para essa região para garantir o desenho multimetodológico. Já no que se refere ao período, todas as observações foram realizadas em 2014, ano de início da pesquisa – no entanto, é possível problematizar esse dado: por que motivos se suporia que houve diferenças significativas o suficiente entre 2006 e 2014 que inviabilizariam a utilização desses períodos? Para garantir a integração metodológica, assim, a investigação parte da *premissa* de que não ocorreram tais diferenças.

No município de São Paulo, há 4 Varas Especiais da Infância e da Juventude (VEIJ), um juiz para cada, que julgam todos os adolescentes apreendidos pelos policiais militares no município de São Paulo. Há também 9 promotores de justiça atuando nessas 4 varas, além de um número indefinido de defensores públicos⁸⁵. E essas quatro Varas, o Ministério Público e a Defensoria Pública, além das quatro Varas de Execução, integram o Fórum Brás – o fórum judicial paulistano exclusivamente destinado aos adolescentes em conflito com a lei.

⁸⁵Evidentemente, há um número definido de defensores. No entanto, não foi possível, de maneira alguma, determinar qual é esse número.

A observação proposta para a investigação se deu justamente no Fórum Brás. O acesso ao campo não foi fácil, uma vez que a entrada nesse Fórum não é livre e, em particular, as audiências nas VEIJ e as oitivas informais no Ministério Público são segredos de justiça – qualquer presença de público ali é proibida, a não ser que expressamente autorizada pelo juiz. A autorização da entrada se deu por meio de um contato com o juiz Alessandro, da N^a VEIJ⁸⁶: ele foi contatado e exposto ao problema de pesquisa aqui delimitado, ao que reagiu positivamente concedendo acesso total às audiências de apresentação e de continuação de sua Vara. Possivelmente por ter se interessado pela investigação, o juiz Alessandro ainda se voluntariou a entrar em contato com outros juízes e promotores e lhes pedir acesso às suas audiências e oitivas.

Ao final do processo, duas das quatro Varas Especiais da Infância e da Juventude, bem como oitivas informais de cinco dos nove promotores de justiça, foram observadas. Durante quatro meses, entre abril e agosto de 2014, as visitas ao Fórum Brás ocorreram semanalmente para realizar essas observações diretas – buscando uma alternância entre o acompanhamento de audiências e o de oitivas informais.

⁸⁶Tanto o nome do juiz quanto a atribuição de VEIJ aqui mencionados são fictícios, de modo a preservar a identidade dos indivíduos que participaram da pesquisa.

O ‘o quê’: determinantes das decisões judiciais

NESTE⁸⁷ CAPÍTULO, OS resultados da análise quantitativa são apresentados. Conforme apresentado no capítulo anterior, as análises dizem respeito ao banco de dados representativo do universo de pastas e prontuários de adolescentes que tiveram alguma passagem pela então FEBEM-SP entre 1990 e 2006 e que estão arquivados no ‘Complexo do Tatuapé’. Dado o problema de pesquisa em torno da busca pelos mecanismos do processo decisório no sistema de justiça juvenil e particularmente pelos determinantes da aplicação da medida socioeducativa de internação, a ideia aqui é estimar a probabilidade de confinamento dadas certas características – como a gravidade do ato infracional, o local de julgamento ou as características que implicam relações de poder específicas entre os operadores e os adolescentes em conflito com a lei.

Na primeira seção, tem-se uma análise mais exploratória, resumindo e descrevendo as variáveis de interesse. Trata-se de análise parecida àquela publicada por SALLA e ALVAREZ (2011) na *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Em seguida, tem-se a análise multivariada para todo o estado de São Paulo – aqui, foram testadas as três hipóteses mencionadas: a jurídico-oficial, a fim de verificar a existência de algum tipo de proporcionalidade entre gravidade do ato infracional e a probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação; a substantivo-política, que buscou estimar a chance de internação a partir de características estruturais do indivíduo e que revelassem relações de poder entre operadores e adolescentes; e a da manutenção organizacional, que analisou as diferenciações nos padrões do processo decisório de acordo com o local de julgamento. A terceira seção, enfim, traz os resultados das análises multivariadas especificamente para o município de São Paulo – aqui, evidentemente, apenas as duas primeiras hipóteses foram testadas, já que o local de julgamento foi mantido constante.

⁸⁷Todas as análises apresentadas nesta dissertação foram realizadas com auxílio computacional da linguagem R. Os *scripts* e códigos podem ser disponibilizados a partir de solicitação ao autor.

ANÁLISE DESCRITIVA E EXPLORATÓRIA

COMO EXPLICADO NO capítulo anterior, a variável dependente do modelo proposto segue uma distribuição binomial – podendo assumir os valores 1 (aplicação da medida socioeducativa de internação) ou 0 (qualquer outra decisão). Para que o modelo logístico seja robusto, no entanto, a distribuição dessa variável deve se aproximar o máximo possível de uma divisão 50-50%, em que os casos de sucesso e não-sucesso se distribuem igualmente. Casos em que essa distribuição é muito desigual fazem com que o modelo estimado não seja bem ajustado.

Por esse motivo, a primeira mensuração que se faz fundamental é a distribuição da variável dependente.

Figura 7: Distribuição de medidas aplicadas em primeiras entradas

Ainda que as duas categorias não estejam igualmente distribuídas, o fato de a amostra não indicar uma predominância completa da aplicação da medida so-

cioeducativa de internação ou de qualquer outra decisão judicial permite a análise proposta⁸⁸. A distribuição de 35% de sucesso frente a 65% de não-sucesso permite um ajuste eficiente de um modelo logístico. Verifica-se situação parecida para segundas e terceiras entradas, ainda que o número de casos seja menor:

Vê-se que os casos de reincidentes julgados no estado de SP entre 1990 e 2006 geraram proporcionalmente mais internação do que os casos de primeiras entradas; entretanto, ainda assim a viabilidade da análise se mantém. Na verdade, até aumenta, uma vez que a distribuição se aproxima do ideal 50-50%. Assim, conforme explicado no capítulo anterior, todas as análises serão feitas para cada uma das entradas⁸⁹.

A principal variável explicativa do modelo, o ato infracional, apresenta bastante variabilidade também. As seis categorias estão bem distribuídas em cada uma das três entradas, conforme se pode ver na Figura 9 a seguir.

O gráfico da Figura 9 permite visualizar como o roubo é o principal responsável pelo fluxo do sistema de justiça juvenil⁹⁰. Esse ato infracional, sozinho, é responsável por cerca de 50% de todas as infrações julgadas nos Fóruns que geraram abertura de uma pasta e de um prontuário na FEBEM-SP entre 1990 e 2006. O gráfico permite visualizar, também, que os furtos e outros crimes contra a propriedade e as infrações ligadas às drogas, tráfico ou uso, completam três quartos de todos os atos infracionais que chegaram a essa etapa do fluxo no estado de São Paulo entre 1990 e 2006.

As tabelas descritivas completas com todas as variáveis independentes a serem incluídas no modelo estão no Apêndice 1 (seção 10.2). Uma outra informação a respeito das características dessa amostra, no entanto, se faz interessante: a proporção da aplicação da medida socioeducativa ao longo dos anos. Por se tratar de uma amostra estratificada com probabilidades desiguais, conforme explicado no capítulo anterior, a inferência estatística por estratos anuais (ainda que com erros amostrais

⁸⁸Essa análise ainda dialoga diretamente com a literatura. A crítica que REASONS (1977) fez a CHIRICOS e WALDO (1975), de que a análise apenas de indivíduos condenados traria um óbvio viés de seleção, não pode ser feita aqui. Ainda que se trate de um banco de prontuários, não de processos, a distribuição de medidas aplicadas permite o estudo a respeito dos determinantes das decisões judiciais.

⁸⁹Na verdade, há adolescentes com até 11 entradas no sistema de justiça juvenil. Como, no entanto, o número de casos com 4 entradas ou mais é pequeno, essas múltiplas reincidências não foram, nesse momento, analisadas.

⁹⁰Rigorosamente falando, conforme explicado, pode-se inferenciar que o roubo é o principal responsável pelo fluxo de abertura de pastas e prontuários, não de entrada no sistema de justiça, dadas as características amostrais.

Distribuição de decisões judiciais

Figura 8: Distribuição de medidas aplicadas em segundas e terceiras entradas

distintos) é possível.

A Figura 10, a seguir, apresenta a proporção da aplicação da medida socioeducativa de internação entre 1990 e 2006. O que se fez dividir o número de casos em que o adolescente foi enviado para uma unidade de internação pela soma de todas as decisões judiciais – Internação e Não-Internação – em cada um dos anos. O gráfico, assim, indica o quanto se internou, em cada ano, em relação ao total de decisões judiciais.

Figura 9: Atos infracionais agregados

Identifica-se uma clara tendência de aumento nas aplicações de medidas socio-educativa de internação. Se na década de 1990 essa proporção não ultrapassava os 40%, depois da virada do século a proporção apenas aumentou, chegando a ultrapassar os 50% em determinado momento. Evidentemente, algumas ressalvas devem ser feitas em relação a esse gráfico: os erros amostrais para cada estrato anual são diferentes (o que significa que, ainda que a inferência seja possível, ela é pouco eficiente); e após 2006 há apenas os casos de reincidência, o que é um grande viés para esse período. No entanto, enquanto análise exploratória, essa figura permite fundamentar a hipótese de que a justiça juvenil paulista vem progressivamente internando mais adolescentes do que aplicando qualquer outra medida socioeducativa.

Figura 10: Proporção da aplicação da medida de internação entre 1990 e 2006

É importante avaliar também a distribuição geográfica dos casos julgados. Se o local de julgamento – em particular, a distinção Capital vs. outros municípios – é tido como a melhor maneira de testar a hipótese da manutenção organizacional do sistema de justiça juvenil, é importante que haja uma considerável variabilidade na distribuição dos casos. Analisando a Figura 11, fica evidente que essa dimensão se distribui de maneira próxima aos 50-50%, com 747 casos da Capital e os outros 701 no restante dos municípios.

A Figura 11 ainda traz evidências para a associação entre o local de julgamento a aplicação de medidas socioeducativas. Enquanto na capital de São Paulo apenas 16% dos adolescentes⁹¹ receberam a medida de internação, nos outros municípios do

⁹¹Trata-se apenas dos casos de primeiras entradas, reincidentes não foram considerados. Enfatiza-

Figura 11: Local de julgamento e medidas socioeducativas aplicadas

estado se estabelece a relação inversa: 56% dos adolescentes foram internados. Evidentemente, trata-se apenas de uma análise exploratória da associação entre essas duas variáveis, o que não é suficiente para estabelecer relações mais substantivas. De qualquer maneira, tem-se uma interessante evidência que permite esperar resultados consideráveis na análise multivariada e no teste da hipótese da manutenção organizacional.

Por fim, faz-se necessário avaliar a distribuição dos dados nas variáveis que se mais uma vez que a inferência deve sempre ser feita em relação aos jovens em conflito com a lei que tiveram uma pasta e um prontuário abertos entre 1990 e 2006, não em relação ao total de processos judiciais julgados.

resumem as características individuais de cada adolescente, conforme se vê na Figura 12. As dimensões das características raciais, do uso de drogas (ambas conforme preenchimento do boletim de ocorrência) e das referências à família (conforme as descrito nas pastas) são resumidas nessa Figura.

Figura 12: Características individuais dos adolescentes

Tanto a cor atribuída aos adolescentes quanto a informação a respeito do uso habitual de drogas estão bem distribuídas entre as duas categorias. É interessante notar que os operadores do Direito e funcionários da Polícia Civil registraram mais da metade dos adolescentes como usuários de drogas, o que pode ser interpretado

como um primeiro indício de uma espécie de julgamento moral contra os jovens pela suspeita de cometimento de ato infracional. Não fez parte do escopo da presente investigação, mas um dado interessante a ser coletado por pesquisas futuras é justamente o etnográfico nas Delegacias de Polícia – é possível supor, por exemplo, que a resposta positiva ao questionamento relacionado a já ter “experimentado determinada substância” seja suficiente para classificar aquele adolescente como “usuário de drogas”.

A Figura 12 ainda evidencia como cerca de um quinto dos adolescentes em conflito com a lei não estudam ou trabalham. Comparar essa parcela de jovens com a parcela que “só estuda” (esta também de 20%), mantidas as características associadas ao ato infracional constantes, pode trazer uma interessante dimensão da avaliação das características individuais por parte dos operadores do Direito.

ANÁLISE MULTIVARIADA: ESTADO DE SP

UMA⁹² VEZ REALIZADA a análise exploratória dos dados, passa-se ao teste das hipóteses discutidas na seção 5.2: a proporcionalidade entre ato infracional e aplicação da medida socioeducativa de internação, buscando investigar se os crimes mais graves – como homicídio e roubo – são de fato os melhores preditores das decisões judiciais; as características individuais, buscando investigar se dimensões como o registro sobre uso de drogas e a ocupação dos adolescente apresentam algum efeito isolado sobre a aplicação da medida; e a manutenção organizacional, buscando investigar se as características dos tribunais alteram a probabilidade de decisão pela medida de internação. Essas três hipóteses foram testadas considerando unicamente as primeiras entradas dos adolescentes no sistema de justiça juvenil, isto é, excluindo os casos reincidentes – isso, além de garantir um número total de casos maior, permite a contraposição mais direta dessas hipóteses explicativas das decisões judiciais, uma vez que elimina o viés de possível histórico criminal dos adolescentes.

Num primeiro momento, a análise é realizada para todo o estado de São Paulo, conforme as próprias características populacionais a respeito das quais a amostra em questão busca fazer inferência. Em seguida, em parte por conta dos resultados encontrados, em parte para garantir e real *integração* metodológica e a explicação por

⁹²Versões preliminares desta seção foram discutidas no 38º e no 39º Encontros Anuais da AN-POCS (cf. Oliveira, 2015c; Oliveira e Alvares, 2014).

mecanismos, essas hipóteses são testadas especificamente no caso do município de São Paulo – com exceção da hipótese da manutenção organizacional, evidentemente.

Proporcionalidade entre infração e medida

A primeira hipótese a ser testada é aquela que afirma que a gravidade da infração é o melhor preditor da aplicação da medida socioeducativa de internação. Quanto mais grave a infração, maior a probabilidade de internação. Considerando as categorias agregadas da variável ‘*ato infracional*’, pode-se dizer que, para que essa hipótese seja confirmada⁹³, espera-se que as infrações ‘Homicídio e outros crimes contra a vida’ e ‘Roubo’ – estratos que melhor representam a noção de ‘atos infracionais cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa’ – indiquem coeficientes positivos e estatisticamente significantes, de modo que substantivamente demonstrem algum efeito isolado sobre o aumento da probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação. Ainda mais importante do que a significância, no entanto, para que essa hipótese seja confirmada, espera-se que os valores dos coeficientes estimados se mantenham constantes independentemente do acréscimo de variáveis – o modelo bivariado seria igual (dentro do intervalo de confiança) a quaisquer modelos multivariados.

Essa expectativa se dá pela justificativa de que, se de fato é a gravidade do ato infracional um preditor isolado da decisão judicial, seu efeito não sofreria ‘interferências’ de outras variáveis. Alterações significativas nos coeficientes estimados no modelo bivariado quando incluídas outras variáveis indicariam algum tipo de associação entre as covariáveis – ou seja, indicaria, no mínimo, que outras dimensões para além da gravidade dos crimes atribuídos aos adolescentes são levadas em consideração no momento de aplicação da medida socioeducativa de internação. Se não a rejeição, isso indicaria ao menos algum tipo de relativização e recontextualização da hipótese em tela.

Por outro lado, a manutenção da significância estatística, dos sinais dos coeficientes e da distribuição ordenada, dentre as categorias de atos infracionais, dos estimadores indicaria que se tem um efeito isolado e bastante robusto da gravidade do crime sobre a decisão judicial. A constância dessas dimensões citadas, mesmo com a inclusão de covariáveis, contribuiria para a confirmação da hipótese jurídico-oficial,

⁹³Rigorosamente, para que a hipótese nula de que a gravidade não prevê a decisão seja rejeitada.

qual seja, a gravidade dos atos infracionais é um preditor da aplicação da medida socioeducativa de internação.

A Figura 13 apresenta um gráfico com os coeficientes do modelo bivariado estimado. Tendo a aplicação da medida socioeducativa de internação como variável dependente e as categorias já descritas de ato infracional como variável explicativa – sendo ‘*drogas*’ a categoria de referência –, o modelo em questão não incluiu variáveis de controle. No eixo das ordenadas, o gráfico representa os coeficientes dos modelos, ao passo que o eixo das abscissas configura as categorias de atos infracionais. As barras representadas no gráfico dizem respeito aos intervalos de confiança de cada um dos coeficientes estimados a 95% – se os intervalos de confiança ultrapassarem a linha vermelha, os coeficientes estimados não são estatisticamente significantes. As flechas azuis, por sua vez, indicam a razão de chance estimada para aquela infração – ou seja, quanto aumenta a chance de um adolescente receber a medida de internação caso tenha cometido aquele ato em relação aos jovens cujos prontuários foram abertos devido a acusações ligadas às drogas. O modelo em tela teve um $n = 1448$ casos⁹⁴.

Conforme previsto pela primeira hipótese, os atos infracionais ‘Roubo’ e ‘Homicídios e outros crimes contra a vida’ são os únicos que apresentam significância estatística a 95% (além do *Intercept*, evidentemente). Para além disso, suas estimativas são substantivamente significativas. Adolescentes acusados de terem cometido a infração Roubo literalmente dobram suas chances de receber a medida socioeducativa de internação (em relação aos jovens acusados de crimes envolvendo drogas): sua razão de chance é igual a 1,99. No mesmo sentido, adolescentes acusados de homicídio e outros crimes contra a vida, por sua vez, aumentam em 5 vezes sua chance de internação. Infrações como furto e *menorismos*, por outro lado, não têm qualquer efeito sobre essa decisão judicial.

Os resultados desse modelo bivariado contribuem fortemente para a hipótese de que os operadores decidem as medidas a serem aplicadas aos adolescentes, e particularmente a medida socioeducativa de internação, baseando-se em um ideal de proporcionalidade entre crime e pena. Se o ato infracional for tão grave quanto os crimes de roubo, homicídio e outros contra a vida, o adolescente deve ser internado; se, por outro lado, a infração for menos grave, da ordem de ações como furto, tráfico ou uso de drogas, alguma outra medida deve ser aplicada que não a medida de

⁹⁴A tabela com os detalhes desse e de outros modelos de regressão estão no *Apêndice 2* (seção 10.3).

Figura 13: Coeficientes e razões de chance do modelo de regressão bivariado

internação.

Entretanto, o modelo apresentado, a despeito de sua importância em um primeiro momento, é enviesado. Conforme apontado na Figura 4, no capítulo anterior, há outros fatores possivelmente associados à decisão judicial e também ao ato infracional – ou melhor, à probabilidade de certo adolescente ser capturado pelo sistema de justiça juvenil. Nesse sentido, para que a hipótese de proporcionalidade entre ato infracional e aplicação da medida socioeducativa de internação seja de fato confirmada, os coeficientes apresentados nesse modelo bivariado devem se manter cons-

tantes, dentro do intervalo de confiança, em outros cenários multivariados. Não foi o que se verificou no modelo múltiplo, conforme se vê na Tabela 1.

Tabela 1: Modelos de regressão logística: inclusão de covariáveis

Decisão Judicial / Ato Infracional (referência: drogas)	Modelo 1 Coeficiente (s.e.)	Modelo 2 Coeficiente (s.e.)	Modelo 3 Coeficiente (s.e.)	Modelo 4 Coeficiente (s.e.)	Modelo 5 Coeficiente (s.e.)	Modelo 6 Coeficiente (s.e.)
Furto e outros crimes contra a propriedade	-0.25 (0.26)	0.53 (0.3)	0.55 (0.3)	0.48 (0.31)	0.53 (0.31)	0.55 (0.32)
Homicídio e outros crimes contra a vida	1.59 (0.27)	2.03 (0.33)	2.1 (0.34)	2.1 (0.34)	2.25 (0.36)	2.21 (0.36)
Menorismos	-16.6 (429.1)	-15.39 (407.164)	-15.41 (407.12)	-15.2 (400.1)	-15.23 (392.51)	-15.48 (392)
Outros atos infracionais	-0.42 (0.25)	0.43 (0.37)	0.47 (0.34)	0.44 (0.35)	0.67 (0.36)	0.67 (0.36)
Roubo	0.68 (0.2)	1.2 (0.23)	1.26 (0.23)	1.2 (0.24)	1.36 (0.25)	1.34 (0.24)
<i>Inclusão de covariáveis</i>						
Ano e local	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Uso de drogas	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Cor e sexo	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Referências à família	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Ocupação	Não	Não	Não	Não	Não	Sim

A Tabela 1, com os modelos de regressão logística incluindo as covariáveis passo a passo, permite algumas conclusões interessantes. Os coeficientes não se mantêm constantes em relação ao cenário bivariado, o que consiste em uma evidência contrária à hipótese da proporcionalidade. No entanto, os atos infracionais ‘Homicídio e outros crimes contra a vida’ e ‘Roubo’ permanecem estatística e substantivamente significantes em todos os cenários – ou seja, de fatos essas infrações são fortes previsoras da aplicação da medida socioeducativa de internação. Além disso, o ordenamento dos coeficientes de cada categoria de ‘ato infracional’ permanece inalterado⁹⁵, além de sua dinâmica – em termos de crescimento e queda – configurar grande similaridade entre todos os crimes estudados. O gráfico da Figura 14 permite visualizar esse fenômeno.

O acréscimo das variáveis relacionadas ao contexto do ato infracional, ano e local de ocorrência – que são, também, componentes da hipótese organizacional, conforme a Figura 4 indica –, altera profundamente os coeficientes estimados no

⁹⁵Na verdade, há uma troca entre ‘Outras infrações’ e ‘Furto e outros crimes contra a propriedade’, mas o argumento central se mantém.

Figura 14: Modelos de regressão logística: inclusão de covariáveis

96

modelo bivariado. Em todas as categorias de ato infracional, vê-se um significativo acréscimo do primeiro para o segundo modelo – o que significa que o ano e o local de ocorrência das infrações exercem algum efeito sobre as decisões judiciais de aplicação da medida socioeducativa de internação. O acréscimo da variável ‘Uso de drogas’, que mensura o julgamento que se faz do adolescente em relação à sua classificação de usuário de drogas, também altera bastante os coeficientes estimados: novamente, se vê um aumento geral nos valores dos coeficientes do modelo 2 para o modelo 3, ainda que mais suave. A inclusão das dimensões de cor e sexo atribuídos aos adolescentes

mantêm os coeficientes constantes, ou mesmo evidenciam uma queda não abrupta nos valores estimados. Do Modelo 4 para o Modelo 5, quando são acrescentadas as referências à família de cada jovem, novamente se vê uma tendência de aumento nos coeficientes, a que se segue uma manutenção dos valores ao acrescentar a ocupação dos adolescentes no Modelo 6. Esses momentos evidenciam outros fatores que têm efeitos sobre a decisão judicial e que estariam correlacionados com o ato infracional. Nesse sentido, tem-se embasamento para, ao menos parcialmente, rejeitar a hipótese de um ideal de proporcionalidade entre infração e aplicação de medida.

A análise a ser feita em relação aos resultados obtidos, até o momento, permite confirmar a hipótese jurídico-oficial: de fato os atos infracionais considerados mais graves e cometidos com violência são os melhores preditores da aplicação da medida socioeducativa de internação, cenário que se mantém, até certo ponto, inalterado mesmo com o acréscimo de variáveis de controle. Entretanto, a não-constância dos coeficientes estimados, com a inclusão de covariáveis, permite concluir que há outros fatores interferindo nas decisões judiciais.

Assim, tem-se uma situação, bastante comum na literatura especializada, em que não fica clara a rejeição ou a aceitação dessa hipótese. Tem-se uma situação em que as características individuais como cor, sexo e referências à família não alteram *tanto* as estimativas do efeito do ato infracional sobre a decisão, tal qual previa a hipótese de proporcionalidade – isso fica particularmente evidente analisando os boxplots da Figura 15, com as probabilidades preditas por ato infracional também em segundas e terceiras entradas⁹⁷; por outro lado, o julgamento dos operadores relativo ao uso de drogas por parte dos adolescentes parece ter bastante efeito sobre a aplicação da medida – e, evidentemente, trata-se de um julgamento a nível pessoal que em nada refletiria qualquer medida de gravidade do crime. Por fim, o grande efeito que a ocupação do jovem parece ter contribui para a hipótese de que, na verdade, as características individuais ligadas ao status é que melhor preveem a decisão judicial.

⁹⁷Quando de sua primeira passagem pelo sistema de justiça juvenil, vê-se que adolescentes acusados de homicídio e outros crimes contra a vida e roubo são aqueles que apresentam maior probabilidade de recebimento da aplicação da medida socioeducativa de internação – nos dois casos, sem *outliers* (representados pelos pontos vermelhos do gráfico). Vê-se ainda que os jovens acusados de furto e outros crimes contra a propriedade e outros atos infracionais têm pouca probabilidade de serem internados, abaixo dos 25%; entretanto, essas duas categorias criminais apresentam um considerável número de *outliers* com alta probabilidade de recebimento dessa punição.

Figura 15: Probabilidades previstas de aplicação da medida de internação

Para buscar maior compreensão, assim, desse fenômeno complexo – cuja explicação aparenta consistir em algum tipo de interação entre as hipóteses testadas –,

passa-se agora ao teste da hipótese substantivo-política, que prevê uma maior probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação para adolescentes de determinadas características sociais, como usuários de drogas, não-brancos e que não estudam nem trabalham.

Características individuais

Para testar a hipótese substantivo-política, a ideia é estimar o efeito de algumas características ligadas ao adolescente em conflito com a lei independentemente das características do ato infracional cometido. Como o objetivo aqui é investigar algum tipo de influência de aspectos estruturais no processo decisório, as dimensões que melhor permitem o real teste dessa hipótese são aquelas que, de alguma forma, que claramente demonstram a posição relativa daquele adolescente na estratificação social. Nesse sentido, a cor atribuída aos jovens pelos delegados da Polícia Civil (ou pelo funcionário que preencheu o boletim de ocorrência) e a constatação de ocupação dos adolescentes são medidas que permitem esse teste: a hipótese prevê que jovens não-brancos e que não estudam nem trabalham tenham maior probabilidade de receber a medida socioeducativa de internação no mesmo cenário multivariado apresentado acima.

Mas para além das dimensões que permitem localizar a posição relativa do adolescente na estratificação social, particularmente problematizando as relações raciais e de classe na sociedade paulista contemporânea, há outras dimensões também relacionadas às características individuais dos jovens em conflito com a lei que fazem com que a probabilidade de internação aumente, segundo prevê a hipótese substantivo-política. Trata-se de uma espécie de julgamento moral por parte dos operadores do Direito contra os adolescentes, isto é, caso juízes e promotores identifiquem que aqueles adolescentes não seguem as normas sociais conforme convencionalmente se espera, a punição a eles pode ser mais severa – e isso se integra à hipótese substantivo-política pela premissa de que se trata também de *mecanismos situacionais* (Coleman, 1998), conforme explicado na seção 3.3. Esse julgamento moral fica particularmente explícito no registro dos adolescentes como ‘usuários de drogas’ ou não, conforme discutido.

Assim, a hipótese substantivo-política é testada aqui com três variáveis explicativas principais: espera-se que adolescentes não-brancos, que não estudam nem

trabalham e que sejam considerados usuários de drogas tenham maior probabilidade de receber a medida socioeducativa de internação mesmo no cenário multivariado. Os resultados podem ser conferidos na Tabela 2⁹⁸.

Tabela 2: Teste da hipótese substantivo-política

Decisão judicial/ TRATAMENTO:	MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA			
	Medidas de internação em primeira entrada			
	COEFICIENTE	RAZÃO DE CHANCE	(S.E.)	VALOR P
<i>Usuário de drogas</i> (ref: não-usuários)	0.37	1.45	(0.16)	0.02
<i>Branços</i> (ref: não-brancos)	-0.36	0.69	(0.15)	0.01
<i>Não estuda nem trabalha</i> (ref: só estuda)	0.51	1.66	(0.22)	0.02

Os resultados do modelo de regressão logística indicam um processo decisório na justiça juvenil tal qual previsto pela hipótese substantivo-política. Mesmo com todas as variáveis de controle incluídas, vê-se que adolescentes usuários de drogas aumentam em 45% sua chance de internação em relação aos não-usuários, adolescentes brancos diminuem em 69% sua chance de internação em relação aos não-brancos e adolescentes que não estudam nem trabalham aumentam em 66% sua chance de internação em relação àqueles que só estudam. Isso tudo considerando todo o cenário constante, isto é, mesmo que se estivesse considerando o mesmo ato infracional, no mesmo ano e no mesmo local, tais características individuais promovem essa alteração na probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação.

A Tabela 2 permite, assim, concluir que existem influências de aspectos estruturais sobre a tomada de decisões dos juízes e dos promotores de justiça. Relações raciais e de classe e julgamentos morais a partir do pertencimento às convenções sociais são, consciente ou inconscientemente, levadas em consideração e alteram a chance de dado adolescente receber a medida socioeducativa de internação. Isto é, fatores associados ao ordenamento social mais amplo, às relações de poder da soci-

⁹⁸A variável ‘Ocupação’ possui outras categorias cujos coeficientes não foram reportadas nesta tabela. Para ‘Trabalha’: *coef* = 0.36; *s.e.* = 0.19; *p* = 0.06. Para ‘Sem informações’: *coef* = 0.69; *s.e.* = 0.32; *p* = 0.03. A tabela completa com os resultados desse modelo pode ser consultada no Apêndice 2, seção 10.3.

idade e à sua própria estratificação se fazem presente mesmo nas decisões judiciais em primeira instância das Varas Especiais da Infância e da Juventude de São Paulo.

O que a Tabela 2 não permite concluir é o mecanismo causal dessa relação. Não é possível saber, com os resultados obtidos até aqui, *como* esses fatores relacionados às características individuais e às posições relativas dos adolescentes na estrutura social condicionam as decisões judiciais. Os juízes e promotores conscientemente analisam essas características ao realizarem o julgamento, assim contribuindo para a própria manutenção dessa estrutura social? Ou se trata de aspectos estruturais já internalizados por esses atores nas formas de valores e crenças, de modo que eles acessam esses fatores apenas inconscientemente no momento de tomar suas decisões? Sejam situacionais, formadores de ação ou transformacionais, os *mecanismos* das decisões judiciais não são acessados pelos resultados obtidos.

Além disso, ainda de modo convergente com a literatura especializada, tem-se uma situação que não é substantivamente interpretada de maneira imediata: há subsídios para confirmar tanto a hipótese jurídico-oficial quanto a hipótese substantivo-política. Crimes mais graves são de fato preditores da aplicação da medida socioeducativa de internação, assim como também o são as relações raciais e de classe e o pertencimento às convenções sociais esperadas. A coexistência dessas duas hipóteses ainda não pôde ser explicada pelos resultados encontrados.

Eficiência e hipótese organizacional

A terceira hipótese sugerida literatura especializada consiste na manutenção organizacional. A própria característica dos tribunais – número de casos processados, urbano ou rural – seria um fator preditivo das decisões judiciais. Especificamente no caso do sistema de justiça juvenil no estado de São Paulo entre 1990 e 2006, essa hipótese pode ser testada quando comparadas as varas de julgamento dos casos: varas criminais comuns ou varas especiais da infância e da juventude.

Conforme explicado na seção 5.3, não foi possível obter o tipo de vara em que cada caso foi julgado. A estratégia adotada, então, foi utilizar o município de julgamento do caso como uma *proxy* dessa variável organizacional⁹⁹ – isso porque as Varas Especiais da Infância e da Juventude no município de São Paulo foram criadas

⁹⁹A diferença que o próprio local de julgamento traz pode ser compreendida como o efeito dos contextos organizacionais sobre as decisões judiciais, conforme sugerido e demonstrado por DIXON (1995).

logo após a promulgação do ECA, ao passo que diversos municípios do interior do estado mantêm até os dias de hoje o julgamento de adolescentes em varas criminais comuns. Assim, essa hipótese prevê uma maior probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação para casos julgados em outros municípios que não a capital do estado de São Paulo.

Figura 16: Probabilidades previstas de aplicação da medida de internação por local

Analisando as probabilidades estimadas pelo modelo logístico de primeira entrada, vê-se diferenças consideráveis entre os locais de ocorrência dos atos infracionais. O gráfico da Figura 16, evidentemente, não mede o efeito isolado do local sobre a decisão judicial, mas já permite algumas análises exploratórias. Nas primeiras entradas, fica claro que os casos julgados na capital se concentram bastante nas faixas de pouca probabilidade de internação, ao passo os casos julgados no interior, no litoral e na região metropolitana, ao contrário, indicam maior densidade nas faixas

de probabilidade acima de 50%. O efeito do local sobre a chance de internação fica evidente nos próprios coeficientes dessa variável no modelo multivariado ¹⁰⁰, com a capital tendo apenas 10%¹⁰¹ da chance de internação do restante dos municípios – resultado substantiva e estatisticamente significativa.

Essa forte diferença nos padrões das decisões judiciais entre a capital e o restante do estado de SP pode ser um indício da hipótese organizacional – dadas as diferenças nos fluxos da justiça juvenil dessas regiões, os resultados finais seriam diferentes. Não há, entretanto, variáveis processuais o suficiente no presente banco de dados para testar essa hipótese. Uma outra hipótese explicativa desse fenômeno, entretanto, diz respeito à possibilidade de diferentes tipos de *proporcionalidade* nesses locais. É possível, por exemplo, que a capital só aplique a medida de internação para determinadas infrações, enquanto os outros locais apliquem para outros atos também. Por esse motivo, e especialmente para garantir a integração metodológica discutida na seção 5.1, a amostra aqui analisada foi dividida em dois grupos: capital do estado e restante dos municípios. Evidentemente os resultados serão comparados, mas com maior foco para os resultados obtidos a respeito da cidade de São Paulo.

ANÁLISE MULTIVARIADA: MUNICÍPIO DE SP

COMO SE PÔDE observar na seção anterior, o local de julgamento altera consideravelmente a probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação: casos julgados no município de São Paulo apontam uma chance de internação bastante pequena quando comparada com a dos outros municípios. Isso contribui para a hipótese da manutenção organizacional, uma vez que que o fórum da capital configura uma justiça especializada desde o início da década de 1990, ao passo que no interior e no litoral há varas criminais comuns julgando adolescentes até os dias de hoje.

No entanto, essa diferença abre uma outra possibilidade de pesquisa bastante interessante. Se forem analisados apenas os casos julgados no município de São Paulo, é possível isolar a probabilidade de internação do efeito organizacional. Ora, se se compara apenas casos julgados num mesmo tribunal, não há variação da estrutura

¹⁰⁰Trata-se do mesmo modelo (Modelo 6) discutido até agora.

¹⁰¹O coeficiente estimado foi -2.28 , com $p < 0.001$, o que corresponde a uma razão de chance igual a 0.1.

organizacional que permita alterar as decisões judiciais; assim, trata-se de um cenário ideal para a contraposição das duas outras hipóteses – jurídico-oficial e substantivo-política – sem qualquer ‘interferência’ do tipo de vara em que se está julgando. Considerando ainda a integração metodológica feita exatamente nesse cenário (da cidade de São Paulo), chega-se ainda a uma explicação por mecanismos bastante detalhada.

Proporcionalidade entre infração e medida

Para testar a hipótese jurídico-oficial especificamente para o município de São Paulo, a estratégia adotada foi semelhante à adotada anteriormente: foram estimados modelos logísticos tendo a aplicação da medida socioeducativa de internação como variável dependente e o conjunto de atos infracionais como variável explicativa, adicionando as covariáveis passo a passo. A única diferença reside no fator comparativo. Essa mesma estratégia também foi realizada para o universo de municípios do estado que não a capital de São Paulo: com isso, pode-se ter uma dimensão da magnitude substantiva da proporcionalidade entre infração e medida nos dois cenários. Os coeficientes estimados em cada um desses modelos podem ser conferidos na Figura 17.

Vê-se que, no município de São Paulo, há uma proporcionalidade entre gravidade do ato infracional e aplicação da medida socioeducativa de internação mais claramente definida. Os coeficientes estimados em cada um dos seis modelos configuram maior estabilidade mesmo com o acréscimo de covariáveis – o primeiro gráfico da Figura 17 não é muito distante do que seria um gráfico ideal que apresentasse quatro linhas bem separadas entre si e paralelas ao eixo das abcissas. É particularmente notável que ‘Homicídio e outros crimes contra a vida’ e ‘Roubo’ apresentem coeficientes bastante altos, acima de 2.00 – isto é, uma razão de chance acima de 100% em todos os cenários. Isso por um lado. E por outro, ‘Furto e outros crimes contra a propriedade’ configura coeficientes negativos, o que evidencia que esse tipo de ato infracional não possui um efeito positivo sobre o aumento da probabilidade de aplicação da medida de internação; assim como ‘Outros atos infracionais’, cujos coeficientes estimados, se não negativos, consistem em valores bastante baixos. É especialmente importante enfatizar que apenas ‘Homicídio e outros crimes contra a vida’ e ‘Roubo’ apresentam significância estatística, com $p < 0.01$ em todos os

Figura 17: Modelos de regressão para município e restante do estado

modelos.

Situação bastante divergente é encontrada no interior e no litoral do estado paulista. Ainda que tenha se mantido constante com o acréscimo de covariáveis, a categoria ‘Homicídio e outros crimes contra a vida’ apresenta coeficientes substancialmente baixos se comparados aos estimados pelo modelo da capital. Isto é, a chance de um adolescente acusado de homicídio receber a medida de internação é menos de duas vezes maior do que um jovem acusado de algum ato infracional relacionado a drogas. Mas esse ainda não é o fator que mais chama atenção na comparação dos dois

gráficos da Figura 17. O que mais chama atenção são os altos coeficientes estimados para os jovens que são acusados de cometimento de ‘Furto e outros crimes contra a propriedade’, mais altos do que aqueles apreendidos por ‘Roubo’. Isso significa que, no interior e no litoral de SP, a probabilidade de receber a medida socioeducativa de internação é maior para um adolescente que furtou do que para um adolescente que roubou. É importante ressaltar que essas três categorias de atos infracionais são estatisticamente significantes em todos os seis cenários estimados.

Os coeficientes dos modelos de regressão logística estimados para a capital e para o restante do estado de SP permitem concluir que o município de São Paulo atua sob a lógica do Direito Penal, privilegiando o princípio de proporcionalidade entre gravidade do ato infracional e probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação. Isso fica evidente quando crimes como homicídio e roubo, considerados violentos, aumentam substancialmente a chance de internação, ao passo que furto e outros crimes não indicam efeito significativo. Somando-se ainda a relativa estabilidade dos coeficientes com o acréscimo das variáveis de controle, é possível afirmar que há indícios fortes para a aceitação da hipótese jurídico-oficial no município de São Paulo. Como o cenário em comparação com restante do estado é bastante divergente, isso ainda poderia explicar os resultados inconclusivos dos modelos estimados para o estado todo.

Antes de concluir que vige na justiça juvenil paulistana uma dinâmica tal qual prevista pela hipótese jurídico-oficial, no entanto, é preciso testar a hipótese substantivo-política. Se essa argumentação estiver correta e essas duas propostas explicativas forem de fato excludentes, ao estimar a probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação, as características individuais como cor e ocupação atribuídas ao adolescente ou o registro sobre uso de drogas não vão apresentar qualquer efeito significativo.

Características individuais

Para testar, assim, a hipótese substantivo-política que se contrapõe à jurídico-oficial, a estratégia adotada foi novamente estimar o efeito de algumas características individuais sobre a probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação no mesmo cenário estimado pela regressão logística multivariada. Se, conforme a seção anterior pareceu evidenciar, vige na capital de São Paulo apenas a lógica criminal de

proporcionalidade entre a gravidade da infração e a chance de internação, qualquer dimensão externa aos fatores estritamente judiciais não apresentará efeitos significantes. Isto é, adolescentes de distintas características creditariam exclusivamente ao ato infracional cometido a previsibilidade de sua medida socioeducativa.

Não foi o resultado encontrado. Isolando apenas os casos do município de São Paulo, adolescentes brancos diminuem sua chance de internação em 63% ($coef = -0.46$ e $p < 0.05$) mesmo considerando constante o restante do cenário, o que indica um fator racial influente nas decisões judiciais; ao mesmo tempo, jovens registrados como usuários de drogas aumentam em 61% sua probabilidade de ser internado ($coef = 0.48$ e $p < 0.01$).

A Figura 18 apresenta os coeficientes de ‘Uso de drogas’, ‘Cor atribuída’ e ‘Sexo’ estimados pelo modelo logístico multivariado tendo a aplicação da medida socioeducativa de internação como variável dependente (e as mesmas covariáveis anteriormente citadas, isto é, ato infracional, ano, referências à família e ocupação). Os coeficientes, dentro de um intervalo de confiança de 95%, são representados pelas barras. As setas azuis, por sua vez, indicam as razões de chance¹⁰² desses coeficientes – como são três variáveis binárias, as categorias de referência são os respectivos inversos: usuários em relação a não-usuários; brancos em relação a não-brancos; e jovens do sexo masculino em relação a jovens do sexo feminino. As três variáveis reportadas apresentam significância estatística.

É possível verificar, na Figura 18, como, de fato, adolescentes registrados como usuários drogas aumentam sua chance de internação em relação aos não usuários, assim como os adolescentes brancos têm menor probabilidade de serem internados do que aqueles não-brancos. Mas a informação mais marcante da Figura é o comportamento da variável ‘Sexo’. Adolescentes do sexo masculino têm sete vezes mais chance de acabarem em uma unidade de internação do que adolescentes do sexo feminino – ainda que em um amplo intervalo de confiança, o resultado é significativo. Esse resultado dialoga diretamente com outros estudos a respeito do viés de gênero na justiça juvenil (MacDonald e Chesney-Lind, 2001). Ainda que o modo não seja consensual entre os locais de estudos – há locais em que se verifica que adolescentes

¹⁰²Conforme discutido, trata-se de e^{coef} , o que representa a chance de um adolescente receber a medida socioeducativa de internação dado que está em uma dada categoria em referência à outra. Isto é, a chance de um jovem branco ser internado em relação a um não-branco, por exemplo. Rigorosamente, apenas a seta de ‘Sexo’ não corresponde à sua razão de chance: de valor igual a 7.45, essa estimação estaria fora dos eixos do gráfico.

Figura 18: Modelos de regressão para o município de São Paulo

do sexo masculino são mais internados, ao passo que em outros, como no Havaí, se vê que as mulheres são tratadas de modo menos brando na fase de aplicação de medidas (MacDonald e Chesney-Lind, 2001) –, é constante a diferenciação de gênero realizada por juízes e promotores dos mais diversos sistemas de justiça juvenil. Mesmo mantendo outros fatores constantes, as características sexuais dos adolescentes alteram a probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação.

Os resultados desse modelo indicam que a dinâmica da justiça juvenil no município de São Paulo convergem com o previsto pela hipótese substantivo-política.

Adolescentes de distintos grupos sociais têm diferentes probabilidades de condenação mesmo mantendo os fatores ligados ao próprio ato infracional constantes. No caso paulistano, em particular, os adolescentes que aparentam ser prejudicados por esse viés de julgamento são aqueles do sexo masculino, não brancos e registrados como usuários de drogas.

Tem-se, pois, novamente uma situação em que ambas as hipóteses – a jurídico-oficial e a substantivo-política – são verificadas. E, nesse caso, de modo ainda mais acentuado, já que a proporcionalidade entre gravidade do ato infracional e probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação é bastante acentuada. Evidentemente, não se esperava chegar a um resultado que indicasse a aceitação de uma hipótese em contraposição à outra. Dada a complexidade das relações e interações sociais envolvidas, é relativamente intuitivo esperar que a dinâmica do sistema de justiça juvenil não configure uma situação excludente, em que ou se decide a partir da gravidade do ato infracional ou a partir das características individuais. O teste de hipóteses, entretanto, deve supor esse efeito isolado, a fim de verificar sua viabilidade¹⁰³, como foi realizado aqui. E os resultados de fato demonstram que o processo decisório na justiça juvenil *realmente* consiste em uma dinâmica de interação entre esses dois fatores mesmo no município de São Paulo.

A questão, então, não é simplesmente a verificação dos determinantes da condenação, mas o ‘como’ desse processo decisório. Os testes das hipóteses e os modelos estimados evidenciam que o sistema de justiça juvenil na cidade de São Paulo atua a partir do princípio de proporcionalidade entre crime e pena ao mesmo tempo em que privilegia determinados grupos sociais em detrimento de outros. O mecanismo desse processo é o que ainda não está evidente. E é em busca desses mecanismos sociais das decisões judiciais que teve início a etapa qualitativa da pesquisa: tomando como premissa as relações encontradas a partir dos modelos logísticos estimados para o caso paulistano, a observação direta no Fórum Brás buscou investigar os links causais ou intencionais que permitem essa espécie de interação entre os fatores concernentes às relações de poder e às características individuais dos adolescentes e os fatores relacionados aos critérios prescritivos mencionados no ECA.

¹⁰³Isto é, a probabilidade da associação encontrada se dar ao acaso.

O ‘como’: mecanismos das decisões judiciais

FINDA A ETAPA quantitativa, passa-se à etapa qualitativa. Conforme descrito anteriormente, trata-se de um desenho misto explicativo, ou seja, o objetivo dessa fase da investigação é explicar os mecanismos dos coeficientes estimados. Mais objetivamente, isso significa que a ideia da pesquisa de campo realizada foi explicar como, nos casos julgados no município de São Paulo, se dá o processo decisório na justiça juvenil – partindo da premissa de que as decisões judiciais seguem um princípio de proporcionalidade entre a gravidade do ato infracional e a aplicação da medida socioeducativa de internação, mas sem deixar de considerar características individuais que reforcem tanto as relações de poder mais amplas inscritas na sociedade quanto o julgamento moral realizado por operadores do Direito, conforme demonstrado anteriormente. O mecanismo de ação de juízes e promotores que explique essa aparente dualidade entre as duas principais hipóteses testadas é o que se buscou na inserção qualitativa.

Esse capítulo está dividido em duas partes. Num primeiro momento, tem-se uma análise mais descritiva da pesquisa de campo em suas diversas etapas, descrição esta que se divide de acordo com as etapas do fluxo do processo decisório na justiça juvenil: primeiramente, é apresentado o fluxo geral de casos e processos no Fórum Brás; em seguida, são descritas algumas situações observadas nas audiências de apresentação; depois disso, as audiências de continuação; por fim, as oitivas informais no Ministério Público e a dinâmica de acordos informais praticada ali. Optou-se por descrever essas observações a partir do fluxo do processo decisório, em vez de uma apresentação contínua ou mesmo de uma descrição que siga a ordem que o próprio adolescente segue na Justiça, pelo modo como o mecanismo do processo decisório foi interpretado – o que ficará mais claro no desenrolar do texto. Em seguida, algumas conclusões são esboçadas no intuito de *explicar os mecanismos* das decisões judiciais: primeiramente, é discutida a centralidade do Ministério Público nessa tomada de decisões; depois disso, é apresentada a ideia das oitivas informais como cerimoniais em um sistema frouxamente ajustado; por fim, discute-se os mecanismos sociais das decisões judiciais no Fórum Brás.

O FÓRUM BRÁS

DURANTE QUATRO MESES, entre abril e agosto de 2014¹⁰⁴, o Fórum Brás foi visitado semanalmente. Trata-se da corte responsável por todos os processos envolvendo adolescentes em conflito com a lei no município de São Paulo. No Fórum, foram observadas as audiências de apresentação – momento em que o juiz decide se vai aplicar a internação provisória ou não –, as audiências de continuação – momento em que o juiz aplica a medida socioeducativa – e as oitivas informais – uma conversa, antes da audiência de apresentação, entre o adolescente e o Promotor de Justiça, quando este decide se vai *representar* (ou seja, acusar formalmente) o jovem –, além da própria dinâmica de funcionamento daquele tribunal. O objetivo dessa ida a campo era investigar o mecanismo de interação entre características ligadas à infração e ao indivíduo réu no momento da decisão judicial.

Tudo que diz respeito ao Direito da Criança e do Adolescente é, segundo o próprio ECA, segredo de Estado. Nesse sentido, não apenas as audiências de apresentação e de continuação e as oitivas informais eram fechadas ao público, mas a própria entrada no Fórum era proibida a pessoas que não estivessem de alguma forma envolvida com os processos em julgamento. Era comum, por exemplo, ver uma fila de pessoas bastante grande à porta do Fórum um pouco antes das 14h – horário de abertura ao ‘público’. Eram pessoas, usualmente familiares de adolescentes em conflito com a lei, que precisavam comprovar que seus filhos estavam sendo julgados antes de entrar no estabelecimento.

Por esse motivo, essa etapa da investigação foi dada como incerta por bastante tempo. Mesmo antes de seu início, alguns contatos foram tentados e em momento algum se obteve sucesso. Até que, por acaso, foi possível estabelecer contato com um juiz, doravante denominado juiz Alessandro¹⁰⁵, da N^a Vara Especial da Infância e da Juventude. O magistrado foi bastante receptivo à ideia da pesquisa e deixou as portas abertas para que audiências de apresentação e de continuação fossem diretamente

¹⁰⁴Há uma diferença temporal significativa aqui, já que a análise quantitativa dizia respeito a dados de até 2006. Apesar de algumas alterações nos manuais sugestivos de decisões judiciais (cf. Brasil, 2006) ou mesmo nas cartas legislativas, é possível pressupor que não houve modificações substantivas nos mecanismos do processo de tomada de decisões por parte de juízes e promotores entre 2006 e 2014.

¹⁰⁵Para preservar suas identidades, as pessoas com quem foi estabelecido contato durante a pesquisa não serão identificadas. Todos os nomes aqui reportados, bem como suas ocupações detalhadas, são fictícios.

observadas.

A influência que os juízes exercem nos funcionários em geral pôde ser inferida rapidamente. Em um primeiro momento, os funcionários abordavam as pessoas com certa desconfiança, como se não houvesse motivos para entrar no Fórum; ao mencionar o nome de algum juiz, no entanto, o tratamento se alterava completamente e as portas eram abertas. Literalmente: cada corredor do Fórum era separado por grossas portas com avisos explícitos de “É proibida a entrada de pessoas não autorizadas”. Somente após a autorização desses funcionários é que era permitida a passagem.

Também é perceptível, ainda como uma primeira impressão geral, o tipo de tratamento oferecido aos adolescentes em conflito com a lei. O Fórum consiste em um casarão antigo de dois andares. No primeiro andar, logo após o local de revista das pessoas que entram no estabelecimento, fica o Ministério Público – outro local com duas portas grossas e avisos explícitos de que a entrada é proibida, além da sala de esperas para o público geral. Subindo a escadaria, tem-se o acesso às Varas Especiais da Infância e da Juventude (VEIJ) e às varas de execução. Ao chegar ao Fórum, logo após passar o local da revista¹⁰⁶, deve-se seguir em direção às escadas; no entanto, em um dos dias, um segurança rapidamente se aproximou e impediu a passagem, solicitando que se aguardasse atrás de determinado ponto: naquele momento, um funcionário do Fórum estava conduzindo os adolescentes pelas escadas e, por esse motivo, todo o fluxo do Fórum estava interrompido. Os jovens eram conduzidos enfleirados, uniformizados (vestimenta da Fundação CASA), com as mãos para trás, juntas, e a cabeça para baixo; enquanto isso, o restante das pessoas não poderia sequer chegar perto das escadas, como enfatizavam os seguranças. Os adolescentes estavam sendo conduzidos do Ministério Público para o corredor das VEIJ para que fossem julgados, mas o tratamento a eles oferecidos ali evidenciava como o adjetivo ‘infrator’ já fazia parte de suas identidades. Apenas após eles estarem a uma distância considerável, a passagem foi ‘reaberta’ e o fluxo pôde ser reestabelecido – sendo possível, assim, subir as escadas em direção à N^a Vara para conversar com o juiz sem maiores riscos.

O fato de as audiências serem fechadas ao público e consistirem em segredo de Estado é refletido na própria arquitetura das salas em que elas ocorrem. São salas bastante pequenas, contando com: uma mesa central em que se sentam o Promotor

¹⁰⁶Não fui revistado vez alguma, provavelmente por causa da citação do juiz Alessandro no momento de entrada.

de Justiça e o representante da Defensoria Pública; algumas, normalmente três ou quatro, cadeiras ao lado reservadas para familiares do adolescente, cuja entrada é permitida exclusivamente quando o adolescente está depondo; uma cadeira no meio da sala reservada para o adolescente ou para as testemunhas depondo; duas pequenas mesas com computadores reservadas para os dois escrivães; e, enfim, uma mesa maior, com outros dois computadores e em uma espécie de tablado, onde fica o juiz. Não há espaço, nas salas de audiência, para público – as observações aconteceram a partir das mesmas cadeiras em que eventualmente se sentavam os familiares dos adolescentes, o que em si já fornecia certo constrangimento à situação.

As audiências na N^a Vara foram observadas semanalmente. Após algumas semanas, o juiz Alessandro estabeleceu contato também com outro juiz, agora da M^a Vara, que permitiu acompanhar audiências de apresentação e de continuação por ele presididas. De maneira geral, foi possível notar um padrão na rotina dessas VEIJ, o que torna o fato de as outras duas Varas não terem sido observadas (por falta de autorização) menos problemático. Foi estabelecido contato, ainda com cinco dos nove Promotores de Justiça que atuam no Fórum Brás.

O fluxo no Fórum

O fluxo de processos no dia é bastante padronizado nas quatro Varas da Infância e da Juventude de São Paulo. As atividades têm início às 14h, com as audiências de continuação. Essas são audiências agendadas, normalmente com adolescentes que já estão internados provisoriamente há (no máximo) 45 dias, com o objetivo de decidir qual medida socioeducativa será aplicada (ou se o caso será arquivado, por exemplo). As audiências de continuação são as mais demoradas – a moda de sua duração provavelmente seria algo em torno de 10 ou 15 minutos. Nesse momento, o juiz ouve algumas testemunhas – em *todas* as audiências de continuação observadas, a presença do policial militar que acompanhou o caso foi obrigatória – e eventualmente a vítima. O adolescente também participa desse momento, à exceção de quando o depoente solicita sua retirada (situação bastante comum quando se tratava da vítima, mas absolutamente rara no que se refere aos policiais militares).

Após os casos agendados, normalmente algo como cinco casos por dia, por volta das 16h têm início os casos que os funcionários todos do Fórum denominam *grade*. Trata-se das audiências de apresentação dos adolescentes que foram apreendidos pela

Polícia Militar um ou dois dias antes e encaminhados a uma Unidade de Atendimento Inicial (UAI) da Fundação CASA – estão agora no Fórum para sua audiência de apresentação, momento em que o juiz decide, ou não, pela internação provisória e agenda uma audiência de continuação para (algo em torno de) 40 dias depois. Esses casos são mais rápidos, duram por volta de 5 minutos cada um – não foi diretamente observado, mas diversos funcionários informaram que o juiz da P^a Vara, por exemplo, sequer ouve os adolescentes nesse momento, tomando sua decisão a respeito da internação provisória única e exclusivamente a partir dos documentos fornecidos pelo Ministério Público. Os casos da *grade* normalmente vão até por volta das 17h, quando o expediente do Fórum Brás é encerrado.

Essa é a rotina do ‘corredor das Varas’ do Fórum Brás, que fica no segundo andar do casarão. No primeiro andar, tem-se um fluxo diferente: é lá que fica o Ministério Público, contando com nove promotores de justiça encarregados de lidar com os adolescentes em conflito com a lei. Também com entrada rigorosamente controlada, essa divisão do Fórum tem um fator adicional em relação ao segundo andar: a presença de público. Exatamente à frente da porta do Ministério Público, há uma sala de espera relativamente grande e, ao menos nos dias em que houve observação e coleta de dados, completamente lotada. O público que aguardava ansiosamente algum tipo de chamado consistia em dois grandes grupos: adolescentes, sem qualquer vestimenta específica, que receberam notificação judicial para comparecer à oitiva naquele dia, acompanhados de seus familiares; e familiares de jovens que foram pegos por policiais militares (normalmente no dia anterior) e não foram liberados, tendo sido encaminhados a uma UAI da Fundação CASA e, dali, ao Ministério Público para as oitivas informais. Alguns policiais militares faziam o controle do público ali presente. Já na parte de dentro da porta que separava as pessoas cuja entrada era ‘autorizada’, havia uma outra sala com outro policial na frente: ali ficavam, também esperando serem chamados, os adolescentes encaminhados da UAI, todos uniformizados com vestimenta da Fundação CASA.

Dentro do Ministério Público, havia um corredor com diversas salas – cada sala pertencendo a um Promotor de Justiça. Os promotores se dividiam: cada Vara conta com dois profissionais¹⁰⁷, sendo que um deles ficava no próprio Ministério Público realizando as oitivas informais com os adolescentes enquanto o outro estava

¹⁰⁷Com exceção da M^a Vara, para a qual três Promotores trabalhavam, totalizando os nove operadores mencionados.

no segundo andar acompanhando as audiências de continuação e apresentação. Nesse sentido, em todos os dias em que houve coleta de dados, foi possível observar metade das salas desse corredor vazias, uma vez que seus titulares estavam em audiência. Os próprios operadores indicaram que realizavam uma espécie de alternância ao longo da semana, sendo possível afirmar que os nove participavam regularmente tanto das audiências quanto das oitivas.

Diferentemente das salas em que aconteciam as audiências de apresentação e de continuação, as salas no Ministério Público eram menos padronizadas. Em cada uma, a despeito de uma distribuição arquitetônica padronizada, havia uma espécie de toque pessoal do Promotor responsável – mesas mais ou menos desorganizadas, quadros nas paredes, o local da mesa do escrivão. Uma situação parecida com um consultório médico: todos seguem uma distribuição parecida, com os locais reservados ao médico e ao paciente separados por uma mesa, mas cada médico impõe seu estilo ao consultório. Aqui, *idem*. E a distribuição básica das salas dos Promotores de Justiça consiste em uma mesa reservada para o próprio operador, algumas cadeiras à frente (mas não imediatamente à frente, a alguma distância da mesa) reservadas para o adolescente em conflito com a lei e, eventualmente, seus familiares e uma outra mesa, menor e separada da primeira, reservada ao escrivão.

O fluxo no Ministério Público também começava no período vespertino, a partir das 14h. Em todos os dias, quatro dos promotores iam direto para o segundo andar acompanhar as audiências, enquanto os outros cinco ficavam em suas salas realizando oitivas informais. Estas começavam atendendo os adolescentes da *grade*: jovens que cometeram ato infracional um ou dois dias antes e foram apreendidos pelos policiais militares, não liberados na Delegacia e encaminhados à UAI. Esses adolescentes, conforme descrito acima, estavam uniformizados com a vestimenta da Fundação CASA e, por estarem em uma sala isolada, chegavam à oitiva desacompanhados. Quando havia familiares presentes, estes eram chamados e era justamente nesse momento que ocorria o primeiro encontro entre eles, na frente do Promotor de Justiça. Findos os casos da *grade*, o Promotor passava a atender o outro grupo de adolescentes: jovens que, depois da apreensão por policiais militares, foram liberados na Delegacia de Polícia (não tendo sido encaminhados à UAI) e receberam uma data-limite para comparecimento no Ministério Público, a fim de proceder sua oitiva informal – esses adolescentes normalmente compareciam ao Fórum acompanhados de seus familiares e eram diferenciados daqueles da *grade* particularmente por não estarem uniformi-

zados. Ao que se pôde notar, diariamente chegavam a cada Promotor em torno de quatro ou cinco adolescentes na *grade*, enquanto os outros casos não seguiam uma tendência geral – segundo um dos Promotores, havia dias em que nenhum outro jovem chegava, ao passo que eventualmente havia um considerável número de casos.

Audiências de apresentação

As audiências de apresentação têm como objetivo decidir pela internação provisória, não sendo, assim, o momento de interesse final desta pesquisa, qual seja, a decisão sobre aplicação de medida socioeducativa. No entanto, como as tomadas de decisão são aqui tidas como um processo, investigar os mecanismos do processo decisório a respeito também da internação provisória converge com os interesses ligados ao problema de pesquisa. Nesse sentido, a própria coleta de dados via observação direta nesse momento – como nos outros momentos – pressupõe a vigência do ideal de proporcionalidade entre a gravidade do ato infracional e a severidade da decisão, mas com alguma influência de aspectos sociais e estruturais.

As observações das audiências de apresentação tiveram início no dia 04/06/2014, na N^a VEIJ, graças à autorização do juiz Alessandro. Conforme apontado acima, essas audiências tinham início por volta das 16h, após um breve intervalo findos os julgamentos de continuação. Tratam, necessariamente, de casos encaminhados no mesmo dia pelo Promotor de Justiça responsável, após decisão de representar aquele adolescente depois de sua oitiva informal.

No primeiro dia de observação, houve apenas dois casos a serem observados na N^a Vara, os dois vindos da *grade*: ambos os adolescentes chegaram uniformizados, já tendo passado por uma UAI da Fundação CASA. Os dois jovens eram acusados de roubo e a dinâmica das duas audiências foi rigorosamente a mesma. O adolescente foi encaminhado à sala de audiências e sentou-se em um banco posicionado exatamente no meio do recinto, de frente para o juiz; o magistrado, então, lhe perguntou a respeito do ato infracional de que o jovem está sendo acusado: “ô [nome do adolescente], diz aqui que você foi pego roubando uma moto. É verdade isso?”, referindo-se à representação do Ministério Público e ao Boletim de Ocorrência. O adolescente, então, respondeu negativamente à interrogação judicial, afirmando não cometera tal ato; o juiz, então, insistiu: “ah, mas diz aqui que você [lê detalhes do cometimento da infração, conforme descrito na representação]. É mentira isso?” – passando a

mensagem de que não acreditava no acusado, mas nos documentos de acusação. O jovem voltou a afirmar que não cometera qualquer ato infracional. O magistrado, então, agradeceu ao adolescente e lhe pediu para aguardar no corredor, sem lhe informar qual tinha sido sua decisão.

Essa breve conversa, de menos de cinco minutos de duração, foi a audiência de apresentação do primeiro adolescente. Logo que ele saiu da sala, o juiz Alessandro já pediu para que entrasse imediatamente o próximo acusado, dando início à segunda audiência de apresentação. Não foi explicitada para o adolescente, para os operadores, para os escrivães ou mesmo para o pesquisador qual fora a decisão judicial concernente à internação provisória – sequer houve qualquer conversa entre acusação, defesa e magistrado. E a segunda audiência teve início repetindo os mesmos padrões da primeira: o juiz questionou o jovem a respeito da veracidade da acusação, o jovem negou, o juiz então indicou que a representação do Ministério Público e o Boletim de Ocorrência estavam corretos, o adolescente foi retirado da sala e a sessão terminou. Alguns instantes depois, após alguns minutos de silêncio com cada funcionário e operador trabalhando em seu próprio computador, o expediente foi dado por encerrado.

No dia 11/06/2014, uma semana depois, novamente a N^a VEIJ foi cenário de observação. Depois do intervalo após os sete casos agendados de continuação, tiveram início, após às 16h, as audiências de apresentação. Dessa vez, quatro adolescentes foram encaminhados do Ministério Público – e, mais uma vez, todos eles estavam uniformizados, indicando que já haviam passado por uma UAI da Fundação CASA. E novamente, o mesmo padrão observado na semana anterior foi testemunhado: o juiz perguntou a cada adolescente se eles haviam cometido determinado ato infracional tal qual “diz aqui” (apontando para os documentos); alguns jovens confirmavam, outros não, e o magistrado sempre indicava maior crença na documentação oficial. As audiências duravam menos de cinco minutos e nunca ficava explícito qual havia sido a decisão judicial a respeito da internação provisória.

Nas audiências da M^a VEIJ, presididas pelo juiz André, ainda que algumas diferenças sutis na condução do interrogatório pudessem ser verificadas, o mesmo padrão foi encontrado nas audiências de apresentação. Os adolescentes eram encaminhados a uma cadeira no meio da sala, onde se sentavam sempre de frente ao magistrado; a primeira pergunta do juiz, via de regra, consistia numa referência à Representação e ao Boletim de Ocorrência e questionava para o adolescente a veracidade daquelas

afirmações. Em casos de respostas afirmativas, a audiência logo terminava; em casos de respostas negativas, o juiz insistia nas perguntas como se buscasse flagrar o jovem acusado demonstrando insegurança. Isto é, ao menos em termos de percepção subjetiva do pesquisador, tanto o juiz Alessandro quanto o juiz André pareciam tomar os relatos documentados por seus pares (delegados e promotores) como verdade, e as intervenções dos adolescentes em conflito com a lei serviam apenas para indicar se o jovem em questão confessaria o cometimento do ato infracional ou não (o que, por sua vez, seria interpretado como uma espécie de mentira).

Depois, em conversa informal com o juiz Alessandro, ele informou que os casos que *chegam* até esse estágio dificilmente não resultarão em internação provisória – uma vez que os casos que eventualmente poderiam ter outro desfecho nem são representados pelo Ministério Público, sendo o próprio Promotor de Justiça o responsável por esse filtro. Quando o Promotor decide pela representação contra o adolescente e o submete ao juizado, é altamente provável que ao menos a internação provisória seja aplicada. E, de fato, durante os quatro meses em que observações diretas foram realizadas semanalmente no Fórum Brás, não houve um caso sequer de um adolescente não uniformizado em uma audiência de apresentação, por exemplo. Isto é, todos que chegavam até ali já haviam passado por uma UAI da Fundação CASA – e os que não haviam passado, nem chegavam até o juizado – e provavelmente seriam encaminhados a uma Unidade de Internação Provisória (UIP).

É por esse motivo que alguns juízes nem mesmo realizam audiências de apresentação. O titular da P^a VEIJ, por exemplo, decide pela internação provisória sem audiências – ele apenas analisa a representação do Ministério Público e o Boletim de Ocorrência e comunica sua decisão. Evidentemente, trata-se de um caso levado ao extremo, mas que evidencia a importância do papel no processo decisório da justiça juvenil: o vai e vem dos documentos judiciais é central na tomada de decisões dos operadores.

Audiências de continuação

As audiências de continuação são as primeiras a serem julgadas pelos juízes das quatro VEIJ. Consistem, conforme mencionado acima, em audiências agendadas, com adolescentes possivelmente já tendo cumprido o período de internação provisória, e podem contar com a presença tanto de testemunhas quanto de vítimas. Os casos

a serem julgados no dia são estudados pelos operadores antes da audiência – normalmente, segundo informou o juiz André, no período matutino, quando não há expediente no Fórum Brás.

Nos primeiros dias em que houve observação direta na N^a Vara, pôde-se perceber que o expediente se iniciava com a chegada do juiz Alessandro à sala de audiência, normalmente entre 14h e 14h30. Na maior parte dos dias em que houve coleta de dados, todos já estavam na sala antes da chegada do magistrado, mas havia situações em que o Promotor chegava um pouco depois. O funcionário do Fórum Brás chamado Caio, responsável por toda a logística do corredor das Varas, de entrada e saída de cada sala e de condução dos adolescentes em conflito com lei, então informava ao juiz o número de casos agendados para o dia.

Em todos os dias, as audiências tinham início por volta das 14h30. Quando autorizado pelo juiz, Caio encaminhava o primeiro depoente à sala de audiência – no primeiro caso do dia 04/06/2014, o depoente foi a vítima de um roubo a mão armada, uma mulher que relatou a sua perspectiva dos acontecimentos. Todas as perguntas foram realizadas pelo próprio juiz Alessandro – nem o Promotor de Justiça, nem a Defensora Pública interrogaram-na. É importante notar que, até esse momento, o réu adolescente não estava na sala de audiência: apenas após a saída da vítima e a chamada do próximo depoente – o policial militar responsável pela prisão do jovem – é que o adolescente foi encaminhado ao recinto, permanecendo em pé, à porta, enquanto o oficial relatava sua versão. E só foi encaminhado depois que o magistrado perguntou ao depoente se autorizava sua presença ali. Imediatamente após o término do depoimento, o adolescente foi encaminhado por Caio de volta para a sala onde estava, não lhe sendo permitido acompanhar o restante de sua audiência de continuação.

O caso terminou, novamente, sem que ficasse explícito ali qual fora a decisão judicial tomada – não era possível afirmar, apenas assistindo a audiência, se havia sido aplicada a medida socioeducativa de internação ou não. Essa audiência durou cerca de 10 ~ 15 minutos. Logo em seguida, teve início o segundo caso do dia: foi possível observar o juiz pegando a próxima pasta de uma pilha que estava em sua mesa, tendo sido possível deduzir que se tratavam dos casos a serem julgados naquele dia. Caio encaminhou, então, a primeira testemunha a depor, novamente um policial militar. Apenas após seu consentimento, vieram também o adolescente e sua família (que se encontraram ali, na sala, pela primeira vez no dia, ainda que à distância).

No depoimento, o próprio vocabulário utilizado pelo oficial já explicitava a falta de sintonia entre ele e os preceitos doutrinários do ECA: “menores estavam procurando os pedaços de um celular espatifado no chão; a descrição batia, então abordamos” (grifo nosso). Findos os questionamentos, novamente sem intervenções do Promotor de Justiça e da Defensora Pública, o jovem foi retirado da sala. E novamente não foi possível afirmar qual medida socioeducativa fora aplicada.

Os casos de número 3 e 4 foram, segundo aparentou num primeiro momento, ignorados, tendo o juiz passado para o quinto diretamente. Depois, foi possível observar que algumas pastas da pilha de casos do dia tinham um *post-it* colado nelas – e as pastas com esses *post-it* referiam-se aos casos ‘ignorados’, a respeito dos quais não havia julgamento. A discussão sobre esse aspecto é retomada na seção 7.1.5 abaixo, mas é possível afirmar que era uma situação relativamente frequente.

Os dois casos seguintes julgados nesse mesmo dia seguiram exatamente o mesmo padrão dos anteriores. Nem todos todos os casos contavam com a presença de uma vítima, mas nessas situações essas pessoas eram sempre as primeiras a depor – e jamais na presença do adolescente em conflito com a lei. A presença de ao menos um policial militar era obrigatória, bem como seu consentimento em relação à presença do réu e de sua família. Todos os adolescentes observados em audiências de continuação estavam uniformizados com vestimenta da Fundação CASA, o que indica que eles vinham diretamente das UIP para o julgamento.

Ao término das audiências de continuação, ainda antes das audiências de apresentação, houve nesse dia um momento de formalização dos casos julgados. O Promotor de Justiça passou a ditar para um dos escrivães seu próprio depoimento, justificando porque o Ministério Público estava pedindo cada medida socioeducativa. Em seguida, a Defensora Pública fez o mesmo, argumentando que aquela medida não faria sentido. O interessante é que, nesses depoimentos, as próprias audiências foram completamente ignoradas: os argumentos levantados pelos dois lados diziam respeito sempre às informações documentadas no Boletim de Ocorrência; o único aspecto das audiências eventualmente mencionado pelos operadores era a confissão do adolescente em conflito com a lei.

As audiências de continuação da N^a VEIJ foram observadas ainda por algumas semanas. Exatamente o mesmo padrão descrito acima foi flagrado em todas as situações: adolescentes provindos de uma UIP, falta de clareza em relação às decisões tomadas, ambiente descontraído e informal estabelecido entre magistrado, promotor

e defensora, depoimentos ao final ignorando informações das próprias audiências, questionamentos realizados exclusivamente (com exceções) pelo juiz.

A partir do dia 10/07/2014, as audiências de continuação da M^a VEIJ também foram observadas. E diferentemente das audiências de apresentação, quando um mesmo padrão foi verificado em diferentes Varas, aqui algumas mudanças mais substantivas puderam ser verificadas.

Os casos tinham início com o juiz André lendo em voz alta, para o próprio adolescente em conflito com a lei, as acusações contra ele. Diferentemente do anterior, a percepção subjetiva aqui é que esse magistrado realiza seu interrogatório com alguma desconfiança em relação aos documentos, como se esperasse que o interrogado – seja réu, vítima ou testemunha – não confirmasse aquele relato. Além disso, as perguntas por ele realizadas iam, de alguma maneira, além da mera busca pela confissão de cometimento do ato infracional. Em um dos casos do dia 10/07/2014, o magistrado dirigiu-se ao próprio adolescente: “sua situação é difícil... Vamos ter que ouvir esses policiais. Você é bem novo, mas já tem passagem. Difícil... O que vamos fazer com você?” – a que o jovem, bastante novo, respondeu: “me coloca no abrigo, senhor”.

Outra diferença marcante em relação à N^a VEIJ é o poder de agência da Promotora Simone, responsável pela M^a Vara. Ela dá ordens aos funcionários do Fórum, dirige-se ao Caio no intuito de indicar quando as testemunhas devem entrar, orienta adolescentes, testemunhas e vítimas no sentido de assinar documentos e aguardar do lado de fora. Esse agência da operadora também era perceptível nas situações concretas de julgamento: ela, em algumas situações, fazia perguntas aos depoentes e, ainda que informalmente, estava sempre tentando algum tipo de acordo (conforme será descrito na seção 7.1.5).

A despeito das diferenças na condução das audiências de continuação na N^a e na M^a Varas, outros aspectos da dinâmica do julgamento foram observados em todos os casos. Absolutamente todos os adolescentes que chegaram à audiência de continuação chegaram uniformizados, isto é, não havia ali adolescentes que não haviam recebido a internação provisória previamente – adolescentes não uniformizados foram flagrados apenas no andar do Ministério Público. O ambiente informal nas salas de audiência, com conversas sobre temas variados e um tratamento cotidiano dos casos por parte dos juízes, dos promotores e dos defensores, também foi um padrão nas duas VEIJ observadas. Por fim, os depoimentos formais da acusação e da defesa também ignoravam detalhes das próprias audiências, focando-se sempre nas referências ao que

estava documentalmente relatado no Boletim de Ocorrência. Além disso, não ficava claro – ainda que os indícios começassem a aparecer – qual fora a decisão judicial do magistrado para cada caso: como ela era apenas oficialmente encaminhada às partes via ofício, telespectadores da audiência (no caso, apenas o pesquisador) não ficavam sabendo do desfecho.

Oitivas informais

Após o juiz Alessandro ter introduzido o Promotor Gutierrez, um dos responsáveis pela N^a VEIJ, a partir do dia 28/06/2014 as observações passaram a se dar também no Ministério Público, particularmente em algumas oitivas informais conduzidas pelos operadores. Nesse dia, evidentemente, apenas a oitiva do Promotor Gutierrez foi observada, mas ele próprio apresentou outros profissionais que autorizaram o acompanhamento de suas oitivas também nas semanas seguintes.

O expediente teve início também por volta das 14h30, com um dos funcionários do Fórum informando ao Promotor o número de casos da *grade*. Antes do início das audiências, o membro do Ministério Público alertou: “olha, a minha 179¹⁰⁸ é diferente, você vai gostar. Eu faço uma oitiva bem completa com os menores. Pego todo o lado social, tenho dados interessantes”.

Quando o funcionário do Fórum encaminhou o primeiro adolescente em conflito com a lei – uniformizado, portanto vindo de uma UAI da Fundação CASA – à sala do Promotor Gutierrez, o jovem se sentou na cadeira que estava na frente da mesa do operador e, cabisbaixo, esperou o início da oitiva. O membro do Ministério Público, então, abriu uma planilha em seu computador com perguntas prontas e espaços em branco para que fossem inseridas as respostas – uma espécie de questionário pronto para ser preenchido. Ele pegou, então, a pasta com os documentos encaminhados pela Delegacia de Polícia e digitou algumas informações na planilha (não foi possível observar, nesse momento, detalhes do que estava sendo digitado); em seguida, passou a fazer perguntas diretas ao adolescente: se estava estudando, em que ano estava, se morava com os pais, se tinha tatuagem, se usava drogas (e quais drogas), renda

¹⁰⁸‘179’ é como todos – funcionários e operadores – se referem às oitivas informais. Trata-se de uma alusão ao artigo 179 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas”.

familiar, entre outras. Conforme o adolescente respondia, ele preenchia sua planilha – foi possível inferir que ele de fato aplicada uma espécie de questionário com os adolescentes que passavam ali. Findas as perguntas, o Promotor informou o adolescente o ato infracional de que o jovem era acusado, perguntando-lhe se aquilo era verdade. Após a resposta afirmativa do agora réu, o Promotor lhe pedia que esperasse do lado de fora, informando-lhe que o próximo contato seria com o juiz – e lhe entregava um documento (foi possível observar que se tratava de uma espécie de ata da oitiva), já impresso e ao lado da (observável) representação também já escrita e impressa, para que o adolescente assinasse. E sem maiores conversas, a oitiva terminou. Em seguida, o Promotor afirmou: “esse aí é bandidão, vai ser preso. Nem vale a pena perder tempo”.

O próximo caso, segundo informou o funcionário do Fórum, não compareceu – tratava-se de um adolescente acusado de roubo e tráfico. O Promotor Gutierrez, então, pegou a pasta com os documentos e preencheu alguns espaços de sua planilha; foi possível concluir, assim, que se tratava de informações associadas ao ato infracional que também faziam parte de seu questionário. Em seguida, ele complementou: “a 179 é um benefício, é um direito do adolescente. Às vezes, a gente ouve o menino e dá remissão, arquiva... Posso até pedir uma medida mais leve. Agora, já que ele não veio, eu vou ter que representar”.

Em seguida, o funcionário do Fórum informou que não havia mais casos de *grade*, mas que ainda havia um caso a ser atendido e perguntou pela disponibilidade do “doutor” em atendê-lo, que se dispôs. Durante esse tempo, o Promotor Gutierrez explicou que fazia essa pesquisa com o objetivo de investigar o perfil dos “menores infratores”: “tentei convencer colegas aqui a fazerem também, mas ninguém fez... Eu prefiro fazer. Pretendo publicar um livro depois, quando chegar em mais casos. Me interessam particularmente as questões ligadas à *tez*¹⁰⁹ e às tatuagens¹¹⁰”. Enquanto ele explicava isso, as pessoas ligadas ao próximo caso chegaram à sala, encaminhadas pelo funcionário do Fórum.

Eram quatro pessoas, nenhuma delas uniformizada com vestimenta da Fundação CASA: duas adolescentes; uma criança; e uma mulher, identificada como responsável pelo abrigo em que essas meninas estavam. As três meninas haviam se envolvido em

¹⁰⁹Nas oitivas seguintes, foi possível observar o Promotor de Justiça preenchendo a cor (“tez”) dos adolescentes de acordo com sua percepção.

¹¹⁰Em alguns casos, o Promotor tirava fotografias das tatuagens dos adolescentes.

uma briga dentro do abrigo, o que acabou gerando um registro policial no dia. Após a liberação na Delegacia de Polícia, foi emitida uma notificação judicial para que elas comparecessem ao Ministério Público – evidentemente, apenas as duas adolescentes foram notificadas judicialmente. Após preencher seu banco de dados com as duas jovens, o Promotor lhes perguntou o que havia acontecido. A moça responsável pelo abrigo começou a descrever as discussões ocorridas na casa naquele dia, mas foi interrompida pelo Promotor Gutierrez, que, com a voz um tanto exaltada, passou a proferir uma verdadeira lição de moral contra as meninas:

Olha aqui, já deu para entender o que aconteceu. E é o seguinte: isso não vai se repetir, vocês estão entendendo? Dá [sic] uma olhada aqui em volta: esse prédio está cheio de bandidos, não está? E vocês são bandidas? Não, não são! Mas estão se comportando como bandidas. Dessa vez eu vou deixar passar, mas se vocês voltarem para cá mais uma vez só por qualquer motivo, aí eu vou ver que vocês são bandidas mesmo e vocês vão daqui direto presas. Vocês estão entendendo? Eu não acho que vocês querem ir presas, querem? Então aproveita, olhem a moça aí responsável por vocês, olhem o abrigo que vocês tem, aproveitem isso e não me pisem aqui de novo!”

As duas adolescentes assinaram os documentos entregues para cada uma pelo escrivão e se retiraram, bastante chorosas. Em seguida, o Promotor complementou: “isso aqui tem de monte, é um absurdo. A gente dá remissão, mas é absurdo o Fórum ter que ficar lidando com briguinha em escola tendo tanto crime cometido por menor por aí”.

As oitivas do Promotor Gutierrez foram acompanhadas novamente nas duas semanas seguintes. E um mesmo padrão foi novamente observado. Para cada adolescente que passava por sua sala, o mesmo questionário era aplicado no intuito de preencher seu banco de dados. Os casos de *grade*, uniformizados, normalmente (por certo, com exceções) ocorriam de maneira breve, com apenas perguntas diretas do Promotor e a assinatura dos documentos impressos – eram aqueles que o próprio membro de Ministério Público informalmente denominava “bandidões”. Já os outros casos, de adolescentes que iam ao Fórum por notificação judicial e lá chegavam não uniformizados, normalmente se referiam a atos infracionais de menor gravidade, eventualmente nem de crimes propriamente ditos se tratava – essas oitivas eram mais longas, já que com frequência eram seguidas de uma *dura* do Promotor, uma espécie de lição de moral¹¹¹.

¹¹¹Situação bastante semelhante à descrita por MIRAGLIA (2005).

A partir do dia 03/09/2014, depois de mediações do próprio Promotor Gutierrez, oitivas de outros operadores passaram a ser observadas. Nesse dia em particular, houve o acompanhamento das oitivas presididas pela Promotora Louise, da O^a Vara Especial da Infância e da Juventude. Logo que foi estabelecido o contato, ela adiantou: “minhas oitivas são diferentes das do Dr. [Gutierrez]. Fico mais centrada no ato infracional mesmo, a parte social eu pego pelo processo”. O funcionário do Fórum Brás encaminhou à sala o primeiro adolescente em conflito com a lei do dia, uniformizado com a vestimenta da Fundação CASA. Após o jovem, acompanhado de sua mãe, se sentar, teve início o seguinte diálogo:

Promotora: Você é o José?
Adolescente: Sim, senhora.
P: Quantos anos?
A: 14.
P: Senhora [referindo-se à mãe], como ele é em casa?
Mãe: Ah, ele foge muito. A gente tenta, mas ele só foge. Até internamos ele no privado, depois no público, mas ele continua fugindo.
(...)
P: José, quais drogas você está usando?
A: Maconha e lança
P: E você está indo para a escola?
A: Não
P: Desde quando?
A: Ano passado
P: Esse ano você não foi?
A: Não
P: Estamos em setembro e você não pisou na escola?
A: Não

Em seguida, a Promotora Louise passou a se dirigir à mãe do adolescente, aumentando o tom de sua voz:

P: Como assim ele não foi para a escola?!
M: Nós não conseguimos convenc...
P: Ah, não convenceram?!
M: Não, senhora. A gente trabalha fora e...
P: Eu também trabalho fora, meu marido trabalha fora, mas você acha que meus filhos não vão para a escola? Meus filhos vão todo os dias e eu garanto isso! Eles não ficam por aí vendendo drogas e vem parar aqui! Ou seja, o problema não é trabalhar fora, não é mesmo?!

M: ...

Findo esse diálogo, a Promotora Louise explicou que, por conta da pouca idade, da baixa gravidade do ato infracional e por ser a primeira passagem do adolescente

no Fórum, faria a representação contra o jovem pedindo a medida socioeducativa de Liberdade Assistida juntamente com um tratamento por drogadição. Conforme havia se verificado nas oitivas do Promotor Gutierrez, aparentemente as conversas mais duras e as broncas se reservam aos casos em que a sugestão de medida socioeducativa do Ministério Público é mais branda – nos casos de pedido de internação, por exemplo, as oitivas são mais breves e a severidade do tratamento é dado exclusivamente pela própria decisão de internar o adolescente.

Outro caso da Promotora Louise que merece ser descrito aconteceu na semana seguinte, no dia 10/09/2014. Logo no início do expediente, a Promotora estava explicando por que pediria a medida de internação para aquele próximo caso, já que se tratava de um jovem reincidente por tráfico de drogas. Antes da chegada do adolescente, no entanto, o funcionário do Fórum Brás se dirigiu à sala e comunicou que o menino já estava ali, “veio com a mãe, mas ela desmaiou no corredor está sentada aqui”. Após esse susto inicial, entraram na sala da Promotora a mãe – ainda chorando muito e visivelmente abalada pelo contexto – e o próprio adolescente – uniformizado, vindo direto de uma UAI, e muito jovem, possivelmente em torno dos 12 ~ 13 anos.

O contexto pareceu – evidentemente, segundo as percepções subjetivas de campo – surpreender e, de alguma forma, abalar a Promotora Louise, que tentava acalmar a mãe a todo mundo. No início dos questionamentos, ressaltou ao adolescente: “você está em uma família tão boa, tem uma mãe tão preocupada com você... Tem certeza de que essa vida no tráfico realmente vale a pena?”. Depois de mais algumas perguntas e bastante conversa, ela passou a digitar em seu computador por algum tempo, dizendo: “olha, vamos fazer o seguinte. Vou recomendar aqui uma Liberdade Assistida, mas você tem que saber que se houver uma próxima vez aqui no Fórum, vai ser internação direto” – em seguida, imprimiu um documento e entregou ao jovem para que ele assinasse. Foi a primeira vez que o próprio representante do Ministério Público pareceu digitar e imprimir um documento, além de claramente ter alterado sua decisão de sugerir a medida socioeducativa de internação, como havia mencionado.

Já na outra semana, no dia 17/09/2014, foram observadas as oitivas informais da Promotora Bruna, também da O^a Vara da Infância e da Juventude – nesse dia, a promotora Louise estava em audiência. Ainda que a observação tenha se iniciado por volta das 14h, a Promotora Bruna só chegou à sua sala por volta das 14h30. Durante

esse tempo, uma informação bastante importante pôde ser obtida pelo escrivão Max, titular dessa sala:

“Ah sim, a gente sempre deixa as representações de todos os casos do dia prontas já. No começo, quando ainda tá aprendendo, a gente até conversa mais com a doutora, com o doutor, pra ter certeza; mas depois de um tempo, a gente já vai direto. Por exemplo, hoje, esse primeiro aqui foi roubo à mão armada, então já é internação direto; aí tem esse segundo que foi furto, então a gente vai pedir LA; aí o terceiro é desacato à autoridade, então vai ser PSC¹¹². Aí já deixo tudo pronto para, depois que a oitiva terminar, a representação já está ali e pode ser encaminhada lá para cima [para o segundo andar, referindo-se às VEIJ]”.

Isto é, o escrivão Max afirmou com todas as letras algo que já vinha sendo desconfiado: as decisões dos Promotores de Justiça não são tomadas após as oitivas informais, mas são tidas *a priori*. É apenas a informação dos documentos, no Boletim de Ocorrência e no relato policial, que é levada em consideração no processo de tomada de decisões – e as oitivas informais começam com a representação contra o adolescente já tendo sido escrita. Evidentemente, essa informação compartilhada pelo escrivão Max poderia apresentar exceções e casos específicos, mas a simples constatação de que essa é uma prática comum no Fórum Brás já traz bastante relevância.

Acordos e post-its

Um último aspecto a ser mencionado no âmbito das descrições das observações diretas no Fórum Brás diz respeito à informalidade e o modo como os acordos eram feitos. Como se trata de uma característica que perpassa todo o fluxo do processo de julgamento – das oitivas informais às audiências de continuação –, optou-se por tratar desse tema em um tópico próprio, em vez de descrever as informalidades em cada um dos tópicos anteriores.

Conforme descrito anteriormente – tanto na seção 7.1.3 quando na discussão sobre o trabalho de MIRAGLIA (2005) –, o ambiente no Fórum Brás é bastante informal, distante do que o senso comum esperaria de um ambiente judicial. Em especial, destaca-se o clima descontraído estabelecido entre os Promotores de Justiça

¹¹²‘LA’ diz respeito à medida socioeducativa de Liberdade Assistida, enquanto ‘PSC’ concerne à medida de Prestação de Serviços à Comunidade’.

e os Defensores Públicos. Por mais que sejam adversários no processo, não se tratam como rivais, e sim como colegas trabalho, algo bastante diferente das interações mais conflituosas romantizadas em séries estadunidenses de televisão que tematizam as cortes e os tribunais.

Por exemplo, no dia 04/06/2014, na N^a VEIJ, ainda antes do juiz Alessandro chegar, o Promotor de Justiça perguntou se alguém ali tinha um adaptador de tomada para que ele pudesse conectar seu computador à fonte de energia. A defensora pública, em meio a risadas, respondeu jocosamente que emprestaria seu adaptador em troca de uma LA. No dia 18/06/2014, essa mesma Promotora se despediu do juiz Alessandro e do Promotor Gutierrez, já que aquele era seu último dia naquela função: “a mãe desse adolescente foi a última a gritar comigo que seu filho era inocente”, disse a defensora em meio a muitas risadas dos operadores.

Mas para além do aspecto informal, os acordos entre Ministério Público e Defensoria Pública eram frequentes. No dia 10/07/2014, na M^a VEIJ, por exemplo, a Promotora Simone, em um dos casos, dirigiu-se à defensora pública ali presente: “Doutora, a gente pode parar em advertência. Se for para o debate, eu vou pedir PSC”, com que a defensora concordou. Esse tipo de situação era relativamente comum no Fórum Brás.

Ainda assim, um assunto merece uma menção mais detalhada: os *post-it*'s. Antes do início das audiências de continuação, às vezes no período matutino daquele mesmo dia e às vezes no dia anterior, representantes do Ministério e Público e da Defensoria Pública discutiam os casos a serem julgados e, eventualmente, chegavam a um consenso. Quando isso acontecia, eles informavam ao funcionário Caio, responsável por toda a logística do corredor das VEIJ, qual havia sido o acordo. Caio, então, colava um pequeno adesivo de recados amarelo – um *post-it* – na capa daquele processo judicial, informando qual fora a decisão. Assim, quando o juiz passasse a analisar os processos, ao ver um *post-it* aquele processo já poderia ser ignorado pelo magistrado.

Como o fluxo de casos no município de São Paulo é numeroso, tal situação era encorajada por todos, especialmente pelos juízes – que, com isso, poderiam julgar os outros casos em um tempo mais apropriado, sem precisar atropelar outro processo judicial. Em conversas com os funcionários do Fórum, houve a informação de que essa prática de acordos dessa maneira só acontece na capital, já que nas outras comarcas o fluxo de adolescentes em conflito com a lei é bastante menor.

É interessante ressaltar, por fim, o perfil dos casos que não chegavam a acordo. Em qualquer situação em que o Ministério Público não estiver disposto a abrir mão do pedido da medida socioeducativa de internação, a Defensoria Pública não poderá fazer acordo; em todos os outros casos, era relativamente comum que se chegasse a esse acordo. Isso significa que os casos *de fato* julgados pelos juízes eram aqueles que não conseguiram qualquer tipo de consenso entre acusação e defesa – probabilisticamente, ainda que com exceções, tratava-se justamente dos casos em que a medida de internação era sugerida pelo Promotor de Justiça.

O PROCESSO DECISÓRIO

A SEÇÃO ANTERIOR (7.1) buscou descrever alguns aspectos das observações diretas ocorridas no Fórum Brás entre abril e agosto de 2014. Evidentemente, a coleta de dados a partir de inserções em campo é, por definição, uma atividade bastante complexa: há um mundo de informações disponíveis ao pesquisador, informações essas que não lhe são apresentadas sistematicamente – ao contrário, esses dados lhe são apresentados em meio à enorme complexidade, tal qual o próprio mundo social se caracteriza. Nesse sentido, dada a impossibilidade de coletar *todos* os dados de uma inserção em campo, a escolha de quais dados serão coletados passa, necessariamente, pela subjetividade do investigador – trata-se de uma situação em que fica explícita a problematização de WEBER a respeito de investigar o mundo social estando inserido nesse mundo social, o que impossibilita um objetivismo positivista puro nas Ciências Sociais (Weber, 2001). Assim, a seção anterior buscou descrever quais dados foram coletados durante essas observações – dados esses que eram alguns dentre diversos outros possíveis e disponíveis para o pesquisador.

Conforme discutido anteriormente, o principal critério que orientou a coleta desses dados foi a consideração dos resultados das análises multivariadas como premissa. Isto é, assumindo que o processo decisório na justiça juvenil paulistana segue um princípio de proporcionalidade entre gravidade do ato infracional, mas com diferenciações sociais específicas, a descrição das situações acompanhadas nas audiências de apresentação e de continuação, nas oitivas informais no Ministério Público e nos corredores do Fórum Brás de maneira geral, buscou justamente trazer elementos para que seja possível a análise e a explicação dos mecanismos do processo decisório.

Feitas essas descrições iniciais, esta seção busca trazer algumas interpretações

analíticas desse processo. Três aspectos dos mecanismos do processo de tomada de decisões são discutidos: a centralidade do Ministério Público e dos documentos em todo o julgamento; a interpretação da justiça juvenil como um sistema frouxamente ajustado, dado o mito de participação e oitiva dos adolescentes em conflito com a lei; e, por fim, os mecanismos sociais das decisões judiciais, isto é, a análise de como se dá essa aparente interação entre as duas hipóteses testadas e confirmadas.

Centralidade do Ministério Público no processo decisório

Os relatos descritivos apresentados acima evidenciam o papel central que os documentos exercem em todas as etapas do processo decisório da justiça juvenil em São Paulo. As oitivas informais, por mais diferenças que os vários Promotores de Justiça lhes impusessem, compartilhavam as decisões tomadas *a priori*, com representações escritas antes mesmo do início desses diálogos e sempre fundamentadas nas informações oficiais recebidas pelos relatos policiais – isso ficou particularmente evidenciado a partir da conversa com o escrivão Max, descrita acima.

As audiências de apresentação duravam cerca de cinco minutos e com frequência consistiam no magistrado tomando as informações provindas dos relatos policiais e da representação do Ministério Público como verdadeiras, sendo o adolescente descreditado ao negar essas informações. Também as audiências de continuação, momento em que é decidida a aplicação de medida socioeducativa, conferem demasiada importância aos documentos oficiais: todos os interrogatórios realizados com as testemunhas e vítimas consistem em afirmar ou negar o que já foi oficialmente relatado.

A função do *papel* no processo decisório é, pois, central (conforme será discutido mais detalhadamente na seção 7.2.3 abaixo). Mas em particular evidencia um aspecto importante do fluxo do sistema de justiça: cada etapa do processo está sempre legitimando o processo de tomada de decisões da etapa anterior. Quando o juiz confere à representação contra o adolescente uma função primária no núcleo das decisões, ele está, em verdade, reafirmando as decisões já tomadas anteriormente pelo Promotor de Justiça; e quando o Promotor de Justiça, por sua vez, torna os relatos policiais protagonistas em seu processo de tomada de decisões, o Ministério Público também está reafirmando as decisões já tomadas anteriormente pelos policiais civis da Delegacia de Polícia que lhe encaminharam o Boletim de Ocorrência.

Não integra o escopo da presente investigação a busca do processo decisório em

todas as suas instâncias – possivelmente, o delegado da Polícia Civil também apenas reafirma as decisões tomadas pelos policiais militares que apreenderam os adolescentes em policiamento ostensivo, o que tornaria todo o processo burocrático judicial um grande ritual que legitima decisões tomadas anteriormente. Mas a pesquisa aqui descrita foca no processo decisório no âmbito do Poder Judiciário, isto é, a partir do momento em que o adolescente em conflito com a lei entra em contato com o universo judicial. E o primeiro contato dos jovens é justamente no Ministério Público.

Até onde é possível ‘voltar’ nesta análise, é o Promotor de Justiça o responsável pela centralidade do processo decisório. É dos membros do Ministério Público a decisão sobre representar ou não o adolescente em conflito com a lei, assim como são deles que partem as negociações e os acordos com os defensores públicos. Evidentemente, não se pode afirmar com os dados aqui descritos se a sugestão de medida socioeducativa do Ministério Público é de fato aquela com maior chance de ser aplicada, embora essa tenha sido a percepção de campo – mas se pode afirmar que há um perfil específico de casos que chegam até as mãos do juiz para que ele julgue: adolescentes para quem o Promotor de Justiça pediu a medida de internação. Isso porque ele é responsável pelo controle desse filtro na justiça juvenil: há os casos que nem geram representação, normalmente os menos graves; e os casos encaminhados *via* acordo, normalmente aqueles que terminam em Advertência, Prestação de Serviços à Comunidade ou Liberdade Assistida. Esses dois grupos de adolescentes, por decisão e iniciativa do Ministério Público, não são julgados em audiências de continuação.

Apenas (com exceções, evidentemente) os adolescentes cujos processos devem, de acordo com o Promotor de Justiça responsável, resultar na aplicação de medida socioeducativa de internação são de fato encaminhados até o momento das audiências de continuação. De fato, essas audiências seriam o foco do presente problema de pesquisa – a aplicação da medida socioeducativa de internação –, mas a observação direta no Fórum Brás permitiu a conclusão de que, na verdade, está no Ministério Público – e nas oitivas informais, em particular – o núcleo do processo decisório na justiça juvenil. Foi analisando mais detidamente as oitivas informais que se pôde concluir quais são os mecanismos sociais das decisões judiciais.

Nesse sentido, as análises que seguem nas próximas duas seções dizem respeito exclusivamente ao Ministério Público e às oitivas informais.

Oitivas cerimoniais: justiça juvenil como um sistema frouxamente ajustado

As¹¹³ observações diretas no Fórum Brás apontam para uma característica geral do funcionamento da corte juvenil que é bastante central para a presente análise. Foi possível constatar que há uma regra geral, formal, a respeito de como os casos devem ser processados, seguida por todos os funcionários do Fórum, a qual deriva das próprias prescrições do **Estatuto da Criança e do Adolescente**; e há outras normas, que não são formais nem previstas, mas que também regem o funcionamento do tribunal. A relação entre o formal e o informal é essencial para a compreensão da dinâmica do sistema de justiça juvenil.

Considerando o modo como as representações contra os adolescentes, usualmente, já estão prontas antes mesmo da realização das oitivas informais, é viável supor que na maioria dos casos a decisão concernente à medida socioeducativa sugerida é tomada *aprioristicamente*. E em muitos casos o Promotor de Justiça nem mesmo lê a representação: o escrivão a escreve e a encaminha ao juízo, sem passar pelas mãos ou pelos olhos do membro do Ministério Público. Isso significa que há um conhecimento *tácito*, compartilhado não só pelos operadores, mas pelos funcionários do Fórum, a respeito de qual deve ser a decisão judicial em cada caso. Significa também que as oitivas, enquanto uma conversa informal entre Promotor e adolescente, têm pouco ou nenhum impacto real sobre o processo decisório. Trata-se de uma situação similar à encontrada por BATITUCCI e colegas (2010) no Juizado Especial Criminal do município de Belo Horizonte/MG.

Conforme discutido no capítulo 4, uma das abordagens teórico-metodológicas mais comuns no âmbito da Sociologia das Práticas Judiciais é aquela que advém da teoria organizacional. Partindo do clássico estudo de MEYER & ROWAN (1977), que analisa como organizações formais de fato funcionam em termos de regras institucionalizadas e mitos incorporados, HAGAN e colegas buscaram analisar o sistema de justiça criminal como um sistema frouxamente ajustado: a inclusão dos agentes de *probation* consistiria em um mito de justiça individualizada defendido consensualmente, mas não diretamente aplicado por conta de questões de eficiência (Hagan

¹¹³As discussões inscritas nesta seção foram apresentadas no congresso *Sociology of Law on the Move*, encontro bianual organizado pelo *Research Committee on Sociology of Law of the International Sociological Association*. O *paper* intitulado “Ceremonial Hearings: Juvenile Justice as a Loosely Coupled System” pode ser conferido em (Oliveira, 2015a).

et al., 1979). Nesse mesmo debate, mas já no caso brasileiro, VARGAS e RODRIGUES argumentam que há uma constante desarticulação entre os subsistemas que compõem o sistema de justiça criminal, mas que os *papéis* – os documentos oficiais – desempenham o papel de ajustar frouxamente esses subsistemas, gerando algum tipo de cooperação (Vargas e Rodrigues, 2011).

A conclusão de que também a justiça juvenil paulistana seria um sistema frouxamente ajustado é factível. Os ideais de uma justiça individualizadora – dado que o contexto social deve ser problematizado e levado em consideração – e participativa – dado que os próprios adolescentes têm a oportunidade, nas oitivas, de conversar informalmente sobre a acusação da ato infracional e explicar sua versão ao Promotor de Justiça – são particularmente fortes aqui: juridicamente, crianças e adolescentes são penalmente inimputáveis, aos adolescentes em conflito com a lei sendo destinadas as medidas socioeducativas; essas medidas, inclusive a de internação, seriam pedagógicas, avaliando as necessidades particulares de cada jovem; não há aqui uma matemática penal, isto é, uma prescrição de qual medida aplicar para cada infração, justamente porque os operadores do Direito devem avaliar o contexto social e individual daquele adolescente em particular, aplicando-lhe a medida que melhor convir à situação, independentemente do ato infracional cometido¹¹⁴.

Em especial, a própria formulação das oitivas informais no Ministério Público serve justamente para satisfazer o ideal de uma justiça idealizadora e participativa nos moldes da Doutrina da Proteção Integral. Elas servem, afinal, para que o adolescente em conflito a lei apresente informalmente a sua versão ao Ministério Público em relação ao ato infracional de que está sendo acusado antes da própria decisão e da escrita representação contra ele por parte do Promotor de Justiça. Como declarou o Promotor Gutierrez, descrito acima, “a 179 é um benefício, é um direito do adolescente. Às vezes, a gente ouve o menino e dá remissão, arquiva... Posso até pedir uma medida mais leve”.

Assim, é possível afirmar que há um mito de uma justiça juvenil individualizadora e participativa. E as oitivas informais, nesse sentido, são parte central desse mito, já que consistem no momento em que os adolescentes mais têm participação no processo – participação essa supostamente caracterizada pela informalidade, diferentemente das audiências, quando o jovem já é encaminhado como réu e tem menor

¹¹⁴Conforme discutido anteriormente, à exceção dos atos infracionais cometidos “com violência ou grave ameaça à pessoa”.

oportunidades de fala. No entanto, as descrições apresentadas acima evidenciam que, na verdade, as oitivas informais não promovem essa participação mitificada do adolescente na justiça, tampouco são centrais para o processo de tomadas de decisões do Promotor de Justiça; ao contrário, em uma parcela dos casos observados as decisões já estavam tomadas e as representações já estavam escritas antes do início das oitivas informais. Não foram frequentes os casos em que de fato houve uma conversa informal entre adolescente e Promotor, assim como não foram frequentes os casos em que de fato a perspectiva do adolescente foi levada em consideração. Nesse e nos outros momentos do processo decisório na justiça juvenil, as decisões são tomadas a partir das informações oficiais documentadas – a partir dos papéis. Não há *de fato* qualquer tipo de individualização ou participação.

A respeito da função central exercida pelo inquérito policial na investigação criminal, VARGAS e RODRIGUES comentam:

(...) o inquérito policial desempenha um papel crucial de articulação das atividades dos operadores da fase de investigação policial (que, como vimos, atuam seguindo, alterando ou desviando-se das regras estabelecidas ou criando regras próprias). De um lado, ele permite que a investigação criminal seja apresentada como ela deveria ser e não como foi realizada efetivamente (de forma cerimonial). De outro, restringe e sanciona o comportamento dos operadores, de forma a conseguir algum grau de cooperação e controle das ações realizadas, cooperação esta obtida muito mais por meio de relações construídas a partir de contatos pessoais, do que aquelas decorrentes de comportamentos de rotina padronizados.
(Vargas e Rodrigues, 2011, p. 93)

É possível fazer um paralelo: a mesma importância que o inquérito assume na fase policial, a representação do Ministério do Ministério Público assume na fase judicial – na justiça juvenil, ao menos. Trata-se de um sistema tão desarticulado quanto o outro, ambos frouxamente ajustados por meio de papéis que relatam algo tal qual deveria ser, não como foi – isto é, as representações relatam, em parte, os acontecimentos das oitivas informais e as perspectivas do adolescente. Ao acusar formalmente o adolescente de cometimento de ato infracional depois de ouvi-lo e encaminhar essa acusação às próximas instâncias, obtém-se algum grau de cooperação e articulação entre os subsistemas do Fórum – além do Ministério Público, a Defensoria Pública e o próprio magistrado. A representação, assim, mantém a eficiência do sistema de justiça juvenil

E às oitivas informais, cabe a sustentação do mito de uma justiça individualizada e participativa. A importância da ‘179’ é ressaltada por todos os funcionários do Fórum, operadores ou não, ainda que efetivamente elas tenham pouca eficácia. Nesse sentido, tal qual os agentes de *probation* que HAGAN e colegas analisaram (Hagan et al., 1979), as oitivas informais são cerimoniais. Assumem papel central, nesse sentido, em toda a dinâmica do sistema de justiça juvenil: ocorrem cerimonialmente para sustentar o mito de uma justiça para adolescentes que leve em consideração sua condição de ‘pessoa em desenvolvimento’, conforme prescreve o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, gerando uma representação judicial que garante a eficiência desses sistema frouxamente ajustado.

Mecanismos sociais de decisões judiciais

A interpretação das oitivas informais como cerimoniais em um sistema de justiça juvenil frouxamente ajustado, no entanto, explica apenas parcialmente o problema que se buscou investigar. Como, no âmbito de um desenho de pesquisa misto explicativo, os resultados das análises multivariadas são tomados como premissa, a seção anterior dá conta de explicar os mecanismos da proporcionalidade entre gravidade do ato infracional e probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação; no entanto, falha na explicação dos mecanismos da influência de fatores ligados ao contexto social e individual do adolescente.

A seção 6.3 apontou, precisamente na Figura 17, como vige no município de São Paulo esse princípio de proporcionalidade. A categoria ‘Homicídio e outros crimes contra a vida’ e a categoria ‘Roubo’ estimam, no modelo multivariado, razões de chance superiores a 100% (em referência à categoria ‘Drogas’), ao passo que ‘Outras Infrações’, sem significância estatística, estima coeficientes em torno de 1, enquanto ‘Furto e outros crimes contra a propriedade’ estima coeficientes negativos. O ‘como’ e o ‘porquê’ desses coeficientes agora fica claro.

Se as oitivas informais ocorrem cerimonialmente, no intuito de sustentar o mito de uma justiça individualizada e participativa, mas na verdade as decisões são tomadas aprioristicamente e as representações são escritas antes mesmo do início dessas oitivas, as interações entre adolescente em conflito com a lei e Promotor de Justiça não têm qualquer influência sobre o processo de tomada de decisões. O mesmo pode ser dito em relação às audiências de apresentação e de continuação: ainda que, nesse

caso, as decisões não sejam tomadas *a priori*, elas já partem de um grande filtro gerado pelo Promotor de Justiça; os interrogatórios realizados pelos juízes, de maneira geral, baseavam-se nos relatos dos processos, sempre se referindo aos adolescentes desconfiadamente. E, de maneira geral, houve uma percepção geral de que existe uma tendência de confirmação da sugestão do Ministério Público.

Ora, se as decisões são tomadas a partir da consulta aos documentos oficiais, o que se está analisando nesse processo de tomada de decisões são justamente as características ligadas ao ato infracional. Seja o Boletim de Ocorrência, seja a representação do Ministério Público, esses papéis consistem em documentos oficiais e que trazem os argumentos oficiais que justificam a apreensão do adolescente, no primeiro caso, e o pedido de medida socioeducativa, no segundo; nesse sentido, ali são detalhadas as circunstâncias e as características do ato infracional cometido, bem como é mencionado o histórico criminal do adolescente. Sendo essas as informações prioritariamente consultadas pelos operadores no processo decisório, esperar-se-ia de fato encontrar, em uma análise quantitativa mais geral, o princípio de proporcionalidade entre crime e pena.

Nesse sentido, tem-se o primeiro mecanismo explicado¹¹⁵. Promotores de justiça recebem os documentos oficiais da Delegacia da Polícia, verificam qual foi o ato infracional cometido e se o adolescente é reincidente e decidem, com isso, se o jovem será representado e qual medida socioeducativa será sugerida, o que já é colocado no papel no momento de escrita da representação. Em seguida, a oitiva ocorre cerimonialmente e o adolescente é encaminhado a uma das quatro VEIJ. O magistrado, então, avalia prioritariamente os mesmos documentos policiais e a representação do Ministério Público e segue a sugestão de medida socioeducativa do Promotor de Justiça. Com isso, o mecanismo do processo decisório na justiça juvenil explica como se produz a proporcionalidade entre gravidade do ato infracional e probabilidade de aplicação da medida de internação: a partir da importância conferida aos papéis e aos documentos em detrimentos das interações entre adolescente e operadores.

No entanto, há uma parcela considerável de resultados encontrados na primeira etapa da investigação cujo mecanismo ainda não foi explicado – e que a ideia de

¹¹⁵Importante ressaltar, conforme discutido no capítulo 3.3, que tal mecanismo é explicado típico-idealmente, isto é, é possível somar uma série de exemplos empíricos residuais que o contradiriam, mas, sendo um tipo ideal, não se espera que ele seja verificado *puramente* no mundo empírico. Trata-se de uma construção abstrata que auxilia o investigador analiticamente.

‘oitivas cerimoniais’ em um sistema frouxamente ajustado não dá conta. Trata-se dos resultados estimados quando testada a hipótese substantivo-política. Estatisticamente, foi possível estimar o aumento da probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação para adolescentes de determinadas características sociais, particularmente, no caso do município de São Paulo, associadas ao julgamento sobre uso de drogas e ao sexo.

A fim de chegar à explicação desse mecanismo, a estratégia metodológica utilizada se deu a partir das considerações de Erving GOFFMAN a respeito das interações sociais (1990). Esse autor sustenta que toda interação consiste em uma definição de situação – definição essa que é dada fundamentalmente a partir de uma das partes da interação, mas que todos os envolvidos a consideram aceitável e engajam nela até que se atinja um nível tácito. Por diversos motivos – gestos mal interpretados, intrusões inoportunas, *faux pas*, cenas, dentre outros, são alguns dos motivos listados por GOFFMAN (1990, p. 206) –, uma definição de situação pode ser rompida, fazendo com que haja uma nova definição de situação.

Trata-se de uma estratégia metodológica interessante porque, conforme o próprio GOFFMAN sustenta, os momentos de rompimento na definição da situação são ideais para que se explicita tudo que estava implícito em uma interação, já que é justamente esse aspecto tácito que é colocado à prova. Compreender as oitivas informais como uma definição de situação, que eventualmente é rompida, pode auxiliar na explicação do mecanismo do processo decisório da justiça juvenil.

Se compreendidas nesses termos, as oitivas informais podem ser interpretadas enquanto uma situação definida claramente pelo Promotor de Justiça – o adolescente é encaminhado até ele, é ele quem dita as regras da conversa, quem confere voz e quem determina o início e fim da interação. Nesse sentido, todas as oitivas seguem um padrão que se insere nessa definição de situação – e seguindo esse padrão, o mecanismo do processo decisório é o detalhado acima.

Entretanto, eventualmente surge um contexto que quebra a expectativa do Promotor de Justiça em relação ao *tipo* de adolescente que ele estava esperando, ou seja, eventualmente ocorre um rompimento da definição de situação. Quando isso acontece, o mecanismo-padrão identificado acima pode não acontecer e é suspenso. Assim, juntamente com a nova definição de situação, possivelmente um novo mecanismo de tomada de decisões deve entrar em vigor. Se o descrito acima é o mecanismo do processo decisório mais padronizado, analisar os momentos em que há o rompimento

na definição da situação pode auxiliar na explicação de outros possíveis mecanismos de tomada de decisões.

Esse rompimento nas definições das situações pôde ser observado em contextos como a chegada de um adolescente de classe mais alta, com sua mãe e seu pai presentes e desesperados e demonstrando não estarem habituados àquele contexto; como uma mãe desmaiada no corredor de tanto desespero; como um jovem assustado, choroso e arrependido de sua infração – quaisquer casos que fujam à expectativa *normal* de réus (Sudnow, 1965). Alguns dos casos relatados acima explicitam a ruptura na definição do situação quando chega ao Ministério Público um adolescente que quebra a expectativa do Promotor de Justiça – particularmente os casos do adolescente muito jovem e da mãe que desmaiou no corredor.

Nesses momentos de rompimento da definição de situação, o Promotor de Justiça volta atrás em relação sua decisão tomada *a priori*, passando a sugerir uma medida socioeducativa mais branda.

Ou seja, a própria constituição do problema de pesquisa e a construção da hipótese de que características individuais relacionadas ao status teriam certo efeito sobre a decisão estavam equivocadamente formuladas. Na verdade, não se tem uma situação em que adolescentes de determinados estratos sociais e raciais – não-brancos, usuários de drogas, do sexo masculino – são *mais punidos*; ao contrário, tem-se uma situação em que adolescentes de determinados estratos e em determinados contextos – brancos, não-usuários de drogas, do sexo feminino – são *menos punidos*¹¹⁶. A situação normal configura decisões judiciais baseadas unicamente em um ideal de proporcionalidade entre crime e pena; quando ocorre uma quebra da definição de situação, cai o ideal de proporcionalidade e entra uma justiça individualista aplicando medidas mais brandas. Os vieses de classe, raça e moralidade investigados se dão no sentido de: àqueles posicionados do lado mais fraco das relações de poder, a lei e uma justiça impessoal; àqueles posicionados do outro lado das relações de poder, uma justiça individualizada.

Isso significa que o mecanismo-padrão do processo decisório na justiça juvenil é, de fato, aquele descrito acima: enquanto um sistema frouxamente ajustado, há uma valorização excessiva dos documentos oficiais, o que faz com que as decisões

¹¹⁶A respeito do sistema de justiça juvenil nos Estados Unidos, esse mecanismo já havia sido sugerido por ARNOLD (1971), conforme discutido no capítulo 4. É uma espécie de “para os mais fracos, apenas a lei; aos mais poderosos, algo mais branco”.

sejam tomadas seguindo um princípio de proporcionalidade entre ato infracional e probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação. Mas quando há um rompimento na definição da situação por conta de uma quebra na expectativa do Promotor de Justiça, as interações e o contexto passam a ter maiores influências sobre as decisões finais, as quais acabam por ser mais brandas para esses adolescentes. Isso significa dizer que o ideal de proporcionalidade entre crime e pena só vale para um tipo de adolescente em conflito com a lei, sendo possível supor que, quando os filtros anteriores “falham” e chega ao Fórum um adolescente que foge desse perfil, há uma consideração mais individualizada da sua situação e medidas mais brandas.

Isso explica os mecanismos dos resultados encontrados na análise multivariada: de fato a gravidade da infração prevê a aplicação da medida socioeducativa de internação, mas características individuais dos adolescentes podem mudar essa relação. Tem-se, pois, os mecanismos sociais das decisões judiciais: uma justiça penal e impessoal para a maior parte dos adolescentes, com oitivas ocorrendo apenas cerimonialmente; e uma justiça menos punitiva e mais individualizada para os casos que surpreendem os operadores justamente por sua não-frequência¹¹⁷.

¹¹⁷A presente análise busca se isentar de qualquer juízo de valor referente ao funcionamento do sistema de justiça juvenil. Isto é, não é objetivo aqui afirmar que os casos que ocorrem pelo mecanismo da proporcionalidade são os corretos e os casos que geram medidas mais brandas após a quebra na definição da situação estão equivocados. Ao contrário: a análise evidencia os mecanismos sociais do processo de tomadas de decisões, demonstrando tratamentos desiguais e desconsideração de contextos sociais no funcionamento do sistema de justiça juvenil.

Considerações finais

A INVESTIGAÇÃO CONDUZIDA partiu de um marco inicial em torno do problema sociológico de pesquisa concernente à explicação dos mecanismos sociais das decisões judiciais, particularmente posto sobre o processo de tomada de decisões no âmbito do sistema de justiça juvenil que configuram a aplicação da medida socioeducativa de internação em São Paulo. Nesse sentido, consistiu em um estudo inserido na tradição da Sociologia das Práticas Judiciais e cujo arcabouço conceitual está teoricamente enquadrado na abordagem analítica da explicação por mecanismos, isto é, trata-se de uma investigação que buscou elucidar as engrenagens sociais envolvidas nas ações e interações no ambiente das cortes que culminam na decisão oficial a respeito do confinamento de determinado indivíduo acusado de comportamento criminoso – no caso, da internação de adolescentes em conflito com a lei.

Há toda uma literatura sociológica e criminológica que aborda os determinantes das sentenças criminais, literatura esta que é particularmente comum no que se refere ao sistema de justiça criminal nos Estados Unidos. Essa bibliografia, resumidamente, buscou avaliar o efeito dos critérios prescritos legalmente – como a gravidade do crime em questão, o histórico penal do réu e outros agravantes juridicamente previstos –, dos critérios mais estruturais – como as dimensões raciais, classistas e de gênero, estas não previstas pelos códigos legais – e do próprio contexto em que se insere a corte em questão – se se trata de uma comarca urbana ou rural, a densidade do fluxo de réus por dia, a necessidade de eficiência traduzida em acordos informais que antecedem as audiências judiciais – sobre a determinação das sentenças. Trata-se dos estudos sobre “sentencing” (cf. Raupp, 2015).

A temática dos estudos que problematizam as decisões sobre sentenças criminais é especialmente interessante quando circunscrita em um sistema de justiça juvenil. Isso porque os critérios mencionados acima são ainda mais interagidos quando se trata de adolescentes, uma vez que é comum que os fatores legais não sejam tão explicitamente definidos em torno da ação criminosa cometida, assim como por vezes as características individuais dos réus são legalmente previstas como determinantes das decisões, além de, de maneira geral, os magistrados das cortes juvenis com frequência terem um poder discricionário maior em relação aos juízes das demais esferas. Nesse sentido, a investigação sobre a determinação das sentenças aplicada a esses casos é

ainda mais intrigante.

Esse é o caso do Brasil. Desde a promulgação do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, em 1990, o sistema de justiça juvenil brasileiro vive em uma espécie de ambiguidade entre uma justiça positiva, que julga o indivíduo criminoso, e uma justiça clássica, que julga a ação criminosa: ao mesmo tempo em que há elementos do Direito Penal claramente inscritos nesse código de leis, há aspectos que distanciam o ECA de um ideal mais tradicional de Direito criminal. Sob essa perspectiva, a investigação sobre os determinantes do processo de tomadas de decisões que culminam na aplicação da medida socioeducativa de internação é particularmente pertinente.

No entanto, a revisão da literatura apresentada no capítulo 4 demonstra que não há qualquer consenso em torno dos determinantes das sentenças. Há pesquisadores que continuam argumentando que os critérios prescritos pelos códigos legislativos são os melhores preditores das decisões, ao mesmo tempo em que outros pesquisadores permanecem sustentando a hipótese de que as decisões judiciais reproduzem relações de poder da sociedade. E, uma vez que se trata de uma tradição de investigações que partem do método hipotético-dedutivo, há evidências empíricas para esses argumentos, embora as hipóteses não tenham sido testadas com fatores interativos.

Buscou-se demonstrar, aqui, como as hipóteses jurídico-oficial, substantivo-política e da manutenção organizacional – seja em suas construções abstratas, seja em sua formulação deduzida a testes empíricos aplicados aos dados aqui analisados, isto é, ao universo de pastas e prontuários arquivados no ‘Complexo do Tatuapé’ referente a adolescentes que tiveram alguma passagem por alguma unidade da então FEBEM-SP entre 1990 e 2006 – não explicam os mecanismos do processo decisório. Ainda que seja possível, em um cenário multivariado, verificar quais fatores têm maior efeito significativo e substantivo sobre a probabilidade de condenação de dado réu – ou de aplicação da medida socioeducativa de internação a um adolescente em conflito com a lei, no caso em questão –, não há qualquer menção a como, detalhadamente, emerge a situação em que a decisão é tomada. A própria verificação empírica a partir do método hipotético-dedutivo não permite essa conclusão.

É nesse contexto que a abordagem sociológico-analítica, que sugere explicações baseadas em mecanismos sociais, se faz especialmente interessante. Explicar um mecanismo consistiria em abrir a caixa-preta de determinado evento e detalhar a maquinaria interna e as engrenagens que fazem com que um dado evento *A* gere um dado evento *B* (cf. Elster, 2007). No caso em particular, trata-se de explicar as

engrenagens sociais do processo de tomada de decisões no sistema de justiça juvenil que culminam, ao final, na aplicação da medida socioeducativa de internação. Isto é, a formulação do problema de pesquisa enquadrado nessa chave conceitual tem como consequência um passo além da verificação empírica a partir do método hipotético dedutivo (cf. Hedström e Bearman, 2013): não basta verificar se x tem efeito sobre y , deve-se detalhar todo o mecanismo causal que faz com que um dado evento x efetivamente gere um fenômeno y – ou seja, deve-se explicar como os operadores do Direito avaliam a gravidade do ato infracional, caso a hipótese jurídico-oficial seja verificada; como os fatores estruturais são colocados nos momentos de tomada de decisão nas cortes, caso a hipótese substantivo-política seja verificada; e como questões organizacionais e de eficiência de fato moldam as decisões dos operadores judiciais.

A formulação do problema de pesquisa nesses termos demanda um desenho investigativo ideal. Para, em um primeiro momento, a verificação das hipóteses mencionadas no âmbito do sistema de justiça juvenil, o método ideal a ser empregado seria um desenho experimental: após dividir aleatoriamente uma amostra de adolescentes em conflito com a lei, para um grupo seria constatado determinado ato infracional grave enquanto para o outro seria constatado um ato infracional grave; para um grupo, seriam constatadas características individuais de um lado das relações de poder, enquanto para o outro seriam constatadas características do outro lado; e, assim, poder-se-ia analisar o resultado – a aplicação da medida socioeducativa de internação ou não – comparando grupos de tratamento e controle. Assim, seria possível inferir causalmente os determinantes das decisões judiciais. Em um segundo momento, conforme toda a tradição da Sociologia Analítica, métodos computacionais se fazem ideais no sentido de simular interações complexas e emergência de normas sociais – as quais poderiam ser compreendidas como decisões.

Entretanto, obviamente, tal desenho de pesquisa foi apenas o ideal seguido. É evidente que dados concernentes ao sistema de justiça juvenil não podem ser manipulados, o que significa que qualquer desenho experimental é impossível. Além disso, a busca pelos mecanismos por via computacionais demandaria interações tão complexas que inviabilizariam qualquer simulação mais específica. Nesse sentido, tanto o experimento para verificar os determinantes quanto a simulação para explicar os mecanismos foram considerados inviáveis.

Nesse sentido, o desenho de pesquisa *factível* ideal que deriva da problemática

específica – a explicação dos mecanismos sociais das decisões judiciais no âmbito do sistema de justiça juvenil em São Paulo – consiste em uma abordagem multimetodológica. Como a análise experimental era impossível, foram propostos modelos de regressão com o objetivo de estimar o efeito das variáveis independentes (aquelas representativas das hipóteses jurídico-oficial, substantivo-política e da manutenção organizacional) sobre a variável dependente (a aplicação da medida socioeducativa de internação) com o acréscimo de covariáveis a fim de simular o controle por fatores não observáveis. Em seguida, foram realizadas observações diretas das próprias audiências e oitivas da corte juvenil paulistana com o intuito de explicar como se dava o processo de tomada de decisões.

A abordagem multimetodológica tem se tornado frequente na literatura sociológica (cf. Small, 2011). Considerando, conforme KING e colegas argumentam (cf. King et al., 1994), que há uma única lógica que rege a pesquisa científica – a busca pela inferência causal – e que métodos quantitativos e qualitativos consistem apenas em dois estilos distintos de aplicação dessa lógica, faz sentido supor um desenho de pesquisa que integre esses dois estilos. Para que haja integração efetivamente, no entanto, o foco deve estar no problema de pesquisa, indo além da soma das técnicas investigativas (cf. Seawright, 2016). É nesse sentido que HARDING e SEEFELDT argumentam, dentre outros pontos, que uma das possibilidades de integração metodológica seria uma etapa qualitativa explicando os mecanismos dos resultados obtidos na etapa quantitativa (Harding e Seefeldt, 2013, p. 98) – modelo que CRESWELL denomina *desenho misto sequencial explicativo* (Creswell, 2015). Os termos ‘explicação’ e ‘mecanismos’ mencionados por esses autores não foram trabalhados conforme o enquadramento conceitual aqui fornecido; é possível argumentar, a despeito disso, que esse desenho se integra fortemente com a proposta sociológica de ELSTER, HEDSTRÖM e outros (cf. Elster, 1983, 1998, 2007; Hedström e Bearman, 2013; Hedström e Swedberg, 1998; Hedström e Ylikoski, 2010). Nesse sentido, buscou-se demonstrar que a explicação baseada em mecanismos pode ser obtida a partir de uma investigação qualitativa *desde que* inserida em um desenho multimetodológico.

O desenho da pesquisa conduzida aqui, nesse sentido, consistiu em um desenho misto sequencial explicativo. Assim, a primeira etapa configurou o teste das hipóteses referentes aos determinantes da aplicação da medida socioeducativa de internação: com dados representativos do universo de adolescentes que tiveram alguma passagem

pela FEBEM-SP entre 1990 e 2006, foi estimada a probabilidade da decisão judicial de internação ajustada por modelos logísticos. E tomados os testes dessas hipóteses e os coeficientes das regressões como premissa da atuação dos operadores no sistema de justiça juvenil, foram observadas audiências de apresentação e continuação e oitivas informais no Fórum Brás, a corte responsável pelo processamento dos casos ocorridos no município de São Paulo.

A primeira etapa da pesquisa foi conclusiva até onde se propôs. Como os atos infracionais “Roubo” e “Homicídio e outros crimes contra a vida” são os únicos substantiva e estatisticamente significativos ao prever a aplicação da medida socioeducativa de internação mesmo com a inclusão de todas as variáveis de controle mencionadas, é possível confirmar a hipótese jurídico-oficial. O sistema de justiça juvenil em São Paulo, de fato, atua com um princípio de proporcionalidade: crimes mais graves são mais severamente punidos, isto é, crimes mais graves aumentam a probabilidade de confinamento por parte dos adolescentes em conflito com a lei.

No entanto, se a justiça juvenil fosse a simples reprodução daquilo previsto pelo Direito Penal clássico – proporcionalidade entre crime e pena e sem quaisquer tratamentos desiguais para indivíduos de quaisquer características –, os coeficientes de cada ato infracional mensurado manter-se-iam constantes ao longo dos seis modelos (cada modelo tendo uma variável de controle adicionada). Ou seja, o efeito da gravidade da infração seria independente da inclusão de covariáveis, dado que seria isolado, e assim não se alteraria sejam quais forem as outras dimensões incluídas. Esse aspecto não foi verificado. A Figura 14 evidencia a flutuação dos coeficientes ao longo dos seis modelos, o que indica que há alguma associação entre os atos infracionais e as outras variáveis incluídas. O resultado obtido, embora permita aceitar a hipótese jurídico-oficial, traz indícios de que o efeito mensurado de proporcionalidade não é isolado.

E, de fato, a análise da Tabela 2 permite constatar efeitos significativos (tanto estatística quanto substantivamente) de fatores estruturais sobre a probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação, conforme previsto por uma “justiça sociológica” (cf. Black, 1989) e por boa parte da literatura que inaugurou a hipótese substantivo-política (cf. Chiricos e Waldo, 1975). Assim, adolescentes julgados como usuários de drogas aumentam em 45% sua chance de internação em relação aos jovens julgados como não-usuários, mesmo mantidas todas as outras características constantes. Adolescentes cuja cor foi classificada como “branca” ou

qualquer outra são julgados distintamente. E adolescentes que não trabalham nem estudam aumentam em 66% sua chance de receber a medida socioeducativa de internação em relação àqueles que só estudam. Ou seja, os resultados permitem aceitar a hipótese substantivo-política, dado que as relações de poder estabelecidas entre adolescentes e operadores, independentemente da gravidade do ato infracional, predizem o confinamento de jovens em conflito com a lei.

Todas essas análises, no entanto, dizem respeito ao estado de São Paulo de maneira geral. Problematicando o contexto organizacional em que se inserem as cortes responsáveis pelo julgamento (cf. Dixon, 1995), é possível que, a depender de onde corre o processo judicial, os resultados sejam substantivamente distintos. Isso porque há comarcas do interior, por exemplo, que ainda não têm uma Vara Especial da Infância e da Juventude, devendo o caso ser julgado em uma vara criminal comum. Conforme se pôde observar na Figura 16, a probabilidade de aplicação medida socioeducativa de internação muda substancialmente de acordo com o local – capital ou não – em que o julgamento ocorreu: casos de fora da capital paulista tendem a internar mais, o que é um forte indício da hipótese da manutenção organizacional.

Assim, para garantir a real *integração metodológica* (cf. Seawright, 2016), é preciso que o universo analisado quantitativa e qualitativamente seja o mesmo. Nesse sentido, e considerando as diferenças de atuação da justiça juvenil de acordo com o local de julgamento, as análises foram restringidas aos casos do município de São Paulo. Isso porque a inserção em campo foi realizada no Fórum Brás, conforme mencionado.

No contexto paulistano, a Figura 17 evidencia que a proporcionalidade entre gravidade do ato infracional e probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação é ainda mais acentuada: os preditores do confinamento são “Roubo” e “Homicídio e outros crimes contra a vida” – enquanto as outras infrações não geram institucionalização dos adolescentes. Assim, a hipótese jurídico-oficial é especialmente atuante no município de São Paulo. No entanto, a Figura 18 demonstra como, também aqui, características individuais associadas às relações de poder inscritas na sociedade alteram a chance de um jovem ser enviado para uma unidade de internação. Há claras distinções – que independem da gravidade do ato infracional – entre adolescentes usuários ou não de drogas, brancos ou não brancos (de acordo com julgamento dos operadores), do sexo masculino ou feminino. Isso significa que, também no município de São Paulo, há uma espécie de coexistência, no que

se refere aos determinantes das decisões judiciais, entre as hipóteses jurídico-oficial e substantivo-política: existe proporcionalidade entre crime e pena, mas também existem, ainda que em menor medida, relações de poder no processo de tomada de decisões.

A observação direta realizada no Fórum Brás entre abril de agosto de 2014, assim, teve como premissa os resultados da análise quantitativa realizada anteriormente. Dado que a corte juvenil paulistana de fato atua a partir de um ideal de proporcionalidade entre gravidade da infração e chance de internação, mas com características individuais dos adolescentes influenciando o processo, como explicar essa dinâmica? Na busca pelos mecanismos das decisões judiciais, foram acompanhadas audiências de apresentação e de continuação de duas das quatro Varas Especiais da Infância e da Juventude e oitivas informais de cinco dos nove Promotores de Justiça que atuam no Fórum Brás.

Um primeiro resultado encontrado diz respeito ao intenso fluxo de casos que assola aquele tribunal. Dado o grande número de adolescentes que passam por ali, é perceptível como o contexto organizacional, e a busca pela eficiência em particular, influencia todo o processo de tomada de decisões no sistema de justiça juvenil.

Mas dialogando mais diretamente com o problema que efetivamente orientou as observações realizadas, talvez o primeiro aspecto que auxilie a explicação dos mecanismos sociais do processo decisório no Fórum Brás seja a centralidade do Ministério Público. Não só os juízes tendem a seguir as sugestões de medida da Promotoria, mas é o Promotor de Justiça o responsável pelo primeiro contato do adolescente com o universo judicial – trata-se das oitivas informais. E é do Promotor a primeira decisão tomada, e aquela que com efeito determina o restante do processo de tomada de decisões: no momento das oitivas, o operador deve decidir pelo arquivamento ou remissão do caso (de modo que aquele adolescente nem chegue ao juiz), por um acordo informal com a Defensoria Pública (de modo que, novamente, aquele caso nem chegue de fato ao juiz) ou pela representação, com uma sugestão de aplicação de medida socioeducativa explicitada (e provavelmente aplicada pelo juiz). Isso significa que, se a decisão judicial é compreendida como um *processo*, o Ministério Público configura seu núcleo. Isto é, na verificação dos determinantes da aplicação da medida socioeducativa de internação, é possível afirmar que essa decisão é inicialmente tomada após a ocorrência de uma oitiva informal, no momento em que o Promotor de Justiça representa determinado adolescente.

Buscando, assim, o mecanismo do processo decisório no Ministério Público, foi possível interpretar as que as oitivas informais ocorrem cerimonialmente. Para sustentar o mito de uma justiça individualizadora e participativa, que ouve cada adolescente antes de qualquer decisão, as oitivas informais devem continuar ocorrendo normalmente – trata-se, afinal, do momento em que os adolescentes podem conversar abertamente com os Promotores sobre a infração da qual estão sendo acusados, demonstrando seu ponto de vista e respondendo às perguntas do operador. No entanto, oitivas que de fato aconteçam dessa maneira atrapalhariam o fluxo do sistema de justiça juvenil, o qual deve manter certa eficiência dado o grande número de casos processados por dia. Assim, a cerimônia das oitivas continua ocorrendo para que o mito desse tipo de justiça seja preservado, mas o processo de tomada de decisões independe dessas interações entre adolescente e Promotor.

A análise permitiu verificar que as decisões, via de regra, já estão tomadas antes mesmo do início das oitivas informais. Quando os adolescentes chegam à sala do Promotor de Justiça, sua representação – ou arquivamento/remissão ou mesmo o encaminhamento do acordo – já está escrita e impressa, com a medida socioeducativa sugerida ali exposta. O Promotor, ou mesmo o escrivão, analisa o boletim de ocorrência e o relato policial de cada caso e, a partir dessa consulta documental, toma a decisão. Isto é, são os documentos, não as conversas ali, que definem a tomada de decisões.

Isso explica o mecanismo da hipótese jurídico-oficial. Sabendo de antemão que existe proporcionalidade entre crime e pena no sistema de justiça juvenil e que, no município de São Paulo, os atos infracionais “Roubo” e “Homicídio e outros crimes contra a vida” predizem a aplicação da medida socioeducativa de internação, foi possível inferir que o Promotor de Justiça, ao receber os documentos oficiais da Polícia Civil, avalia qual foi a infração cometida e decide se o caso deve ser arquivado/remetido, se vale algum acordo com a Defensoria Pública (casos que entram, para fins analíticos, como “não-internação”) ou se sugere a aplicação de alguma medida socioeducativa na representação judicial. Em seguida, procede à oitiva informal cerimonialmente. O juiz, por fim, especialmente nos casos em que é sugerida a medida de internação, segue a recomendação do Ministério Público.

Ou seja, o mecanismo social que explica a proporcionalidade entre gravidade do ato infracional e probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação envolve a análise que o Promotor de Justiça faz dos documentos oficiais recebidos,

priorizando as características relacionadas à infração, em detrimento de questões surgidas na interação no âmbito das oitivas; bem como envolve o juiz seguindo a recomendação direta do Ministério Público.

No entanto, a análise quantitativa demonstrou que também a hipótese substantivo-política atua, ainda que em menor medida, no sistema de justiça juvenil paulistano, fenômeno o qual o mecanismo descrito acima não dá conta de explicar. Sabendo, assim, do efeito das características individuais sobre a probabilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação, foi possível observar como as oitivas informais, a despeito de seu caráter cerimonial, ocorrem com uma situação definida pelo Promotor de Justiça. Eventualmente, foi possível observar momentos em que há uma ruptura na definição da situação: momentos em que a expectativa do operador em relação ao adolescente em conflito com a lei é quebrada. Trata-se de situações em que o jovem que entra na sala não corresponde ao perfil ao qual o Promotor está habituado. Nesses momentos, dada a evidente surpresa por parte dos operadores, foi possível observá-los “voltando atrás” em relação às decisões tomadas anteriormente, escrevendo uma nova representação (e substituindo aquela já impressa) contra aquele adolescente e sugerindo uma medida socioeducativa mais branda do que a anteriormente prevista.

Nesse sentido, inferiu-se que há crimes *normais* (cf. Sudnow, 1965), para os quais a justiça funciona numa espécie de linha de montagem e cujo mecanismo foi explicado acima. E há os momentos de ruptura na definição de situação, quando esse mecanismo jurídico-oficial é suspenso, a decisão já tomada é cancelada e uma nova decisão é tomada no lugar. Isso significa que, *mecanicamente*, não são os adolescentes usuários de drogas e não-brancos aqueles que recebem medidas mais duras; são, na verdade, os adolescentes não-usuários e brancos aqueles que recebem medidas mais brandas. Estatisticamente, as duas situações correspondem aos mesmos coeficientes; mas o mecanismo social que explica essas decisões judiciais é o inverso àquele inicialmente previsto pela hipótese. Tem-se, pois, o mecanismo social que explica a hipótese substantivo-política.

Se a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, inaugurou um contexto em que os modelos clássico e positivo de justiça criminal são particularmente confrontados, e daí toda a discussão em torno do Direito Penal Juvenil, a presente dissertação demonstrou como, de fato, os mecanismos sociais que explicam as decisões judiciais concernentes à aplicação da medida socioeducativa de internação

em São Paulo configuram determinantes tanto relacionados às características do ato infracional quanto às características de cada adolescente. Nesse sentido, e dialogando com toda a literatura sobre “sentencing” que não chegou a qualquer consenso sobre as determinações das sentenças criminais, a pesquisa aqui conduzida também permite explicar os mecanismos das hipóteses tradicionalmente testadas, ao menos no que se refere à dinâmica do sistema de justiça juvenil em São Paulo.

A explicação dos mecanismos sociais das decisões judiciais, nesse sentido, só foi possível porque inserida em um desenho de pesquisa multimetodológico. Assim como a verificação empírica das hipóteses não daria conta de ‘como’ as decisões ocorrem, as observações diretas, em si, configurariam uma investigação exploratória. Formulando o desenho de modo que as hipóteses fossem testadas por meio da análise quantitativa rigorosa e, em seguida, tais resultados fossem observados em profundidade na análise qualitativa, foi possível esboçar a explicação dos mecanismos sociais do processo de tomada de decisões judiciais relativas à aplicação da medida socioeducativa de internação no âmbito do sistema de justiça juvenil em São Paulo.

Referências

- Adorno, S. A experiência precoce da punição. IN: Martins, J. d. S. (Org.), *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1993.
- Adorno, S. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos*, 43, 1995.
- Águido, C. M. S., Chacham, A. S., e de Cássia Fazzi, R. Representações sociais dos juízes da infância e juventude na aplicação da privação de liberdade a adolescentes autores de ato infracional. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 6, n. 2, 2013.
- Almeida, B. G. *A experiência da internação de adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Dissertação (mestrado). São Paulo, 2010.
- Almeida, B. G. Socialização e regras de conduta para adolescentes internados. *Tempo Social*, 25, n. 1, 2013.
- Almeida, B. G. *A racionalidade prática do isolamento institucional: um estudo da execução da medida socioeducativa de internação em São Paulo*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese (doutorado). São Paulo, 2016.
- Alvarez, M. C. *A emergência do Código de Menores de 1927 : uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Dissertação (mestrado). São Paulo, 1989.
- Alvarez, M. C. Teorias clássicas e positivistas. IN: Lima, R. S., Azevedo, R., e Ratton, J. (Orgs.), *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2014.
- Alvarez, M. C. e Bodê, P. Apresentação. *Tempo Social*, 25, n. 1, 2013.

- Alvarez, M. C., Schritzmeyer, A. L. P., Salla, F., Paula, L. d., e Cukiekorn, M. Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do ‘complexo do tatuapé’ (são paulo/sp, 1990 – 2006). *Revista Brasileira Adolescência e Conflituosidade*, 1, n. 1, 2009.
- Arnold, W. Race and ethnicity relative to other factors in juvenile court dispositions. *American Journal of Sociology*, 77, n. 2, 1971.
- Augusto, M. H. Retomada de um legado: Marialice foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo Social*, 17, n. 2, 2005.
- Bailleau, F. La justice pénale de mineurs en france ou l’émergence d’un nouveau modèle de gestão des illégalismes. *Déviance et Société*, 26, n. 3, 2002.
- Bailleau, F. e Cartuyvels, Y. Les évolutions de la justice des mineurs en europe: quelques hypothèses d’analyse. *Revue de l’AFMJF*, 2007.
- Batitucci, E. C., da Cruz, M. V. G., dos Santos, A., Ribeiro, L. M. L., e de Souza, L. G. A justiça informal em ‘linha de montagem’: Estudo de caso da dinâmica de atuação do jecrim de belo horizonte. *Civitas - Revista de Ciências de Ciências Sociais*, 10, n. 2, 2010.
- Black, D. *Sociological Justice*. Oxford, Oxford University Press, 1989.
- Brandy, H. E. e Collier, D. *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. Maryland, Rowman & Littlefield Publishers, 2010.
- Brasil. *Código Criminal do Império*. Lei Imperial de 16 de dezembro de 1830, 1830.
- Brasil. *Código de Menores*. Decreto n. 17.943-A de 12 de outubro de 1927, 1927.
- Brasil. *Código de Menores*. Lei Federal 6.697 de 10 de outubro de 1979, 1979.
- Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990, 1990.
- Brasil. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Conanda, 2006.
- Britto, L. Liberdade assistida no horizonte da doutrina de proteção integral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, n. 2, 2007.

- Campos, M. d. S. Mídia e política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na câmara dos deputados. *Opinião Pública*, 15, n. 2, 2009.
- Carter, T. e Clelland, D. A neo-marxian critique, formulation and test of juvenile dispositions as a function of social class. *Social Problems*, 27, n. 1, 1979.
- Cella, S. e Camargo, D. Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. *Educação & Sociedade*, 30, n. 106, 2009.
- Chambliss, W. J. e Seidman, R. B. *Law, Order, and Power*. Reading, MA, Addison-Wesley Publishing Co., 1971.
- Chiricos, T. e Waldo, G. Socioeconomic status and criminal sentencing: an empirical assessment of a conflict proposition. *American Sociological Review*, 40, 1975.
- Cicourel, A. V. *The social organization of juvenile justice*. Nova Iorque, Wiley, 1968.
- CIDH, C. I. d. D. H. *Assunto de los niños y adolescentes privados de libertad en el "Complejo do Tatuapé" da FEBEM respecto Brasil*. Resolução da Corte de 30 de novembro de 2005, 2005.
- Coelho, E. C. Da criminalização da marginalidade à marginalização da criminalidade. *Revista de Administração Pública*, 12, n. 2, 1978.
- Coelho, E. C. A administração da justiça criminal no rio de janeiro: 1942-1967. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 29, n. 1, 1986.
- Coleman, J. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Belknap Press, 1998.
- Costa Ribeiro, C. A. As práticas judiciais e o significado do processo de julgamento. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 42, n. 4, 1999.
- Creswell, J. W. *A concise introduction to Mixed Methods Research*. Thousand Oaks, SAGE, 2015.
- Dannefer, D. e Schutt, R. Race and juvenile justice processing in court and police agencies. *American Journal of Sociology*, 87, n. 5, 1982.

- Digiácomo, M. Garantias processuais do adolescente autor de ato infracional – o procedimento para apuração de ato infracional à luz do direito da criança e do adolescente. IN: ILANUD, ABMP, SEDH, e UNFBA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo, ILANUD, 2006.
- Dixon, J. The organizational context of criminal sentencing. *American Journal of Sociology*, 100, n. 5, 1995.
- Durkheim, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.
- Durkheim, E. *A divisão do trabalho social*. Lisboa, Editora Presença, 1977.
- Elster, J. *Explaining technical change*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
- Elster, J. A plea for mechanisms. IN: Hedström, P. e Swedberg, R. (Orgs.), *Social mechanisms: an analytical approach to social theory*. New York, Cambridge University Press, 1998.
- Elster, J. *Explaining Social Behavior: More Nuts and bolts for the Social Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007.
- Engen, R. e Gainey, R. Modeling the effects of legally relevant and extralegal factors under sentencing guidelines: the rules have changed. *Criminology*, 38, n. 4, 2000.
- Feeley, M. *The process is the punishment: handling cases in a lower criminal court*. Nova Iorque, Russell Sage Foundation, 1979.
- Feld, B. Abolish the juvenile court: youthfulness, criminal responsibility, and sentencing policy. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 88, n. 1, 1997.
- Foucault, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, NAU, 2009a.
- Foucault, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 2009b.
- Frasseto, F. A. A execução da medida socioeducativa de internação: primeiras linhas de uma crítica garantista. IN: ILANUD, ABMP, SEDH, e UNFBA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo, ILANUD, 2006.

- Freese, J. e Keven, A. Types of causes. IN: Morgan, S. (Org.), *Handbook of causal analysis for social research*. New York, Springer, 2013.
- Freitas, R. S. À margem de lógicas transcendentais: etnometodologia e a teoria das decisões judiciais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5, n. 12, 1990.
- Freitas, R. S. e Ribeiro, L. Some current developments in brazilian sociology of crime: Towards a criminology? *International Journal of Criminology and Sociology*, 3, 2014.
- Fávero, E. T. Entre proteção e punição: o controle sociopenal dos adolescentes. *Serviço Social & Sociedade*, , n. 109, 2012.
- Garapon, A. *Bem julgar: ensaios sobre o ritual judiciário*. Lisboa, Instituto Piaget, 1999.
- Garland, D. *Punishment and modern society: a study on social theory*. Oxford, Oxford University Press, 1993.
- Garland, D. As contradições da ‘sociedade punitiva’: o caso britânico. *Revista de Sociologia e Política*, 4, n. 13, 1999.
- Garland, D. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Chicago, The University of Chicago Press, 2001.
- Garland, D. Concepts of culture in the sociology of punishment. *Theoretical Criminology*, 10, n. 4, 2006.
- Goertz, G. e Mahoney, J. *A tale of two cultures: qualitative and quantitative research in the Social Sciences*. Princeton, Princeton University Press, 2012.
- Goffman, E. *The presentation of self in everyday life*. Londres, Penguin, 1990.
- Goffman, E. *Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates*. London, Penguin Books, 1991.
- Gomes Neto, G. G. O adolescente autor de ato infracional frente aos princípios e garantias do estatuto da criança e do adolescente. *Revista Ilanud*, 14, 2001.

- Gonçalves, H. e Garcia, J. Juventude e sistema de direitos no brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27, n. 3, 2007.
- Greenberg, D. Socioeconomic status and criminal sentences: is there an association? *American Sociological Review*, 42, 1977.
- Hagan, J. Extra-legal attributes to criminal sentencing: an assessment of a sociological viewpoint. *Law and Society Review*, 8, 1974.
- Hagan, J. *Structural Criminology*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1988.
- Hagan, J. Why is there so little criminal justice theory? neglected macro- and micro-level links between organization and power. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 26, n. 2, 1989.
- Hagan, J., Hewitt, J., e Alwin, D. Crime and punishment in a loosely coupled system. *Social Forces*, 58, n. 2, 1979.
- Hagan, J., Nagel, I., e Albonetti, C. The differential sentencing of white-collar offenders in ten federal district courts. *American Sociological Review*, 45, 1980.
- Harding, D. e Seefeldt, K. Mixed methods and causal analysis. IN: Morgan, S. (Org.), *Handbook of causal analysis for social research*. New York, Springer, 2013.
- Hasenfeld, Y. e Cheung, P. The juvenile court as a people-processing organization: a political economy perspective. *American Journal of Sociology*, 90, n. 4, 1985.
- Hedström, P. e Bearman, P. What is analytical sociology all about? an introductory essay. IN: Hedström, P. e Bearman, P. (Orgs.), *The Oxford Handbook of Analytical Sociology*. Oxford, Oxford University Press, 2013.
- Hedström, P. e Swedberg, R. Social mechanisms: an introductory essay. IN: Hedström, P. e Swedberg, R. (Orgs.), *Social mechanisms: an analytical approach to social theory*. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1998.
- Hedström, P. e Udehn, L. Analytical sociology and theories of the middle range. IN: Hedström, P. e Bearman, P. (Orgs.), *The Oxford Handbook of Analytical Sociology*. Oxford, Oxford University Press, 2013.

- Hedström, P. e Ylikoski, P. Causal mechanisms in the social sciences. *Annual Review of Sociology*, 36, 2010.
- Hogarth, J. *Sentencing as a human process*. Toronto, University of Toronto Press, 1971.
- Hopkins, A. Is there a class bias in criminal sentencing? *American Sociological Review*, 42, 1977.
- Johnson, E. Selective factors in capital punishment. *Social Forces*, 36, n. 2, 1957.
- King, G. *Unifying Political Methodology: the likelihood theory of statistical inference*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1989.
- King, G., Keohave, R., e Verba, S. *Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton, Princeton University Press, 1994.
- Kirschbaum, C. Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva dos mecanismos causais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28, n. 82, 2013.
- Leiber, M., Johnson, J., Fox, K., e Lacks, R. Differentiating among racial/ethnic groups and its implications for understanding juvenile justice decision making. *Journal of Criminal Justice*, 35, 2007.
- Lemos, F. O estatuto da criança e do adolescente em discursos autoritários. *Fractal - Revista de Psicologia*, 21, n. 1, 2009.
- Lurigio, A., Carrol, J., e Stalans, L. Understanding judges' sentencing decisions: attributions of responsibility and story construction. IN: Health, L. (Org.), *Applications of heuristics and biases to social issues*. Nova Iorque, Plenum Press, 1994.
- MacDonald, J. e Chesney-Lind, M. Gender bias and juvenile justice revisited: a multiyear analysis. *Crime & Delinquency*, 47, n. 2, 2001.
- Machado, M. T. Sistema especial de proteção da liberdade do adolescente na constituição de 1988 e no estatuto da criança e do adolescente. IN: ILANUD, ABMP, SEDH, e UNFBA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo, ILANUD, 2006.

- Mahoney, J. Beyond correlational analysis: recent innovations in theory and method. *Sociological Forum*, 16, 2001.
- Mahoney, J. After kkv: the new methodology of qualitative research. *World Politics*, 62, n. 1, 2010.
- Mahoney, J. e Goertz, G. A tale of two cultures. *Political Analysis*, 14, n. 2, 2006.
- Maior Neto, O. S. S. Garantias penais do adolescente autor de ato infracional. IN: ILANUD, ABMP, SEDH, e UNFBA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo, ILANUD, 2006.
- Mead, G. H. The psychology of punitive justice. *American Journal of Sociology*, 23, n. 5, 1918.
- Mello, S. Estatuto da criança e do adolescente: é possível torná-lo uma realidade? *Psicologia USP*, 10, 1999.
- Mendez, E. G. Evolução histórica do direito da infância e da juventude. IN: ILANUD, ABMP, SEDH, e UNFBA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo, ILANUD, 2006.
- Merton, R. *Social theory and social structure*. Nova Iorque, The Free Press, 1968.
- Meyer, J. e Rowan, B. Institutionalized organizations: Formal structures as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83, 1977.
- Minatel, G. R. Garantismo penal aplicado no procedimento de apuração de ato infracional. *Revista da Defensoria Pública*, 2, 2013.
- Miraglia, P. Aprendendo a lição: Uma etnografia das varas especiais da infância e da juventude. *Novos Estudos – CEBRAP*, 72, n. 1, 2005.
- Monte, F. e Sampaio, L. Práticas pedagógicas e moralidade em unidade de internamento de adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25, n. 2, 2012.
- Morgan, S. *Handbook of causal analysis for social research*. New York, Springer, 2013.

- Morgan, S. e Winship, C. *Counterfactuals and Causal Inference*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007.
- Muncie, J. The globalization of crime control: the case of youth and juvenile justice: neo-liberalism, policy convergence and international conventions. *Theoretical Criminology*, 9, n. 1, 2005.
- Muncie, J. The ‘punitive’ turn in juvenile justice: cultures of control and rights compliance in western europe and the usa. *Youth Justice*, 8, n. 2, 2008.
- Oliveira, T. R. Ceremonial hearings: Juvenile justice as a loosely coupled system. IN: RCSL-ISA (Org.), *Annals: Sociology of Law on the Move*. pages 3009–3016. Unisalle, 2015a. Disponível em <http://www.sociologyoflaw2015.com.br/IMG_SYSTEM/37-GT-comparative-studies-of-legal-professions.pdf>.
- Oliveira, T. R. Do modelo ao campo, do campo ao modelo: desenhos mistos de pesquisa na investigação sobre o sistema de justiça juvenil. IN: UFPR (Org.), *Anais do VI Seminário Nacional de Sociologia & Política*. UFPR, 2015b. Disponível em <http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2015/pdf/ANSE.pdf>.
- Oliveira, T. R. A produção decisória da justiça juvenil: um estudo misto explicativo. IN: ANPOCS (Org.), *Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS*. ANPOCS, 2015c. Disponível em <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9942&Itemid=461>.
- Oliveira, T. R. e Alvares, M. C. Pastas e prontuários do “complexo do tatuapé” (são paulo/sp - 1990-2006): fatores determinantes na aplicação da medida socioeducativa de internação. IN: ANPOCS (Org.), *Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS*. ANPOCS, 2014. Disponível em <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9244&Itemid=456>.
- Paixão, A. L. A organização policial numa área metropolitana. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 25, n. 1, 1982.
- Passamani, M. e Rosa, E. Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29, n. 2, 2009.

- Paula, L. d. *Liberdade Assistida: punição e cidadania na cidade de São Paulo*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese (doutorado). São Paulo, 2011.
- Paula, P. A. G. Ato infracional e natureza do sistema de responsabilização. IN: ILANUD, ABMP, SEDH, e UNFBA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo, ILANUD, 2006.
- Piquero, N. e Davis, J. Extralegal factors and the sentencing of organizational defendants: An examination of the federal sentencing guidelines. *Journal of Criminal Justice*, 32, n. 1, 2004.
- Pires, A. Responsabilizar ou punir? a justiça juvenil em perigo. IN: Slakmon, C., Machado, M. R., e Bottini, P. C. (Orgs.), *Novas direções na governança da justiça e da segurança*. Brasília, Ministério da Justiça, 2006.
- Pires, A. P. e Landreville, P. Les recherches sur les sentences et le culte de la loi. *L'Année Sociologique*, 35, 1985.
- Piñero, V. The semantics of repression: linking, opposing, and linking again rehabilitation and protection of society. *Revue Générale de Droit*, 36, 2006.
- Piñero, V. *Transformations in the Canadian youth justice system: creation of statutes and the judicial waiver in Quebec*. Faculty of Law of the University of Ottawa. Tese (doutorado). Ottawa, 2013.
- Popper, K. *The logic of scientific discovery*. New York, Taylor Francis Group, 2005.
- Quinney, R. *The Social Reality of Crime*. Boston, MA, Little, Brown, and Company, 1970.
- Ratton Jr., J. L. e Moraes, J. V. Para ler jon elster: limites e possibilidades da explicação por mecanismos nas ciências sociais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 46, n. 2, 2003.
- Raupp, M. As pesquisas sobre o ‘sentencing’: Disparidade, punição e vocabulários de motivos. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 2, n. 2, 2015.

- Reasons, C. On methodology, theory and ideology. *American Sociological Review*, 42, 1977.
- Ribeiro, L. Determinantes do tempo da justiça criminal: Perspectiva comparada entre brasil, portugal e estados unidos. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, , n. 70, 2010a.
- Ribeiro, L. A produção decisória do sistema de justiça criminal para o crime de homicídio: Análise dos dados do estado de são paulo entre 1991 e 1998. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 53, n. 1, 2010b.
- Rosa, A. M. Imposição de medidas socioeducativas: o adolescente uma das faces do homo sacer (agamben). IN: ILANUD, ABMP, SEDH, e UNFBA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo, ILANUD, 2006.
- Rusche, G. e Kirshheimer, O. *Punishment and Social Structure*. New York, Columbia University Press, 1939.
- Salla, F. e Alvarez, M. C. Adolescentes em conflito com a lei: contribuições de uma pesquisa empírica. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, , n. 94, 2011.
- Salla, F., Gauto, M., e Alvarez, M. C. A contribuição de david garland: a sociologia da punição. *Tempo Social*, 18, n. 1, 2006.
- Sapori, L. F. A administração da justiça criminal numa Área metropolitana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10, n. 29, 1995.
- Sartório, A. T. e Rosa, E. M. Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. *Serviço Social & Sociedade*, , n. 103, 2010.
- Schritzmeyer, A. L. P. Etnografia dissonante dos tribunais do júri. *Tempo Social*, 19, n. 2, 2007.
- Scisleski, C. e Maraschin, C. Internação psiquiátrica e ordem judicial: saberes e poderes sobre adolescentes usuários de drogas ilícitas. *Psicologia em Estudo*, 13, n. 3, 2008.

- Seawright, J. Better multimethod design: the promise of integrative multimethod research. *Security Studies*, 25, n. 1, 2016.
- Seawright, J. e Gerring, J. Case selection techniques in case study research. *Political Research Quarterly*, 61, n. 2, 2008.
- Sellin, T. The negro criminal: a statistical note. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 140, 1928.
- Sellin, T. Race prejudice in the administration of justice. *American Journal of Sociology*, 41, n. 2, 1935.
- Shecaira, S. S. *Estudo crítico do direito penal juvenil*. São Paulo, Faculdade de Direito – Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, 2007. Tese (Titular).
- Shook, J. e Sarri, R. Structured decision making in juvenile justice: Judges' and probation officers' perceptions and use. *Children and Youth Services Review*, 29, 2007.
- Silva, G. d. M. Justiça juvenil instantânea: A experiência de um sistema integrado. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 7, n. 3, 2014.
- Silva, G. P. d. Desafios ontológicos e epistemológicos para os métodos mistos na ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30, n. 88, 2015.
- Silveira, A. Atuação do tribunal de justiça de são paulo com relação ao direito de crianças e adolescentes à educação. *Revista Brasileira de Educação*, 17, n. 50, 2012.
- Simões, P. Assistência religiosa no sistema socioeducativo: a visão dos operadores do direito. *Religião & Sociedade*, 32, n. 1, 2012.
- Small, M. How to conduct a mixed methods study: recent trends in a rapidly growing literature. *Annual Review of Sociology*, 37, 2011.
- Spagnol, A. S. Jovens delinquentes paulistanos. *Tempo Social*, 17, n. 2, 2005.
- Sposato, K. *O Direito Penal Juvenil*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2006.

- Stapleton, V., Aaday, D., e Itto, J. An empirical typology of american metropolitan juvenile courts. *American Journal of Sociology*, 88, n. 3, 1982.
- Steffensmeier, D. e Demuth, S. Does gender modify the effects of race-ethnicity on criminal sanctioning? sentences for male and female white, black, and hispanic defendants. *Journal of Quantitative Criminology*, 22, n. 1, 2006.
- Sudnow, D. Normal crimes: sociological features of the penal code in a public defender office. *Social Problems*, 12, n. 3, 1965.
- Teixeira, A. *Do sujeito de direito ao estado de exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Dissertação (mestrado). São Paulo, 2006.
- Thomson, R. J. e Zingraff, M. T. Detecting sentencing disparity: some problems and evidence. *American Journal of Sociology*, 86, n. 4, 1981.
- Thornberry, T. Race, socioeconomic status and sentencing in the juvenile justice system. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 64, n. 1, 1973.
- Trépanier, J. Juvenile courts after 100 years: past and present orientations. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 7, 1999.
- Vargas, J. D. Indivíduos sob suspeita: a cor dos acusados de estupro no fluxo do sistema de justiça criminal. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 42, n. 4, 1999.
- Vargas, J. D. Análise comparada do fluxo do sistema de justiça para o crime de estupro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 50, n. 4, 2007.
- Vargas, J. D. e Rodrigues, J. N. L. Controle e cerimônia: o inquérito policial em um sistema frouxamente ajustado. *Revista Sociedade e Estado*, 26, n. 1, 2011.
- Varonese, J. R. P. Medida socioeducativa: sinônimo de pena? *Âmbito Jurídico*, 11, n. 57, 2008.
- Vinuto, J. *Entre o ‘Recuperável’ e o ‘Estruturado’: classificações dos funcionários de medida socioeducativa de internação acerca do adolescente em conflito com a lei*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Dissertação (mestrado). São Paulo, 2014.

- Von Hirsch, A. Proportionate sentences for juveniles: how different than for adults? *Punishment and Society*, 3, n. 2, 2001.
- Wacquant, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Revan, 1999.
- Wacquant, L. Decivilizing and demonising: the remaking of the black american ghetto. IN: Loyal, S. e Quilley, S. (Orgs.), *The sociology of Norbert Elias*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- Wacquant, L. Crafting the neoliberal state: Workfare, prisonfare, and social insecurity. *Sociological Forum*, 25, n. 2, 2010.
- Weber, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora UnB, 1999.
- Weber, M. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. IN: Weber, M. (Org.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- Weiner, N. e Willie, C. Decisions by juvenile officers. *American Journal of Sociology*, 77, n. 2, 1971.
- Wright Mills, C. Situated actions and vocabularies of motives. *American Sociological Review*, 5, n. 6, 1940.
- Zeisel, H. Methodological problems in studies of sentencing. *Law and Society Review*, 3, n. 1, 1969.

Anexos e apêndices

ANEXO 1: QUESTIONÁRIO

MODELO COMPLETO (para 1ª e última “entradas”)

Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/ SP, 1990 – 2006)	A
---	---	----------

Pesquisador(a):	Data da coleta dos dados (dia, mês e ano: XX-XX-XXXX) →			
-----------------	--	--	--	--

P.1. Prontuário/ Pasta(Registrar nº e letra constantes da capa) →										
P.2. “Entrada” do(a) adolescente no sistema: 1ª 2ª 3ª 4ª 5ª 6ª 7ª 8ª 9ª 10ª (circundar a referente a este formulário)	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	17ª	18ª	19ª	20ª

REGISTROS DA OCORRÊNCIA e PERFIL DO(A) ADOLESCENTE – Quando ausentes do B.O., consultar: 1º) outros documentos judiciais; 2º) documentos institucionais. Em último caso, 999 = s/ informação.

P.3. Local da ocorrência(Usar L. P.3/ P.9/ P.11 e codificar à direita) →				
P.4. Data da ocorrência(Registrar dia, mês e ano: XX-XX-XXXX) →				
P.5. Co-participes (Circundar um dos códigos numéricos abaixo): 999 – s/ i 1 – não 2 – sim (registrar à direita) →	total	maiores	menores	s/ ident.
P.6. Sexo do(a) adolescenteCircundar código numérico à direita) →	999	1 – M	2 – F	
P.7. Data de nascimento(dia/ mês/ ano ou 99/99/9999, se s/ inf..) →				
P.8. Cor da pele (Circundar um dos códigos numéricos abaixo): 1 – branca 2 – parda 3 – negra/ preta 4 – amarela 5 – indígena 8 – outra (Qual? Registrar.....) 999 – s/inf.				
P.9. Naturalidade (local de nasc.): (Usar L. P.3/ P.9/ P.11 e codificar à direita) →				
P.10. Endereço residencial (circundar o código numérico): 1 – detalhado (logradouro + nº) 2 – s/ resid. fixa / morador de rua 8 – outro (Qual? Registrar.....) 999 – s/inf				
P.11. Município ou UF da residência (Usar L. P.3/ P.9/ P.11 e codificar à direita) →				
P.12. Filiação – Aparece no registro do B. O. o nome (Circundar um dos códigos numéricos abaixo): 1 – só da mãe 2 – de mãe e pai 3 – só do pai 4 – de nenhum deles 999 – s/ inf.				

<p>P.18. Conclusão da medida sócio-educativa (Circundar um só código):</p> <p>1 – não concluída, houve quebra de medida (registrar data da informação dada pela instituição ao juiz);</p> <p>2 – não concluída, houve morte do(a) adolescente (datar – idem anterior)</p> <p>3 – concluída (registrar data da informação dada pelo juiz à instituição)</p> <p>4 – concluída e seguida de outra medida (idem anterior e indicar, à direita, qual/</p>			

quais outra(s) medida(s) utilizando os códigos da P. 17)	
--	--

Dados complementares do(a) adolescente Consultar: “Instrumental de Coleta de Dados” e/ou “Relatórios Técnicos”	P.19. Escolaridade (Usar L. P.19; registrar, abaixo, literalmente, e codificar à direita) →		
	P.20. Referências ao pai	(circundar o código numérico): 1 – vivo e convivia com o(a) adolescente (responsável); 2 – vivo e não convivia com o(a) adolesc; 3 – falecido; 4 – desconhecido; 5 – paradeiro ignorado; 999 – s/ inf.	
		P.21. Ocupação (Idem P. 19) (Usar L. P.13/ P.21/ P.23 e codificar à direita) →	
	P.22. Referências à mãe	(circundar o código numérico): 1 – viva e convivia com o(a) adolescente (responsável); 2 – viva e não convivia com o(a) adolesc; 3 – falecida; 4 – desconhecida; 5 – paradeiro ignorado; 999 – s/ inf.	
		P.23. Ocupação (Usar L. P.13/ P.21/ P.23 e codificar à direita) →	
	P.24. Referências a irmãos	• Se houver referência, registrar, à direita, quantos irmãos são mencionados, inclusive o código 0 [zero] para se estiver explícito não ter irmãos..... → 999 – Sem referência/ sem informação	
	P.25 – Usuário de drogas (circundar um ou mais códigos numéricos): 1 – não 2 – cocaína 3 – álcool 4 – cola 5 – crack 6 – heroína 7 – maconha 8 – outras (Quais? Registrar.....) 999 – s/ inf.		
P.26 – Anotações manuais neste formulário	1 – não	2 – sim	

APÊNDICE 1: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Tabela 3: Tabela de frequência: medida socioeducativa

	Primeira entrada	Segunda entrada	Terceira entrada
Internação	504	208	82
Não-Internação	944	181	69
Total	1448	389	151

Tabela 4: Tabela de frequência: ato infracional

	Primeira entrada	Segunda entrada	Terceira entrada
Drogas	152	54	24
Furto e outros	170	90	35
Homicídio e outros	103	21	8
Menorismos	85	1	0
Outros atos	204	60	18
Roubo	734	163	66
Total	1448	389	151

Tabela 5: Tabela de frequência: local de ocorrência

	Primeira entrada	Segunda entrada	Terceira entrada
Capital	747	202	93
Outros municípios	701	187	58
Total	1448	389	151

Tabela 6: Tabela de frequência: uso de drogas

	Primeira entrada	Segunda entrada	Terceira entrada
Usuário	776	287	117
Não usuário	672	102	34
Total	1448	389	151

Tabela 7: Tabela de frequência: cor atribuída

	Primeira entrada	Segunda entrada	Terceira entrada
Branca	614	81	30
Não branca	834	308	121
Total	1448	389	151

Tabela 8: Tabela de frequência: sexo

	Primeira entrada	Segunda entrada	Terceira entrada
Masculino	1314	228	77
Feminino	132	14	5
Total	1448	389	151

Tabela 9: Tabela de frequência: referências à família

	Primeira entrada	Segunda entrada	Terceira entrada
Convive com os pais	394	47	17
Convive só com a mãe	552	102	34
Convive só com o pai	90	15	3
Não convive com os pais	254	0	89
Sem informações	158	25	8
Total	1448	389	151

Tabela 10: Tabela de frequência: ocupação do adolescente

	Primeira entrada	Segunda entrada	Terceira entrada
Só estuda	289	39	11
Não estuda nem trabalha	264	38	23
Trabalha	–	119	37
Sem informações	297	47	11

APÊNDICE 2: MODELOS DE REGRESSÃO

Tabela 11: Modelo 1: todo o estado

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-0.9628	0.1814	-5.31	0.0000
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	-0.2488	0.2572	-0.97	0.3334
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	1.5840	0.2750	5.76	0.0000
atoMenorismos	-16.6033	429.1080	-0.04	0.9691
atoOutros atos infracionais	-0.4174	0.2518	-1.66	0.0975
atoRoubo	0.6775	0.1961	3.45	0.0006

Tabela 12: Modelo 2: todo o estado

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-86.8175	35.4411	-2.45	0.0143
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	0.5301	0.3025	1.75	0.0797
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	2.0298	0.3356	6.05	0.0000
atoMenorismos	-15.3889	407.1591	-0.04	0.9699
atoOutros atos infracionais	0.4309	0.3367	1.28	0.2007
atoRoubo	1.1994	0.2290	5.24	0.0000
p4ano	0.0432	0.0177	2.44	0.0146
local.dummyTRUE	-2.1703	0.1440	-15.07	0.0000

Tabela 13: Modelo 3: todo o estado

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-93.5654	35.7812	-2.61	0.0089
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	0.5520	0.3034	1.82	0.0688
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	2.0942	0.3387	6.18	0.0000
atoMenorismos	-15.4144	407.1163	-0.04	0.9698
atoOutros atos infracionais	0.4759	0.3388	1.40	0.1602
atoRoubo	1.2574	0.2331	5.39	0.0000
p4ano	0.0465	0.0179	2.60	0.0092
local.dummyTRUE	-2.1405	0.1452	-14.75	0.0000
drogas.dummyTRUE	0.2048	0.1455	1.41	0.1591

Tabela 14: Modelo 4: todo o estado

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-96.8110	36.1092	-2.68	0.0073
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	0.4803	0.3064	1.57	0.1170
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	2.0955	0.3421	6.13	0.0000
atoMenorismos	-15.1947	400.0755	-0.04	0.9697
atoOutros atos infracionais	0.4406	0.3458	1.27	0.2025
atoRoubo	1.2038	0.2371	5.08	0.0000
p4ano	0.0479	0.0180	2.66	0.0079
local.dummyTRUE	-2.1482	0.1468	-14.63	0.0000
drogas.dummyTRUE	0.2262	0.1475	1.53	0.1253
cordummyTRUE	-0.3773	0.1433	-2.63	0.0085
sexoTRUE	0.7886	0.3180	2.48	0.0132

Tabela 15: Modelo 5: todo o estado

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-86.9962	37.3267	-2.33	0.0198
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	0.5349	0.3141	1.70	0.0886
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	2.2544	0.3558	6.34	0.0000
atoMenorismos	-15.2319	392.5174	-0.04	0.9690
atoOutros atos infracionais	0.6660	0.3555	1.87	0.0611
atoRoubo	1.3575	0.2439	5.57	0.0000
p4ano	0.0428	0.0186	2.30	0.0216
local.dummyTRUE	-2.2917	0.1522	-15.06	0.0000
drogas.dummyTRUE	0.4264	0.1556	2.74	0.0061
cordummyTRUE	-0.3272	0.1468	-2.23	0.0258
sexoTRUE	0.8201	0.3262	2.51	0.0119
familiaConvive só com a mãe	0.2833	0.1757	1.61	0.1069
familiaConvive só com o pai	0.4325	0.3128	1.38	0.1668
familiaNão convive com os pais	0.1974	0.2245	0.88	0.3792
familiaSem informações	-1.8637	0.3819	-4.88	0.0000

Tabela 16: Modelo 6: todo o estado

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-105.9289	38.4549	-2.75	0.0059
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	0.5452	0.3156	1.73	0.0840
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	2.2143	0.3586	6.17	0.0000
atoMenorismos	-15.4821	392.0053	-0.04	0.9685
atoOutros atos infracionais	0.6656	0.3574	1.86	0.0626
atoRoubo	1.3424	0.2437	5.51	0.0000
p4ano	0.0521	0.0192	2.72	0.0066
local.dummyTRUE	-2.2808	0.1547	-14.74	0.0000
drogas.dummyTRUE	0.3730	0.1579	2.36	0.0181
cordummyTRUE	-0.3634	0.1487	-2.44	0.0145
sexoTRUE	0.8524	0.3279	2.60	0.0093
familiaConvive só com a mãe	0.2813	0.1764	1.59	0.1109
familiaConvive só com o pai	0.4045	0.3141	1.29	0.1979
familiaNão convive com os pais	0.1855	0.2260	0.82	0.4117
familiaSem informações	-2.0085	0.3970	-5.06	0.0000
ocupNão estuda nem trabalha	0.5108	0.2211	2.31	0.0209
ocupSem informações	0.6947	0.3187	2.18	0.0293
ocupTrabalha	0.3637	0.1934	1.88	0.0600

Tabela 17: Segundas entradas: todo o estado

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-99.4923	93.4015	-1.07	0.2868
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	1.2502	0.6894	1.81	0.0698
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	1.1429	0.8892	1.29	0.1987
atoMenorismos	-12.8108	882.7438	-0.01	0.9884
atoOutros atos infracionais	0.2360	0.8478	0.28	0.7807
atoRoubo	2.3970	0.6328	3.79	0.0002
p4ano	0.0501	0.0465	1.08	0.2813
local.dummyTRUE	-2.8586	0.5037	-5.68	0.0000
drogas.dummyTRUE	0.3666	0.3946	0.93	0.3529
cordummyTRUE	0.0573	0.3958	0.14	0.8848
sexoTRUE	-0.1637	0.7006	-0.23	0.8152
familiaConvive só com a mãe	0.3677	0.4989	0.74	0.4611
familiaConvive só com o pai	0.1888	0.8996	0.21	0.8338
familiaNão convive com os pais	-0.5690	0.5452	-1.04	0.2966
familiaSem informações	-2.1787	0.8901	-2.45	0.0144
ocupNão estuda nem trabalha	0.0881	0.6231	0.14	0.8876
ocupSem informações	0.2810	0.7924	0.35	0.7229
ocupTrabalha	0.0361	0.5011	0.07	0.9425

Tabela 18: Terceiras entradas: todo o estado

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-182.5238	215.1493	-0.85	0.3962
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	-1.2709	1.3460	-0.94	0.3451
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	2.1294	1.8218	1.17	0.2425
atoOutros atos infracionais	-0.8270	7124.9052	-0.00	0.9999
atoRoubo	1.6776	1.0483	1.60	0.1095
p4ano	0.0913	0.1071	0.85	0.3941
local.dummyTRUE	-2.4166	1.2142	-1.99	0.0466
drogas.dummyTRUE	1.4189	0.8903	1.59	0.1110
cordummyTRUE	-0.8780	0.9123	-0.96	0.3358
sexoTRUE	0.8965	1.8424	0.49	0.6265
familiaConvive só com a mãe	0.9446	1.2879	0.73	0.4633
familiaConvive só com o pai	17.5169	4484.2407	0.00	0.9969
familiaNão convive com os pais	0.9950	1.2507	0.80	0.4263
familiaSem informações	-19.4747	2866.9602	-0.01	0.9946
ocupNão estuda nem trabalha	0.0419	1.1352	0.04	0.9706
ocupSem informações	16.5220	2866.9599	0.01	0.9954
ocupTrabalha	0.0792	1.1620	0.07	0.9456

Tabela 19: Modelo 1: apenas município de São Paulo

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-3.3673	0.7192	-4.68	0.0000
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	-0.6124	1.0132	-0.60	0.5456
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	2.5871	0.8061	3.21	0.0013
atoMenorismos	-14.1988	479.7579	-0.03	0.9764
atoOutros atos infracionais	0.8706	0.8197	1.06	0.2882
atoRoubo	2.2014	0.7291	3.02	0.0025

Tabela 20: Modelo 2: apenas município de São Paulo

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-215.9201	58.6197	-3.68	0.0002
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	-0.4563	1.0157	-0.45	0.6533
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	3.0670	0.8214	3.73	0.0002
atoMenorismos	-14.6198	788.8087	-0.02	0.9852
atoOutros atos infracionais	0.9569	0.8383	1.14	0.2537
atoRoubo	2.3656	0.7328	3.23	0.0012
p4ano	0.1062	0.0293	3.63	0.0003

Tabela 21: Modelo 3: apenas município de São Paulo

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-226.6034	58.7488	-3.86	0.0001
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	-0.3758	1.0180	-0.37	0.7120
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	3.1853	0.8272	3.85	0.0001
atoMenorismos	-14.6299	788.2354	-0.02	0.9852
atoOutros atos infracionais	1.0760	0.8434	1.28	0.2020
atoRoubo	2.4943	0.7396	3.37	0.0007
p4ano	0.1114	0.0293	3.80	0.0001
drogas.dummyTRUE	0.3356	0.2289	1.47	0.1427

Tabela 22: Modelo 4: apenas município de São Paulo

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-248.7715	60.4664	-4.11	0.0000
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	-0.3738	1.0210	-0.37	0.7143
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	3.3905	0.8402	4.04	0.0001
atoMenorismos	-14.0826	744.0997	-0.02	0.9849
atoOutros atos infracionais	1.1217	0.8495	1.32	0.1867
atoRoubo	2.5252	0.7454	3.39	0.0007
p4ano	0.1216	0.0302	4.03	0.0001
drogas.dummyTRUE	0.4251	0.2363	1.80	0.0720
cordummyTRUE	-0.4635	0.2279	-2.03	0.0420
sexoTRUE	1.9536	0.7566	2.58	0.0098

Tabela 23: Modelo 5: apenas município de São Paulo

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-213.8729	61.6375	-3.47	0.0005
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	-0.3464	1.0215	-0.34	0.7345
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	3.5489	0.8490	4.18	0.0000
atoMenorismos	-14.0638	733.9491	-0.02	0.9847
atoOutros atos infracionais	1.1948	0.8511	1.40	0.1603
atoRoubo	2.5512	0.7454	3.42	0.0006
p4ano	0.1041	0.0308	3.38	0.0007
drogas.dummyTRUE	0.5096	0.2395	2.13	0.0333
cordummyTRUE	-0.4634	0.2301	-2.01	0.0441
sexoTRUE	1.9785	0.7684	2.57	0.0100
familiaConvive só com a mãe	0.1458	0.2696	0.54	0.5887
familiaConvive só com o pai	0.3356	0.4547	0.74	0.4604
familiaNão convive com os pais	0.0753	0.3480	0.22	0.8287
familiaSem informações	-16.2944	969.0993	-0.02	0.9866

Tabela 24: Modelo 6: apenas município de São Paulo

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-241.9225	65.3632	-3.70	0.0002
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	-0.2264	1.0256	-0.22	0.8253
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	3.6881	0.8621	4.28	0.0000
atoMenorismos	-14.5393	732.1134	-0.02	0.9842
atoOutros atos infracionais	1.3179	0.8556	1.54	0.1235
atoRoubo	2.6513	0.7491	3.54	0.0004
p4ano	0.1179	0.0326	3.62	0.0003
drogas.dummyTRUE	0.4762	0.2404	1.98	0.0476
cordummyTRUE	-0.4626	0.2322	-1.99	0.0463
sexoTRUE	2.0085	0.7681	2.61	0.0089
familiaConvive só com a mãe	0.1384	0.2720	0.51	0.6109
familiaConvive só com o pai	0.2582	0.4590	0.56	0.5737
familiaNão convive com os pais	0.0673	0.3523	0.19	0.8486
familiaSem informações	-16.5500	973.2593	-0.02	0.9864
ocupNão estuda nem trabalha	0.5355	0.3090	1.73	0.0831
ocupSem informações	0.9997	0.5816	1.72	0.0856
ocupTrabalha	0.1600	0.3013	0.53	0.5955

Tabela 25: Modelo 1: interior, litoral e região metropolitana de SP

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-0.2624	0.2103	-1.25	0.2122
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	0.6952	0.3360	2.07	0.0386
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	1.8028	0.3813	4.73	0.0000
atoMenorismos	-16.3037	581.9751	-0.03	0.9777
atoOutros atos infracionais	-0.5680	0.2940	-1.93	0.0534
atoRoubo	0.8298	0.2378	3.49	0.0005

Tabela 26: Modelo 2: interior, litoral e região metropolitana de SP

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-28.6134	46.5149	-0.62	0.5385
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	1.2153	0.4067	2.99	0.0028
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	1.8170	0.4221	4.30	0.0000
atoMenorismos	-16.2464	665.3857	-0.02	0.9805
atoOutros atos infracionais	0.5887	0.4440	1.33	0.1848
atoRoubo	0.8031	0.2536	3.17	0.0015
p4ano	0.0142	0.0232	0.61	0.5412

Tabela 27: Modelo 3: interior, litoral e região metropolitana de SP

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-31.1358	46.8584	-0.66	0.5064
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	1.2192	0.4069	3.00	0.0027
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	1.8497	0.4272	4.33	0.0000
atoMenorismos	-16.2620	665.3632	-0.02	0.9805
atoOutros atos infracionais	0.6035	0.4450	1.36	0.1751
atoRoubo	0.8279	0.2584	3.20	0.0014
p4ano	0.0154	0.0234	0.66	0.5098
drogas.dummyTRUE	0.0977	0.1904	0.51	0.6080

Tabela 28: Modelo 4: interior, litoral e região metropolitana de SP

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-31.4901	47.0464	-0.67	0.5033
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	1.1457	0.4103	2.79	0.0052
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	1.8227	0.4294	4.24	0.0000
atoMenorismos	-16.1213	660.7011	-0.02	0.9805
atoOutros atos infracionais	0.5580	0.4551	1.23	0.2202
atoRoubo	0.7920	0.2658	2.98	0.0029
p4ano	0.0155	0.0235	0.66	0.5091
drogas.dummyTRUE	0.1048	0.1920	0.55	0.5853
cordummyTRUE	-0.3624	0.1878	-1.93	0.0536
sexoTRUE	0.4232	0.4046	1.05	0.2956

Tabela 29: Modelo 5: interior, litoral e região metropolitana de SP

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-31.6511	49.3108	-0.64	0.5210
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	1.2104	0.4231	2.86	0.0042
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	1.9301	0.4400	4.39	0.0000
atoMenorismos	-16.1030	617.0959	-0.03	0.9792
atoOutros atos infracionais	0.8857	0.4884	1.81	0.0698
atoRoubo	0.9686	0.2753	3.52	0.0004
p4ano	0.0154	0.0246	0.63	0.5320
drogas.dummyTRUE	0.3611	0.2086	1.73	0.0835
cordummyTRUE	-0.2805	0.1953	-1.44	0.1510
sexoTRUE	0.4523	0.4168	1.09	0.2778
familiaConvive só com a mãe	0.2889	0.2307	1.25	0.2106
familiaConvive só com o pai	0.4170	0.4487	0.93	0.3527
familiaNão convive com os pais	0.3380	0.3067	1.10	0.2704
familiaSem informações	-1.6496	0.4072	-4.05	0.0001

Tabela 30: Modelo 6: interior, litoral e região metropolitana de SP

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-46.9424	50.2500	-0.93	0.3502
atoFurto e outros crimes contra a propriedade	1.1771	0.4274	2.75	0.0059
atoHomicídio e outros crimes contra a vida	1.8469	0.4445	4.15	0.0000
atoMenorismos	-16.3604	613.3225	-0.03	0.9787
atoOutros atos infracionais	0.8454	0.4920	1.72	0.0857
atoRoubo	0.9310	0.2763	3.37	0.0008
p4ano	0.0229	0.0251	0.91	0.3621
drogas.dummyTRUE	0.2900	0.2164	1.34	0.1802
cordummyTRUE	-0.3463	0.1998	-1.73	0.0832
sexoTRUE	0.5359	0.4221	1.27	0.2042
familiaConvive só com a mãe	0.3048	0.2318	1.31	0.1886
familiaConvive só com o pai	0.3974	0.4508	0.88	0.3780
familiaNão convive com os pais	0.3332	0.3098	1.08	0.2821
familiaSem informações	-1.7454	0.4224	-4.13	0.0000
ocupNão estuda nem trabalha	0.3990	0.3127	1.28	0.2020
ocupSem informações	0.7467	0.4009	1.86	0.0625
ocupTrabalha	0.4572	0.2559	1.79	0.0739